

Murilo Xavier Flores

**DA SOLIDARIEDADE SOCIAL AO INDIVIDUALISMO:
Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**

Florianópolis, julho de 2007

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Sociologia Política

**DA SOLIDARIEDADE SOCIAL AO INDIVIDUALISMO:
Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**

MURILO XAVIER FLORES

Tese apresentada no Doutorado em
Sociologia Política, sob a orientação do
Professor Dr. Paulo Henrique Freire
Vieira.

Florianópolis, julho de 2007

A um grupo de jovens atletas da seleção brasileira de hóquei sobre grama que, lutando contra podres poderes, abriram mão espontaneamente do sonho de disputar os Jogos Pan-Americanos de 2007, para estar ao lado da ética e da dignidade, o que nos leva à renovação da esperança de que novas gerações poderão construir um mundo melhor do que nós fizemos. A eles o meu respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer à Embrapa, que continua mantendo seu esforço em qualificar cada vez mais seus pesquisadores em benefício de nossa sociedade, dando boas condições para que os resultados sejam adequados.

Ao meu orientador, Dr. Paulo Henrique Freire Vieira, por sua persistência na orientação, que me levou por novos caminhos que têm me dado muita satisfação acadêmica e me proporcionado um novo sonho para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e ecologicamente comprometida.

Ao corpo docente do curso de Doutorado em Sociologia Política, particularmente aos professores e professoras com quem convivi na sala de aula – Dr. Fernando Ponte, Dra. Júlia Guivant, Dra. Maria Ignez Paulillo e Dra. Ilse Schere-Warren – que ajudaram um agrônomo a passar a pensar como um cientista social.

Ao grupo de professores e estudantes de doutorado, mestrado e graduação que participa das discussões sobre desenvolvimento territorial sustentável, sob a coordenação dos professores Dr. Paulo Henrique Freire Vieira e Dr. Ademir Cazella, que em muito me ajudaram metodologicamente em meu trabalho.

Aos meus colegas de turma do Doutorado em Sociologia Política, Cleito, Rodrigo, Sonia, Ginez, Marcos, Rita, Yuri, Joel, pelos debates em sala de aula que muito contribuíram para minha formação, e pelo ambiente alegre e companheiro criado, o que facilitou meu retorno à sala de aula após tantos anos.

À Dra. Claire Cerdan pelas contribuições durante diversas conversas sobre o Vale dos Vinhedos e outros projetos de desenvolvimento.

Aos agricultores, empresários, dirigentes de órgãos públicos e privados da região do Vale dos Vinhedos, em particular à APROVALE, ao Chefe da Embrapa-Uva e Vinho que permitiu minha hospedagem tantas vezes na Empresa, aos pesquisadores da Embrapa, particularmente ao Dr. José Fernando da Silva Protas e Dr. Jorge Tonietto, e à Professora Ivanira Falcade, da Universidade de Caxias do Sul, que tornaram meu trabalho de campo uma ação muito mais fácil e prazerosa.

À sociedade de Bento Gonçalves que, de modo geral, me recebeu com todo o carinho.

À Fátima e à Albertina, sempre prontas para atender às solicitações na Secretaria do curso.

À minha esposa, Vera, pela paciência de me ouvir tantas horas sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, suas personagens, sua história.

Aos meus pais, que me deram a base para eu chegar a mais essa etapa de minha vida.

RESUMO

Esta tese de doutoramento no curso de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina tem como objetivo analisar os fatores favoráveis e os obstáculos à construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável do Vale dos Vinhedos, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Busca-se compreender a trajetória do desenvolvimento da região e as formas das relações entre os diferentes grupos de atores, no que se refere a questões político-institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais.

Como referencial teórico para a análise dos fatores que afetam a busca da sustentabilidade do desenvolvimento foram utilizados conceitos e noções provenientes da ecologia humana, da ecologia política, e da teoria sobre modos de gestão de recursos de uso comum. Essas concepções dão suporte ao ecodesenvolvimento como ideologia científica, em busca do desenvolvimento baseado em princípios como o da equidade social e da prudência ecológica. Concretiza-se o referencial teórico com a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, como caminho para os desafios socioambientais.

A análise da trajetória do desenvolvimento da região e dos conflitos e negociações existentes atualmente, observados através das entrevistas com atores locais, permitiu verificar que, apesar da superação da pobreza rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, a formação de uma nova elite econômica formada pelas famílias proprietárias de vinícolas, oriundas da própria agricultura familiar local, tem estado associada ao enfraquecimento das relações sociais dos demais grupos sociais.

As novas relações sociais promovem a redução do papel da vida comunitária na construção do desenvolvimento e da participação desses atores no planejamento e gestão territorial. Os cenários construídos no trabalho apontam para, em se mantendo as estratégias que vêm sendo adotadas nas últimas duas décadas, a perspectiva de consolidação de um desenvolvimento com características territoriais e sustentáveis pouco evidente, ameaçando as conquistas alcançadas até o momento.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, sustentabilidade, ecodesenvolvimento, elitização do desenvolvimento.

ABSTRACT

This Phd dissertation in the Political Sociology course of Santa Catarina Federal University aims to analyze favorable factors and obstacles to the constructions of a sustainable territorial development process of Vale dos Vinhedos. It seeks to comprehend the trajectory of development in the region and the relations between the different groups of actors, concerning political-institutional, socio economical and ecological matters.

Concepts and notions proceeding from human ecology, political ecology, and from the theory about means of management of common use resources were used as a theoretical reference for the analysis of factors that affect the search for sustainability of development. These conceptions support eco-development as a scientific ideology, in search of development based on principles such as social equity and ecological prudence. The theoretical reference renders concrete with the perspective of sustainable territorial development, as a way to socio environmental challenges.

The analysis of the development trajectory of the conflict area and existing negotiations nowadays, observed through the interviews with local actors, has made it possible to realize that, in spite of the overcoming of rural poverty originated from the strengthening of familiar agriculture, the formation of a new economical elite formed by families that own vineyards, coming from local familiar agriculture itself, has been associated with the weakening of social relations of other social groups.

The new social relations promote the reduction of the community life role in the construction of development and participation of these actors in the territorial planning and management. The scenarios built in the work point to the fact that if the strategies that have been adopted in the last two decades are maintained, the perspective of consolidation of a development with very little evident territorial and sustainable characteristics, threaten the achievements reached so far.

Key words: territorial development, sustainability, eco-development.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01. Localização da Serra Gaúcha no mapa do Brasil..... | 16 |
| Figura 02. Mapa atual da região onde se instalou parte dos imigrantes italianos no século XIX..... | 95 |
| Figura 03. Fotos de vinícolas familiares do Vale dos Vinhedos..... | 114 |
| Figura 04. Paisagem típica do Vale dos Vinhedos com seus parreirais..... | 117 |
| Figura 05. Foto da Linha Zemith, apresentando um relevo com alta declividade e preservação da mata nativa..... | 118 |
| Figura 06. Foto de residência em estabelecimento agrícola ao longo da estrada principal que corta o Vale dos Vinhedos..... | 118 |
| Figura 07. Foto de Capela típica do Vale dos Vinhedos..... | 119 |
| Figura 08. Área de produção vitivinícola delimitada do Vale dos Vinhedos como Indicação de Procedência, envolvendo parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul..... | 131 |
| Figura 09: Mapa turístico utilizado para orientação dos turistas com destaque para os associados da APROVALE (Fonte: AROVALE)..... | 134 |
| Figura 10. Fotos de construções típicas do patrimônio arquitetônico que ainda se mantém no Vale dos Vinhedos..... | 194 |
| Figura 11. Esquema de construção dos cenários alternativos para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos..... | 208 |
| Figura 12. Cenários alternativos para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos..... | 219 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 01. Índice de desenvolvimento humano dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos, como Indicação de Procedência, do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, nos anos 1991 2 2000..... | 121 |
| Tabela 02. População por MPE, por município que compõe o Vale dos Vinhedos, como Indicação de Procedência..... | 123 |
| Tabela 03. Número de estabelecimentos e área de agricultura familiar e patronal, e seu percentual em relação ao total de estabelecimentos rurais, por município que compõe o Vale dos Vinhedos, como Indicação de Procedência..... | 124 |
| Tabela 04. Percentual dos estabelecimentos de agricultura familiar, segundo sua renda, por município que compõe o Vale dos Vinhedos, como Indicação de Procedência..... | 125 |

SIGNIFICADO DAS SIGLAS

ABEPAN – Associação Bento-gonçalvenses de Proteção ao Ambiente Natural.

APP – Área de proteção paisagística.

APROVALE – Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos.

ARPA – Associação Riograndense de Proteção aos Animais.

ATUASERRA – Associação de Turismo da Serra Nordeste.

BTI – *Bacillus thuringiensis israelensis*.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CIRAD – Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement.

COFECUB – Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil.

DOC – Denominação de origem controlada.

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRAVIN – Instituto Brasileiro do Vinho.

IDH – Índice de desenvolvimento humano.

IG – Indicação Geográfica.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INRA – Institut National de la Recherche Agronomique.

IPVV – Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos.

IPURB – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano.

LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural.

MPE – Micro e pequenas empresas.

ONG – Organização não-governamental.

PIB – Produto interno bruto.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RT – Renda total do estabelecimento.

SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

SPL – Sistema produtivo local.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

UCS – Universidade de Caxias do Sul.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UVIBRA – União Brasileira de Vitivinicultura.

VCO – Valor do custo de oportunidade.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| CAPÍTULO 1. DA CRISE SOCIOAMBIENTAL À TEORIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL..... | 28 |
| 1. A crise socioambiental, o questionamento das estratégias dominantes de desenvolvimento e o surgimento de novas proposições científicas..... | 29 |
| 1.1 O crescimento econômico e o progresso tecnológico..... | 29 |
| 1.2 As sociedades modernas face aos desafios da globalização..... | 32 |
| 1.3 Novas perspectivas diante da crise socioecológica – a noção de ecodesenvolvimento..... | 35 |
| 1.4 A teoria dos modos de apropriação e gestão de recursos de uso comum..... | 48 |
| 1.5 A ecologia política, a autonomia e a participação social para o desenvolvimento..... | 50 |
| 1.6 A interdisciplinaridade e a trans-disciplinaridade para a análise e gestão de sistemas complexos..... | 52 |
| 2. A valorização do espaço local de desenvolvimento..... | 55 |
| 2.1 A globalização e a abertura de novos espaços de desenvolvimento local..... | 56 |
| 2.2 O local como espaço de articulação socioeconômica..... | 58 |
| 2.3 Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial..... | 64 |
| 2.4 O território com identidade cultural..... | 67 |
| 2.5 O território visto como espaço de dinamização socioeconômica..... | 71 |
| 2.6 O território como base de políticas alternativas de desenvolvimento..... | 80 |
| 2.7 Institucionalidade, governança e desenvolvimento territorial..... | 83 |
| 2.8 O papel das representações sociais, os conflitos e as cooperações..... | 87 |
| 2.9 Parâmetros para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial..... | 90 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS..... | 93 |
| 1. O processo histórico..... | 93 |
| 1.1 A chegada dos imigrantes e o início da produção de uva e vinho – de 1875 ao final dos anos 1920..... | 94 |
| 1.2 O surgimento do cooperativismo e o crescimento industrial no período da década de 1930 à década de 1960..... | 104 |
| 1.3 A modernização produtiva, a presença de multinacionais e o início do crescimento das vinícolas locais – dos anos 1970 aos 1990..... | 111 |
| 1.4 O surgimento do Distrito do Vale dos Vinhedos..... | 115 |
| 2. Caracterização atual da região..... | 121 |
| 2.1 Alguns indicadores socioeconômicos..... | 121 |
| 2.2 Os diferentes grupos sociais presentes atualmente..... | 128 |
| 2.3 Um novo projeto para a região – a Indicação de Procedência..... | 129 |
| 2.4 Os problemas de degradação socioambiental..... | 135 |
| 2.5 Novas mudanças institucionais – o Plano Diretor para a área rural..... | 138 |
| 2.6 Síntese da trajetória do desenvolvimento..... | 141 |
| | |
| CAPÍTULO 3. O JOGO DE ATORES NO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... | 152 |
| 1. Condicionantes político-institucionais do sistema de gestão..... | 152 |
| 1.1 O processo de governança “em parceria”..... | 153 |
| 1.2 O Plano Diretor Rural na dinâmica da gestão territorial..... | 159 |
| 1.3 Fatores externos que afetam a governança local..... | 161 |
| 1.4 Fatores adicionais que afetam a gestão do desenvolvimento da região..... | 163 |

| | |
|---|------------|
| 2. Avaliação socioeconômica..... | 168 |
| 2.1 Condições de viabilidade econômica..... | 168 |
| 2.2 Espaços de manobra para o planejamento regional integrado..... | 175 |
| 2.3 Conflitos de interesses relacionados à questão socioeconômica..... | 179 |
| 3. As relações com a problemática ecológica..... | 183 |
| 3.1 Os principais problemas percebidos pelos atores locais e pelo poder público..... | 183 |
| 3.2 Considerações adicionais sobre a problemática socioecológica..... | 189 |
| 4. As transformações ocorridas na região e o patrimônio cultural..... | 192 |
| 4.1 A questão cultural e a formação da nova identidade territorial..... | 192 |
| 4.2 A valorização da identidade cultural e o interesse mercantil..... | 197 |
| 5. Síntese dos resultados obtidos mediante a análise do “jogo dos atores”..... | 200 |
| | |
| CAPÍTULO 4. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O VALE DOS VINHEDOS..... | 207 |
| 1. Análise do ambiente externo..... | 208 |
| 2. Identificação e análise de fatores críticos encontrados no território e sua relação com a elaboração de cenários setoriais..... | 211 |
| 3. Os indicadores de territorialidade e de sustentabilidade no cenário de desenvolvimento da região..... | 214 |
| 3.1 Elenco de indicadores..... | 214 |
| 3.2 Análise dos fatores críticos à luz dos indicadores de territorialidade e sustentabilidade..... | 216 |
| 4. Cenários de desenvolvimento..... | 218 |
| 5. Reflexões sobre os cenários alternativos e o “jogo dos atores”..... | 223 |

| | |
|---|------------|
| 5.1 A influência dos fatores externos de competitividade setorial..... | 224 |
| 5.2 A importância dos atores locais na construção do desenvolvimento..... | 226 |
| 6. Síntese: cooperação, solidariedade e participação como alvos estratégicos.. | 234 |
| CONCLUSÕES..... | 236 |
| REFERÊNCIAS..... | 253 |
| ANEXO 1..... | 267 |
| ANEXO 2..... | 279 |
| ANEXO 3..... | 310 |

INTRODUÇÃO

A proposição básica deste trabalho é a de estudar a trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, localizado na Serra Gaúcha¹ (Estado do Rio Grande do Sul/Brasil – Figura 01), e compreender as relações existentes entre os atores sociais, seus conflitos, negociações e cooperações, e de que forma podem estar contribuindo para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável.

A opção teórica utilizada para a analisar a perspectiva de desenvolvimento sustentável está baseada no conjunto das ciências que apóiam a formatação da proposta do ecodesenvolvimento, procurando-se analisar os componentes político-institucionais, socioeconômicos, ecológicos e culturais do processo de desenvolvimento. É utilizado como referência teórica um conjunto de noções e conceitos apresentados pela ecologia humana e a ecologia política, além daqueles relacionados ao desenvolvimento territorial.

Historicamente, o Vale dos Vinhedos foi estruturado com base na agricultura familiar, através dos colonos italianos que começaram a chegar à região em 1875. Desde as primeiras décadas de ocupação, começou a tomar as características de um pólo de produção de uva e de vinho. Nas últimas décadas passou por uma expressiva transformação socioeconômica, com alto crescimento da renda e de oportunidade dos empreendimentos familiares. Por outro lado, esse processo trouxe consigo perdas importantes no que diz

¹ O Vale dos Vinhedos tem uma definição político-administrativa, sendo um Distrito do município de Bento Gonçalves. No entanto, possui outros limites geográficos, que incorpora ao Distrito áreas dos municípios vizinhos de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Essa outra delimitação geográfica está relacionada à área para a produção e comercialização de vinhos com a indicação de procedência e está mais coerente com os limites socioambientais da região.

respeito ao patrimônio natural e cultural da região. As novas relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas com o surgimento das vinícolas familiares² ainda se apresentam com sinais de incertezas sobre as possibilidades de construção de um processo de desenvolvimento sustentável da área.

Figura 01: localização da Serra Gaúcha no mapa do Brasil.



Trata-se, portanto, de um estudo de caso onde são analisados os fatores favoráveis e os obstáculos à formação de um território com identidade vitivinícola, que podem determinar as possibilidades da sustentabilidade do seu desenvolvimento social, econômico, ecológico, cultural e político.

Para a realização do estudo, em sua parte metodológica foi utilizado um modelo de análise elaborado no âmbito do projeto “Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos Estados da Paraíba e Santa

² Nesse texto, as vinícolas familiares são as agroindústrias produtoras de vinho, de pequeno porte, cuja gestão e mão-de-obra é basicamente familiar, possuindo, em diversos casos, empregados para executarem tarefas específicas.. Ao longo do texto, são também chamadas de cantinas e seus proprietários de cantineiros.

Catarina”³. O modelo de análise (a sua estrutura encontra-se no Anexo 1) foi adaptado para este estudo, e procura identificar um conjunto amplo de fatores que permita a análise dos conflitos entre as posições dos diferentes grupos sociais e de que forma interferem na construção de uma gestão sustentável do desenvolvimento territorial. Os aspectos sociais foram associados aos econômicos, trabalhando-se, portanto, com quatro grupos de variáveis: político-institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais.

O modelo de análise orienta ainda sobre os métodos para a obtenção das informações necessárias tanto para o conhecimento sobre a trajetória do desenvolvimento ao longo do tempo, como do “jogo dos atores”, no momento atual, ao nível do território. A combinação da análise da trajetória e do “jogo dos atores” permite a compreensão dos fatores que afetam as possibilidades de alcance de um desenvolvimento sustentável, à luz do referencial teórico apresentado.

Para ajudar a estruturar a proposta do estudo e formular as hipóteses e objetivos do trabalho, foram elaboradas algumas questões de pesquisa:

- Como se produziu a trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, e quais os momentos importantes de mudanças no ambiente institucional, nos processos produtivos e na organização social?
- Quais os fatores que favorecem ou se apresentam como obstáculos à construção de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável?
- Quais os fatores que explicam o atual processo de desenvolvimento, seus conflitos e suas proposições?

³ Trata-se de um projeto em execução, numa parceria entre a UFSC, UFCG, Universidade de Tours (França) com financiamento do acordo CAPES/COFECUB (França), que recebe ainda o apoio do Institut National de la Recherche Agronomique - INRA e do Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement - Cirad. Esse projeto provocou a formação de um grupo de debates entre professores e pesquisadores (incluindo estudantes dos cursos de mestrado e doutorado de diferentes áreas), que desenvolveu, como um produto, a definição de uma estratégia de modelo de análise para os casos em estudo no âmbito do projeto. O presente estudo não é parte do projeto citado, porém, assumiu uma interação com o projeto para colaborar na ampliação do processo de compreensão sobre a construção da sustentabilidade em projetos de desenvolvimento territorial. O modelo de análise de pesquisa está, em parte, contemplado na proposta desse estudo, nos limites impostos pela sua adequação e de sua convergência com diferentes fases do trabalho que se propõe a realizar. Basicamente foram feitos ajustes nas informações levantadas junto aos atores locais, para a compreensão do “jogo dos atores”, a partir das necessidades específicas da situação local, observadas no levantamento documental e nas entrevistas não estruturadas.

Considerando-se as questões de pesquisa elaboradas e o diagnóstico preliminar sobre a problemática do desenvolvimento da região realizado no início dos trabalhos, com a coleta de documentos e a realização de entrevistas não estruturadas com atores locais⁴, a hipótese central do trabalho pode ser apresentada como:

- “A trajetória de desenvolvimento da região vem sendo cada vez mais marcada por uma preocupação com a competitividade da vitivinicultura, sem a valorização do patrimônio sociocultural e natural, como recursos específicos do território, perdendo-se a oportunidade de uma associação de estratégias de valorização do conjunto de bens e serviços com processos que confirmam sustentabilidade ao desenvolvimento”.

No entanto, durante a preparação dos conjuntos de entrevistas a serem aplicados, percebeu-se que seria mais fácil a organização de questões de pesquisa e hipóteses relacionadas à hipótese central, mas que fossem dirigidas especificamente para cada uma das dimensões do desenvolvimento em estudo. Desse modo, foram elaboradas questões de pesquisa complementares para as dimensões político-institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais, todas vinculadas à questão de pesquisa e à hipótese central. A partir dos dados levantados no início dos estudos, essa forma de agrupamento das dimensões do desenvolvimento facilitou a análise dos fatores favoráveis e dos obstáculos à sustentabilidade.

Foram as seguintes as questões de pesquisa para cada dimensão do desenvolvimento:

1. Dimensão político-institucional.
 - Questão de pesquisa – os espaços político-institucionais existentes permitem uma ampla participação dos indivíduos e comunidades na definição das estratégias de desenvolvimento local? Existem processos de construção de diferentes cooperações resultantes das negociações dos diferentes interesses existentes no local?

⁴ Foram identificados alguns atores locais que estiveram (e ainda estão) envolvidos com ações do poder público e da sociedade civil, que deram importantes orientações iniciais para a busca de dados significativos.

2. Dimensão socioeconômica.

- Questão de pesquisa – existe algum tipo de esforço coletivo para garantir a sustentabilidade econômica dos diferentes grupos de atores que compõem o Vale dos Vinhedos? Existe algum tipo de esforço para a viabilização econômica de um conjunto de bens e serviços associados à imagem do Vale dos Vinhedos?

3. Dimensão ecológica.

- Questão de pesquisa – os problemas ambientais locais são percebidos por todos os grupos de atores? Eles são vistos como impedimentos para o sucesso dos empreendimentos econômicos no curto prazo ou fazem parte de uma percepção de risco em relação à sustentabilidade socioambiental?

4. Dimensão cultural.

- Questão de pesquisa – as especificidades culturais das diferentes comunidades têm sido considerados na elaboração das estratégias de desenvolvimento local? Existe ligação entre a imagem criada pela estratégia de competitividade da viticultura e os interesses de valorização cultural local?

Objetivos.

A partir das questões de pesquisa e da hipótese central, foi elaborado o objetivo principal do trabalho, qual seja:

- Identificar e compreender a trajetória de desenvolvimento implementado no território do Vale dos Vinhedos, identificando e analisando suas potencialidades (fatores favoráveis) na construção de estratégias e ações para o desenvolvimento territorial sustentável, e os problemas (obstáculos) que podem comprometer a sua sustentabilidade ecológica e social.

Além disso, como objetivo secundário, e como forma de apoiar o objetivo principal, se considerou importante analisar os fatores que conferem especificidade à trajetória do desenvolvimento do território, ou seja, procurou-se:

- Analisar a construção social do conjunto de bens e serviços ofertados na região, buscando compreender as estratégias implementadas para a diferenciação territorial dos produtos e serviços e sua relação com estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável do território.

Este objetivo secundário está muito ligado ao fato de que nos últimos vinte anos tem havido um grande esforço na diferenciação e na qualificação do principal produto da região, o vinho. Dessa forma, estão sendo alterados significativamente os modos de produção, as relações entre segmentos produtivos, na sua base institucional, e na própria imagem do Vale dos Vinhedos, com impactos importantes na estrutura social, econômica, política e ecológica da região. Essa tendência vem seguindo as transformações mundiais da vitivinicultura, orientadas a partir do mercado de vinhos. Além disso, essa mudança no perfil dos produtos oferecidos tem estado associada ao fortalecimento de estratégias de apoio ao crescimento do enoturismo, que é parte fundamental nas estratégias de mercado das vinícolas familiares da região.

Metodologia

A coleta de dados foi dividida em duas etapas complementares. Na primeira delas, buscou-se obter informações por meio de dados secundários, que permitissem a obtenção de uma imagem mais nítida da trajetória do desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. A construção e a análise da trajetória do desenvolvimento é um importante recurso metodológico, neste modelo de análise, para a compreensão dos fatores que afetam positivamente ou negativamente para o desenvolvimento territorial sustentável.

Foram pesquisados trabalhos de graduação e pós-graduação, textos de revistas técnicas e profissionais e documentos que apresentam a história da região, incluindo-se

alguns romances que relatam aspectos da vida cotidiana durante as primeiras décadas de ocupação pelos imigrantes e seus descendentes.

Além dos dados bibliográficos e documentais, foram realizadas entrevistas não-estruturadas com representantes de diferentes órgãos públicos municipais, estaduais e federais, em busca de informações sobre a situação da região e também sobre as políticas públicas implementadas. Foram entrevistados representantes das seguintes entidades: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Ação Social, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB (responsável pelo planejamento municipal e pela coordenação da elaboração do Plano Diretor da Área Rural do município de Bento Gonçalves), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, Museu Histórico Casa do Imigrante, Sub-Prefeitura do Vale dos Vinhedos, Associação de Turismo da Serra Nordeste – Atuaserra, e Ministério Público (Meio Ambiente).

No rol das entrevistas foram incluídas também representantes da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Associação Bento-Gonçalvense de Proteção ao Ambiente Natural – ABEPAN, e da Associação Riograndense de Proteção aos Animais – ARPA, que têm atuação dentro do território do Vale dos Vinhedos. Além disso, foram realizadas ainda entrevistas não-estruturadas com alguns atores locais (atores-chave) que possuem informações atuais e históricas sobre o desenvolvimento local e que ajudaram na construção da trajetória do desenvolvimento do território.

Para a execução dessa primeira etapa foram realizadas três viagens, com uma semana de duração cada. Considerando a importante presença da Embrapa na região, foi possível estabelecer um processo de convivência mais intenso com a população local, no conjunto total das viagens, envolvendo a primeira e a segunda etapa do levantamento de informações.

Na segunda etapa, foram estabelecidos alguns conjuntos de entrevistas junto a atores dos diferentes grupos sociais. Esse formato permitiu a obtenção de informações que

revelaram como os diferentes atores compreendem e atuam diante do processo de desenvolvimento, suas relações com agentes de intervenção externa, os conflitos existentes e suas formas de negociação, a formulação de processos de cooperação, o funcionamento dos sistemas institucionais locais e suas inter-relações externas, dentre outros, elementos que configuram o jogo dos atores.

Nessa etapa, todo o trabalho de pesquisa foi orientado a partir de conjuntos de variáveis elaboradas dentro das quatro diferentes dimensões do desenvolvimento (e baseadas nas questões de pesquisa e hipóteses – principal e complementares – apresentadas anteriormente), definidas para o estudo: político-institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais. Também houve a participação em reuniões dos grupos das vinícolas, organizadas em torno da APROVALE, como pesquisador-observador, que permitiu coletar informações a respeito das estratégias e das dificuldades de encaminhamentos de ações coletivas.

A definição dos diferentes grupos de atores que compõem o universo do Vale dos Vinhedos se deu com o apoio da Universidade de Caxias do Sul – UCS⁵, que havia realizado um censo na região no ano de 2002. A partir dos levantamentos realizados pela a Universidade junto à população do Vale dos Vinhedos, foi possível definir grupos de atores que possuem perspectivas mais próximas a respeito do desenvolvimento da região. São os grupos seguintes:

1. Viticultores.

- a) Agricultores fornecedores de uva para vinhos finos com relação comercial constante com vinícolas de dentro do Vale dos Vinhedos;
- b) Agricultores fornecedores de uva para vinhos finos sem relação comercial constante com vinícola de dentro ou fora do Vale dos Vinhedos;
- c) Agricultores participante de sistema cooperativo para a produção de vinho fino ou comum.

⁵ As informações necessárias para a definição dos grupos e dos atores-chave foram obtidas com a coordenadora do censo realizado no Vale dos Vinhedos, Professora Ivanira Falcade. Seus resultados finais ainda não estão disponíveis para o público, estando em fase de tabulação.

- d) Agricultores fornecedores de uva para vinho comum para vinícolas de dentro do Vale dos Vinhedos;
 - e) Agricultores fornecedores de uva para vinho comum ou suco para vinícolas de fora do Vale dos Vinhedos.
2. Agricultores que não são viticultores.
 3. Agricultores que também se dedicam à atividade turística, não como empregados de empreendimentos, mas a partir de atividades do seu próprio estabelecimento rural.
 4. Proprietários de vinícolas.
 - a) Que compram uvas mantendo relação constante com viticultores de dentro e de fora do Vale dos Vinhedos;
 - b) Que compram uvas sem manter relação constante com viticultores de dentro e de fora do Vale dos Vinhedos;
 - c) Que produzem e utilizam exclusivamente sua própria uva;
 - d) Que compram uvas prioritariamente para vinho comum e suco;
 - e) Cooperativa.
 5. Residentes no Vale dos Vinhedos sem atividade econômica no local.
 - a) Cujas origens são o próprio Vale dos Vinhedos ou dos municípios que compõem o Vale;
 - b) Ex-moradores de áreas urbanas ou rurais, porém de lugares distantes, sem a mesma identidade cultural associada à produção da uva e do vinho;
 6. Agro-industriais voltados à produção de alimentos, exceto vinho.
 7. Empresários do setor de turismo.
 8. Organizações não-governamentais voltadas à preservação do patrimônio ecológico.
 9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

10. Poder Público Municipal.

As estruturas das entrevistas realizadas com representantes de cada um desses grupos de atores estão apresentadas no Anexo 2. Para realizá-las foram feitas duas idas a campo com permanência de duas semanas e quatro viagens com duração de uma semana, o que ocorreu ao longo de seis meses.

A metodologia utilizada mostrou-se capaz de indicar os elementos necessários para identificação dos aspectos que se apresentam como favoráveis ou obstáculos para o desenvolvimento.

Por outro lado, a elaboração de um pré-diagnóstico, a partir de entrevistas não estruturadas com atores-chave e a análise de documentação sobre o processo histórico de desenvolvimento e sobre o momento atual, permitiram a reformulação das questões iniciais. Esse material trouxe subsídios importantes para a compreensão dos principais elementos que caracterizaram a formação do patrimônio histórico-cultural, da institucionalidade local e da sua estruturação socioeconômica. Com isso, a análise do “jogo dos atores” pode ser realizada tendo como referencial a base da formação da sociedade local.

Com base na identificação dos diferentes grupos sociais presentes na região, tendo como referencial as entrevistas não-estruturadas e o trabalho de elaboração de um censo sobre a população local, em andamento através da Universidade de Caxias do Sul, foram definidos os principais conflitos existentes, de que forma eles têm sido negociados e quais os resultados que têm sido gerados.

A estruturação da metodologia, que leva em conta uma visão sistêmica das inter-relações entre as quatro dimensões básicas dos processos de desenvolvimento (político-institucional, socioeconômico, ecológico e cultural) conferiu a esse tipo de estudo uma flexibilidade importante para destacar elementos mais característicos da região analisada. Para outros estudos de caso, a estruturação pode tomar uma configuração mais diferenciada, estratificando-se mais ou menos esses aspectos, de acordo com os elementos mais importantes de identificação do desenvolvimento local.

Para a construção de cenários prospectivos para o desenvolvimento da região, buscou-se uma metodologia que permitisse um desenho a partir das informações obtidas na análise da trajetória e nas entrevistas realizadas para a compreensão do *jogo de atores*. A revisão de literatura sobre prospectiva indica que a evolução deste campo teve diversas fases. A primeira delas buscava sondar o futuro por meio da adivinhação. Utilizada, sobretudo, na Idade Média, persiste sob diferentes roupagens nos tempos atuais. Com a modernização, surge o enfoque unidirecional, apoiado na ciência reducionista, onde sua compreensão é dada por meio de modelos econométricos, baseado em séries históricas e quantitativas, proporcionando uma visão provável de futuro. Finalmente, o enfoque mais recente indica o futuro como resultado da ação do homem, com conseqüências diversas (LIMA, et al, 2005), pressupondo a construção de cenários alternativos para o futuro.

A construção de cenários, por sua vez, pode ter dois tipos de abordagem: os estudos de extrapolação tendencial e a visão prospectiva (ou prospecção). No primeiro caso, busca-se construir uma imagem do futuro com base em variáveis quantitativas, de forma segmentada, através de modelos determinísticos, onde o passado indica a compreensão do futuro (LIMA, et al, *Id.*). No segundo caso, o futuro é visto como múltiplo e incerto, onde as relações são dinâmicas e as estruturas sempre em evolução. Neste caso, trabalha-se com variáveis qualitativas (não necessariamente quantificáveis), subjetivas, conhecidas ou ocultas, que influenciam o desempenho dos sistemas sociais, numa perspectiva sistêmica. (LIMA, et al, *Id.*)

A prospecção de cenários pressupõe a compreensão das dinâmicas dos componentes que estão presentes nas relações entre os atores sociais, nas variáveis sociais, econômicas, técnicas e científicas (GODET, 1982). Incorpora a dimensão da incerteza, o que permite perceber a possibilidade de existência de futuros diversos. JOHSON e MARCOVITCH (1994) afirmam que esse tipo de análise é essencial nos estudos de problemas complexos e de longo prazo.

Segundo MAKRIDAKIS e WHEELWRIGHT (1989), a perspectiva sistêmica presente na análise prospectiva considera que uma decisão no presente pode influenciar eventos subseqüentes e os resultados finais, configurando-se como mecanismo importante na concretização de estratégias de desenvolvimento viável (WEBER, 2000).

Neste trabalho, o foco está concentrado na exploração (de corte qualitativo) de cenários possíveis para a região em estudo, com base em informações sobre o ambiente externo e fatores críticos internos. Isto é feito levando-se em conta indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento, apoiando-se na metodologia da lógica intuitiva para a construção de cenários (HUSS e HONTON, 1987). Esses cenários possibilitariam uma reflexão por parte dos atores a respeito da viabilidade de padrões alternativos de desenvolvimento da região.

Estruturação dos Capítulos

O Capítulo 1 aborda as noções e conceitos considerados essenciais à análise das condições de viabilidade de um novo estilo de desenvolvimento para o Vale dos Vinhedos. Outros pontos importantes referem-se à abordagem das dinâmicas territoriais do desenvolvimento frente à globalização, a partir de um processo de construção social endógeno e definição de identidade própria.

Ainda neste Capítulo, é aprofundada a base teórica que orienta a análise da formação de identidade a partir de problemas comuns entre os atores e das características culturais da sociedade local. A institucionalidade que regulamenta as ações locais, as representações sociais presentes, os conflitos entre grupos de atores, as cooperações que resultam de negociações, bem como os mecanismos de gestão e co-gestão dos territórios, também são elementos contemplados no Capítulo, e que compõem o enfoque analítico utilizado.

O Capítulo 2 apresenta a síntese da trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. Aí estão descritos e analisados alguns elementos importantes relativos à chegada dos imigrantes italianos e ao processo de adaptação que conduziu à fase de construção do complexo vitivinícola existente atualmente. Procura-se identificar os principais momentos de inflexão da dinâmica de desenvolvimento e de reorganização do ambiente institucional formado. Destaca-se a análise do processo de mudança de diversas identidades das colônias criadas nas primeiras fases do processo migratório, em sua forma individualizada, até a formação da identidade do Vale dos Vinhedos.

Além da descrição das principais características sociais, econômicas e ambientais, o Capítulo apresenta alguns indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos municípios

dos quais partes de suas áreas formam o Vale dos Vinhedos. Procurou-se também apresentar algumas características das ações de dinamização socioeconômica em relação à qualidade de vida das populações. Outro ponto importante apresentado sobre a trajetória de desenvolvimento é o processo de transformação que ocorreu na institucionalidade local, que regulamenta a ação dos atores sociais.

O Capítulo 3 focaliza o *jogo de atores* que caracteriza a dinâmica de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos atualmente, especificando seus comportamentos, interesses e estratégias. Nesse contexto, analisam-se os conflitos, as cooperações, as institucionalidades presentes, e os mecanismos de governança criados. A análise elucida os modos de apropriação dos benefícios gerados pela formação da identidade do território e da renda criada pelos produtos a ela associados. Leva ainda em conta as formas de percepção e enfrentamento dos problemas ecológicos e de como são percebidos a distribuição, os benefícios e os danos causados pela utilização do patrimônio natural e cultural. Algumas informações importantes sobre ações do setor público, do setor econômico e do terceiro setor são descritas e analisadas como forma de compreensão de suas intervenções.

Por fim, são apresentados os fatores considerados favoráveis e os obstáculos para a construção de uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável, bem como são discutidas diversas hipóteses explicativas para a situação atual.

No Capítulo 4 são apresentados quatro cenários possíveis para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, considerando (i) os principais fatores externos que afetam as atividades locais e os fatores críticos internos, e (ii) os indicadores de territorialidade e de sustentabilidade ecológica e social do desenvolvimento.

Na etapa de Conclusão, são apresentados comentários discutidos e sintetizados sobre o território do Vale dos Vinhedos, sua construção e sua identidade, sobre sua governança, e sobre a perspectiva de sustentabilidade do desenvolvimento territorial do Vale dos Vinhedos, buscando reforçar as variáveis explicativas para os conflitos e sua trajetória atual.

CAPÍTULO 1. DA CRISE SOCIOAMBIENTAL À TEORIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.

Neste Capítulo são apresentadas as bases teóricas deste estudo. São discutidos os aspectos relativos à crise do processo de modernização, às novas perspectivas abertas à experimentação com dinâmicas territoriais de desenvolvimento e noções e conceitos que orientam o processo de internalização da perspectiva ecológica e social nessas dinâmicas.

Inicialmente são oferecidas algumas considerações a respeito da crise socioambiental e das novas perspectivas que ela oferece à reorientação das ações de desenvolvimento, focalizando o surgimento do conceito de ecodesenvolvimento. Na segunda parte, discute-se o conceito de território, entendido como espaço de desenvolvimento alternativo, e como um eixo norteador da chamada abordagem territorial do desenvolvimento face às coações e oportunidades geradas pelas transformações globais. Na terceira parte são destacados os elementos-chave que orientam a pesquisa atual sobre a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento. Neste sentido, a perspectiva do ecodesenvolvimento é contrastada com a abordagem territorial, mobilizando a base de conhecimentos que tem sido consolidada nos campos da ecologia humana, da ecologia política e da gestão de recursos de uso comum. Procura-se, desta forma, apresentar a discussão sobre o desenvolvimento territorial sustentável e sua contribuição para a sustentabilidade global.

1. A crise socioambiental, o questionamento das estratégias dominantes de desenvolvimento e o surgimento de novas proposições científicas.

O século XX tem sido analisado principalmente da perspectiva do embate entre duas alternativas ideológicas que dominaram esse período da história: o capitalismo e o socialismo. As experiências do chamado socialismo realmente existente, desestruturado nas últimas décadas do século, levaram a uma euforia daqueles que defendem a reprodução do sistema capitalista, e do processo de modernização social que ele pressupõe, apoiado no liberalismo democrático. Para esses intérpretes, a contínua evolução do capitalismo acabaria por dar as respostas que as sociedades buscam no caminho de construção de seu bem-estar social e econômico.

1.1 O crescimento econômico e o progresso tecnológico.

Ambas as correntes de pensamento alimentaram-se da noção de progresso, herdeira do Iluminismo, ou seja, na busca da autonomia do pensamento e da razão, com base no conhecimento da ciência e da técnica (DUPAS, 2006). Na experiência do socialismo real, a visão marxista indicou o caminho para a formação de uma sociedade sem classes, após a plena expansão do sistema capitalista (DUPAS, *Id.*). Para o autor, Karl Marx acreditava que a evolução do conhecimento e do saber, como também das técnicas, levaria a um novo sentido de progresso baseado na emancipação da classe trabalhadora.

Por outro lado, o capitalismo global, que se tornou hegemônico antes do final do século XX, fortalece ainda mais a crença no progresso técnico. Para HABERMAS (*apud* DUPAS, 2006), o progresso quase autônomo da ciência e da técnica, no sistema capitalista transformou-se numa variável independente, resultando no entendimento de que a evolução do sistema social é determinada pelo progresso científico e tecnológico, enfraquecendo o papel da política na regulação social. Nesse caso, de acordo com o autor, o Estado cumpre apenas um papel de redutor dos conflitos, através da gratificação compensatória das massas. Dessa forma, o vetor de modernização das sociedades, com base no progresso técnico, passou a condicionar o desenho das trajetórias de desenvolvimento em todo o planeta.

Para DUPAS (*Id.*), no entanto, a produção e utilização da primeira bomba atômica em Hiroshima (“Projeto Manhattan”) configuram-se num marco que converteu o saber científico em problema ético, antes mesmo da discussão sobre os limites ecológicos e sociais da evolução das sociedades industriais. Trata do assunto como uma questão simbólica, sinalizando para os efeitos globais, de largo alcance, que a ciência e a tecnologia passaram a ter.

Ao longo desse processo de modernização, sob a perspectiva do crescimento material ilimitado, novos problemas foram surgindo, cada vez mais complexos e de mais largo alcance, num ritmo historicamente inédito. No rol dos problemas centrais que se tornaram visíveis ainda antes do final do século XX, podem ser incluídos:

1. A exclusão de parte significativa da humanidade, localizada principalmente, mas não exclusivamente, nos países pobres (como é o caso dos imigrantes pobres que se dirigem aos países centrais do capitalismo), do acesso ao bem-estar material alcançado pelas sociedades afluentes;
2. O surgimento das incertezas sobre os impactos sociais e ambientais gerados pela modernização e a possibilidade de que os efeitos ocorram em escala global, associados aos avanços contínuos da ciência e da tecnologia;
3. O questionamento das possibilidades de permanência de uma perspectiva ideológica baseada na expectativa de crescimento contínuo da produção e do consumo, com a ampliação permanente dos participantes desse mercado e a conseqüente sobre-exploração dos recursos naturais.

Da perspectiva da economia do desenvolvimento, a inovação tecnológica oferece uma via de superação dos obstáculos que a degradação socioambiental coloca ao desenvolvimento. Seus adeptos previam também que a superação dos atuais níveis de pobreza permitiria às sociedades encontrar padrões de desenvolvimento compatíveis com a problemática socioambiental, na medida em que associam, de forma direta, o grau de degradação com o nível de pobreza (VEIGA, 2006). Para muitos desses economistas, o crescimento econômico não gera necessariamente danos irreversíveis ao meio ambiente

biofísico e à qualidade de vida das populações. Ao contrário, a conservação da qualidade ambiental pressuporia a elevação dos níveis de renda atualmente alcançados.

No entanto, VEIGA (*Id.*) considera que esse pensamento só é válido para aqueles que acreditam que as inovações tecnológicas resolverão os impasses gerados pela busca de crescimento ilimitado: a erosão da biodiversidade, e do patrimônio genético, o aquecimento global, a deterioração da camada de ozônio, a chuva ácida e a escassez de água. Dessa forma, como afirma DUPAS (2006), a natureza se converteu em um problema ético-político historicamente inédito, onde a relação que mantemos com a natureza tornou-se um problema decisivo para a sobrevivência da espécie.

As dúvidas sobre os limites do modelo de desenvolvimento baseados no mito do crescimento ilimitado começaram a surgir já no final da década de 1960. VEIGA (2006, p. 56), afirma que as correntes mais céticas propunham, em realidade, uma condição chamada estacionária, onde “a economia continuaria a melhorar em termos qualitativos substituindo, por exemplo, energia fóssil por energia limpa”. Mas não faria mais parte dessas sociedades a “obsessão pelo crescimento do produto”.

No entanto, nos debates travados na época da Conferência de Estocolmo⁶ predominava o otimismo epistemológico, baseado na crença de que as soluções técnicas seriam sempre capazes de garantir o progresso material das sociedades (SACHS, 2000).

Por outro lado, vários autores se opunham à idéia de que seria possível estender a todos os povos os benefícios socioeconômicos da modernização baseada nessas premissas. FURTADO (1983) foi um deles, negando a viabilidade de uma expansão planetária do ideário das sociedades industrial-tecnológicas.

Da mesma forma, MANDER (1996) afirma que o nível de consumo praticado pelas populações dos países mais ricos do planeta não tem sustentação quando ampliado para todo o globo. O crescimento exponencial da população mundial, principalmente nos países economicamente mais pobres, aguça ainda mais a percepção da inviabilidade congênita desse processo, sem que sejam excluídos significativos contingentes populacionais de seus

⁶ Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972.

possíveis benéficos. Nesse contexto, a harmonização da equidade social e da proteção ambiental constitui um objetivo cada vez mais difícil de ser alcançado.

Neste contexto, segundo KAPP (1972), a compreensão adequada dos problemas socioambientais exige que se leve em conta o fato de que as condições nas quais os países menos desenvolvidos se encontram são bastante desfavoráveis em relação às condições existentes nos países desenvolvidos no início da Revolução Industrial. Ou seja, os países do Hemisfério Sul atualmente estão expostos a condições de degradação socioambiental mais graves do que aquelas que existiam há dois séculos atrás. Esta constatação transfere para os países afluentes a maior parcela da responsabilidade pelo agravamento da crise. E mais: apesar dos danos ambientais afetarem toda a sociedade, não afeta os indivíduos de forma idêntica.

Este autor entende ainda que a ideia de crescimento zero não faz sentido para os países do Sul, porque aumentaria ainda mais a diferença entre ricos e pobres. SACHS (*Id.*) o acompanha nessa linha de reflexão, admitindo que a proposição de crescimento zero deve ser questionada por razões sociais, considerando as disparidades que existe atualmente entre as nações.

A ampliação da modernização socioeconômica em escala global colocou em primeiro plano as discussões críticas sobre a pertinência dessa alternativa de desenvolvimento, lançando novos parâmetros de análise das opções possíveis de transformação do modelo dominante.

1.2 As sociedades modernas face aos desafios da globalização.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por uma ampla discussão sobre o processo de globalização, envolvendo economistas, administradores, planejadores, decisões políticas, e setores organizados da sociedade civil. VEIGA (2006) aponta para diferentes compreensões do que seja o processo de globalização, que vão desde o entendimento de que se trata de um processo sempre presente nas sociedades ao longo da história, criada através do expansionismo e da hegemonia de determinados grupos sociais, até outras análises que a consideram como uma característica do processo de modernização, facilitada pelos meios de comunicação e as novas formas de produção. Para o autor, há os que a

enxergam como um fenômeno real, como há os que consideram um exagero causado pelo entusiasmo ingênuo dos adeptos da globalização assimétrica.

Algumas características importantes desse processo revelam-se numa “economia dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, baixo custo de transporte, revolução nas tecnologias de informação e comunicação, desregulação das economias nacionais, e preeminência das agências financeiras multilaterais” (SANTOS, 2002, p. 29). Esta concepção estaria sustentada no consenso neoliberal, cujas principais bases seriam as restrições à regulação da economia, o direito de propriedade internacional para investidores estrangeiros e inventores, e subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais (SANTOS, *Id.*). Com isso, os países situados na periferia do sistema capitalista acabam se tornando massa de manobra da nova (des) ordem global. Essa perspectiva de análise indica uma tendência de manutenção da concentração dos benefícios do crescimento.

Desse modo, intensificou-se a discussão sobre os benefícios e os impactos negativos gerados pela dinâmica modernizadora. Por um lado, a afirmação de que a globalização seria capaz de estimular a superação do subdesenvolvimento em escala mundial. Nesse pensamento, a possibilidade de superação das barreiras entre países para o trânsito de mercadorias e de capitais (financeiros ou produtivos), permitiria um crescimento significativo dos níveis de produtividade e da competitividade. A mobilidade do capital financeiro e a expansão das dinâmicas de industrialização em áreas detentoras de vantagens comparativas favoreceria o acesso a bens de consumo a camadas cada vez mais extensas da população, oportunizando a geração de novos empregos e o acesso à renda em escala mundial.

Por outro lado, como sugere BONANNO (1999, p. 52), a “flexibilidade em escala global, a mobilidade do capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo-se as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção” são os aspectos mais importantes do pós-Fordismo. O sistema utiliza o Estado para aumentar a mobilidade do capital, enfraquecendo os instrumentos regulatórios locais, regionais e nacionais, “reduzindo o poder de barganha e as influências do trabalho”. Esse modelo “não é um sistema globalizado, mas um sistema

de mobilidade global e de ações globais que opera em reação às condições que se manifestam nos territórios locais e regionais” (BONANNO, *Id*, p. 53-54).

Para este autor, o contexto contemporâneo reforça a relação dialética entre as esferas global e local, em detrimento de uma percepção dualista do problema. As mudanças sociais no âmbito local não se desvinculam mais das relações sociais estabelecidas no âmbito global. As relações entre o global e o local adquirem assim um perfil qualitativamente diferente, onde a mobilidade do capital requer uma dimensão local para existir.

Nesse contexto de redução do papel do Estado e de ampliação da mobilidade do capital, MARSDEN (1999) afirma que o declínio da proteção estatal para produtores de alimentos está tendendo a exacerbar a clivagem entre empreendimentos capitalistas e pequenos produtores. Acredita que este problema está mais relacionado a problemas internos dos Estados-nação do que entre eles. Mesmo com a industrialização da produção agrícola, a espacialidade seria, daqui em diante, um componente do processo de acumulação alimentar e agrícola (MARSDEN, *Id*), permanecendo sujeita às condições naturais. Dessa forma, o autor destaca a importância de se compreender o papel específico da agricultura na economia global, como parte da natureza e do espaço.

Reforçando esta idéia de uma relação dialética entre os níveis global e local, BECK (2003) afirma que a globalização, cada vez mais, corre junto com a localização, num processo que rechaça a imagem de sociedades fechadas em si mesmas. Isso não significa automaticamente o renascimento do local tradicionalista, de acordo com BECK (*Id.*), e sim o surgimento de um novo conceito de localidade.

Esse espaço, que se integra à totalidade global, mas que possui suas próprias características específicas, passa a ser um novo referencial para a expressão do conjunto das racionalidades presentes nas sociedades. Ele faz parte de novas proposições para enfrentamento da crise socioecológica, auxiliando na formatação de novas propostas de desenvolvimento.

A discussão da dialética global-local esteve acompanhada de novas proposições analíticas e normativas para a construção de alternativas de desenvolvimento, considerando o aprofundamento da crise do meio ambiente, que passaram a compor as agendas de discussões nos mais diversos setores da sociedade.

1.3 Novas perspectivas diante da crise socioecológica – a noção de ecodesenvolvimento.

Os efeitos do processo de desenvolvimento moderno colocaram em dúvida a viabilidade de uma concepção de desenvolvimento centrada no crescimento, a qualquer custo, da produção e do consumo, e na degradação acelerada do meio ambiente. Dessa forma, foram abertos espaços para a discussão de novas ideologias, superando-se o dualismo entre planejamento centralizado e desregulamentação estatal.

Em sua síntese sobre a evolução da noção de ideologia, DUPAS (2006) destaca, inicialmente, a conotação de uma falsa descrição da realidade, geradora de alienação, típica da tradição marxista. Ressalta a posição de Gramsci, que associa a dimensão da luta de classes, e também o pensamento de Max Weber, que relaciona com o papel das idéias e da racionalidade interação social. Finalmente, menciona a contribuição da Escola de Frankfurt que aprofunda a análise sobre a racionalidade presente na ideologia das sociedades industriais.

Por sua vez, HABERMAS (2002) observa que a legitimação do sistema hegemônico de regulação econômica baseada no progresso técnico é que leva a que o sistema de dominação consiga se adaptar à imposição dessa racionalidade, definindo um quadro institucional diretamente econômico e apenas indiretamente político, enfraquecendo as outras racionalidades da sociedade (sociocultural, ecológica, espiritual). Ou seja, o pensamento de que o progresso técnico irá sempre responder aos desafios da sociedade, dominando a natureza, distancia as pessoas de sua ação política.

A busca incessante do domínio da natureza pela sociedade começou a ter oposições em várias partes do mundo, questionando a racionalidade presente nessa perspectiva ideológica. Trata-se de um embate muito mais recente do que a questão da apropriação dos ganhos gerados pela produção, estabelecido pela racionalidade econômica. A crise socioecológica, que tomou corpo a partir do final da década de sessenta, começou a ganhar as ruas através de movimentos sociais, e passou a ser difundida nos fóruns mundiais. O tema da conservação da natureza passou a ganhar adeptos em muitas partes do mundo, sob diferentes formas, ao mesmo tempo em que a ecologia, como ciência, passa a estar dentro das opções contemporâneas de estudo.

A noção de ecologia como um novo campo de conhecimento científico, surgida em meados do século XIX, designa a investigação das relações entre os seres vivos com o mundo exterior, das relações dos organismos que vivem num mesmo local, com suas adaptações ao meio em que vivem numa luta pela vida (VIEIRA & RIBEIRO, 1999). A partir daí, outras áreas das ciências passaram a incorporar diversas noções oferecidas pela ecologia.

DANSEREAU (1999) apresenta uma discussão sobre a evolução ocorrida em diferentes ciências, determinada pela nova problemática surgida com a evolução do processo de modernização em relação à natureza. Ressalta a importância que teve durante muitas décadas a idéia de que as contínuas evoluções no domínio tecnológico iriam oferecer as soluções para os problemas criados pela utilização predatória dos recursos naturais nas sociedades modernas.

Essa compreensão tem sido fortemente abalada pela introdução do debate teórico sobre riscos incertos e imprevisíveis⁷, presente em várias correntes teóricas.

Em seu trabalho, DANSEREAU (*Id.*) demonstra os passos iniciais que levaram, ao longo das décadas de quarenta e cinquenta do século XX, geógrafos, sociólogos, ecólogos e antropólogos a rever as concepções dominantes sobre a relação sociedade-natureza. Aponta os estudos de William Vogt e Fairfield Osborn como inspiradores de um processo de integração mais profunda da biologia e da antropologia. Cita ainda os esforços intelectuais de Carleton Coon e Theodosius Dobzhansky, na década de sessenta, como o momento de fortalecimento da proposta de uma *ecologia do homem*. O envolvimento gradativo de diferentes disciplinas, particularmente as ligadas ao domínio das ciências humanas e sociais, construiu as bases da ecologia humana sistêmica.

Visto como um dos mais importantes formuladores dessa abordagem, admite que a ecologia do homem deveria considerar a variedade de ambientes existentes, onde os recursos são distribuídos e explorados de forma socialmente desigual. Desse modo,

⁷ Tanto as correntes de pensamento ligadas ao ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento viável, como à teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck, apontam para a imprevisibilidade da ação antrópica, fazendo com que os riscos dessas ações sejam incertos, tornando difícil o estabelecimento prévio da relação entre causa e efeito.

diferentes perspectivas deveriam ser integradas, a saber, a ecológica, a econômica, a social e a cultural.

Os adeptos dessa perspectiva insistem no reconhecimento dos limites das abordagens disciplinares, sem desconsiderar sua utilidade na investigação das dinâmicas ecossistêmicas. Dessa forma, o ser humano transforma a natureza enquanto elemento constitutivo da mesma. A partir desses novos elementos, que fundamentam a institucionalização de um novo campo de conhecimento, a ecologia do homem emerge como uma alternativa às abordagens dicotômicas ainda predominantes. Essa perspectiva inovadora distingue-se ao mesmo tempo do antropocentrismo e do biocentrismo, este último característico dos movimentos ecológicos radicais e da própria abordagem ecológica tradicional. Seja como for, em ambos os casos prevalece uma visão dicotômica da relação entre ser humano e natureza. A nova ecologia humana propõe que essa dicotomia seja superada em favor da compreensão do ser humano e da natureza como constituintes de um mesmo sistema integrado.

O rompimento da forma dual de se observar cientificamente os sistemas transforma profundamente a compreensão dos processos evolutivos. Desgasta-se a visão da evolução do ser humano e da natureza como sistemas disjuntos. As transformações se interligam e promovem efeitos em diversos sentidos, afetando de forma ampla os seus componentes (DAVIDSON e BERKES, 2003).

Neste contexto, a noção de equilíbrio cede lugar às noções de resiliência, e de co-evolução sociedade-natureza. Ou seja, os sistemas socioambientais encontram-se em processo de transformação permanente, cujos resultados, considerando-se a complexidade dos sistemas, são dificilmente previsíveis no médio e longo prazo. Com isso, o planejamento do desenvolvimento deve levar em conta as transformações que podem comprometer de forma irreversível a resiliência dos sistemas (WEBER, 2000). Para tanto, tais sistemas devem, necessariamente, dispor de mecanismos de feedback que viabilizem o seu monitoramento contínuo.

Essa abordagem da ecologia humana rejeita tanto a ideologia economicista embutida no projeto do capitalismo ecológico, quanto a racionalidade preservacionista radical ou a visão biologizante da pesquisa ambiental.

Nesse contexto, os novos riscos produzidos pelas sociedades modernas passaram a alimentar o desenvolvimento de novas linhas teóricas (BECK, 2003; CALLON *apud* SABOURIN, 2002). De acordo com seus proponentes, não há mais fronteiras que limitem os efeitos das decisões tomadas sobre a dinamização dos processos produtivos, com base nos avanços científicos e tecnológicos. Os riscos, além de incertos, se tornaram planetários.

Em seus textos, WEBER (1993) já advertia para o fato de que cada passo da ciência no sentido de uma nova descoberta implicaria em efeitos que exigiriam novos investimentos em conhecimento, criando uma rápida lógica de obsolescência e necessidade de novos conhecimentos.

Ainda segundo estas novas linhas de interpretação, a complexidade dos sistemas socioambientais subverte os esquemas de causalidade linear, resultando em possibilidades de danos não previsíveis (JOLLIVET e PAVÉ, 2000; GARCÍA, 1994). A crise socioecológica tornou mais visíveis os limites do processo de modernização e do modelo de crescimento da produção e do consumo, e dos próprios estilos de vida correspondentes.

Algumas formulações de novas propostas de desenvolvimento começaram a surgir ao lado de tendências que exprimem a ambição de ajustar a nova perspectiva ecológico-humana aos imperativos do capitalismo globalizado. Trata-se da concepção de um capitalismo ecológico voltado para um tipo de enfrentamento setorial e reducionista da complexidade da crise, na linha de um enfoque analgésico que não coloca em xeque os condicionantes estruturais do fenômeno.

O processo de modernização capitalista, da mesma forma com que internalizou a problemática social através dos conceitos relacionados à responsabilidade social das empresas (que dão novas perspectivas de mercado para empresas que desempenham papéis considerados socialmente relevantes), passa assim a internalizar a questão ecológica, aproveitando-se do tema para novas oportunidades mercadológicas. A sustentabilidade, para o capitalismo ecológico, refere-se à amenização dos efeitos perversos (as externalidades ambientais) provocados pelos processos produtivos e pela destinação dos resíduos assim gerados.

Segundo essa visão de sustentabilidade, permanece legítimo o pressuposto segundo o qual o progresso contínuo, econômico e tecnológico poderá resolver os problemas no longo

prazo, com o permanente aperfeiçoamento dos processos produtivos. Não comparece aqui a necessidade de uma revisão da ideologia economicista e tampouco do paradigma ético baseado no domínio implacável dos seres humanos sobre a natureza e do seu correlato: a violência generalizada entre indivíduos, grupos e sociedades.

Nessa modalidade de compreensão da questão socioecológica prevalece, portanto, o viés antropocêntrico na interpretação do sentido do desenvolvimento, presente na teoria econômica convencional. De acordo com KAPP (1972), essa teoria, de corte neoclássico, trata os custos sociais e ecológicos como *externalidades*, buscando através dos mecanismos de mercado (e da formação de preços) as explicações e soluções para a crise. A questão socioambiental é abordada da perspectiva da racionalidade analítico-reducionista e da regulação mercantil dos processos de crescimento material.

No entanto, os resultados alcançados por este modelo de desenvolvimento constituem evidências eloqüentes das limitações dessa concepção, que não leva em conta a complexidade dos sistemas socioambientais contemporâneos. Como afirma SACHS (2000, p. 56), “a revolução ambiental coincidiu com a contra-revolução neoliberal e o ressurgimento do *laissez-faire*”, e devemos admitir que o desenvolvimento sustentável é “incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”.

Ao lado dessa concepção, ganhou ressonância a posição biocêntrica, marcada pela ênfase colocada na preservação da natureza e na crítica radical à ética do domínio dos seres humanos sobre a natureza. Em torno dessas idéias organizaram-se diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais, muitas delas articuladas em escala mundial.

Em contraste com ambas as posições, e como parte dos preparativos para a Conferência de Estocolmo, em 1972, surgiu uma outra posição: a do *ecodesenvolvimento*. Seus adeptos criticavam tanto o processo de modernização capitalista, como o produtivismo embutido nas economias de planejamento centralizado – do chamado *socialismo real*. Passaram a questionar a predominância da racionalidade economicista presente nessas duas correntes ideológicas, sem deixar de reconhecer a dimensão conflituosa da gestão das relações que mantemos com a natureza e a importância da conservação do patrimônio natural da humanidade.

Os defensores do enfoque de ecodesenvolvimento aprofundaram o questionamento dos modelos de desenvolvimento implementados ao longo do século XX. No centro desse questionamento está a idéia de pensar as relações de interdependência envolvendo a sociedade e a natureza, a partir do novo paradigma sistêmico.

Como afirma DUPUY (1994, p. 89), “para ultrapassar as incertezas e a ambigüidades do movimento ecológico, basta compreender que ele é apenas um elemento particularmente visível de um movimento mais profundo que repõe em causa o conjunto dos valores da modernidade”. Dessa forma, novos campos de conhecimento passaram a se consolidar e a fundamentar estratégias de desenvolvimento que buscam a superação da perspectiva economicista, abrindo espaço para a construção de uma nova abordagem modernizadora para o desenvolvimento.

DUPUY (*Id.*) afirma ainda que a autonomia é um dos principais valores defendidos pelos diferentes movimentos ecológicos que foram surgindo a partir dos anos 1960. A autonomia de grupos sociais, por sua vez, só pode ser concebida em sinergia com seu contrário que é a heteronomia⁸, conforme afirma o autor, buscando estabelecer as bases que organizam a sociedade. Isso produziria a superação do individualismo, trazendo as sociedades para um processo solidário e de cooperação, que leva em conta as especificidades socioambientais, que condicionam a formação de diferentes estratégias de desenvolvimento.

As perspectivas oferecidas pelo ecodesenvolvimento são baseadas em processos negociados e construídos socialmente, em busca da solidariedade e da cooperação, e devem conduzir a uma pluralidade de opções (já que reconhece processos sociais, econômicos, culturais, ecológicos e políticos diferenciados para cada região), alicerçada no princípio do pluralismo tecnológico, “que combina a geração de ecotécnicas de base científica com o resgate do saber-fazer das populações tradicionais” (VIEIRA, 2002, p. 5). Para SACHS (1986), essa perspectiva de desenvolvimento tecnológico pluralista permite a compatibilização dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, e o estabelecimento de propostas específicas para as diferentes situações.

⁸ A heteronomia seria o processo de alienação ou de exteriorização, onde a produção dos homens ocorre por mecanismos e instituições que lhes foge ao controle (DUPUY, 1994).

Na mesma linha de interpretação, GLAESER & VYASULU (1984) referem-se ao conceito de tecnologias apropriadas, fortalecendo a idéia de pluralidade de alternativas de ação. Para esses autores, tanto em pequena como em larga escala, simples ou sofisticadas, intermediárias ou avançadas, devem levar em conta a integração de fatores econômicos, socioculturais, ecológicos e políticos, característicos de cada região. Trata-se de um tipo de tecnologia voltada para o fortalecimento da autonomia da população local, onde o processo de desenvolvimento tecnológico resulta de uma construção negociada e baseada no conhecimento e experiência acumulada.

Segundo esses autores, para a utilização dessas tecnologias apropriadas a um novo estilo de desenvolvimento, os produtores devem estar convencidos de sua conveniência. A observação de inúmeros exemplos disponíveis na bibliografia técnica indica que uma ecotecnologia, apesar de necessária, não seria suficiente para a construção de estratégias de ecodesenvolvimento. Sua difusão pressupõe a consolidação de espaços de planejamento e gestão local das inovações sociotécnicas, acompanhada de um sólido e persistente esforço de pedagogia social.

Devido às inter-relações que caracterizam a inovação tecnológica nos processos de modernização das sociedades contemporâneas, SACHS (1986), alerta para o erro de se associar o ecodesenvolvimento unicamente a um estilo tecnológico, já que ele compreende ainda diversas modalidades de organização social e um novo sistema de educação. Nesse campo, o ecodesenvolvimento estaria baseado na modificação dos valores em relação à dominação da natureza, e teria um papel estratégico na formação de uma nova ética socioambiental.

Na perspectiva do ecodesenvolvimento, os sistemas sociais estão inscritos nas dinâmicas naturais, formando um mesmo sistema. O manejo da complexidade dos sistemas socioambientais exige que os problemas sejam tratados de forma trans-disciplinar, levando-se em conta as relações institucionais trans-escalares, que poderão viabilizar a promoção da autonomia local pensada em termos sistêmicos conseqüentes – sem os riscos de desvio “localista”.

A participação comunitária autêntica nos processos de desenvolvimento favorece a construção de trajetórias plurais de desenvolvimento (SACHS, 1986). Estas últimas são

determinadas nas interações das diversidades biológicas e culturais, produzindo processos de co-evolução sociedade-natureza, com diferenciação entre as regiões. Isso significa que, para o ecodesenvolvimento, as características da natureza e da sociedade deverão definir trajetórias distintas entre as localidades, o que implica em soluções institucionais, tecnológicas e de gestão diferenciadas.

O ecodesenvolvimento considera ainda que as incertezas, o inesperado e as desordens são vistas como dimensões que devem ser incorporadas nos cenários prospectivos, baseado na perspectiva de análise de sistemas complexos (MORIN, 1990).

Dessa perspectiva, a compreensão dos arranjos institucionais locais, que refletem os conceitos e valores locais e externos que agem no território – definidos como regras e normas de procedimentos sob cuja inter-relação se produzirão os processos de intervenção para o apoio ao desenvolvimento – torna-se um elemento importante para a melhor gestão desses sistemas complexos, com suas incertezas. No entanto, nos processos de negociações entre atores locais, as representações possuem pesos diferentes, o que pode levar a não serem construídas estratégias de desenvolvimento que conduzam à equidade. Elas podem refletir o predomínio de grupos mais poderosos na exploração dos recursos naturais, em prejuízo das comunidades desfavorecidas, acentuando seu processo de marginalização no desenvolvimento local.

Portanto, muitas vezes processos de desenvolvimento que colidem com a busca de equidade social podem ser deflagrados pela correlação de forças existentes ao nível local – e não só por influências exógenas.

Dessa forma, pensar o desenvolvimento local, com base na formação de uma consciência patrimonial, significa evitar tanto uma abordagem economicista quanto uma abordagem preservacionista. Como afirma VEIGA (2002), o sentido de patrimônio, elemento básico de uma concepção ecológico-humana, vai além da consideração dos componentes biofísicos (as paisagens, as obras artísticas e os sítios arqueológicos), envolvendo a dimensão sociocultural associada às tradições, saberes artesanais e culinários e a própria imagem do local, o que transcende às expectativas econômicas das populações, incorporando a busca por outras necessidades.

O desenvolvimento deve, portanto, levar em consideração a gestão do conjunto do patrimônio natural e cultural de cada região, e as necessidades básicas, tangíveis e intangíveis, da população envolvida. Deve ainda pressupor o princípio ético da transmissão inter-geracional desse patrimônio, permitindo assim que no futuro as próximas gerações disponham das mesmas possibilidades de seu uso que a geração atual.

A proposta do ecodesenvolvimento privilegia o “aprender-fazendo”, nos processos adaptativos, com base numa representação dinâmica dos sistemas socioambientais, que leva em conta o papel essencial desempenhado pelas retro-alimentações dos impactos gerados pelas inovações sociotécnicas⁹.

Em outras palavras, o “aprender-fazendo” e os mecanismos de feedback demandam um monitoramento contínuo e participativo das ações e efeitos, cujos resultados devem permitir o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do patrimônio comum, aumentando a resiliência dos sistemas (BERKES, 2002).

FEENY et al (2001), por sua vez, defende a idéia de que o co-manejo dos recursos de propriedade comum¹⁰ numa dada área pode ser estabelecido como estratégia de acesso e uso desses recursos, permitindo assim a construção de processos de desenvolvimento compatíveis com uma visão sistêmica da realidade.

O sentido de sustentabilidade ecológica e social aplicado a esse tipo de pensamento está baseado na possibilidade de se projetar, no longo prazo, as possibilidades ou opções de uso do patrimônio. Ele poderia ser manejado de forma a permitir o monitoramento contínuo das transformações tanto antrópicas como naturais que ocorrem nos sistemas socioambientais. Nesse sentido, tanto no que se refere à manutenção das opções de uso para o futuro, quanto à valorização da noção de socioambiente como espaço de ação dos atores sociais, essa perspectiva de desenvolvimento envolve a superação das dicotomias entre presente-futuro e sociedade-natureza. Isto implica na construção de novos padrões éticos capazes de fundamentar novos projetos de sociedade e novos estilos de vida.

⁹ Retro-alimentação no sentido de mecanismos de *feedback*, que promovem um contínuo fluxo de informações sobre os efeitos das ações antrópicas e naturais.

¹⁰ Toma-se como base o entendimento de que a melhor forma de se conseguir um manejo mais adequado dos recursos naturais é quando se toma o conceito de patrimônio comum, onde a responsabilidade pelo seu uso é coletiva, envolvendo atores locais, externos e poder público (VIEIRA & WEBER, 2000, BERKES, 2002, DAVIDSON-HUNT & BERKES, 2003).

A perspectiva de longo prazo e o reconhecimento da incerteza que cerca a evolução dos sistemas socioambientais, dessa forma, desgasta a noção de equilíbrio e valoriza a noção de resiliência. Esta última incorpora as transformações antrópicas e naturais, permitindo a introdução do sentido da gestão viável de um espaço local, de forma a se utilizar as melhores modalidades possíveis de gestão das interações que se produzem no local, e viabilizando a internalização do horizonte de longo prazo (WEBER, 2000)¹¹. Criticando a idéia de equilíbrio no longo prazo, o autor afirma que:

“Um organismo vivo modifica o meio no qual ele vive, e se adapta às modificações exógenas deste meio, seguindo assim uma trilha de viabilidade ao longo da qual não existe nem equilíbrio e nem optimum que não sejam momentâneos” (WEBER, Id, p. 120).

Por esse motivo, WEBER (2000) sugere o rótulo “desenvolvimento viável”, que caracterizaria de forma mais clara a percepção do problema da imprevisibilidade das dinâmicas socioambientais e da complexidade dos processos adaptativos com o objetivo de resguardar, na medida do possível, recursos no longo prazo, fortalecendo ao mesmo tempo a resiliência dos sistemas. Esta noção remete-nos à preocupação com a gestão dos conhecimentos voltada para um manejo mais adequado, integrado e participativo, e que incorpore a perspectiva de longo prazo.

No que se refere ao processo de tomada de decisão sobre o patrimônio natural e cultural existente no nível local, ALLAIS (*apud* WEBER 2000, p. 133-134) apresenta o princípio de coerência, que considera racional “todo indivíduo ou grupo que persegue fins coerentes entre si e que consegue mobilizar os instrumentos adequados aos fins perseguidos”. Este princípio, segundo o autor, permite a superação da noção de maximização utilitária etnocêntrica e antropomórfica nos processos de tomada de decisão. A partir daí, WEBER (*Id.*) faz uma proposição no sentido de se analisar a decisão como

¹¹ De acordo com WEBER (2000), para a construção da sustentabilidade, o conceito de equilíbrio conduz a um entendimento de que as relações são estáticas, o que torna difícil de ser percebido no longo prazo. Por esse motivo considera que o conceito mais adequado seria o de resiliência, fundamentalmente baseado na compreensão de que mudanças cíclicas são características essenciais de sistemas sociais e ecológicos. Por suas características, um sistema resiliente possui importantes mecanismos de feedback e de manutenção da heterogeneidade, que permite atuar com diversas opções diante das mudanças ocorridas.

resultado da interação dos atores, que dispõem de representação, e que apresentam “pesos” diferenciados dentro dos processos de negociação, incorporando outras perspectivas não exclusivamente econômicas, e que permitem reforçar a necessidade de se contemplar a dimensão do longo prazo nas dinâmicas de desenvolvimento.

O conceito de ecodesenvolvimento formulado em suas fases iniciais (início da década de setenta, após a Conferência de Estocolmo) referia-se à definição de “um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, o que não significa não se poder estendê-lo às cidades” (SACHS, 1986, p. 15). Esta proposta estava vinculada ao desenvolvimento de áreas rurais ou de aglomerados urbanos de países do então chamado Terceiro Mundo.

A idéia era de que suas estratégias deveriam estar sempre relacionadas, quanto aos aspectos socioeconômicos, à superação das necessidades básicas das populações, uma restrição largamente encontrada em países considerados de desenvolvimento atrasado¹². No entanto, como contribuíram GLAESER & VYASULU (1984), o conceito de necessidades básicas deve ser visto de forma ampliada, englobando não só os aspectos referentes à renda, mas a outros relativos a temas como cultura e religião, sempre considerando o contexto climático e geográfico da região onde se encontra a população envolvida.

Sua aplicação relacionada ao planejamento de novas estratégias de desenvolvimento deve levar em conta: (i) a participação comunitária, fortalecendo o sentido de autonomia e de definição local sobre a busca de satisfação das necessidades básicas de seus membros; (ii) os valores e identidades locais vistos como elementos do patrimônio histórico-cultural a serem manejados em conjunto com o patrimônio natural; (iii) um estilo de vida construído a partir das expectativas e de estratégias locais para a satisfação das necessidades básicas, considerando-se as melhores formas de manejo do patrimônio comum; (iv) a gestão do diálogo de saberes, relacionada aos diversos conhecimentos disponíveis, sejam eles científicos ou locais e tradicionais, que auxiliarão nas decisões relacionadas às opções de uso e manejo do patrimônio; (v) a relação com o ambiente/natureza a partir de conhecimentos locais e externos, em favor da melhor gestão dos recursos disponíveis,

¹² Os conceitos utilizados neste projeto sob a denominação de desenvolvimento atrasado ou avançado estão relacionados àqueles utilizados pelos programas das Organizações das Nações Unidas, mesmo considerando suas limitações quanto a diferentes aspectos dos valores das diferentes sociedades.

mantendo seu potencial de utilização; (vi) o estabelecimento de processos de planejamento local, com inter-relacionamentos de conhecimentos e institucionalidades; e (vii) a equidade e a prudência ecológica, vistas como elementos que permitem escolhas consistentes para a valorização do potencial de recursos existentes em cada eco-região.

Dessa forma, o ecodesenvolvimento oferece pistas criativas para que os problemas relacionados ao desenvolvimento territorial sejam tratados de forma integrada e participativa. A busca da integração trans-disciplinar do conhecimento exige a formação de coletivos interdisciplinares¹³, trabalhando a partir de um marco epistemológico compartilhado desde o início do processo de intervenção, envolvendo pesquisadores, administradores, planejadores e a população. A integração trans-disciplinar configura um processo que envolve um elenco diversificado de participantes, incorporando novos atores para além dos *experts*.

Trata-se de uma busca de negociação entre os diferentes níveis institucionais que interferem numa determinada região, para criar uma relação com o mesmo sentido. Portanto, a perspectiva do ecodesenvolvimento relaciona permanentemente o local com o exterior, buscando a melhor gestão possível dessas inter-relações. Ela requer novos instrumentos de planejamento participativo, e a adoção de mecanismos flexíveis de retro-alimentação contínua das intervenções. Um instrumento importante que tem sido utilizado para efeito de construção de propostas de ecodesenvolvimento (ou de desenvolvimento sustentável) é a elaboração de Agendas 21 locais¹⁴ em rede, envolvendo inúmeras localidades e, ao mesmo tempo, possibilitando transformações no nível planetário.

Desta forma, abre-se um campo importante para a construção de novas perspectivas de desenvolvimento, tendo como base:

¹³ Os conceitos sobre interdisciplinaridade e trans-disciplinaridade serão detalhados mais à frente.

¹⁴ Na tentativa de consolidar instrumentos e mecanismos adequados para a construção de processos de desenvolvimento local (ou territorial) viável, JOHANNING (2003) considera a elaboração das Agendas 21 locais como uma forma capaz de atender aos preceitos em que este se baseia. Este instrumento de planejamento e ação permite que sejam considerados os aspectos da sustentabilidade, presentes na equidade social e na proteção ecológica do patrimônio natural, com base na participação e respeito à diversidade étnica e cultural. Poderia, portanto, ser um importante instrumento para o planejamento e a implementação de ações voltadas para a construção do ecodesenvolvimento ao nível local, com amplo envolvimento das populações envolvidas.

1. Uma nova visão de mundo – mobilizando a pesquisa socioambiental contemporânea, numa integração de conhecimentos e de interesses das diferentes representações sociais, de forma a transcender a dicotomia entre homem-natureza e comprometer as atuais gerações com os impactos de longo prazo de seus estilos de vida. Esta nova visão de mundo pressupõe o questionamento da lógica de organização da sociedade moderna;
2. Uma nova ética ecológica, que integra a busca da satisfação de necessidades básicas das populações com a opção pela prudência ecológica nas decisões sobre alternativas de desenvolvimento e a promoção da autonomia no nível local;
3. Uma práxis de mudança que mobiliza o desenho de tecnologias apropriadas a cada contexto socioambiental e a criação de novos estilos de vida.

Acompanhando DUPAS (2006, p. 23), assume-se neste estudo a ideologia como “uma rede de regras – dotada de certa permanência e estabilidade – que funda o vínculo social produzindo noções, representações, formas de discurso e pautas morais”. BUNGE (1985), na mesma linha de pensamento define ideologia como um sistema de crenças, juízos de valor e declarações de valor que orientam a organização das sociedades. Seus intérpretes sugerem que:

“A busca prioritária de satisfação das necessidades básicas das populações (fisiológicas, psicossociais, econômicas, ético-políticas, espirituais) deverá estar apoiada no princípio da subsidiaridade e no funcionamento de uma economia negociada e contratual – uma economia do patrimônio natural – sensível à complexidade dos sistemas socioambientais e, citando Morin, à inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e as realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários” (VIEIRA, 2002, p. 5).

O ecodesenvolvimento pressupõe, portanto, processos de construção coletiva, onde a equidade social e a prudência ecológica têm um papel fundamental na base de uma nova estrutura econômica, social e política das sociedades. Essa construção, que se diferencia em cada região, coloca o espaço local como a base para novas proposições de desenvolvimento. Nesse espaço local pode ser fortalecida a gestão compartilhada do patrimônio natural e cultural.

1.4 A teoria dos modos de apropriação e gestão de recursos de uso comum.

Buscando construir as bases para uma análise da gestão dos recursos naturais, FENNY et al. (2001) fazem uma crítica dos pressupostos básicos de HARDIN (1968). De acordo com os autores, a parábola da “tragédia dos comuns” sugere que a liberdade de uso dos recursos leva ao prejuízo para todos. Ou seja, para Hardin, a condição de livre acesso a recursos naturais de uso comum levaria à sobre-exploração e o esgotamento de um patrimônio comum a todos os cidadãos. Para evitar a “tragédia”, a solução para esse autor seria a apropriação privada ou estatal. Dessa forma seria controlado o acesso, sua exploração, e evitada a sua destruição.

A pesquisa empírica realizada nas últimas duas décadas corrobora, entretanto, a hipótese segundo a qual esta proposta não conduz a resultados efetivos quanto ao manejo sustentável dos recursos comuns. Uma solução alternativa para o manejo dessa classe de recursos naturais agrega uma terceira modalidade de apropriação denominada “comunitária”, e apela para soluções combinadas, dependendo da especificidade de cada contexto territorial.

Essas soluções consistem numa administração compartilhada entre o Estado, com uma ação sobre a regulação, e os usuários. Essa proposta se baseia na idéia de que os recursos compartilham das propriedades de exclusividade (ou controle de acesso) e de subtração, ou seja, existe uma capacidade dos usuários de subtraírem parte da prosperidade do outro, ao terem acesso aos recursos comuns. A definição que utiliza é que são “uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração” (FENNY et al, *Id*, p. 20), e seu manejo deve ser resultado de uma negociação, resultando em um processo de co-gestão (BERKES, 2004).

A co-gestão dos recursos naturais de uso comum está alicerçada na noção de gestão patrimonial. OST (1995) sugere que o conceito de patrimônio leva a transcender a distinção entre sujeito e objeto (o que permite a superação do sentido de domínio de um sobre o outro), e deve representar a complexidade de que ele é dotado. Tem a característica de ser trans-histórico, relacionando passado, presente e futuro. Deve conter, de forma simultânea, a lógica pecuniária e da racionalidade simbólica, representando um conjunto de interesses, que deve estar associado a um conjunto de encargos.

Isto significa que ele deve ser protegido e gerido, conservado e administrado, e deve incorporar um conceito trans-temporal, ou seja, lhe dá um sentido simultâneo ao passado, presente e futuro¹⁵.

Alguns pontos são premissas importantes na proposta de co-gestão dos recursos:

- A presença de arranjos institucionais construídos pelas sociedades, que operam na exclusão e regulação de uso dos recursos, na maioria das vezes resultantes de relações trans-escalares;
- A capacidade que as sociedades tenham de construir e impor regras, de modo a restringir a ação de indivíduos ou de grupos, em benefício do bem-estar da coletividade;
- O fortalecimento da democracia de base, na participação pública e no planejamento local, que cresce nas diversas sociedades do mundo, com ênfase no binômio descentralização-participação.

A análise da institucionalidade construída localmente e suas relações trans-escalares devem ser feitas, portanto, no contexto da análise dos conflitos dos atores, das formas de negociação produzidas e de seus resultados. E se constitui em parte importante para a discussão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento territorial

¹⁵ O sentido de patrimônio permite também o estabelecimento de uma relação entre natureza, como patrimônio natural, e a sociedade, com seu patrimônio histórico-cultural. O conceito pode ser aplicado ao conjunto do patrimônio natural e histórico-cultural.

O uso dessa noção provoca profundas mudanças nas proposições de desenvolvimento e nas atitudes dos atores frente a decisões e seus impactos previsíveis ou não sobre o patrimônio comum. A complexidade do sistema socioambiental e a necessidade de manter as mesmas condições de uso atuais de seu patrimônio para gerações futuras fazem com que o sentido de precaução seja aplicado, considerando que não se tem controle sobre todos os efeitos possíveis de uma determinada ação.

Para a consolidação da gestão compartilhada desses recursos, o problema ambiental deve ser percebido por todos e o conflito entre grupos sociais deve ser enfrentado, o que exige uma significativa participação social.

1.5 A ecologia política, a autonomia e a participação social para o desenvolvimento.

A abordagem integrada entre natureza e sociedade não perde de vista os problemas de caráter socioeconômico que caracterizam as sociedades modernas e que monopolizam grande parte do debate teórico, e os trazem para a complexidade dos sistemas sócio-ambientais. Como afirma DUPUY (1994), a ecologia foi obrigada a aprofundar suas análises no embate travado com a esquerda do espectro político. Considera que a crítica pós-marxista, de alguma forma, ajudou a construir uma nova base científica para uma leitura mais adequada da relação sociedade-natureza. Na opinião de DUPUY (*Id.*), por exemplo, o movimento ecológico, encontra-se face ao desafio de lutar pela liberdade do homem e pelo respeito aos equilíbrios naturais, concomitantemente.

Por sua vez, ILLICH (1975) argumenta que os homens, na modernidade, não mais produzem as relações de trabalho no bojo das relações que tecem entre si e o mundo de forma autônoma. Ao contrário, essas relações acabam sendo construídas sem o seu controle, caracterizando assim a supremacia das relações de heteronomia. O *modo heterônomo de produção* está intimamente associado à ideologia do “domínio sobre a natureza”. O que está em jogo é a hipótese segundo a qual, dentro do sentido da produção autônoma, as relações sociais podem não ser concebidos como mercadoria, e que a hegemonia da perspectiva heterônoma encontra-se na raiz da crise planetária do meio ambiente e do desenvolvimento. Nesse sentido, a eclosão dos movimentos ecológicos nos

anos 1960, em nome dos valores ligados ao conceito de autonomia, viria a corroborar esta hipótese.

Em sua notável síntese da filosofia política de Gandhi¹⁶, GALTUNG (2003) aprofunda essa reflexão, relacionando-a à moderna teoria de gestão de conflitos. Segundo o autor, Gandhi chamou a atenção para a importância da autonomia nos espaços de negociações, envolvendo o patrimônio comum da humanidade.

Desse modo, o conceito de autonomia assim definido aparece como um componente central do pensamento ecológico-político contemporâneo. A busca da autonomia, que não deve ser identificada com o cultivo da autarquia, e sim como cultivo do diálogo cooperativo baseado na autodeterminação, passou a ser uma diretriz de ação dos movimentos ecológicos e alimenta hoje em dia os projetos de desenvolvimento local¹⁷.

Os conflitos e a perspectiva de negociação dos mesmos, à luz da diretriz de gestão patrimonial de recursos de uso comum, vêm se tornando parte importante da construção de relações sociais baseadas na autonomia.

O planejamento de estratégias de desenvolvimento baseado na autonomia das comunidades pressupõe um esforço de descentralização político-administrativa efetiva, que permita o estabelecimento de conexões institucionais trans-escalares (nacional, regional e local ou territorial)¹⁸. Vale a pena ressaltar que o conceito de instituição está sendo usado aqui para designar o conjunto de normas e regras de procedimento que orientam os processos de acesso e uso do patrimônio socioambiental e os padrões de interação entre os diferentes atores sociais envolvidos.

¹⁶ Um dos grandes nomes da luta pacífica pela autonomia dos povos. Liderou o movimento pacífico pela independência da Índia em relação à Inglaterra, buscando o enfretamento dos conflitos, sem o uso da violência, mesclando um inovador conteúdo teórico com a prática permanente de suas idéias. Defendia que os conflitos deveriam ser enfrentados “aqui e agora”, mas sem o sentido de imposição de derrota ao grupo que se esteja enfrentando, procurando sempre o sentido de convencimento.

¹⁷ Para DUPUY (1994, p. 36), “a maior parte dos ecologistas se reconhece na corrente política dita autogestionária, cujas palavras de ordem são: redução drástica da heterorregulação centralizada que é o poder do Estado e o reforço da Sociedade Civil”. Para o autor, os ecologistas se aproximam do marxismo teórico, compreendendo a absorção do político na sociedade civil, mas se afastam do marxismo histórico, que proporcionou um fortalecimento do Estado.

¹⁸ As relações institucionais trans-escalares, ou trans-institucionalidade, ou seja, a relação entre os diferentes níveis institucionais, deve ser compreendida como uma forma que favoreça a construção de mecanismos ecologicamente prudentes e socialmente justos, com boa flexibilidade para ajustes a partir de um eficiente sistema de feedback em relação aos efeitos das ações, tornando-se um dos principais instrumentos para a gestão do desenvolvimento com perspectivas sustentáveis.

Em síntese, vistos dessa perspectiva, os processos participativos envolvendo as comunidades locais são fundamentais nas negociações voltadas para a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento, baseadas no cultivo da autonomia. Esses processos, por sua vez, pressupõem a descentralização político-gerencial e a participação comunitária autêntica, dando margem à criação de “sistemas comunitários de gestão de estratégias alternativas de desenvolvimento integrado, equitativo e ecologicamente prudente” (VIEIRA, 2002, p. 6).

A ecologia humana contemporânea vem tentando compreender a crise global à luz do novo paradigma sistêmico. O estudo de sistemas socioambientais complexos, por sua vez, exige novos instrumentos de análise, a partir de novos princípios de organização do trabalho inter e trans-disciplinar. Esse instrumental pode permitir ao meio científico desenvolver pesquisas que possam dar respostas às problemáticas socioambientais, bem como serem estabelecidos pela sociedade novos mecanismos participativos de gestão do desenvolvimento.

1.6 A interdisciplinaridade e a trans-disciplinaridade para a análise e gestão de sistemas complexos.

MORIN (1990) estabelece uma crítica à forma como se estruturaram as ciências modernas, segundo ele, organizadas sobre três princípios, cujo conjunto denominou como paradigma da simplificação, e que são: (i) disjunção, ou seja, a separação do sujeito e do objeto, e o isolamento radical dos três macro-campos do conhecimento científico moderno (física, biologia e ciência do homem); (ii) redução, saindo-se do que seja complexo para o simples, fazendo parecer que o corte do real é próprio real, eliminando-se possíveis interações entre os elementos do sistema, impedindo a percepção de múltiplos efeitos; e (iii) abstração, com a anulação da diversidade, justapondo-a sem conceber a unidade, o todo, numa perspectiva em que a soma das partes resulta no todo, com a simples agregação das análises disciplinares.

Todas as disciplinas que foram sendo desenvolvidas criaram suas próprias perspectivas e linguagem, distanciando-se das interseções com as outras disciplinas. Isso permitiu um aprofundamento no conhecimento científico de forma vertical, no entanto,

tornou as ciências modernas incapazes de dar respostas aos problemas socioambientais, devido à complexidade dos sistemas.

Esta estrutura de geração de conhecimento da ciência moderna busca a ordem perfeita, baseada numa construção progressiva de conhecimentos através do isolamento dos objetos daquilo que os envolve.

MORIN (*Id.*) propõe uma nova abordagem, a do pensamento complexo, onde busca a idéia da unidade complexa, ligando o pensamento analítico-reducionista das ciências modernas e o pensamento da globalidade. No sentido contrário de buscar a ordem no universo, expulsando a desordem, como quer o paradigma da simplicidade da ciência moderna, procura a relação da ordem e da desordem, que se complementam. A desordem é a irregularidade, o aleatório, aquilo que não está dentro do que é previsível, e não pode ser dissociado da ordem, para poder ser analisada a totalidade do sistema, segundo o autor.

JOLLIVET & PAVÉ (2000) propuseram a compreensão da complexidade de um sistema através da distinção de três tipos de complexidade: (i) a complexidade aleatória, onde se considera complexo tudo aquilo que é longo, não se tornando redutível, e que contém numerosos componentes e interações; (ii) a complexidade organizada ou lógica, que se refere a um objeto, composto por uma associação múltipla de símbolos, com base num sistema, e que está relacionado à forma não linear das inter-relações; e (iii) a complexidade de natureza metodológica, onde a análise só é possível a partir de várias disciplinas especializadas.

Buscando tornar mais claro o que significa esse conceito, GARCÍA (1994) afirma que a complexidade de um sistema não é determinada apenas pela heterogeneidade dos elementos que o compõe. A principal característica está na interdefinibilidade e dependência mútua das funções que esses elementos cumprem dentro do sistema, com uma interação de múltiplos processos fazendo com que a estrutura do sistema funcione como uma totalidade organizada. Isto conduz a uma outra característica básica do sistema complexo que é o fato de que qualquer alteração em uma parte se propaga de diversas formas, pelo conjunto das relações da estrutura do sistema complexo. Quando a resiliência é baixa, ressalta o autor, há uma reorganização total do sistema.

Pode-se afirmar, portanto, que a complexidade, no nível ontológico, é dada (i) pelo número elevado de elementos do sistema, (ii) pela sua heterogeneidade, (iii) pelo número elevado de interações entre os elementos, (iv) por relações de causalidade que não possuem um sentido de linearidade e (v) por uma importante abertura do sistema. Ou seja, além da heterogeneidade, está presente a mútua dependência dos elementos que compõem o sistema. No nível epistemológico, caracteriza-se pela carência de informações sobre a dinâmica do sistema, onde os riscos e a imprevisibilidade são acentuados, o que leva a fortalecer o sentido de precaução em relação a ações que o afetam.

Os sentidos de ação e estratégia passam a ser importantes no pensamento complexo MORIN (1990). Enquanto num meio estável a noção de programa atende às necessidades, já que as coisas são previsíveis e repetitivas, para o pensamento complexo, onde as mudanças e as incertezas estão presentes, é preciso mostrar estratégias. As estratégias se baseiam em cenários para as ações e podem estar permanentemente em transformação. Para esse autor, a complexidade é um desafio científico a ser enfrentado por equipes interdisciplinares e não uma resposta, na medida em que se deve – na célebre afirmação de Pascal - conhecer as partes sem conhecer o todo, e conhecer o todo sem conhecer as partes.

HOLLING et al (1998) indicam que os esquemas de causalidade não-linear exigidos pela análise dos recursos naturais de uso comum indicam um novo tipo de abordagem. Nos sistemas socioambientais, a complexidade se caracteriza pelas amplas interligações entre os elementos biológicos e as dinâmicas sociais, e podem ter origem em intervenções de diferentes níveis institucionais.

O primeiro e importante passo para enfrentar a problemática socioambiental é o da construção de uma abordagem interdisciplinar seria a partir de um marco epistemológico comum entre os diferentes componentes de uma equipe multidisciplinar, num processo negociado. Para GARCÍA (*Id.*), esse marco deve responder à pergunta sobre a viabilidade de serem constituídas bases conceituais gerais para uma pesquisa interdisciplinar, de comum acordo entre as disciplinas, e sobre a possibilidade de se considerar as relações dos fragmentos com a totalidade. Como afirma o autor, sem o apoio desse marco construído coletivamente, não se consegue obter, como resultado final, um diagnóstico integrado, um estudo realmente sistêmico.

Pode-se esperar construir, a partir de um esforço interdisciplinar, a trans-disciplinaridade, que significaria os conjuntos das interações que envolvem não só as disciplinas, mas inclui outros atores envolvidos na implementação de ações de desenvolvimento como planejadores, administradores e as populações locais (GODARD, 2000, p. 353). A interdisciplinaridade, como base para o estudo e a pesquisa de sistemas socioambientais, deve estar interligada a processos trans-disciplinares, para que a ecologia humana avance na sua contribuição para a construção de novos padrões de desenvolvimento.

A trans-disciplinaridade seria o método de trabalho para a efetiva integração entre todos os que estão envolvidos no planejamento e execução de projetos de desenvolvimento de uma região. Da mesma forma que é um desafio à formação de equipes interdisciplinares para os trabalhos de pesquisa numa perspectiva da ecologia humana e ecologia política, a integração dessas com outros atores da sociedade, sejam as comunidades locais ou agentes governamentais de diferentes instâncias e outras organizações não-governamentais, é uma tarefa que exige método e persistência.

Equipes trans-disciplinares podem construir cenários, estratégias e modos de gestão socioambiental de espaços locais, que ajudem a formatar perspectivas de desenvolvimento sustentável. Sua ação num espaço definido possibilitaria uma maior dinamização em torno do processo de desenvolvimento.

2. A valorização do espaço local de desenvolvimento.

As discussões sobre as transformações globais relacionadas a iniciativas endógenas de transformação no cenário local têm se disseminado no contexto acadêmico e entre os movimentos sociais, subsidiando políticas nacionais de desenvolvimento em vários países. Uma expressão em voga desde os anos 1970 destaca a necessidade de “pensar globalmente e agir localmente”.

Dessa forma, um conjunto de novas noções e experimentos tem emergido, e que justificam propostas que assumem o local como o espaço focal para a implementação de estratégias voltadas para a sustentabilidade ecológica e social do desenvolvimento, e que são apresentadas a seguir.

2.1 A globalização e a abertura de novos espaços de desenvolvimento local.

No mesmo período de consolidação do processo de globalização houve, paradoxalmente, um grande avanço nas proposições teóricas e nas implementações de políticas focadas no desenvolvimento local. CAZELLA (2002) apresenta duas razões para o surgimento do enfoque local de desenvolvimento, a partir dos anos 1980. Uma delas diz respeito aos esforços realizados pelo Estado para reduzir os efeitos da crise planetária através da valorização das potencialidades locais. A outra razão, ainda de acordo com o autor, está relacionada a iniciativas da sociedade civil, por meio do associativismo civil, interessado na busca de um modelo diferente de desenvolvimento.

BARTHE (*apud* CAZELLA, 2002, p. 10-11) aponta, a partir da realidade francesa, quatro correntes políticas ou movimentos sociais que têm fortalecido a construção dessas estratégias: “o movimento dos ‘payses’¹⁹, o movimento dos neo-rurais, o sindicalismo agrícola progressista e minoritário, e o movimento ecologista”. Ao mesmo tempo, adverte que o desenvolvimento local não surge em decorrência de uma suposta dicotomia entre Estado e sociedade civil. Para CAZELLA (*Id.*), o desenvolvimento local teve seu reconhecimento de forma progressiva, impulsionado a partir da adoção das leis de descentralização que ocorreram em várias partes do mundo, no decorrer dos anos 1980, e particularmente na França. No Brasil, este novo conceito comparece no texto da nova Constituição promulgada em 1988.

Por sua vez, SANTOS (2002) considera que a globalização corporifica a transposição de algo local para diversas partes do mundo. Sua definição parte do princípio de que a globalização não deveria ser vista como um processo consensual, mas um campo de conflitos. A produção da globalização equivaleria à seguinte definição:

“Conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado produto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais, desenvolvendo uma capacidade de designar como local outro produto, condição, entidade ou identidade” (SANTOS, *Id.*, p. 63).

¹⁹ O sentido de “pays” na França envolve o reconhecimento de uma região, pela população de todo o país, não necessariamente institucionalizada como estrutura governamental, mas que possui um identidade historicamente construída, diferenciada em seu patrimônio histórico-cultural em relação às demais regiões.

O mesmo autor propõe a formulação de políticas de apoio à elaboração de estratégias de desenvolvimento local, buscando a estruturação de uma globalização *contra-hegemônica*. Sua proposta busca superar uma abordagem estritamente produtivista, sintonizada com a competição por mercados (aumento da competitividade dos produtos locais via aumento da produtividade), numa perspectiva de valorização do pluralismo cultural e a experimentação com novos estilos de vida.

Nesse sentido, o multiculturalismo, baseado em estratégias de desenvolvimento local tendo como base a diversidade sociocultural, é apresentado como uma importante perspectiva por SCHEREN-WARREN (1998). Para a autora, a interface entre o saber local e a ação global provoca interpretações locais que se diferem de acordo com a própria cultura local, favorecendo o pluralismo cultural. Ela defende uma hipótese segundo a qual a formação de redes solidárias entre diferentes culturas fortalece as possibilidades de se construir processos de desenvolvimento que preservem as diferenças culturais.

O sentido de solidariedade presente nessas redes, conforme definido pela autora, estaria relacionado ao sentido de responsabilidade individual e coletiva com o social e o bem-comum. Isso implicaria na busca da cooperação e da complementaridade na ação entre os grupos de atores sociais.

A necessidade de “um outro desenvolvimento”, endógeno e orientado para a cobertura das necessidades básicas, em harmonia com a natureza e aberto a mudanças contínuas nos arranjos institucionais, surge na busca da sustentabilidade do desenvolvimento (SACHS, 1986). Ou seja, a partir do local trata-se de construir uma abordagem que esteja baseada na criação de uma harmonia entre objetivos sociais, ambientais e econômicos das dinâmicas do desenvolvimento.

Nesse sentido, como já foi ressaltado acima, a experimentação deve levar em conta as especificidades de cada local, ou seja, o estudo e o desenvolvimento de cada ecorregião²⁰ gera soluções específicas para cada situação social e ecológica (SACHS, *Id.*).

Desse modo, o processo em curso de desterritorialização da economia e da cultura, estaria ancorado exatamente na reterritorialização, ou seja, na redescoberta do “*sentido de*

²⁰ Sachs trabalhou inicialmente com o conceito de ecorregião, definida por possuir características socioeconômicas e ecológicas semelhantes, capazes de diferenciá-las das demais.

lugar” e de comunidade (SANTOS, 2002). O desenvolvimento local pode ser assim uma via de enfrentamento dos desafios sociais, econômicos, ecológicos, culturais e políticos, ao mesmo tempo. Observa-se, nesta perspectiva de compreensão do local no cenário global, que a interação entre os dois níveis é considerada necessária, mas ao mesmo tempo incompatível com relações de intercâmbio econômico assimétrico entre países (WILSON, 1996). As reações contrárias dos países economicamente mais desenvolvidos em relação à redução da proteção agrícola são um importante indicativo dessa afirmação, na medida em que colocaria em risco uma parcela majoritária de suas comunidades locais.

Dessa forma, o desenvolvimento local caracteriza-se por se tratar de um processo endógeno, baseado nas especificidades locais e na solidariedade, num sentido de cooperação e difusão da informação, articulado com o trans-local. Como elementos importantes de sua especificação, destaca-se a importância da valorização das diferentes racionalidades presentes nas sociedades, superando a hegemonia da racionalidade economicista prevalente.

Em síntese, o desenvolvimento local, seja numa perspectiva de enfrentamento do processo de globalização, seja como parte desse mesmo processo (como forma de atenuar seus efeitos perversos para as sociedades locais), está modificando a agenda dos diferentes atores envolvidos com o desenvolvimento. Passa a ser parte importante das estratégias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

2.2 O local como espaço de articulação socioeconômica.

Os distritos industriais italianos são dos mais conhecidos e analisados exemplos de uma dinâmica local que estabelece um processo diferenciado de desenvolvimento, baseado na chamada *industrialização difusa* (RAUD, 1999). Essa dinâmica socioeconômica baseia-se em aglomerados de micro e pequenas empresas em sintonia com as proposições clássicas de Alfred Marshall. Estudando a estrutura produtiva das pequenas e médias empresas instaladas em uma mesma localidade, Marshall constatou que apesar de concorrentes, sua dinâmica pressupunha a existência de laços de cooperação estimuladores de um padrão sistêmico de competição na região que leva em conta a qualidade dos produtos e serviços, a inovação técnica e a formação contínua. A partir destas análises, muitos trabalhos foram

desenvolvidos, particularmente os estudos sobre os distritos industriais e os clusters²¹, na cena do desenvolvimento local.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento local baseado no perfil dos distritos industriais e dos clusters leva em conta a proximidade de um mesmo setor industrial, onde o processo de competição-cooperação fortalece o investimento tecnológico e o retorno financeiro para o conjunto de empreendimentos, que atuam de forma cooperativa.

Surge, dessa forma, um contexto onde são levados simultaneamente em conta o espaço geográfico, as comunidades locais e as empresas, resultando na formação de um processo específico e diferenciado de desenvolvimento. Para RAUD (1999), a consolidação dos distritos industriais italianos alimenta a discussão sobre processos de construção social de mercados, com base em regras informais que são respeitadas por todos, formadas no bojo de relações comunitárias. Por sua vez, SARACENO (2006) afirma que seu sucesso está diretamente ligado às redes sociais formadas pela agricultura familiar local, que ofereceram a base do capital social e das relações de cooperação para a sua viabilização.

Os casos exemplares de desenvolvimento baseados nessas idéias demonstram a possibilidade de uma relação mais dinâmica entre os espaços urbanos e rurais, onde os empreendimentos se beneficiam da dinâmica de cooperação forjada entre os atores locais. Por sua vez, ABRAMOVAY (2003) procura analisar processos de desenvolvimento dos espaços rurais cada vez mais complexos. Demonstra a importância das relações entre esses espaços rurais e as cidades, bem como o dinamismo econômico que as relações de proximidade entre essas diferentes formas de ocupação territorial geram. Isto significa que

²¹ Por “cluster” se entende uma concentração geográfica de empresas e organizações de apoio que, articuladas, criam uma rede sistêmica que gera vantagens competitivas sustentáveis de uma região determinada, envolvendo estratégias de competitividade e cooperação em várias dimensões das cadeias produtivas consideradas. Em geral, trata-se de uma aliança de indústrias, estabelecimentos agropecuários, organizações governamentais e não-governamentais, de suporte financeiro, tecnológico, de serviços de apoio à produção, de fornecedores de matéria-prima, de serviços de distribuição, de promoção, de marketing, de desenho, de comunicação, de capacitação de mão-de-obra, de oportunidades de capital de risco, associações culturais, religiosas, de moradores, comerciais, de formação e pesquisa, etc, que tem como objetivo propiciar melhorias constantes da produtividade do capital e do trabalho, em processos produtivos compatíveis com a preservação do meio ambiente, o crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida das populações regionais. O espaço físico de um “cluster” é variável e corresponde a um território de escala socioeconômica significativa para a expressão do conjunto de variáveis que intervém no processo de desenvolvimento local.

o desenvolvimento local é um processo endógeno, mas que se fortalece por meio das relações dinâmicas estabelecidas com outros espaços mais amplos, externos à localidade.

CAZELLA (2002) aponta que os estudos da Terceira Itália constataram também que as regiões onde ocorrem processos de desenvolvimento baseados na industrialização difusa têm como característica distintiva, a presença de um centro urbano industrial que forma uma relação dinâmica com zonas rurais. Estas últimas, por sua vez, dispõem de uma estrutura industrial bem integrada aos mercados. Nesse sentido, criam-se laços de cooperação local, onde os atores locais cumprem papel fundamental para a construção e implementação dessas estratégias.

No entanto, mesmo considerada importante para o desenvolvimento, por si só a industrialização difusa não é uma condição suficiente para os países economicamente deprimidos, não garantindo a capacidade de manutenção do processo no longo prazo (RAUD, 1999).

Várias estratégias políticas têm sido implementadas visando promover o desenvolvimento local, buscando dotar os produtos locais de maior competitividade, através do fortalecimento dos atributos específicos das micro-regiões. A preocupação central é a criação ou o fortalecimento de condições que possibilitem novos índices de produtividade e competitividade dos produtos.

Em diferentes países, várias estratégias têm sido implementadas no sentido de incorporar aos produtos e serviços, os elementos de tipicidade e de rastreabilidade, considerados indispensáveis para assegurar uma diferenciação em mercados cada vez mais segmentados. Mediante este esquema, espera-se que os consumidores possam perceber mais facilmente os fatores de identidade (MOITY-MAIZI et al, 2001), de garantia de origem e de confiança, que permitam construir os mercados solidários capazes de promover o surgimento ou fortalecimento de sistemas produtivos locais. Por sua parte, os produtores (de produtos e serviços) poderão consolidar a conquista de novos espaços de mercado, desenvolvendo modelos alternativos baseados no fomento a inovação e na flexibilidade, que permitem tanto as tecnologias da informação, comunicação e gestão, como a ampla diversidade de oportunidades em matéria de agregação de valor a produtos e serviços.

Nessas estratégias, o diálogo envolvendo produtores rurais e consumidores organizados, em torno de valores culturais, imagens e metáforas, relativos a tradições culinárias, lúdicas e de relacionamentos sociais tradicionais (saberes populares, sabores, festas, vestuário, estilos de decoração, fitoterapias, etc.), são considerados uma base sólida para construir demandas fiéis, disputando a influência dos crescentes recursos de marketing a serviço de consumos padronizados e massivos.

Nesse caso, podem ser mobilizadas iniciativas, cada vez mais difundidas na Europa, de diferenciação dos produtos, seja através de *Indicações Geográficas*²² ou de *Denominação de Origem Controlada - DOC*²³, valorizando atributos locais que diferenciam os produtos no mercado. Essas estratégias estão associadas a conteúdos simbólicos da mensagem enviada pela relação entre o produto e a localidade de sua produção, cuja recepção pelos consumidores está associada ao contexto sócio-histórico em que estes se situam (THOMPSON, 1998). Dessa forma, elas se baseiam em novas formas de diálogo entre produtores de uma determinada localidade e consumidores (locais ou não), onde a decodificação da mensagem liberta os conteúdos simbólicos, presentes no imaginário do consumidor.

²² A Indicação de Procedência é uma indicação geográfica para os vinhos finos da região. Segundo a Lei nº 9.279, inspirada nas legislações da União Européia e largamente utilizada para os produtos daquele continente, considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico – do país, da cidade, da região ou da localidade do seu território – que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (TONIETTO, 2002). Somente os vinhos finos que se enquadram nas normas estabelecidas podem receber um selo especial com a identificação da origem de produção. Para ser reconhecida como tal, ou seja, como uma Indicação de Procedência, deve ter seu registrado aprovado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Segundo TONIETTO (*Id.*, p. 1), “seu regulamento incorpora várias inovações na produção de vinhos de qualidade no Brasil: área de produção delimitada; cultivares autorizadas, exclusivamente de *Vitis viníferas* L; rendimento máximo por unidade de área; origem da matéria-prima proveniente da área de produção delimitada; conjunto de produtos autorizados; elaboração, envelhecimento e engarrafamento dos produtos na área de produção delimitada; padrões de identidade e qualidade química dos produtos, mais restritivos que o estabelecido pela legislação brasileira de vinhos; padrões de identidade organoléptica dos produtos, via avaliação sensorial por comissão de degustação; controles de produção vitícola e enológica; Conselho Regulador como mecanismo de autocontrole; sinal distintivo para o consumidor, através de normas específicas de rotulagem, incluindo selo de controle; e, política de respeito às Indicações Geográficas reconhecidas em outros países ou no Brasil”.

²³ Uma DOC é uma modalidade de propriedade intelectual, através da qual um grupo de produtores de uma região possui um direito de propriedade coletivo, podendo utilizar denominações de origem para produtos dessa região (CHADDAD, 1996). Trata-se, de acordo com o autor, de uma estratégia de agregação de valor ao produto, pela diferenciação baseada na qualidade relacionada ao processo de produção, às características ambientais e culturais. Segundo TONIETTO (2002), o nome geográfico, no caso da DOC, designa produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos. Nesse caso, natureza e sociedade, de forma integrada, são capazes de fornecer produtos diferenciados, com identidade própria.

Uma das referências que tem merecido a atenção de instituições, especialistas e responsáveis por políticas públicas para o desenvolvimento rural é o chamado “Programa LEADER” da União Européia – que foi implementado a partir de 1991. Trata-se de uma política pública voltada para a recomposição dos espaços rurais, ou seja, um instrumento destinado a favorecer e estimular a iniciativa de atores locais, mediante projetos descentralizados. A iniciativa pode ser articulada como complemento de outras políticas nacionais ou comunitárias, visando apoiar o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável, e envolvendo a formação de redes, cujas localidades participantes possuem interesses compartilhados (JOUEN, 2000).

Em síntese, diversas estratégias semelhantes vêm sendo assumidas na busca da cultura local, associadas ao aumento da competitividade dos produtos. Nesse sentido, o desenvolvimento local emerge como uma proposta de desenvolvimento endógeno, realizado em pequenos agrupamentos humanos, numa micro-região delimitada, onde se promove o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida local (BUARQUE, 1998). Para este autor, isto significa a mobilização das energias da sociedade, de suas capacidades e de suas potencialidades. Dessa perspectiva, o planejamento do desenvolvimento deve levar em conta os seguintes aspectos: (i) a criação de novas e amplas oportunidades sociais; (ii) a viabilização econômica, tornando mais competitivas as economias locais e aumentando a renda e as formas de riqueza; (iii) e a conservação dos recursos naturais no longo prazo.

Apesar de ser um processo endógeno, BUARQUE (*Id.*) também ressalta a importância da compreensão de que o desenvolvimento local faz parte de um sistema mais complexo, havendo uma interação permanente entre a escala local e outras escalas mais amplas. A endogenia do processo, não significa isolamento. O autor compreende também que o desenvolvimento local se fortalece através de processos diferenciados, ao mesmo tempo em que a economia local se globaliza, integrando a economia mundial.

Nesse sentido, a discussão sobre o desenvolvimento local passa a incorporar tanto as perspectivas econômicas, sociais e culturais, como a ecológica, surgindo correntes que buscam no próprio conhecimento local informações importantes e necessárias para o melhor manejo local dos recursos naturais, em combinação com conhecimentos científicos.

A compreensão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento varia desde o conceito utilizado pelo que BRANDENBURG (1999) chamou de *ecoindustrialismo* (ou que pode ser denominado como capitalismo ecológico), que se baseia na capacidade da tecnologia atenuar os efeitos perversos do crescimento produtivo (racionalidade instrumental), até, no outro extremo, a *ecologia radical*, com o enfoque sobre a natureza que se sobrepõe aos interesses sociais (biocentrismo, rompendo com o paradigma científico-tecnológico dominante).

Entre estes dois pólos, o socioambientalismo, nos termos de BRANDENBURG (*Id.*), estabelece novas compreensões sobre a relação entre o homem e a natureza, a partir do que denominou de múltiplas racionalidades. Desse modo, as proposições de desenvolvimento local incorporam diferentes compreensões sobre sustentabilidade, dadas a partir das convicções que orientam o pensamento dos grupos ideológicos que coordenam as iniciativas.

Para BUARQUE (1998), a capacidade de proposição e manutenção de políticas de desenvolvimento local está diretamente ligada à participação ativa do cidadão, de forma a assegurar a efetividade e a continuidade das decisões, representando ainda a própria realização humana e sua socialização. A importância do mundo associativo, presente na localidade, e a existência de movimentos sociais ativos são apresentados como elementos importantes na explicação de como e porque ocorre a articulação das noções de desenvolvimento e de localidade (CAZELLA, 2002). Porém, para esse autor, os movimentos sociais perdem seu estatuto ou sua legitimidade a partir do momento em que o desenvolvimento local é institucionalizado. E, citando MOULAERT (*apud* CAZELLA, 2002, p. 46), afirma que “os movimentos sociais que, teoricamente, deveriam dinamizar as ações de desenvolvimento local confrontam-se à ortodoxia das autoridades locais. Esses últimos estão habituados com a lógica do capital privado, enquanto que os movimentos sociais adotam uma lógica mais voltada para o social, cultural ou ecológico”.

Acompanhando o surgimento dos diferentes rótulos utilizados na designação de estratégias de desenvolvimento que levam em conta a integração de aspectos sociais, econômicos, ecológicos, culturais e políticos, BUARQUE (1998, p. 34) apresenta a seguinte definição do conceito de *desenvolvimento local sustentável*:

“Um processo e uma meta a ser alcançada no médio e longo prazo, gerando uma orientação do estilo de desenvolvimento, enfrentando e redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. Esta demanda mudanças em três componentes constituintes do estilo de desenvolvimento: padrão de consumo da sociedade, base tecnológica dominante do processo produtivo e estrutura de distribuição de rendas, cada um com sua própria lógica e autonomia”.

2.3 Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial.

O conceito de território emergiu inicialmente na literatura das ciências naturais, relacionando o domínio de espécies animais ou vegetais numa determinada área. Passou a ser mais largamente utilizado pela geografia, quando começou a haver a elaboração de conceitos relacionando o espaço, os recursos naturais, a sociedade e as relações de dominação.

A utilização da diferenciação entre espaço e território dada pela afirmação de que um território é um espaço governado não é mais usual, na medida em que a gestão de recursos públicos tem sido objeto de ação das coletividades territoriais²⁴, e em que a noção de governança ampliou o sentido de governo (SABOURIN, 2002). Para este autor, especificar e caracterizar um espaço equivale praticamente a criar um território.

Na opinião de RAFFESTIN (1993), o conceito de espaço estaria relacionado ao patrimônio natural existente numa determinada região, enquanto o conceito de território leva em conta a ação dos diferentes atores sociais. Dessa forma, o conceito incorpora os “jogos de poder” entre os atores que atuam nesse espaço. Os conflitos assim gerados definem uma identidade circunscrita a determinados limites físico-geográficos. O território

²⁴ Um importante conceito foi incorporado aos estudos sobre a construção social de territórios, chamado de coletividades territoriais. Inicialmente esse termo estava relacionado ao conjunto de atores, tanto individuais como institucionais, de um território. Posteriormente, houve uma associação da noção inicial às representações sociais e políticas das comunidades e do estado, nos níveis local ou regional (SABOURIN, 2002), e que formam a rede do jogo de poder da formação do território. Ressalta, no entanto, que nem sempre as formas de relacionamento dos atores ou instituições definem uma coletividade territorial legalmente estabelecida.

corresponderia assim a uma ação social que se apropria de um espaço, tanto de forma concreta como abstrata, ou seja, em termos materiais e simbólicos.

Por sua vez, PAULILLO (2000) admite que a construção social de um território é determinada por fatores estratégicos de mobilização social local, como as normas (ou *institucionalidade*), os recursos de poder, a confiança e a cooperação ou reciprocidade. Para o autor, os processos de construção de territórios, que vêm ocorrendo como iniciativas públicas ou de movimentos sociais no Brasil, refletem dinâmicas de poder e riqueza que dependem “da capacidade de interação estratégica entre atores políticos, recursos humanos, infra-estrutura tecnológica e inovação organizacional” (PAULILLO, *Id*, P. 48). Da mesma forma, SABOURIN (2002) ressalta que a idéia de território deve estar sempre associada à idéia de poder, público ou de segmentos da sociedade.

No debate atual sobre políticas de desenvolvimento, a noção de território vem sendo incorporada como um aprofundamento do conceito de ecorregião ou de localidade. Para tanto, SABOURIN (2002, p. 22-23) mobiliza diferentes perspectivas disciplinares. O território é visto, desde uma visão antropológica, como o “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade” (TIZON, *apud* SABOURIN, 2002). Ou ainda, numa perspectiva da sociologia da economia, “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, *apud* SABOURIN, 2002). Em outro momento cita uma definição, onde território é “um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente” (CIRAD-SAR, *apud* 2002).

Para PECQUER (2000), o território é socialmente construído quando se forma a partir de um problema comum, definido por um conjunto de atores sociais, em um espaço geográfico dado. Considera como território dado quando este é estabelecido por uma delimitação político-administrativa. Como características dos territórios socialmente construídos, afirma que estes podem se sobrepor num mesmo espaço, que podem desaparecer, que seus limites nem sempre são perfeitamente claros e que valorizam os recursos potenciais (ou escondidos).

Deste modo, o território surge como um espaço de relações sociais onde há o sentimento de pertencimento, de ação coletiva e de apropriação, criando-se laços de solidariedade entre os atores locais (BRUNET, 1990). Exatamente por considerar um processo de construção social, baseado nos laços de solidariedade, é que PECQUEUR (1996) afirma que o território é algo mutável e inacabado, porque pode estar sempre em transformação pela dinâmica das relações sociais.

O território, desde essa perspectiva, dispõe de identidade e fronteiras construídas socialmente. Por isso mesmo, a formação dos territórios exprime um processo de construção, identificada com os limites definidos pelas coletividades envolvidas, onde a identidade é uma manifestação relacional, sempre tendo como referência a diferença com outros grupos sociais. A partir da forma de relação entre os grupos ou comunidades é que se pode compreender o fenômeno identitário. No caso dos territórios, a dimensão do espaço geográfico se agrega à identidade construída. Para CAZELLA (2002, p. 30), “o território é, ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional”. A análise institucional do território deve compreender ainda suas dimensões informais (reconhecidas pelos atores locais), que desempenham papéis formativos e cognitivos, e formais, que atuam no sentido complementar ao informal, conferindo ao conjunto institucional, força necessária para estabelecer o funcionamento do sistema econômico.

Os conflitos e negociações realizadas para estabelecer o conjunto institucional que regula as ações locais, no entanto, podem não estabelecer bases para a construção de processos que contemplem a equidade social. As relações de poder levam a mobilização e participação de segmentos locais que acabam por estabelecer e procurar impor os seus interesses.

Dessa forma, os jogos de poder e os conflitos, nem sempre facilmente visíveis, são considerados elementos essenciais de análise para a compreensão da construção territorial. Os diferentes níveis de participação devem ser observados, inclusive a não participação, porque “a resistência passiva, a indiferença, o rumor e a recusa a qualquer tipo de participação são mecanismos de ação possíveis que, se bem utilizados, podem minar um dado projeto formal de desenvolvimento territorial” (CAZELLA, 2005, p. 6).

Nesse sentido, a noção de território comporta diversas dimensões, que seriam: a dimensão física (ou seja, o patrimônio natural associado às transformações provocadas pelos atores sociais); a dimensão econômica; a dimensão simbólica (relações sociais e culturais entre os atores, relacionadas ao espaço); e a dimensão sociopolítica (relações de poder). Esses componentes da dimensão territorial proporcionam a diferenciação entre territórios, dando-lhe suas especificidades, o que implica em trajetórias ou processos particulares de desenvolvimento.

Essas definições, apesar das diferentes perspectivas disciplinares, apontam no sentido de uma noção de território visto como uma construção social, coletiva, com base em relações histórico-culturais, formando uma identidade distinta, e que é espacialmente delimitado. Há, portanto, uma relação direta entre o território e a identidade como elementos importantes para o desenvolvimento, a partir da abordagem da ecologia humana e da ecologia política. A identidade do território pode ser construída a partir de problemas comuns ou fortemente definida por fatores culturais. Cada situação diferenciada de identidade territorial pode proporcionar condições também diferenciadas para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento. Identidades territoriais definidas a partir de problemas comuns podem ser importantes para construir políticas e estratégias que busquem a cooperação local e trans-local para superá-los.

Por outro lado, a identidade territorial formada com base nos aspectos culturais locais confere uma perspectiva de abordagem de análise territorial que HAESBAERT (1997) chama de culturalista que, no entanto, pode ser vista associada (ou não distanciada) a uma abordagem econômica. A partir dessa perspectiva de identidade, outros tipos de políticas podem ser estabelecidos para a associação entre a valorização do patrimônio histórico-cultural e a busca de novos espaços de valorização econômica e integração social de grupos de atores locais, que pode ser definida como estratégias de desenvolvimento territorial com identidade cultural.

2.4 O território com identidade cultural.

De acordo com a UNESCO, a cultura é o conjunto dos aspectos distintivos, espirituais, materiais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social

determinado (UNESCO apud MOLANO, 2006)²⁵. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, crenças e tradições. Ainda de acordo com a UNESCO, a diversidade cultural, por sua vez, é a multiplicidade de formas em que se expressam as culturas dos grupos e sociedades.

Estas expressões são transmitidas dentro e entre os grupos e as sociedades, e são resultantes da criatividade das pessoas, grupos e sociedades, que possuem um conteúdo cultural. Elas vêm sendo objeto de estabelecimento de políticas e estratégias para fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, algumas dimensões e funções sociais da cultura são importantes para o planejamento do desenvolvimento, tais como: (i) um modo de vida; (ii) coesão social; (iii) criação de riqueza e emprego; e (iv) equilíbrio territorial.

No conjunto dessas definições, MOLANO (*Id.*) ainda relata a noção apresentada pela UNESCO de que atividades, bens e serviços culturais são os que desde o ponto de vista de sua qualidade, utilização ou finalidades específicas, encarnam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. Dessa forma, as atividades culturais podem se constituir numa finalidade em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais, e têm a possibilidade de se constituir em importantes estratégias de desenvolvimento de um território.

Esse conjunto de expressões culturais pode ser definido como o patrimônio cultural, que pode ser tanto material como imaterial. O patrimônio material pode ser constituído por elementos como monumentos, construções, lugares, objetos, arquivos históricos, bens artísticos, documentos, dentre outros. O patrimônio imaterial se refere ao conjunto de criações de uma comunidade cultural, que estão baseadas nas tradições expressas pelos atores, em resposta às expectativas de seu grupo social, como expressão da identidade cultural e social, além dos valores transmitidos oralmente (MOLANO, 2006). Exemplos de patrimônio imaterial são a língua, a literatura, a música, os jogos, a mitologia, os costumes, os conhecimentos tradicionais, e a forma de se fazer arquitetura e artesanato.

²⁵ Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales. Octubre, 2005. Conferencia intergubernamentales sobre políticas culturales para el desarrollo, 1998 y Convención de la Haya, 1954.

Para VERHELST (*apud* MOLANO, 2006), a cultura é algo vivo, e formado por elementos herdados do passado e pela inter-relação do local com os ambientes externos à localidade, que adotam em seu interior componentes culturais externos ou fazem inovações localmente. Dessa forma, a cultura possui importantes funções sociais, seja valorizando a si mesmo como indivíduo ou como grupo social. A partir daí, MOLANO (2006, p. 7) afirma que “o conceito de identidade cultural contempla um sentido de pertencimento a um grupo social com o qual se dividem aspectos culturais, como costumes, valores e crenças. A identidade não é um conceito fixo, mas que se recria individual e coletivamente, e se alimenta continuamente da influência exterior”.

FONTE (2006) afirma que a herança desse patrimônio é permanentemente re-elaborada no presente, pelos atores locais, e transferido ao futuro num processo que regenera a identidade e a unidade. Portanto, é um conjunto que se caracteriza por ser subjetivo e mutável. Para a autora, é uma construção social que nasce da comparação-adaptação entre continuidade e mudança, antigo e novo, tradição e modernidade.

Na perspectiva de relação entre território e identidade cultural, a construção de um território se baseia na existência do sentimento compartilhado de pertencimento ao lugar, com base em seu processo de formação histórico-cultural, e implica na definição de uma identidade cultural ligada a esse território, ocupando um determinado espaço geográfico.

Para CUCHE (2001) e o pensamento subjetivista sobre identidade, a fronteira que os grupos se determinam é a primeira ação no sentido de construir uma diferenciação, passo anterior à construção da própria identidade. Essa diferenciação é feita pelos grupos, como fronteira social simbólica, podendo ter ou não contrapartida territorial. Na construção dos territórios, essa fronteira ganha os limites geográficos, compatíveis com essa identidade cultural, determinada pelos grupos envolvidos. Nesse caso, a identidade está fortemente ligada aos aspectos culturais expressos nos saberes-fazer locais e, a partir dela, se estabelece a inter-relação com outros indivíduos e grupos.

O saber-fazer local seria uma forma própria de expressão cultural local, que pode definir a identidade, através da qual se estabelecem as relações de indivíduos e grupos. A cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados, onde se

estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns (FEATHERSTONE, 1993).

ALBAGLI (2004) considera, por sua vez, que a caracterização de uma noção de territorialidade ocorre com o surgimento do sentimento de pertencimento e um modo comum de agir, num determinado espaço geográfico, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. A autora fortalece essa compreensão afirmando que a territorialidade é condicionada por normas sociais e valores culturais e, dessa forma, variam tanto de sociedades para sociedade como de um período para outro.

O conhecimento e o saber-fazer local, além da capacidade dos atores locais de promover um estilo de desenvolvimento com características endógenas, baseadas no sentido de territorialidade presente entre os atores locais, formam o que OSTROM (1995) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para a autora, esse capital é que estabelece o potencial do desenvolvimento do território.

Entre as contribuições de LACOUR (1985) para o pensamento sobre a construção social do território destaca-se a idéia segundo a qual o espaço-lugar visto como suporte das atividades econômicas dá lugar à idéia de espaço-território, que se encontra carregado de vida e cultura. Para o autor, estes seriam os elementos importantes para conferir um bom potencial de desenvolvimento. Desse modo, o território construído passa a ser um espaço de desenvolvimento multidimensional, onde diferentes formas de racionalidades sociais interagem, e seus produtos estão relacionados à potencialidade criada pelo capital social existente, ou que seja mobilizado pela interação com organizações que apoiem o rompimento de impedimentos político-institucionais locais.

Já para SANTOS (2002) esse processo de construção territorial, por uma ação coletiva, pode ser caracterizado como uma dinâmica de reterritorialização (citado anteriormente), ou seja, a redescoberta do *sentido de lugar*. Essa redescoberta do sentimento de pertencimento ao lugar é reforçada por diversas proposições de diferentes autores que, contestando as teorias de aculturação que ocorreriam com o processo de modernização (ou de globalização), sugerem que as novas construções identitárias têm

ocorrido mediante o reencontro com tradições culturais (CARNEIRO, 1997; BILLAUD, 1996; JOLLIVET, 1984; JEAN, 1997).

O local se manifesta permanentemente e é construído a partir da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas (JOLLIVET, *Id.*). No entanto, o autor adiciona que essas mudanças promovem novas relações de poder de reagrupamento social.

KUPER (1999) afirma que as diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de idéias e valores. Para o autor, há um consenso entre os estudiosos sobre cultura a respeito desses pontos. Isso significa dizer que o próprio sentido de tradição cultural deve ser relativizado historicamente. Desse modo, o pensamento sobre território e identidade cultural necessita levar em conta um processo contínuo de transformações sociais, marcado por relações de poder na gestão do patrimônio natural e histórico-cultural local.

Essa construção territorial reflete, portanto, um conjunto de perspectivas do desenvolvimento das sociedades que se modificam no tempo, e pode ter um grande significado também sobre a valorização dos bens e serviços produzidos na região, inclusive pela associação a sua identidade e a sua cultura.

2.5 O território visto como espaço de dinamização socioeconômica.

Buscando utilizar o território como elemento de dinamização econômica, é possível considerar que se pode estimular “laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas” (ALBAGLI, 2004, p. 63). No entanto, a autora alerta para a impossibilidade de se construir essas territorialidades de forma exógena, sem levar em conta o capital sociocultural existente nos territórios. Nesse sentido, a valorização baseada em interesses externos corre o risco de perceber a territorialidade valorizada “como mero objeto de interesse mercantil e especulativo” (ALBAGLI, *Id.*, p. 63), alimentando a degradação socioambiental.

Por outro lado, a valorização dos produtos com base na força do capital social permite o surgimento de relações de solidariedade e sinergias na forma de redes sociais. Favorece assim a criação de uma dinâmica positiva entre o tradicional e o moderno. A autora destaca quatro pontos importantes para a definição de estratégias de valorização das territorialidades: (i) a identificação de unidades territoriais onde seja possível a promoção do empreendedorismo local, com delimitação de seu espaço geográfico baseado em “senso de identidade e pertencimento, senso de exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interação de atores locais”; (ii) a geração de conhecimentos sobre o território, identificando e caracterizando as especificidades e que representem potencialidades; (iii) a promoção de sociabilidades, buscando “possíveis modalidades de ação coletiva”; e (iv) o reconhecimento e valorização da territorialidade, com o resgate e valorização de imagens e da simbologia local (ALBAGLI, *Id*, 64-65).

A noção da integração entre os condicionantes locais das sociedades e da natureza é destacada por SABOURIN (2002), de forma a contribuir para a superação da dicotomia criada pelas ciências modernas (entre sociedade e natureza) em suas análises sobre a problemática ambiental. Essa integração, colocando o homem como componente da própria natureza, proporciona novos elementos para uma proposta de construção e manejo de territórios sustentáveis. Nesse sentido, o autor afirma que no enfoque territorial, a valorização negociada coletivamente, das potencialidades locais chamadas de atributos locais ou de ativos específicos (da sociedade e natureza), é a base do fortalecimento das estratégias locais de desenvolvimento.

Todavia, as redes sociais a que se refere ALBAGLI (2004) são menos visíveis que as organizações de caráter profissional como sindicatos, cooperativas, associações, etc., que possam estar presentes (SABOURIN, 2002). Essas redes podem ser formadas (i) por relações econômicas (como as redes de comercialização), ou (ii) por relações com base técnicas, como as redes técnico-econômicas (CALLON *apud* SABOURIN, *Id.*), as redes de diálogo técnico (DARRE *apud* SABOURIN, *Id*) e as redes sociotécnicas (HUBERT *apud* SABOURIN, *Id*). Elas se constituem em novas formas institucionais e funcionam como catalisadores de processos inovadores. Quanto mais numerosos os elos dessas redes, maior a força que elas podem proporcionar a ações coletivas de valorização de produtos com identidade territorial.

A economia territorial baseada nessas estratégias de valorização de produtos e serviços locais envolve a mobilização e capacitação de atores locais, compreendendo-se o consumidor como “co-produtor”, pelo seu papel de decodificador da mensagem da identidade. Implica a construção de redes sociais que conectem atores locais e externos ao território, além de novas combinações de conhecimentos tácitos e codificados (FONTE, 2006).

ABRAMOVAY (2002) considera que a idéia de que o capital social esteja ligado a fatores histórico-culturais, os quais determinariam a capacidade de ação voltada para o desenvolvimento territorial, limita a perspectiva de análise da potencialidade do papel do capital social sobre o desenvolvimento. Diferentemente da visão puramente culturalista, e baseando-se em análises e proposições de EVANS (1998), considera que o capital social pode ser formado a partir de sinergias entre a sociedade e o Estado. Isto significa dizer que “capital social não é simplesmente um atributo cultural, cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de muitas gerações; ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para apresentar, aos indivíduos, alternativas aos comportamentos políticos tradicionais” (DURSTON, *apud* ABRAMOVAY, 2002, p. 118). Nesse sentido, alerta para o fato de que os modos clientelistas e assistencialistas de políticas locais podem ser os grandes inibidores da acumulação desse capital cultural e social.

Essa linha culturalista fortalece o ponto de vista de PUTNAM (1993) sobre a importância do capital social para o desenvolvimento. Entretanto, não elucida de forma convincente de que maneira esse capital pode ser criado mediante articulações entre Estado e sociedade. A construção de capital social parece depender, assim, da criação de novas organizações, capazes de superar as limitações das culturas políticas conservadoras ainda predominantes no País.

Por sua vez, a institucionalidade, enquanto conjunto de regras e normas que regulam não só as ações dos atores locais, mas o poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores e a confiança e a cooperação, determinam a construção social dos territórios. Em outras palavras, esses fatores influenciam a capacidade de mobilização local para a construção social e a organização do território (PUTNAM, *Id.*). Nesse contexto seria importante ressaltar a relevância das chamadas *coletividades territoriais* na construção do

território, fortalecendo a noção de que se trata de um processo institucional, mas que pode estar baseado tanto em institucionalidade formal como informal.

Buscando estabelecer uma relação entre território, identidade, cultura e o mercado, este espaço geográfico pode ser caracterizado por uma definida identidade e por laços de proximidade e de interdependência. Pode significar um espaço de mercado para os sistemas produtivos locais – SPL, mas pode ser também um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e serviços locais, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis²⁶. As especificidades territoriais baseadas em aspectos da identidade cultural e do meio ambiente podem ser utilizadas no sentido de fortalecer estratégias de valorização dos produtos territoriais no mercado.

A noção de sistema produtivo local – SPL, muito utilizada na literatura sobre desenvolvimento territorial, aprofunda o conceito marshalliano de distrito industrial, e auxilia na elucidação da dinâmica dos *clusters*. Analisando processos de desenvolvimento territorial, VEIGA (2002)²⁷ afirma que:

“Um SPL pode ser definido como um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas. Ou como uma rede de empresas de uma mesma atividade ou de uma mesma especialidade que cooperam em determinado território. Ou ainda, como agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades”.

O mesmo autor considera que o SPL, com suas relações de proximidade e de interdependência entre as empresas e outras formas de organizações produtivas, pode estimular um aumento da competitividade dos territórios. Além disso, afirma que essa competitividade pode ser comprometida pela degradação socioambiental, o que faz com

²⁶ O autor agradece as contribuições para as reflexões sobre essa relação entre mercado e território ao Pesquisador do Cirad, Augusto Moreno, e ao Consultor da Fundação Lyndolpho Silva, Felipe Almeida Sampaio.

²⁷ Artigo científico acessado via internet, em formato sem numeração de página (ver Bibliografia).

que o manejo do patrimônio natural seja um importante elemento para o desenvolvimento, ao lado do patrimônio histórico-cultural.

O autor considera que, num contexto de importante capacidade empreendedora, o SPL pode envolver negócios independentes, criando uma dinâmica onde há um compartilhamento de oportunidades e ameaças, de concorrência e cooperação, e de conhecimentos e atração de serviços, entre as organizações que se situam nessa região.

Outro aspecto importante refere-se às relações de conhecimento onde ocorre uma interação entre o conhecimento científico e o saber-fazer local. Essa inter-relação (ou seja, a gestão dos saberes) pode permitir o fortalecimento dos atributos específicos dos territórios representados por aspectos sociais, culturais ou ecológicos, permitindo que produtos e serviços territoriais sejam diferenciados exatamente pela sua especificidade. Dessa forma, esses produtos deixam o mercado de “commodities” e passam a integrar novos espaços de mercado, caracterizados por uma relação produtor/consumidor baseada no interesse pela caracterização local ou tipicidade.

Por sua vez, PECQUEUR (2000) admite que a diferenciação de produtos ou serviços por meio de atributos territoriais pode significar não só aumento de renda, mas de qualidade de vida. Nesse sentido, a renda adicional obtida é construída pelo produtor, que utiliza um fator específico da localidade, que não é possível de ser reproduzido, ou seja, é exclusivo do local, raro. Mas o consumidor também faz parte dessa construção, cuja demanda pelo produto é orientada por critérios também específicos, pois os territórios dispõem de recursos genéricos ou específicos (estes não são reproduzíveis em outra localidade). A utilização dos recursos genéricos como estratégia de desenvolvimento, transformando-os em ativos genéricos, não diferencia um território de outros. Por outro lado, a utilização dos recursos específicos como ativos específicos em suas estratégias estabelece um diferencial em seu processo de inserção socioeconômica (PECQUEUR, *Id.*).

ARANTES (2004) destaca três pontos importantes para estratégias que visam o relacionamento de produtos e identidade cultural, a saber: (i) a singularidade, que significa que os diferenciais do produto estejam efetivamente enraizados na cultura local; (ii) a rastreabilidade, que torna possível a relação do consumidor com o ambiente de origem; e

(iii) a qualidade, que precisa estar associada sempre à base cultural dos produtores e de sua organização social.

MOITY-MAIZI et al (2001) afirmam que, dentro desse tipo de estratégia de diferenciação dos produtos, é esperado que a rastreabilidade permita que os consumidores percebam mais facilmente os fatores de identidade, de garantia de origem e de confiança. Esta relação inovadora permitiria a construção de mercados solidários e cooperativos, que são necessários para que os sistemas produtivos locais possam se desenvolver. Dessa forma, os produtores poderão consolidar a conquista de novos espaços de mercado, desenvolvendo novas formas de produtividade, a partir da inovação, dos novos conhecimentos e da flexibilidade institucional, que permitem tanto as tecnologias da informação, comunicação e gestão, como a ampla diversidade de oportunidades em matéria de agregação de valor a produtos e serviços.

Nesse contexto, vêm sendo difundidas as proposições de diferenciação de produtos por meio de *Indicações Geográficas – IG* ou *Denominações de Origem Controlada – DOC*. Elas baseiam-se na valorização de atributos locais específicos (que podem envolver diferentes aspectos de qualidade, do saber-fazer e das condições ecológicas), onde há uma associação do conteúdo simbólico da mensagem trocada entre produtor e consumidor. Por sua vez, a decodificação da mensagem embutida nos produtos territoriais (ou seja, a forma de sua compreensão) está relacionada ao contexto sócio-histórico onde se situam os atores (THOMPSON, 1998).

Para a melhor compreensão desses sistemas que estabelecem relações entre produtos e territórios, é preciso analisar alguns termos que definem especificidades, que são encontrados em diferentes países. Na França, por exemplo, utiliza-se o termo “produtos do terroir” para definir a especificidade, que se refere a, como afirma SALETTE (*Apud* NASCIMENTO & SOUZA, 2004, p. 183), “um agrossistema caracterizado, dotado de uma capacidade de gerar produtos particulares, aos quais ele confere uma originalidade e uma característica própria”. Já na Itália circula o conceito de “produtos típicos” e na Inglaterra o de “produtos regionais”.

O sentido de *terroir*, no entanto, é mais denso porque associa características culturais com os aspectos ambientais de um dado território (solo, clima, determinados aspectos de

fauna e flora, etc.). Além disso, considera a dimensão da agregação de valor aos produtos, estabelecendo uma relação entre produtor e consumidor que pode extrapolar limites locais de conhecimento, criando uma forma de comunicação entre consumidor e produtor. O conceito suscita no imaginário do consumidor, as inter-relações envolvendo a produção, a cultura e a tradição, a tipicidade e a qualidade.

Há uma delimitação de área de produção com as mesmas características de “terroir” com as quais o consumidor identifica o produto, o que define as possibilidades de concorrência no mercado em relação a produtos de outros territórios (NASCIMENTO e SOUZA, 2004). Em outras palavras, o conjunto dos produtores de um território pode ter marcas diversas do produto identificado com o território, mas se favorecem de uma imagem que é percebida pelo produtor. Desse modo, facilita-se a cooperação entre os atores locais.

A partir dessas noções foram sendo definidos diferentes sistemas de identificação de produtos, como as indicações geográficas ou as denominações de origem, institucionalizados e reconhecidos pelos acordos internacionais.

Os autores alertam para a compreensão de que muitas localidades, aparentemente, não dispõem de um patrimônio histórico-cultural-geográfico reconhecido. No entanto, acreditam que as sociedades podem ser estimuladas a explorar seu potencial territorial e o saber-fazer local, num processo de construção coletiva, cujo resultado poderia ser a diferenciação de produtos com qualidade para o mercado.

Para que estratégias de valorização dos produtos territoriais pudessem gerar efeitos positivos sobre a economia local, seria fundamental estabelecer articulações entre o saber-fazer local, que é parte da forma de expressão cultural local, e o saber científico. Essa integração de saberes é um elemento essencial na construção dos produtos territoriais. Para BRUSCO (1999), esse fator, aliado ao equilíbrio entre conflito e participação, condicionou fortemente o estabelecimento dos processos dinâmicos típicos dos distritos industriais italianos.

Importante também, segundo BENKO (1996), foi o sistema de concorrência e cooperação criado nos distritos, baseado na ampla circulação das informações necessárias para o estabelecimento de um processo coletivo de competitividade. SFORZI (1999) ressalta a importância de certos serviços inovadores, que surgem como resultado da

interação entre empresas de um determinado distrito, na disseminação de conhecimentos, considerando-os fatores fundamentais para a dinamização das economias locais.

Nesse contexto, a possibilidade de se articular formas de valorização de diversos produtos em torno de uma mesma construção cognitiva em escala territorial, foi indicada de forma instigante por PECQUEUR (2000). Trata-se da noção de “cesta de bens”, expressa, por exemplo, no fato de que na aquisição de um produto com qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos oriundos da produção local e determina sua utilidade sobre o conjunto dos produtos oferecidos. Em muitos casos, para este autor, a cesta de bens caracteriza-se pela presença de um produto líder que atrai o consumidor para a compra de outros bens ou serviços, que reforçam a imagem do território. De acordo com essa análise, os produtores conseguem internalizar as externalidades positivas do território, diferenciando assim a cesta de bens de outros produtos existentes no mercado.

Em outras palavras, identifica-se uma cesta de bens, quando:

- Um território oferece um conjunto de bens ou serviços que se valorizam mutuamente;
- Esta oferta contém ao mesmo tempo bens públicos e bens privados, que se complementam;
- Os diferentes atores envolvidos agem de forma coordenada em busca de uma imagem coerente do território e uma oferta global *do lugar*.

Ainda de acordo com essa proposição, a formação de uma cesta de bens em um determinado território deve ser vista como um processo produtivo construído institucionalmente, ou seja, escorado em ações coletivas. Por meio da combinação de características distintas dos produtos permite captar rendas de diferentes naturezas, na medida em que exprime a veiculação de interesses diferenciados. Além disso, o processo é marcado pela grande diversidade de empresas pelo pluralismo dos atores e pela formação de um ambiente de lealdade e de confiança.

Tudo além de uma percepção economicista das dinâmicas territoriais, estes significam a identidade cultural expressa com limites geográficos, que permitem a sua valorização e fortalecem o sentido de pertencimento. Desse modo, pensar o desenvolvimento de um território exige um enfoque sistêmico, que requer a incorporação de diversas racionalidades que vão além da econômica. O sentido de patrimônio é mais amplo que conjunto dos componentes físicos do território – o que envolve também bens intangíveis. Transcende, portanto, às expectativas meramente econômicas das populações, pressupondo um elenco muito mais amplo de necessidades.

VEIGA (2002) adverte sobre o fato de que o desenvolvimento territorial não ocorre em qualquer região. Exige o cumprimento de certos pré-requisitos ligados à “própria formação socioeconômica de cada território, mas podendo ser possível em diversas regiões do país” (VEIGA, *Id.*, p. 3). Considera, por exemplo, que a presença da agricultura familiar como base da economia, quando se analisa o espaço rural, não é em si mesma uma condição suficiente. Tornam-se necessárias outras condições favoráveis, sobretudo nos setores de infra-estrutura e comunicações, além de um ambiente favorável ao empreendedorismo.

Dessa forma, o desenvolvimento territorial, confirma uma dinâmica multifacetada, exigindo diferentes estratégias de fomento. Analisando a situação dos agricultores, CARNEIRO (1997) aponta para as diferentes racionalidades que se formam de acordo com sua inserção na sociedade, proporcionando o desenvolvimento de atividades diferenciadas. Isso significa que os agricultores se encontram em espaços distintos, onde se articulam de forma também diferenciada em suas relações sociais e econômicas.

Por sua vez, TONNEAU (2002) ressalta a necessidade de políticas públicas que sejam coerentes com o estágio de desenvolvimento alcançado em cada região. As ações devem estar inseridas na realidade local e apoiadas pelo poder público de forma contínua, sem que isso implique em relações de ingerência dos níveis superiores sobre o nível local. As diferentes intervenções por meio de políticas públicas, no apoio à construção e ao desenvolvimento territorial, podem criar ou fortalecer processos de exclusão social ou de degradação ambiental, ao serem definidas identidades e estratégias de desenvolvimento.

Deve-se ter consciência, portanto, dos riscos de intervenções na cena do desenvolvimento local, que podem contribuir eventualmente para o reforço das desigualdades sociais ou de formas predatórias de apropriação de recursos de uso comum por grupos economicamente privilegiados. Essas intervenções podem ainda ignorar as dinâmicas locais, com suas próprias capacidades de produzirem movimentos significativos em favor da sustentabilidade do desenvolvimento. Da mesma forma, podem romper importantes mecanismos institucionais locais, que estabelecem regras e normas de procedimentos e comportamentos dos atores locais.

Em síntese, uma adequada gestão do conjunto dos ativos específicos existentes num dado território, e que o diferencia, requer um contexto institucional capaz de apoiar iniciativas de desenvolvimento territorial. PUTNAM (1993) afirma que a construção dessa institucionalidade e da confiabilidade entre os atores sociais é determinante para um novo ciclo de mudanças sociais planejadas. A gestão partilhada entre atores locais e poder público, com mecanismos adequados de participação e de intervenção, é um ponto fundamental para o desenvolvimento territorial em base a novas dinâmicas socioambientais.

2.6 O território como base de políticas alternativas de desenvolvimento.

O desenvolvimento de territórios rurais é um processo ao mesmo tempo distinto e complementar do desenvolvimento agrícola (SARACENO, 2006). Para a autora, ambos não competem entre si, mas se inter-relacionam de diferentes formas. A diversificação das atividades nas áreas rurais faz com que as políticas agrícolas (setoriais) não sejam mais capazes de, por si só, responder às novas funções que se formam no espaço rural. Surgem, desse modo, as políticas territoriais como estratégias para o envolvimento do conjunto de novas atividades e funções que estão presentes num território.

Analisando-se a aplicação da perspectiva territorial na União Europeia, através do programa LEADER, percebe-se que alguns novos componentes foram aplicados e passaram a estabelecer as bases para o apoio ao desenvolvimento territorial (SARACENO, *Id.*), quais sejam: (i) política voltada para a competitividade europeia de produtos de qualidade, típicos, denominação de origem, indicação geográfica, produtos tradicionais,

produtos orgânicos; (ii) proteção da paisagem e do patrimônio natural com interação positiva com o turismo; (iii) diversificação do artesanato, patrimônio artístico e cultural e renovação dos lugarejos; e (iv) imagem do território como base do desenvolvimento local. Com essas características, a autora defende a idéia de que a identidade territorial cultural tanto pode jogar um papel de desenvolvimento econômico, social e ambiental, como ser um processo de conservação do tradicional, com um caráter protecionista, exigindo maior necessidade de assistência pública.

FONTE (2006), por sua vez, afirma que as iniciativas de desenvolvimento territorial podem ser diferenciadas a partir de seus objetivos e estratégias, de acordo com a seguinte formatação:

- a) Quando a estratégia é setorial, os objetivos econômicos conduzem a iniciativas de promoção do marketing do produto com valor territorial, onde a cultura é incorporada no produto e é levada para mercados distantes; e os objetivos sociais e ambientais direcionam iniciativas para enfrentar problemas específicos;
- b) Quando a estratégia é integrada (com uma perspectiva territorial), os objetivos econômicos levam a criação de um *marketing* territorial para o exterior, onde se busca atrair um fluxo de turistas ao lugar, em vez de fazer o produto viajar para pontos distantes; os objetivos sociais levam a (re) construção e promoção da identidade territorial na comunidade local, com o sentido de reforçar o sentido de comunidade, aumentar a confiança dos atores locais no valor econômico da cultura local e animar o desenvolvimento endógeno; os objetivos ambientais direcionam no sentido da promoção de um novo modelo de produção e consumo.

Observando-se experiências em diversos países, pode-se concluir por uma outra situação onde os objetivos econômicos são uma combinação de estratégia setorial e integrada. É o caso, por exemplo, de regiões produtoras de vinho que têm nas iniciativas de atração de turistas para o local de produção (enoturismo) a sua principal estratégia de mercado, visando a ampliar o espaço de consumo de seus produtos em regiões mais

distantes. O tratamento das questões sociais e ambientais, no entanto, dependem da forma de organização das relações sociais entre os diferentes grupos, podendo se aproximar mais das estratégias setoriais ou das estratégias integradas.

Na perspectiva de desenvolvimento territorial, torna-se muito importante operar com a noção de competitividade territorial associada à idéia de competitividade sistêmica, com o aproveitamento e a criação de vantagens competitivas ligadas às especificidades territoriais – a exemplo do patrimônio e da identidade cultural. Como sugere SOTO (2006), quatro planos são importantes para a formação de processos de desenvolvimento territorial com fortes componentes endógenos: (i) o *plano político* – que se refere à capacidade para desenhar e executar políticas de desenvolvimento e à capacidade de negociação; (ii) o *plano econômico* – associado à apropriação e re-inversão regional de parte do excedente para diversificar a economia regional e construir a sua sustentabilidade no longo prazo; (iii) o *plano científico e tecnológico* – ligado à capacidade para criar seus próprios impulsos tecnológicos, que sejam capazes de apoiar mudanças qualitativas no sistema, que estimulem a sustentabilidade; e (iv) o *plano cultural* – relacionado à capacidade de gerar uma identidade sócio-territorial.

Nesse sentido, COTORRUELO (2001) chega inclusive a propor que seja forjada uma diferenciação positiva, que leve a se constituir num estilo próprio, diferenciado, de forma a poder competir com êxito e poder impulsionar um processo de desenvolvimento verdadeiramente genuíno, num determinado território. Desse modo, o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade estaria ligado à integração da gestão da identidade e da imagem territorial, com a utilização de técnicas mercadológicas territoriais, similares às que são utilizadas para a gestão da identidade e a imagem corporativa (SOTO, *Id.*).

Para esse autor, dois elementos são importantes para a caracterização do desenvolvimento territorial rural: (i) em primeiro lugar, a configuração do sistema produtivo local e as relações entre os agentes produtivos; e (ii) em segundo lugar, as vantagens competitivas com base nas especificidades territoriais e culturais, que podem servir para a construção de uma identidade e uma imagem territorial.

Estas perspectivas, no entanto, não têm especificado as bases das relações entre a sociedade e o patrimônio natural, o acesso e uso dos recursos naturais e a forma de entendê-

los no longo prazo. Sobre a perspectiva do longo prazo, o conceito de desenvolvimento sustentável assumidos pelo Relatório Brundtland²⁸ aborda a satisfação das necessidades da geração atual mediante a utilização do patrimônio natural disponível, mas ressalva a necessidade de serem mantidas as mesmas opções de uso para as gerações futuras.

Essa abordagem permitiu uma revisão na dicotomia existente entre o desenvolvimento e a conservação do patrimônio natural, e a elaboração de novos enfoques analíticos, onde o território passa a ser o espaço de articulação das diferentes racionalidades associada à dimensão do longo prazo.

As relações dentro desse espaço estão reguladas por uma institucionalidade. A opção pelo desenvolvimento territorial, avançando sobre uma nova visão sistêmica do socioambiente, requer a formatação de novos arranjos institucionais que permitam a gestão integrada entre os fatores socioeconômicos e culturais e os fatores ecológicos, em busca de uma sustentabilidade desse processo.

2.7 Institucionalidade, governança e desenvolvimento territorial.

Os conceitos que envolvem a questão da institucionalidade e seu papel nas dinâmicas de desenvolvimento variam de acordo com a perspectiva de análise. Os neo-institucionalistas discordam das correntes marxistas, na medida em que não aceitam o determinismo das superestruturas, explicando que as instituições cumprem um papel de mediação entre essas e os atores sociais. Ou seja, defendem a idéia de que há uma troca entre as superestruturas e os atores, que se faz na construção das instituições que regulam os comportamentos. Nesse sentido, as instituições formariam o conjunto de regras, tanto formais como informais²⁹, que estruturam a multiplicidade das inter-relações entre os atores sociais (NORTH, 1990).

Dessa forma, os atores agem de acordo com seus interesses, nos limites do contexto em que se localizam. Este último, por sua vez, condiciona as ações dos diversos grupos

²⁸ Relatório da Organização das Nações Unidas publicado em 1988, sob a coordenação da Primeira Ministra da Noruega, a Senhora Brundtland, que abordava a questão do desenvolvimento no mundo e incluía a perspectiva da sustentabilidade.

²⁹ Para algumas correntes teóricas, as regras informais não estariam definidas no contexto institucional. No entanto, para muitas sociedades, segundo o autor, as regras informais cumprem papel mais importante do que as próprias regras formais.

sociais. Esse conjunto de regras norteia as ações nos campos sócio-político, econômico, tecnológico e cultural, e contribuem para a formação da própria identidade territorial, na medida em que refletem o jogo de interesses das redes de poder existentes nos territórios. Como afirma PAULILLO (2000, p. 52-53), “os atores agem dentro do princípio da racionalidade limitada, procurando adaptar-se estrategicamente no entorno em que estão inseridos. A estrutura de oportunidades³⁰ é que delimita as adaptações estratégicas dos atores”.

A análise de estratégias de desenvolvimento territorial baseia-se assim no entendimento de que se trata de um processo de construção social, cujas negociações acabam por definir a estrutura institucional que regula a ação dos atores locais. O conjunto de regras assumido num determinado território condiciona o processo de desenvolvimento, configurando o contexto onde agem os atores que, ao mesmo tempo transformam o arcabouço institucional. Nesse sentido, CAZELLA (2002, p. 30) afirma que:

“O fundamento funcionalista das instituições que explica a alocação de recursos nos mercados, exclusivamente, pelas escolhas racionais dos indivíduos é substituído pela concepção que vincula os conteúdos holísticos e coletivos das instituições”.

Nesse contexto torna-se importante se compreender a existência dos dois tipos de instituições: (1) as *informais*, envolvendo costumes e representações coletivas, que formam a estrutura normativa do pensamento e da ação social; e (2) as *formais*, que atuam de forma complementar às primeiras, corrigindo a insuficiência das instituições informais (ABDELMALKI et al, 1996 *apud* CAZELLA, 2002) .

O conjunto institucional formado pelas institucionalidades formais e informais confere uma determinada densidade institucional do território, o que explicaria o seu processo de construção e as suas características. Desse conjunto de regras podem ser deduzidas duas propriedades do território. A primeira refere-se a uma realidade em

³⁰ Para o autor, a partir da estrutura de oportunidades é que se pode compreender como se dá a regulação da rede de poder local, porque seus componentes é que estabelecem a forma e a intensidade da interação estratégica dos atores.

evolução (território mutável e inacabado), e a segunda, assim que o território se configura como o resultado simultâneo do “jogo de poderes” e dos “compromissos estáveis”, proporcionados pela construção da institucionalidade.

Nesse sentido, quanto mais uma cultura é específica e relacionada a uma sociedade local, mas ela é percebida como autêntica pelo “mundo exterior” (FONTE, 2006). No entanto, a mobilização para preservá-la ocorre geralmente quando está em perigo de extinção. No sentido de criar mecanismos de governança voltados à preservação e valorização da cultura de um território, a mesma autora considera importante a existência de alguns fatores, a saber: (i) capacidade de mobilização dos atores locais e a presença de movimentos sociais; (ii) capacidade organizativa, com o envolvimento de outros atores em torno do projeto e a formação de uma eficiente e eficaz gestão voltada aos objetivos propostos; (iii) capacidade de promover a codificação e a reflexão sobre as tradições, de forma a que seja projetada para o exterior, formando uma rede de atores e organizações internas e externas; e, finalmente, (iv) capacidade de promoção e intermediação entre histórias e culturas diferentes (atores do local e externos ao território), permitindo assim a comunicação entre territórios e sociedades.

Numa perspectiva institucionalista, PECQUEUR (2000) afirma que a governança do processo de desenvolvimento territorial articula os comportamentos dos indivíduos e o ambiente institucional para administrar os custos produzidos pelas características específicas dos recursos presentes no território. A governança territorial caracteriza-se como um processo dinâmico que visa à formulação e resolução de problemas produtivos, amparada pela existência de um compromisso institucional que envolve em parte os atores econômicos, e em parte os atores públicos. Ou seja, a governança territorial é amparada na participação de diferentes atores e numa inter-relação entre diferentes níveis de institucionalidade, onde o contexto local interage com o contexto regional, nacional ou internacional.

Para PECQUEUR (*Id.*), cada território se constitui em um caso único, porém há um número restrito de situações que permitiria definir a seguinte tipologia:

1. O caso onde a governança é privada porque uma organização de produtores é o ator-chave do território, ou seja, constitui-se uma governança privada coletiva, a partir dessa organização;
2. O caso onde há uma governança institucional porque uma ou mais organizações públicas presentes no território são os atores-chave, e lideram o processo de gestão institucional;
3. O caso da governança em parceria, quando há uma mistura de atores públicos e privados que atuam de forma cooperada, cada um desempenhando papéis institucionalmente definidos.

Em quaisquer dessas situações, a construção do marco institucional local se dá no âmbito de conflitos de interesses entre os diversos grupos de atores e das redes de poder existentes. Nesse processo de construção do desenvolvimento, muitas vezes alguns grupos mais fragilizados acabam sendo prejudicados ou mesmo excluídos. Além disso, a relação com as institucionalidades externas ao território também acaba por produzir modificações locais que podem ter diferentes sentidos, com diferentes impactos sobre os grupos sociais. Elas podem ter efeitos assimétricos entre diferentes grupos.

Como afirma CAZELLA (2002, p. 31), “a análise institucional do território não dissimula as exclusões socioeconômicas, nem os conflitos sociais. A reprodução das exclusões sociais pode acontecer numa dinâmica de criação coletiva de um território, onde, em geral, somente uma fração da sociedade local participa diretamente”. Os diferentes níveis de participação, ou mesmo a não participação, associados a diferentes níveis de poder, pode implicar em construções sociais que não correspondam necessariamente a princípios de equidade.

Desse modo, a formatação do marco institucional para o território pode eventualmente desestimular a criação de um cenário favorável à promoção do bem-estar coletivo ou mesmo à preservação do patrimônio natural e histórico-cultural. Além disso, as regras e normas locais, formais e informais, devem ser necessariamente ajustadas àquelas vigentes nas diferentes escalas territoriais. O estabelecimento das conexões institucionais

trans-escalares³¹ afeta diretamente as formas de apropriação e uso de recursos naturais, norteando, além disso, as opções de desenvolvimento (BERKES, 2002).

Analisando o papel das instituições locais e de suas relações com outros níveis (estadual, nacional) na gestão do patrimônio natural, esse autor afirma que existe sempre o risco de atropelamento das instituições locais ou de redução da sua flexibilidade. Esta última é vista como um dos requisitos mais importantes para a articulação de regras de gestão, capazes permitir a permanente adaptação às transformações socioambientais. Nesse caso, recomenda que o manejo dos recursos naturais de uso comum de uma localidade leve em conta as conexões trans-escalares, mediante a criação de mecanismos que facilitem a interação entre os diversos níveis.

A flexibilidade institucional, por sua vez, deveria estar amparada em mecanismos de *feedback*, que permitissem um constante acompanhamento das dinâmicas dos sistemas socioecológicos (BERKES, 2004). Essa flexibilidade poderia proporcionar a agilidade necessária para mudanças no comportamento dos atores. Este caminho poderia permitir a criação de mecanismos de gestão que conduzam no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

Para construir esses processos de gestão, no entanto, é necessário o aprofundamento da análise dos conflitos entre os diferentes grupos de atores, para verificar as possibilidades de cooperação visando à superação dos entraves ao desenvolvimento sustentável.

2.8 O papel das representações sociais, os conflitos e as cooperações.

No âmbito dos territórios estão presentes diferentes representações sociais locais que interagem entre si e com atores externos à localidade. A partir desse processo de negociação, conflito e cooperação entre as diferentes representações e os diferentes atores, surgem estratégias de desenvolvimento e arranjos institucionais que regulamentam a vida social local. A interação entre os atores sociais produz o saber e a cultura local, que pode lhes conferir uma identidade relacionada a um espaço geográfico.

³¹ Berkes dá o nome de trans-escalaridade ao envolvimento de diferentes escalas institucionais – o local, o regional e o nacional.

Para DURKHEIM (1978, p. 216) as representações coletivas “são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e saber”.

LEME (1995) afirma que MOSCOVICI (1981, *apud* LEME, *Id*, p.47) aborda as representações sociais como “um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária no curso de comunicações interindividuais. São os equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; pode-se dizer que são a versão contemporânea do senso comum”.

De SÁ (1995) destaca a afirmação de MOSCOVICI (1984, *apud* De SÁ, 1995, p.28) de que “os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros portadores de ideologia ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos”.

Esta afirmação o aproxima da proposta de reflexividade feita por GIDDENS (1999), para quem os atores reinterpretem e agem em sua rotina diária sobre a sua realidade, a partir de seus conhecimentos. Procurando produzir uma nova compreensão sobre os processos que ocorrem nas sociedades, GIDDENS (1984) afirma que os atores sociais são capazes de descrever o que fazem e as razões por que o fazem. No entanto, essa racionalização só seria convertida na apresentação discursiva quando há uma solicitação para que justifiquem suas ações. Ou seja, GIDDENS (*Id.*) afirma que as ações de rotina interferem nos fenômenos sociais e são essenciais para a análise da reprodução das práticas institucionalizadas, mas não são diretamente motivadas.

No enfoque do ecodesenvolvimento, a utilização dos recursos naturais dentro de um território também é um processo que deve ser construído socialmente, formando-se uma relação sustentável entre sociedade e natureza, que busque superar essa dicotomia, e que poderia ser alcançada através do co-manejo desses recursos, entre comunidades e governos (BERKES, 2002), através das negociações a partir das diferentes representações. A proposta que esse autor apresenta é no sentido da integração da incerteza ao processo de

decisão e de garantir que os gerentes e formuladores de políticas possam aprender com os sucessos e insucessos.

Por outro lado, o uso e a gestão do patrimônio comum provocam diferentes tipos de conflitos entre as representações. De acordo com BUCKLES & RUSNAK (2000), as dimensões, o nível e a intensidade do conflito variam consideravelmente. E podem ser estabelecidos com uma conotação de classe (diferentes interesses de classes no seu uso), ou com aspectos políticos quando o Estado tem interesse num bem público (por exemplo, para a sua conservação ou para manter alianças políticas necessárias para a manutenção de seu poder). Dimensões culturais e sociais dos conflitos, ainda segundo os autores, podem ser caracterizadas quando ocorrem problemas relacionados a gênero, geração, ou ainda étnicos. Os problemas – sejam eles em quaisquer de suas dimensões – podem também ser apresentados por diferenças nas visões de mundo e de valores, e podem chegar a afetar a subsistência de um grupo. Esses conflitos, muitas vezes, terminam por levar ao esgotamento dos recursos naturais, afetando a própria sociedade.

Para esses autores, os conflitos podem se originar pelas seguintes razões: (i) quando a ação de um indivíduo ou grupo pode afetar a outros mais distantes, pelas interconexões do espaço; (ii) quando há um compartilhamento do espaço social, com relações complexas e que produzem desigualdades; (iii) quando há o crescimento da escassez de um recurso devido a uma rápida mudança ambiental, atingindo de forma desigual aos atores sociais; (iv) quando o uso dos recursos está relacionado a uma definição simbólica, formando uma determinada identidade que é afetada pelo uso por outros grupos.

Para BUCKLES e RUSNAK (*Id.*), os conflitos podem ser considerados implícitos quando não são reconhecidos pelas comunidades que são afetadas por eles, apesar de poderem estar conscientes do processo de degradação. Ou podem ser considerados explícitos quando as comunidades conseguem relacionar a degradação ambiental com as atividades de certos grupos sociais. A forma de seu reconhecimento e o balanço das forças políticas dos diferentes grupos serão fatores fundamentais no encaminhamento das negociações, e sobre as possibilidades de cooperação entre os diferentes grupos de atores sociais. Essas possíveis cooperações que possam ser construídas no espaço territorial, e ainda o envolvimento institucional trans-escalar, são fatores importantes para a

implementação de estratégias e ações que apoiem a construção de processos sustentáveis de desenvolvimento.

As cooperações podem surgir das negociações, que se caracterizam por ser um processo voluntário, onde as partes envolvidas procuram chegar a uma solução mutuamente aceitável. E a análise pelos interessados é essencial para que possam ser produzidas transformações no uso e manejo dos recursos comuns. Por outro lado, o manejo dos conflitos nem sempre produz resultados que promovem a equidade e a sustentabilidade do desenvolvimento. Porém, é um caminho necessário para essa construção e, como afirmam BUCKLES & RUSNAK (*Id*), o fortalecimento das estratégias locais, em sua integridade e a correção das desigualdades através do manejo dos conflitos se apóiam nos fatores culturais, simbólicos e psicológicos que são compreendidos a partir de sua análise.

A busca da negociação local dos conflitos, com o envolvimento de outros níveis institucionais que lhe garantam efetividade, é um passo importante na construção do desenvolvimento territorial sustentável. Sua análise deve conter a multiplicidade de possibilidades existentes nas realidades locais (com os diferentes tipos de interesses envolvidos no conflito), de tal forma que permita uma adequada condição de apoio para o entendimento mútuo sobre as soluções. Mais fácil, muitas vezes, de ser percebido quando há uma grande exclusão de segmentos das comunidades com menor poder político (muito presente nos países de Terceiro Mundo, onde os mecanismos de mobilização da sociedade estão mais enfraquecidos), pode tomar outras formas importantes e que afetam a possibilidade de se implementar um desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente equitativo.

Desta forma, atender as demandas sociais sobre as necessidades básicas e manejar o patrimônio comum de tal forma que atendam aos interesses dos diferentes grupos, tratado com o sentido de sua preservação para as gerações futuras, são elementos essenciais na negociação para o desenvolvimento territorial sustentável.

2.9 Parâmetros para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

A definição de parâmetros que permitam a identificação dos processos de desenvolvimento com a sua sustentabilidade dependem basicamente da perspectiva teórica

com que se baseia a análise. Coerentemente com as noções e os conceitos apresentados pela ecologia humana e a ecologia política, SACHS (2000) propõe alguns parâmetros importantes para a definição da sustentabilidade de processos de desenvolvimento, envolvendo as dimensões sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais.

Para SACHS (*Id*, p. 71), a sustentabilidade social se destaca como “a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental”. Em resumo, seriam os seguintes os parâmetros apresentados pelo autor:

- a) Sociais – relativos ao estabelecimento de patamares elevados de homogeneidade social (equidade social) e de distribuição de renda, ao alcance do pleno emprego e de igualdade no acesso aos recursos e aos serviços sociais;
- b) Culturais – relacionados ao equilíbrio entre o respeito à tradição local e à inovação, à capacidade autônoma de proposição de projeto de desenvolvimento e à autoconfiança em combinação com abertura para o mundo (endogenia, com abertura para outros territórios);
- c) Ecológicos – preservação do patrimônio natural, mantendo o potencial de uso para gerações futuras, impondo limitações ao uso dos recursos não-renováveis, com a aplicação do princípio da precaução³² como base para a tomada de decisões;
- d) Econômicos – equilíbrio no desenvolvimento intersetorial, buscando elevado nível de segurança alimentar e permanente capacidade de modernização dos instrumentos de produção, aliada a um nível razoável de autonomia no desenvolvimento científico e tecnológico;
- e) Político-nacionais – presença de uma democracia com base nos direitos humanos, de um Estado com capacidade de promover o desenvolvimento,

³² O princípio da precaução surge na década de 1960 como orientações para que se pudessem gerir os riscos da indústria química alemã (DUPAS, 2006). A Declaração do Rio, de 1992, define o princípio como “a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados” (CESARINO *apud* DUPAS, 2006, p. 235). Institui um novo modelo de responsabilização, baseado na exigência de antecipação de riscos, sendo uma responsabilidade sem culpa, anterior ao dano (DUPAS, 2006).

atuando de forma descentralizada, com bom nível de participação e de coesão social.

Além disso, SACHS (*Id.*) alerta para a necessidade de mecanismos internacionais de garantia da paz e da promoção da cooperação internacional, fortalecendo laços de co-desenvolvimento entre países do Norte e do Sul (fortalecendo instrumentos de ação multilateral). Também a presença de mecanismos efetivos de controle do sistema financeiro internacional e de cooperação científica e tecnológica entre os países é importante, segundo o autor, para regulamentar a economia e agir no sentido da promoção da equidade entre as diferentes nações, em busca da sustentabilidade global do desenvolvimento. Dessa forma, as ações territoriais para o desenvolvimento sustentável encontrariam mecanismos capazes de dar uma conformação global para o desenvolvimento sustentável.

Percebe-se, dessa forma, que diversas áreas da ciência, com suas teorias, conceitos e noções, como a ecologia humana, a ecologia política e os estudos de sistemas complexos, bem como a teoria dos modos de apropriação e gestão de recursos de uso comum, constroem o suporte para a formatação de um conjunto de normas que orientam o desenvolvimento territorial sustentável. Os parâmetros construídos para definir a sustentabilidade do desenvolvimento têm, portanto, um profundo enraizamento nesses campos do conhecimento, e permitem a análise da trajetória e de cenários futuros, sob essa perspectiva de desenvolvimento.

CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS.

O Capítulo anterior apresentou as bases teóricas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável. Neste Capítulo, o foco de sua apresentação recai na descrição e na análise da trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, no período que vai da chegada dos primeiros imigrantes italianos, que chegaram para colonizar a região, até os momentos atuais.

Num primeiro momento são destacadas as principais modalidades de organização socioeconômica e as institucionalidades que acompanham esse processo. Num segundo momento, o texto concentra-se no diagnóstico da situação atual, explicitando as principais características político-institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais da região. Finalmente, são identificadas as mudanças na organização social, econômica e político-institucional que passaram a caracterizar o momento atual.

1. O processo histórico.

A ocupação de territórios despovoados no Brasil e a busca de uma mão-de-obra não escrava para apoiar o desenvolvimento de atividades econômicas fizeram da segunda metade do século XIX, e ainda no século XX, um momento de intensa migração de diversos povos para o território brasileiro, entre outros, e de forma destacada, os italianos. Estes se dirigiram principalmente para o Estado de São Paulo e para os Estados da região sul do País.

A história da região denominada de Vale dos Vinhedos está diretamente ligada a esta imigração italiana, ocorrida a partir do último quarto do século XIX, e pela produção da uva e do vinho. A relação desse povo com o hábito dessa produção foi fundamental para a introdução dessa atividade na região, que terminou por marcar toda a sua trajetória de desenvolvimento.

1.1 A chegada dos imigrantes e o início da produção de uva e vinho – de 1875 ao final dos anos 1920.

Os italianos migraram para a região da Serra Gaúcha fugindo da miséria, da fome e da falta de perspectivas em sua região de origem. Esse processo migratório fez parte de acordos do Governo Imperial com a Áustria e a Itália³³.

O governo italiano transportava os imigrantes de navio, desde o porto de Gênova, na Itália, até a cidade do Rio de Janeiro, hospedando-os na Ilha das Flores. A partir daí, seguiam para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, também por navio, de onde saíam para a Serra Gaúcha. Percorriam áreas ainda praticamente desabitadas e cobertas com vegetação nativa, com uma mata muito densa e a presença de muitos animais, tendo ainda que lidar com os indígenas nativos da região (CAPRARA e LUCHESE, 2005).

As condições de viagem desde a Europa eram muito precárias, e muitos dos imigrantes não chegavam ao destino final, vitimados por doenças contraídas nos navios. Outros morriam ao chegar à região, onde se deparavam com condições muito distintas de seus ambientes de origem, tornando-os suscetíveis a diversos tipos de doenças. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes europeus que primeiramente ocuparam a região, estes encontravam no processo migratório alguma perspectiva de vida a ser construída, o que não lhes parecia possível em sua terra natal (VALDUGA, 2005). Ter seu próprio lote de terra em condições de produzir para a sua própria subsistência e ainda ter perspectivas de comércio era algo impensável em sua terra de origem.

Em 1875, no dia 24 de dezembro, chegaram os primeiros imigrantes (provenientes da região do Trento³⁴) à região atualmente denominada de Vale dos Vinhedos. Esta região

³³ Parte da região de onde vieram os imigrantes compunha o Império Austro-Húngaro, nos séculos XIX e XX, até o final de Primeira Guerra Mundial (1918), retornando à Itália no ano de 1919.

fazia parte da colônia Dona Isabel, hoje denominado de município de Bento Gonçalves (emancipado em 1890, de São João de Motenegro). Os imigrantes começaram a se estabelecer também na colônia Conde d'Eu, hoje município de Garibaldi (emancipado em 1900), próxima à colônia Dona Izabel (a Figura 02 apresenta o mapa atual dessa região). As terras que seriam destinadas aos imigrantes eram previamente demarcadas pelo Governo Imperial, e eram pagas pelos imigrantes com as primeiras safras agrícolas. Quando chegavam à região, além do lote, também recebiam uma casa de tábuas (com quatro metros por oito), um machado, um facão, uma pá, uma foice, sementes, medicamentos e assistência médica (CAPRARA e LUCHESE, *Id.*).

Figura 02: mapa atual da Serra Gaúcha onde se instalou parte dos imigrantes italianos no século XIX.



Da mata retiravam o material para as suas primeiras construções, entre elas uma moradia mais ampla e as capelas, um marco na organização das comunidades. Considerando a forte influência católica entre os imigrantes, estes tomavam a iniciativa desde o início de construir, por si mesmos, suas capelas. Além disso, a mata foi fonte de alimentos no início de seu estabelecimento, e com o desmatamento de áreas mais próximas,

³⁴ Região a nordeste da Itália, que se configura atualmente como uma província.

em terras férteis, começaram as primeiras lavouras. Os problemas relatados sobre o período inicial dão conta da imensa dificuldade de se estabelecerem em uma região que, apesar de possuir terra fértil, se apresentava muito inóspita aos imigrantes (CAPRARA e LUCHESE, *Id.*; VALDUGA, *Id.*).

Outras atividades também foram implementadas pelos imigrantes após a superação das primeiras dificuldades de implantação de suas casas e plantações de subsistência. Foram os ofícios como carpinteiro, pedreiro, tanoeiro (cuja atividade consistia na construção dos barris para os vinhos), ferreiro, sapateiro, marceneiro, funileiro, farmacêutico, músico, operário, sendo que várias delas permitiram o surgimento, com o passar do tempo, de atividades ligadas à indústria (FALCADE e MANDELLI, 1999).

Esses autores, citando De BONI e COSTA (*apud* CAPRARA e LUCHESE, *Id.*), informam que as colônias foram organizadas em léguas, orientadas em linhas ou travessões, e divididas em lotes³⁵. Na região, os imigrantes foram sendo assentados em lotes ao longo de duas dessas linhas, a Linha Leopoldina e a Linha Zemith. Por serem extensos para serem povoados por uma só família, alguns lotes da Linha Leopoldina foram oferecidos gratuitamente a imigrantes e, por essa razão, parte da região ficou chamada de Graciema (POLITA, 2002). Dada as grandes dificuldades de deslocamento, pela precariedade das estradas nas primeiras décadas de ocupação, as comunidades foram se estruturando nessas micro-regiões do vale, formando suas sedes comunitárias, capelas, escolas, festas, o convívio social e a preservação dos costumes (POLITA, *Id.*).

Segundo FALCADE e MANDELLI (*Id.*), como os lotes, em sua maioria, eram pequenos para serem divididos, e as famílias muito numerosas, rapidamente houve uma expansão da ocupação de outras terras na região, principalmente quando novas famílias eram formadas com casamentos entre os filhos dos imigrantes. Segundo os autores, o tamanho dos lotes variava muito, apesar da legislação que regulamentava o uso e ocupação das terras apresentar como módulo 25 ha (Lei n° 601 de 1850, regulamentada em 1854). No entanto, a irregularidade do terreno (em relação a sua topografia) impediu que a regra de

³⁵ Todos os assentamentos de colonos que vieram da Europa eram feitos ao longo de linhas definidas a partir das informações topográficas que se tinha na época, localizando a frente dos lotes ao longo dessas linhas previamente traçadas.

limitação do tamanho dos lotes fosse obedecida à risca, considerando-se ainda que a pouca informação sobre a região dificultou o reconhecimento das condições dos terrenos, salvo os grandes acidentes geográficos.

Por sua origem italiana, a religião católica exerceu um papel muito importante na formação dos hábitos e dos costumes locais. Desde o início da colonização, as comunidades se formavam em torno de capelas construídas por eles mesmos. Boa parte da vida social, desde os padrões familiares de comportamento até as festas (nos dias santos, por exemplo) que reuniam a comunidade, se fazia em função das crenças religiosas. Em torno das capelas foram sendo agregados outros componentes importantes da vida das comunidades – o cemitério, o salão paroquial, a bodega, a escola (CAPRARA e LUCHESE, 2005). Os sinos das capelas orientavam inclusive as rotinas diárias das famílias, dando o chamado para deixar a atividade na roça ou os afazeres domésticos, e indicando os horários de almoço.

Dessa forma, desde o início da colonização a Igreja Católica cumpriu um papel importante na definição das regras e normas de comportamento, ou seja, sobre a formação da institucionalidade local, tanto relacionada a aspectos formais como informais da vida diária das comunidades que se formavam.

Outros costumes importantes mantiveram a fidelidade à cultura italiana. Dentre eles, podem ser citados a produção e o consumo de produtos como salames, copas e o uso da banha de porco na preparação dos alimentos. A produção e o consumo dos mesmos foram fortalecidos mediante as festas comunitárias. A realização desses eventos era cercada de muito entusiasmo e sua preparação durava semanas (CAPRARA e LUCHESE, *Id.*). As festas religiosas incluíam as novenas, os tríduos (festas eclesiais que duram três dias) e a missa na véspera, como primeiro momento, além da sagra (que significa festa), com os jogos (bocha, tómbola³⁶, roleta, tiro ao alvo, argolas, cavalinhos, cartas), os sorteios, as rifas e os leilões.

Outro tipo de divertimento, onde os valores culturais eram fortalecidos, eram os filós, que consistiam no encontro de várias famílias na casa dos vizinhos, ao entardecer, “para fraternizarem as próprias experiências” (De BONI, L.A. & COSTA, R. *apud* CAPRARA e LUCHESE, *Id.*, p. 84). Nessas ocasiões estavam sempre presentes a música, a poesia, e o

³⁶ Jogo praticado desde o século XIX e que se assemelha muito ao bingo dos dias atuais.

humorismo. As mulheres, juntas, bordavam e remendavam roupas. COSTA (*apud* CAPRARA e LUCHESE, *Id*) afirma que havia um alto grau de solidariedade entre as famílias nos momentos difíceis, como no surgimento de doenças ou falecimentos. Para o autor, tanto os momentos de alegria como de dor, eram sagrados e a vizinhança se transformava numa única família.

CAPARARA e LUCHESE (*Id.*) informam que as escolas que eram criadas atendiam às crianças que viviam nas proximidades, sem a presença das crianças que viviam em lotes mais distantes. Pelo recenseamento de 1883, houve a indicação de que 80% dos homens adultos eram alfabetizados (contrariando a idéia de que os imigrantes eram analfabetos), o que indica que o analfabetismo cresceu, na realidade, entre os filhos de imigrantes que se estabeleciam em áreas distantes das escolas. Algumas comunidades formaram suas próprias escolas italianas, independentes da ação do poder público local, que muitas vezes se tornava incapaz de enfrentar o problema da distância da zona rural e a dificuldade dos meios de transporte. O objetivo da iniciativa dos imigrantes era o de proporcionar conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo.

Conforme afirmam os autores, as condições socioeconômicas entre os imigrantes não foram necessariamente as mesmas para superar as dificuldades que se colocavam para todos. Vários dos imigrantes possuíam mais conhecimentos técnicos, ou tinham mais posses do que outros, sendo que alguns receberam terras consideradas mais férteis. Desse modo, não havia igualdade de chances no início do processo de ocupação da região.

A economia local, inicialmente voltada para a subsistência, foi rapidamente se diversificando, com o objetivo de produzir excedente para a comercialização. Os moradores começaram a produzir trigo, feijão, batata, arroz, frutas, além de cultivarem suas hortas domésticas. A dificuldade para a venda de excedentes era muito grande devido à precariedade dos meios de transporte. Inicialmente transportados nos ombros dos imigrantes pelas picadas até a cidade, os excedentes passaram a ser escoados de mula ou cavalo, e também por carroças puxadas por animais, quando as picadas foram substituídas por estradas de chão (CAPRARA e LUCHESE, *Id.*).

Entre as diversas atividades agrícolas implementadas inicialmente, vale a pena destacar a produção de cana-de-açúcar, que servia também para a produção de cachaça. A

criação de animais, logo introduzida pelos imigrantes, permitiu ainda a produção de leite que se transformou em uma das primeiras fontes de receita. A produção de farinha era também importante, sobretudo a produção da farinha de milho, ingrediente básico da polenta, um prato típico italiano que permanece incorporado à dieta da população local até os dias de hoje.

Muitos dos equipamentos utilizados nas atividades produtivas eram produzidos por ferreiros, imigrantes que trouxeram sua habilidade para a produção de enxadas, foices, picaretas e ferraduras, dentre outras. Da mesma forma, outros ofícios foram trazidos pelos imigrantes e atendiam suas próprias demandas.

A uva e o vinho, que vieram caracterizar a região, já estavam presentes no Rio Grande do Sul antes da chegada dos imigrantes italianos na Serra Gaúcha. Ambos foram trazidos por portugueses, açorianos e alemães. Com os italianos, chegaram diversas *vitis viníferas*³⁷ como San Giovese, Nebbido, Barbera e Bonarda (para vinhos tintos) e Peverella e Bernaccia (para vinhos brancos). Mas a expansão da produção de uva e de vinho se deu efetivamente com a uva Isabel e outras variedades americanas (DAL PIZZOL, 1988 – março/abril). Estas últimas mostraram-se melhor adaptadas às condições da nova região de produção. Segundo o autor, apesar dessas variedades, associadas a um ambiente distinto em termos de solo e clima, resultarem em um vinho diferente do que os colonos estavam habituados em sua terra de origem, sua produção “foi o bálsamo e o reencontro do imigrante com sua terra de origem, que lhe deu ânimo e vontade de construir uma nova pátria” (DAL PIZZOL, 1988 – março/abril, p. 30). Foi essa uva que permitiu que os imigrantes mantivessem, desde o início, o hábito da produção do vinho, fato intimamente ligado à sua cultura.

Apesar das mudas de videiras que os imigrantes trouxeram da Itália não terem vingado (atacadas por doenças que não puderam controlar), sendo substituídas basicamente pela variedade Isabel (mais resistentes às doenças presentes na região) trazida de áreas de colonização alemã do Vale do Rio Caí (rio que divide os atuais municípios de Nova

³⁷ As *viti viníferas* são variedades de uvas (nome botânico das variedades européias que possuem um conjunto de qualidades organolépticas) que permitem a elaboração de vinhos de qualidade superior, chamados de vinhos finos. Nem todos os vinhos feitos com essas variedades, no entanto, são considerados vinhos finos. Outras variedades como as híbridas ou americanas servem para a produção de vinhos comuns (ou chamados ainda de vinhos de mesa), de menor qualidade, ou são largamente utilizadas para a produção de suco.

Petrópolis e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul), a atividade teve um rápido crescimento na região. Em pouco tempo a produção e a produtividade das videiras se intensificou, para os níveis da época, oferecendo indícios de que se tornaria uma cultura promissora (DAL PIZZOL, *Id.*). A produção de vinho, nesse período, era realizada no porão das casas dos imigrantes e de seus descendentes, de forma muito artesanal. Como consequência, a qualidade do vinho era muito baixa. Em muitos casos, segundo o autor, havia falta de higiene e uma grande deficiência técnica e de meios.

Já no início dos anos 1890, a produção das colônias atendia às necessidades de consumo local e começava a ser comercializada para outras cidades de maior porte no Estado do Rio Grande do Sul, particularmente para Porto Alegre. Mais tarde, novos mercados começaram a ser explorados, em outros estados (DAL PIZZOL, 1988 – maio/junho), principalmente com a chegada do transporte ferroviário, em 1910. Segundo esse autor, foi a figura do negociante, que surge a partir de 1880, que deu origem a diversos povoados, vilas e cidades de hoje. Foram também os que montaram as primeiras cantinas comerciais de vinho e começaram a produzir queijos e salames. A produção da uva e do vinho, já nesta época, começava a ocupar um lugar de destaque na economia regional.

Esses negociantes também foram os primeiros responsáveis pela melhoria da qualidade do vinho produzido na região. Preocupados com a oferta que faziam aos mercados consumidores, começaram a comprar a uva dos agricultores e a produzir seu próprio vinho. Teve início assim a construção de uma cadeia de produção e comercialização desse produto, que modificou profundamente a estruturação socioeconômica dessa atividade. Nessa época surgem nomes importantes entre os negociantes, a exemplo de Augusto Pascoalli, Luigi Alegretti, Dall Molin, Giovanni Simon, Oreste Frazoni, Carlos Dreher Filho e a família Salton, por exemplo (DAL PIZZOL, *Id.*). Estes últimos construíram uma vinícola que permanece em atividade até os dias de hoje, com produção expressiva numa área muito próxima do Vale dos Vinhedos.

Alguns negociantes, como Lourenço Mônaco, eram profissionais do setor vitivinícola italiano, e foram incentivados pelo Governo a vir para a região da Serra Gaúcha visando incrementar a qualidade do produto final. Além de administrarem seu próprio processo produtivo, passaram a orientar os agricultores interessados na produção de vinho. Sua ação

contava com o apoio do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul³⁸, preocupado em melhorar a qualidade do vinho que estava sendo comercializado. Eram dadas orientações básicas relativas à higiene e à utilização de insumos (como o metabisulfito, usado para proteger a saúde).

Vale a pena destacar também a presença, na região, dos Irmãos Maristas, provenientes da Alsácia³⁹, com experiência na produção de uva e de vinho. Entre os membros dessa Congregação estava o Irmão Paconio Sion, considerado enólogo. Com seu trabalho para o melhoramento da qualidade do vinho foi montada, naquela época, uma importante vinícola – a Granja Pindorama – provocando importantes mudanças nos processos produtivos. Entre os negociantes, Emanuele Peterlongo Filho desempenhou um papel importante na dinamização da produção vinícola. Ele teve nos ensinamentos do Irmão Paconio sua principal fonte de informação, e que lhe permitiu expandir substancialmente sua participação no mercado de vinhos⁴⁰.

Essa interação entre especialistas, alguns negociantes e os agricultores, ajudou também a promover a melhoria de qualidade dos vinhos de alguns colonos, mas foram os negociantes que ampliaram a oferta de vinhos de melhor qualidade que a anteriormente produzida nos porões das casas dos imigrantes. A dinamização deste setor acabou gerando uma importante classe de cantineiros, entre os negociantes, que foram ocupando os espaços de mercado de vinho, levando a maioria dos agricultores a se constituírem em fornecedores de uva, mantendo a produção de vinho para autoconsumo. Seu modo de produção artesanal e de muito baixa qualidade começava a dar sinais de esgotamento em relação ao mercado, dando lugar à formação de uma nova estrutura socioeconômica, com a presença das cantinas dos negociantes. Uma nova realidade de imposições de mercado passou a influir na atividade dos imigrantes e de seus descendentes.

Desse modo, a produção artesanal do vinho pode ser considerada como uma importante característica do início da fase de colonização, respondendo pelo abastecimento das próprias famílias e pelo início da formação de um mercado local e regional. A produção

³⁸ Nessa época, os Estados eram governados por Presidentes. O Rio Grande do Sul tinha como Presidente, nesse período, Borges de Medeiros.

³⁹ A Alsácia é uma região administrativa da França (já tendo sido anexada pela Alemanha), localizada a leste do país, junto às fronteiras alemã e suíça.

⁴⁰ Informações obtidas em entrevista com o Senhor Rinaldo Dal Pizzol.

artesanal dos imigrantes agricultores, no entanto, foi sendo gradativamente inviabilizada para o mercado, passando a ser ocupada rapidamente pelos negociantes. Além disso, eles impunham preços ou formas de pagamento aos agricultores (FRARE, 2004). Segundo a autora, os intermediários utilizavam formas de exploração e de dependência como a retenção do dinheiro que deviam aos colonos sob o argumento de guardá-lo de forma segura, cobrando uma taxa pelo serviço.

Por outro lado, ainda durante a década de 1910, as primeiras tentativas de formação de ações cooperativistas entre os imigrantes italianos que se estabeleceram na Serra Gaúcha, como nova forma de organização da produção para poder atender às novas condições de mercado, foram frustradas (DAL PIZZOL, 1989 – março/abril). Segundo o autor, as razões para o insucesso dessa primeira iniciativa foram as seguintes: (i) a falta de preparo para a ação cooperativista; (ii) a contrapropaganda feita por negociantes; (iii) a má administração; (iv) a deficiência técnica; e (v) a multiplicidade de objetivos a que passaram a se propor. Isso deixou os produtores de uva sem condições deles próprios produzirem avanços sobre o mercado do vinho.

Apesar dos esforços, mesmo entre os negociantes, investidos na melhoria da qualidade do vinho ofertado, que se constituía no produto de maior potencial de comercialização para a população local, no final da década de 1920 predominava a baixa qualidade dos produtos. Mas o excesso de produção existente foi a grande razão da primeira profunda crise enfrentada na região. Naquele momento, os negociantes estavam, em sua grande maioria, economicamente fragilizados. Segundo DAL PIZZOL (*Id.*), o crescimento do número de negociantes que adquiriam matéria-prima dos agricultores (principalmente uva, leite e suínos) para a sua industrialização feita pelos próprios negociantes, e a concorrência desleal, deixou-os numa situação precária do ponto de vista socioeconômico.

De acordo com o autor, face ao agravamento da situação, a maioria dos negociantes filiou-se ao Sindicato do Vinho, criado a partir de uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Presidido por Getúlio Vargas) no ano de 1928, por articulação do Secretário do Interior, Oswaldo Aranha. Um novo ambiente institucional começava a se formar, com o fortalecimento dos negociantes filiados ao Sindicato apoiado pelo Estado. O

objetivo era fortalecer a produção de vinho sob a égide do Sindicato, com a preocupação de promover o aumento da qualidade do produto ofertado. Esse processo de redesenho institucional foi liderado por José de Moraes Vellinho.

Mais que uma entidade de defesa dos interesses do setor, o Sindicato transformou-se num instrumento de intervenção direta, como órgão regulador da oferta e da procura, de forma a manter preços e qualidade. A utilização da cobrança da “taxa bromatológica” foi um mecanismo de pressão sobre todos os negociantes, e mesmo sobre os colonos. Essa taxa só era cobrada dos produtores de vinho que não faziam parte do Sindicato, tornando menos competitivos os produtores que não se associavam (DAL PIZZOL, 1989 – set/out). E isso só se tornou possível considerando as características políticas da época, marcadas pela alta influência do Estado na formação desse tipo de organização.

Como órgão comercial do Sindicato surgiu, então, a Sociedade Vinícola Rio-Grandense, que iniciou uma nova etapa na produção vitivinícola gaúcha, voltada para a exportação de produtos de melhor qualidade para novos mercados, como o Rio de Janeiro e São Paulo (DAL PIZZOL, 1989, *Id.*). Por outro lado, os negociantes que se vincularam ao Sindicato perderam sua identidade própria, quando suas cantinas passaram a integrar a Sociedade Vinícola. No processo de organização da produção a partir do Sindicato surgiu uma nova e importante vinícola para a região, a Granja União⁴¹ que, com apoio de técnicos italianos, acabou assumindo também a produção de uva.

Paralelamente à estrutura criada envolvendo os negociantes estavam muitos agricultores produtores de vinho e alguns negociantes que não aderiram ao Sindicato, como Dreher, Peterlongo e Salton, que seguiram com seus próprios negócios independentes. Devido à necessidade de pagar a taxa bromatológica por não fazerem parte do Sindicato, esses negociantes, com suas cantinas, se associavam aos agricultores que, por sua vez, começavam a se organizar em cooperativas na defesa de seus interesses comuns diante do poder do Sindicato do Vinho.

Na década de 1930, novas exigências legais e sanitárias para a produção do vinho viriam a restringir ainda mais as possibilidades da produção artesanal. Essas decisões

⁴¹ A vinícola Cordelier, situada no Vale dos Vinhedos, adquiriu no ano de 1997 os direitos de produção e comercialização da marca Granja União, que atualmente é o carro-chefe da empresa, mantendo os produtos com essa denominação no mercado.

atingiam fortemente os agricultores, levando-os ou a se associarem em torno de cooperativas (que passaram a produzir o vinho) ou a ficarem na dependência de vinícolas privadas, consolidando-se somente como produtores de uva, sem o benefício direto do valor agregado na produção do vinho. A limitação imposta pela legislação que proibia a matança doméstica de suínos colaborou também para o enfraquecimento da produção artesanal de derivados desse animal. Essa lei conduziu à marginalidade as ações voltadas para a produção artesanal de modo geral e incrementou a crescente verticalização das cadeias produtivas (FALCADE e MANDELLI, 1999).

Em paralelo ao fortalecimento do Sindicato do Vinho, surgiu entre os agricultores um segundo movimento no sentido da formação do cooperativismo, pensado mais pelo desespero diante dos altos estoques de vinho e da pouca perspectiva de escoamento de seus produtos no mercado (DAL PIZZOL, 1990 – jan/fev). Esse segundo momento do cooperativismo nasce, novamente, sem uma adequada preparação técnica dos agricultores em termos de produção e comercialização cooperativada.

Apesar de movidos por questões circunstanciais, pelo excesso de estoque de vinhos, a total dependência dos agricultores em relação ao setor industrial, que era apoiado pelas intervenções do Estado, acabou por ser a base da iniciativa de necessidade de transformações na estrutura socioeconômica da região, e o surgimento de um novo momento, mais sólido, do cooperativismo vitivinícola. Esse processo viria a caracterizar uma nova fase no desenvolvimento regional, aumentando o poder de negociação dos agricultores e estimulando o crescimento da capacidade competitiva das empresas privadas.

1.2 O surgimento do cooperativismo e o crescimento industrial no período da década de 1930 à década de 1960.

Ao final da década de 1920, particularmente no ano de 1929, ressurgiu a idéia de organização do cooperativismo vitivinícola, por parte dos agricultores. Diversos fatores levaram a esse movimento cooperativista, sobretudo o fato de que a superprodução alcançada não encontrava perspectivas de comercialização. O movimento, que se estendeu por toda a Serra Gaúcha, alcançou a região em 1931. Surgiu assim, no município de Bento

Gonçalves, a Cooperativa Vitivinícola Aurora Limitada⁴², que envolvia produtores e comerciantes. Muito próxima à região, emergiu a Cooperativa Vinícola Garibaldi Limitada, no vizinho município de Garibaldi. Essa tendência de surgimento de novas cooperativas manteve-se até o ano de 1936 (DAL PIZZOL, 1990 – março/abril).

A dinâmica cooperativista teve como impulsionadores tanto agricultores mais esclarecidos como comerciantes, que tinham medo de perder o seu negócio e procuravam apoiar os colonos em sua organização (DAL PIZZOL, 1989 – março/abril). Coube a Humberto Lotti, dedicado ao movimento de 1931 a 1972, um papel de destaque nesse sentido. Por volta de 1935, as cooperativas já eram responsáveis pela produção e comercialização de parte expressiva do vinho de toda a Serra Gaúcha. Elas passaram a dividir o mercado com as indústrias nacionais que, em sua maioria, estavam organizadas em torno do Sindicato do Vinho.

O Sindicato pressionava por uma normalização dos preços e a evolução da qualidade do vinho, excluindo do mercado os vinhos de baixa qualidade. As estratégias utilizadas, num cenário de quase monopólio (antes do surgimento das cooperativas), como a cobrança da taxa bromatológica, provocaram reações de agricultores, negociantes e lideranças das colônias. A cobrança da taxa sobre os não sindicalizados, os deixava praticamente marginalizados no mercado. Para DAL PIZZOL (1990 – março/abril), esse foi um importante elemento condicionador do movimento cooperativista.

Esse esforço inusitado de criação de um sistema cooperativista, no entanto, segundo o autor, acabou gerando uma situação de equilíbrio entre os grupos, em meados dos anos 1930. Apesar do processo não estar baseado na formação de uma consciência cooperativista, a necessidade diante das limitações impostas pelo mercado e por regras estabelecidas para forçar o aumento da qualidade e concentrar a produção do vinho em torno do Sindicato acabaram por dinamizar o sistema. Além disso, pelo fato da maioria dos colonos não dispor de recursos para abrir novos nichos de mercado, o ingresso a essas cooperativas parecia uma evolução necessária.

⁴² Em 1933 passou a se chamar de Sociedade Cooperativa Vinícola Aurora. Inicialmente contava com 16 associados (em 1931), tendo chegado ao ano de 1940 com 111 associados (FRARE, 2004). Em 2004, passou a contar com 1230 associados.

A criação das cooperativas aguçou o conflito envolvendo o Sindicato do Vinho e o movimento cooperativista. As cooperativas, no entanto, competiam com um produto de menor qualidade em relação à produção organizada através do Sindicato e de seu braço comercial, a Sociedade Vinícola. Com base nessa nova organização da produção de parte da oferta de uva e de vinho, a vitivinicultura expandiu-se rapidamente. A competição assim estabelecida acabou por estimular o crescimento e aperfeiçoamento do setor vitivinícola (DAL PIZZOL, 1989 – nov/dez).

O autor afirma ainda que os conflitos envolvendo a Sociedade Vinícola e o movimento cooperativista envolviam desde rancores pessoais até a disputa por espaços de mercado. O ambiente existente era de uma coexistência repleta de conflitos de interesses, e mesmo a Viação Férrea (por onde se transportava o vinho para os grandes mercados consumidores) dificultava o escoamento da produção das cooperativas. Os próprios laboratórios de análise do vinho desaconselhavam o uso dos produtos oriundos das cooperativas (DAL PIZZOL, 1990 – mar/abr). Isso significa dizer que estavam construídas alianças que intervinham de diferentes formas nas possibilidades de acesso ao mercado por cada grupo.

Ao longo dos anos, o movimento cooperativista ganhou força no mercado vitivinícola e suas lideranças estabeleceram estratégias de mobilização de seus associados para o reconhecimento das cooperativas pelo Governo do Estado, até então um impulsionador do Sindicato do Vinho. Quando esse reconhecimento foi alcançado, a taxa bromatológica deixou de ser cobrada e a competição entre os setores passou a se dar em igualdades de condições, pelo menos quanto a esse tipo de tributação.

Em meados da década de 1930, o Sindicato encerrou suas atividades, pressionado por uma reação contrária à sua ação centralizadora, por parte de seus próprios integrantes, e da Sociedade Vinícola Rio-Grandense. Com isso, muitos associados da Sociedade passaram a fortalecer suas próprias atividades produtivas, dinamizando o setor privado e formando uma cultura empresarial que perdura até os dias atuais.

Após a extinção do Sindicato do Vinho, foi criado o Instituto Rio-Grandense do Vinho. Essa nova agência reguladora pretendia tornar a atividade empresarial “mais livre para suas iniciativas industriais e comerciais” (DAL PIZZOL, 1989, nov/dez, p. 29). Dessa

forma, teve início uma nova etapa da vitivinicultura, baseada em regulamentações que buscavam estimular o crescimento das empresas privadas e das cooperativas. Com isso procurava-se universalizar os benefícios das ações de valorização do produto, sem que fossem criados artifícios, apoiados por intervenções do Estado, em favor de grupos econômicos específicos.

A criação do Instituto viabilizou-se por meio de um acordo entre as duas principais lideranças dos dois lados que se opunham ferrenhamente, José Moraes Vellino (pelo Sindicato) e Humberto Lotti (pelas cooperativas). Alguns grupos radicais de ambas as partes, descontentes com o acordo, foram afastados para que a negociação pudesse ocorrer. Esse novo momento da vitivinicultura em toda a Serra Gaúcha foi marcado pelo esforço na melhoria da qualidade do vinho produzido. Os vinhos de baixa qualidade foram eliminados mediante a destilação e a indenização, pelo Estado, dos estoques inutilizados (DAL PIZZOL, *Id.*).

O Instituto, por sua vez, seria extinto em 1950, na seqüência dos conflitos envolvendo a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, relacionados à cobrança de taxa sobre os embarques de vinho, além das disputas políticas entre cooperativas e indústria privada para a nomeação de seus diretores (DAL PIZZOL, *Id.*). Mas o fator decisivo foi o descontentamento de pequenos produtores de vinho, particularmente cantinas rurais vinculadas a cooperativas e empresas privadas, que não possuíam condições técnicas e higiênicas satisfatórias, e que eram sistematicamente fiscalizadas pelo Instituto.

A partir da década de 1940, os esforços foram concentrados na comercialização do vinho da Serra Gaúcha. Mas, novamente, o desafio era o de produzir avanços substantivos na promoção da qualidade do produto ofertado. A própria Cooperativa Vinícola Aurora, fortemente amparada na produção de uva também proveniente do Vale dos Vinhedos, foi uma das pioneiras nessa busca de novos mercados (TERUCHKIN, 2004).

Nessa época, os colonos de origem italiana tiveram vários de seus direitos cerceados em virtude da Segunda Guerra Mundial (devido à participação brasileira no conflito, ao final da guerra, contra as forças do Eixo – Alemanha, Itália, Japão). Nesse período, os colonos viveram momentos de muita hostilidade por parte da população de origem não

italiana e do governo. Até mesmo o uso de seus dialetos trazidos da Itália⁴³ acabaram sendo proibidos. Os problemas tornavam-se mais evidentes quando pessoas das comunidades situadas na região atualmente denominada de Vale dos Vinhedos, bem como de outros lugares onde se instalaram os colonos e seus descendentes, se dirigiam a Bento Gonçalves para satisfazer necessidades médicas, religiosas ou comerciais (VALDUGA, 2005).

Do ponto de vista econômico, no entanto, o acúmulo de capital que a atividade vitivinícola promoveu nas décadas seguintes contribuiu fortemente para o desenvolvimento de uma indústria moderna na região, a partir dos anos 1950. A produção vitivinícola seguiu se expandindo, dentro do perfil desenhado pelas indústrias vinícolas e as cooperativas, até a década de 1970 (FALCADE e MANDELLI, 1999). O crescimento econômico de toda a região da Serra Gaúcha veio sendo acompanhado do crescimento das áreas urbanas, onde inicialmente se concentravam as indústrias. O crescimento da economia industrial e do setor de serviços, que se expandiram fortemente na região, por sua vez, fizeram com que a participação relativa da agricultura, dentro do contexto de toda a economia regional, se reduzisse gradativamente.

No eixo entre Garibaldi e Bento Gonçalves, local onde está situado o Vale dos Vinhedos, a cultura da produção com qualidade se estabeleceu e foi grande o esforço para a melhoria dos vinhos colocados no mercado (FALCADE e MANDELLI, *Id.*). Essa região foi se tornando num destacado pólo de produção vitivinícola, sendo que Bento Gonçalves foi firmando uma imagem ligada ao vinho e Garibaldi consolidou uma imagem ligada à produção dos espumantes, a partir dos anos 1980.

Nesse período, houve um grande crescimento de diversos tipos de contratos entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras, voltadas para a produção e comercialização de diversos tipos de produtos, no campo da viticultura. Nesse sentido, pode-se exemplificar com alguns contratos expressivos realizados como: (i) contrato de produção e distribuição firmado entre a Companhia Vinícola Rio-Grandense e a italiana Martini & Rossi, em 1951, onde a primeira fornecia vinho base para a segunda produzir o vermute. Mais tarde, passou também a industrializar, engarrafar e comercializar para a mesma multinacional, o vinho Chateau Duvalier; (ii) acordo comercial da Cooperativa Vinícola Aurora e a francesa

⁴³ Apesar das restrições impostas à época, atualmente ainda está presente o uso do dialeto dentro das famílias, principalmente entre as pessoas mais velhas.

Bernard Taillan, interrompido quando a Cooperativa comprou essa marca (TERUCHKIN, *Id.*).

Na época, as principais organizações representativas do setor envolviam os produtores de vinho ao nível de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Em 1957, o setor se organizou em torno da Associação dos Vinicultores do Rio Grande do Sul e do Sindicato da Indústria do Vinho do Rio Grande do Sul, criado em 1948. Mais tarde, e perdurando até os dias de hoje, surgiu a União Brasileira de Vitivinicultura, criada em 1967, como a entidade de classe que congrega as empresas e entidades setoriais da vitivinicultura de todo o país. As ações político-institucionais dessas organizações exerceram, e ainda exercem uma influência considerável no processo de desenvolvimento da região.

Já na década de 1960, algumas empresas que tiveram maior crescimento, também produziram efeitos importantes sobre a região que hoje constitui o Vale dos Vinhedos. Um desses casos foi a criação de uma nova empresa, a Dreher S.A. Vinhos e Champagnes, quando à família Dreher se associou a um médico carioca morador de Bento Gonçalves, de nome Péricles Lopes Barbosa, além da participação do Banco da Província⁴⁴. Esse empreendimento abriu o mercado para a produção de bebidas destiladas, com a utilização de uvas voltadas para esse processo. Com isso, muitos agricultores da região aumentaram a possibilidade de oferta de suas uvas⁴⁵, passando a destinar parte de sua produção para esse novo setor industrial.

Desse modo, esse período é caracterizado pela estruturação de um importante setor empresarial ligado à vitivinicultura, originário, principalmente, dos trabalhos dos negociantes, iniciados com suas cantinas, depois com a organização produtiva do Sindicato e, finalmente, com empresas de algumas famílias que se destacaram no mercado de vinhos e outras bebidas derivadas da uva. Ao mesmo tempo, a maioria dos agricultores perdeu sua capacidade de venda direta de vinhos artesanais, passando a colocar suas uvas nas cooperativas ou se tornaram importantes fornecedores para as empresas que se destacaram nesse período.

⁴⁴ Informações obtidas através de entrevista com o Senhor Rinaldo Dal Pizzol.

⁴⁵ Informações obtidas através de entrevista com o Senhor Rinaldo Dal Pizzol.

Dessa forma, cada vez mais a região foi se caracterizando por sua especialização na produção de uva e de vinho, deixando completamente para trás a importância de outras atividades econômicas agrícolas que anteriormente tiveram alguma expressão para a economia local. Passou a sofrer cada vez mais os efeitos socioeconômicos decorrentes dos impactos causados pelas transformações do mercado de vinho no Brasil, inclusive com a grande importância da importação, ou seja, por ações externas ao local. Desse modo, fatores externos à região passaram, cada vez mais, a ter impactos importantes na estruturação socioeconômica local.

A dinâmica econômica estabelecida na região, por sua vez, trouxe importantes transformações sociais e econômicas que produziram significativos impactos sobre o meio ambiente. As densas florestas fizeram com que o crescimento das habitações, nas primeiras décadas de ocupação, ocorresse com grande utilização da madeira, e favoreceram o surgimento de serrarias. No entanto, o baixo valor comercial da madeira fez com que a maior parte da mata derrubada fosse queimada no próprio local.

Com a chegada da ferrovia à região, a madeira passou a ter um importante mercado externo, e começou a ser mais largamente comercializada para outras regiões do estado e do país. O crescente uso da madeira extraída da mata nativa, voltada para a indústria da construção civil e de mobiliário, além de se constituir numa importante fonte de energia local, promoveu um rápido processo de retirada da mata nativa da região (FALCADE e MANDELLI, *Id.*).

Por sua vez, o crescimento do mercado de vinho abriu novas oportunidades para a expansão da produção agrícola, ampliando os nichos oportunidades de mercado. Isso resultou também em degradação de áreas de floresta para a implantação de novos parreirais para atender às demandas do setor vinícola. O cenário transformou-se profundamente com a dinamização econômica da produção da uva e a expansão dos parreirais.

Desse modo, a região foi gradativamente se moldando pelas regras competitivas de mercado, dando grandes espaços para a modernização produtiva e o crescimento das iniciativas privadas, com um aporte crescente de capital e conhecimento técnico-científico. Isso foi a base para o início de uma nova etapa do desenvolvimento, caracterizado pela modernização produtiva e a exploração de grandes empresas multinacionais.

1.3 A modernização produtiva⁴⁶, a presença de multinacionais e o início do crescimento das vinícolas locais – dos anos 1970 aos 1990.

A partir da década de 1970, alguns importantes fatores passaram a fazer parte da realidade da vitivinicultura, alterando a organização produtiva: (i) a entrada de produtos importados no mercado nacional, produzidos a partir de variedades européias, com elevado padrão de qualidade, oriundos de antigos e novos produtores de vinho; (ii) a importante presença de empresas multinacionais como Chandon, De Lantier e Forestier, estabelecidas na região, que compravam boa parte da produção de uvas; (iii) a queda dos preços pagos pela uva, tanto pelas empresas como pelas cooperativas; e (iv) o enfraquecimento das cooperativas, que começaram a perder a fidelidade de seus associados (POLITA, 2002).

A década de 1970 foi marcada pelo crescimento da renda de parte da população brasileira, o que significou o aumento na demanda por diversos produtos de maior valor agregado, entre eles o vinho. Neste período destacou-se a presença das multinacionais do setor vitivinícola, instaladas na região, que buscavam ocupar o espaço do mercado doméstico. Em plena vigência da política de substituição de importações, a produção local de vinho foi favorecida pelas altas alíquotas de importação para os produtos estrangeiros. Desse modo, os preços elevados do vinho importado, além da melhoria gradativa da qualidade do vinho nacional, abriram espaço para o crescimento da produção nacional (TERUCHKIN, 2004).

Nesse contexto renovou-se a pressão pela melhoria de qualidade da uva e do vinho, buscando atender às exigências do mercado interno. Os agricultores aumentaram a introdução de variedades européias, a exemplo de Cabernet Sauvignon, Cabernet Franc, Merlot, Shirah, Pinot Noire, dentre outras, voltadas para vinhos tintos, e de Riesling, Chardonnay e Gewurztraminer, dentre outras, voltadas para vinhos brancos. Ao mesmo tempo, há um grande esforço de modernização tecnológica, apoiado por institutos de

⁴⁶ Por modernização produtiva entende-se todo o conjunto de transformações que compõe a chamada “revolução verde”, com o uso de variedades melhoradas (melhoramento genético clássico), associadas ao uso intensivo de máquinas e insumos químicos, o que promoveu um rápido crescimento da produção e da produtividade.

pesquisa⁴⁷ (trabalhos nos campos do melhoramento genético, utilizações novas de leveduras para a fermentação, técnicas de controle de pragas) e organizações de assistência técnica.

Há uma transformação institucional que afeta o processo produtivo, pressionado a fazer mudanças direcionadas à chamada *modernização da agricultura*. Novas regras (principalmente impostas pelo mercado e pelo direcionamento dado aos avanços tecnológicos) passaram a vigorar para o setor, visando atender às transformações dos processos produtivo e comercial, levando, cada vez mais, à especialização do produtor de uva. Isso incluía, para os agricultores, a utilização intensiva de insumos químicos, a partir de orientação tecnológica, e uso de variedades desenvolvidas ou adaptadas para as melhores condições de produção e produtividade. Nesse período intensificou-se o cultivo com variedades (TERUCHKIN, *Id.*), visando a ampliação do mercado interno.

Também no setor da vinificação (dentro das vinícolas) ocorreram importantes mudanças tecnológicas, com a importação de novos equipamentos pelas empresas nacionais e multinacionais. Segundo o autor, com o desenvolvimento tecnológico para a elaboração de vinhos houve um grande estímulo para que as empresas brasileiras se atualizassem em seus processos produtivos, passando a absorver as mudanças tecnológicas. Tudo isso modificou profundamente a organização socioeconômica dos agricultores e das pequenas vinícolas instaladas na área, exigindo esforços redobrados para atender o padrão determinado pelas grandes indústrias da região.

Na área existiam também famílias que produziam vinhos e os vendiam a granel para as empresas multinacionais, que os engarrafavam e comercializavam (POLITA, *Id.*). A mudança na qualidade da oferta de uva, com base em novos padrões tecnológicos que foram sendo desenvolvidos e incorporados à produção, foi associada à venda de grande parte da produção de uva para as empresas multinacionais e, apesar do seu enfraquecimento, também para cooperativas. Este processo de re-organização produtivo e comercial, baseado na modernização tecnológica, estendeu-se até o início dos anos 1990, quando novos elementos foram incorporados.

⁴⁷ Destaca-se entre essas iniciativas a criação de uma Unidade de Pesquisa da Embrapa (Embrapa Uva e Vinho), em agosto de 1975, no município de Bento Gonçalves e às margens do Vale dos Vinhedos, cuja missão era a de dar suporte tecnológico ao desenvolvimento da vitivinicultura.

O grande esforço de modernização produtiva verificado nesse período ocorreu ao mesmo tempo em que emergiram alguns obstáculos econômicos para os agricultores. O preço pago pelas empresas multinacionais, que passaram a dominar o mercado, começou a não cobrir os custos de produção (POLITA, *Id.*). Os produtores, dessa forma, passaram a ser pressionados pelo mercado, que aumentou a exigência por mais qualidade do produto (principalmente através de vinhos produzidos com *vitis viníferas*), e pelas empresas multinacionais, que detinham uma parte do controle sobre os nichos de mercado.

Por outro lado, o setor cooperativista de modo geral, e as cooperativas vitivinícolas em particular, experimentaram um momento de crise iniciada entre as décadas de 1980 e 1990. Para tornar mais complexa a situação, nesse período declinou substancialmente a participação das cooperativas vitivinícolas, devido à concorrência com as empresas multinacionais. As cooperativas não conseguiam remunerar adequadamente seus associados, e tampouco manter a fidelidade construída por gerações com seus fornecedores (POLITA, *Id.*), acelerando assim seu enfraquecimento progressivo.

A partir dessas décadas, algumas famílias tomaram iniciativas voltadas para a produção de vinhos com maior qualidade, em busca de maior competitividade e espaço no mercado. Já havia alguma experiência acumulada, por parte dessas famílias, na produção de vinho comum (ou de mesa, a partir de uvas americanas) e comercialização do vinho em garrafão, além da produção para consumo próprio, com características artesanais (POLITA, *Id.*). Sentiam a necessidade de criar um sistema próprio de produção e comercialização que os tornassem mais independentes em relação ao sistema industrial, já que o sistema cooperativista não os atendia plenamente e passava por profunda crise.

Começou assim uma nova fase do desenvolvimento da região. Várias famílias de agricultores passaram a organizar suas vinícolas, produtoras tanto de vinhos finos como de vinhos comuns. Houve, por parte de diversas famílias descendentes de imigrantes, o investimento nas novas gerações, especializando-os em diversos campos da produção vitivinícola e atividades complementares a essa atividade principal (como o enoturismo), como foram promovendo importantes avanços na qualidade e na competitividade de seus produtos.

O crescimento de diversas vinícolas familiares (Figura 03) e da produção de vinho a partir de *viti viníferas* europeias, favorecendo a produção de vinhos finos, associados ao investimento na qualificação técnica (pessoal e equipamentos), permitiu o surgimento de um novo ambiente institucional. Isto significava avanços na modernização tecnológica, regras mais rígidas sobre a qualidade e fortalecimento de elos internos à região, entre produtores de uva e de vinho. Iniciaria-se uma nova fase com fortes características endógenas, mas sempre vulnerável às mudanças no mercado vitivinícola nacional e internacional.

Figura 03: fotos de vinícolas familiares do Vale dos Vinhedos.



Esse ambiente caracterizou-se pela presença de pequenas vinícolas e, mais tarde, algumas que atingiram um porte médio, que investiram em equipamentos, pessoal e espaços apropriados para visitação, varejo e degusta o (POLITA, *Id.*). A inten o era integrar a produ o do vinho com a visita o de consumidores, como forma de ampliar o acesso aos mercados. Na agricultura, ampliaram-se as substitui es de parreirais de variedades americanas pelas europeias, de forma a atender o mercado mais exigente em qualidade e disposto a pagar preços mais elevados pelo produto. Tudo isso estabeleceu novas rela es entre agricultores e produtores de vinho e começou a criar uma nova categoria socioeconômica: as famílias de agricultores que passaram a ter suas próprias vinícolas com início de uma escala comercial e empresarial de produ o.

Dessa forma, cresceu também o grau de especializa o dos participantes dessa cadeia produtiva. Muitos agricultores tornaram-se fornecedores das vinícolas familiares e

passaram também por processos importantes de modernização produtiva. Um novo desenho socioeconômico surgiu ao final dos anos 1980, quando perderam força as empresas multinacionais e as vinícolas de pequeno porte começaram a ocupar parte importante do mercado nacional. Surgiram indícios de um novo dinamismo socioeconômico local, gerando um processo de desenvolvimento com iniciativas locais de fortalecimento de uma nova estrutura produtiva, com fortes impactos sobre a estrutura sociocultural.

Além da produção das uvas para vinhos finos, o mercado de suco se apresentou como uma alternativa para os produtores de uva, tanto pela produção das vinícolas familiares como por empresas especializadas na produção do suco. Para os agricultores que substituíram apenas parcialmente seus parreirais por *viti viníferas*, mantendo parte com uvas americanas e híbridas, ou para aqueles que não fizeram substituição, o mercado de suco se tornou uma opção ao lado da oferta de vinho comum, segundo seus próprios depoimentos.

No contexto do crescimento da produção vitivinícola e da expansão populacional, começou a se apresentar cada vez mais evidente a contaminação das águas dos riachos que cortam o território. Esses problemas ambientais se ampliaram na medida em que o novo modelo institucional e de desenvolvimento aprofundou suas raízes na região.

1.4 O surgimento do Distrito do Vale dos Vinhedos.

O Vale dos Vinhedos surgiu com essa denominação a partir de sua criação como Distrito do município de Bento Gonçalves, em 17 de agosto de 1990. Para tanto, parte do Distrito de Monte Belo (que, posteriormente, se transformaria no município de Monte Belo do Sul) e parte da sede do município de Bento Gonçalves foram incorporadas. Sua denominação é uma combinação da característica geográfica da região com a atividade econômica predominante, que é a vitivinicultura. Seus limites foram estabelecidos tendo como base as Linhas Zemith e Leopoldina (além da Graciema, como parte desta última), que haviam sido utilizadas na demarcação dos lotes dos imigrantes.

O novo Distrito envolve as comunidades de Capela das Neves, Capela das Almas, Capela da Glória e Santa Lúcia, na Linha Leopoldina; 08 de Graciema, 15 da Graciema, 40 da Graciema, e Gruta Nossa Senhora de Lourdes do Ceará, na Linha Graciema; e Capela da

Santíssima Trindade, na Linha Zemith (CAPRARA e LUCHESE, 2005). Com a criação do Distrito, o Vale dos Vinhedos passou a dispor de uma Sub-prefeitura, encarregada de discutir e implementar políticas públicas municipais específicas para a localidade. A sua criação buscava atender a demanda da população local pela aproximação das políticas públicas municipais dos novos interesses das comunidades, num processo de descentralização político-administrativa. Resultou, portanto, de um processo de pressão para a construção de políticas do tipo “*botton-up*”, ou seja, de baixo para cima.

Entre alguns habitantes chegou a se formar um movimento de emancipação em relação ao município de Bento Gonçalves, para a criação de um novo município. Para esse grupo, Bento Gonçalves não oferecia o devido apoio às demandas sociais e de infraestrutura da região. Após uma mobilização durante a década de 1990, no entanto, o movimento refluuiu. O fato reflete o sentimento de abandono pelas políticas públicas municipais em relação ao Distrito do Vale dos Vinhedos presente entre parte da população local, naquela época, como pôde ser observado nas entrevistas realizadas.

Trata-se de uma região predominantemente rural (Figura 04), com pequenas áreas de aglomeração urbana, situando-se muito próxima à sede do município de Bento Gonçalves. A vitivinicultura constitui-se na sua segunda maior fonte de renda, perdendo espaço apenas para a atividade moveleira que está concentrada no espaço urbano e em sua periferia (MATTIA E GEHLEN, 2003). Na região, além dos parreirais e das vinícolas, podem ser encontradas algumas indústrias e uma estrutura ligada à atividade turística (hotéis, pousadas, restaurantes, e comércio de artesanato, de embutidos e derivados de leite). Devido ao tamanho dos lotes estabelecidos desde o início da colonização, as construções de cada estabelecimento se situam muito próximas uma das outras, incluindo-se as construções das vinícolas.

A entrada principal para o Vale dos Vinhedos baliza-se a cerca de três quilômetros da entrada da cidade de Bento Gonçalves, no sentido de Garibaldi e Caxias do Sul, através da rodovia RST 460. Pode-se percorrer toda a sua extensão por boas estradas pavimentadas, ao longo das quais pode ser encontrada a maioria das vinícolas e grande parte dos parreirais, além de restaurantes, hotéis e pousadas. No entanto, o acesso aos estabelecimentos rurais de áreas da Linha Zemith ainda permanece bastante precário, com estradas não pavimentadas

e com pouca manutenção. Nessa comunidade, em torno da Capela da Santíssima Trindade, vivem atualmente 17 famílias, em condições muito desfavoráveis em relação ao restante do Vale. Trata-se de uma área de relevo muito acidentado, ainda com grande cobertura florestal (Figura 05).

Figura 04: Paisagem típica do Vale dos Vinhedos com seus parreirais (paisagem no período de outono).



A paisagem da região alterna-se entre altitudes superiores a 700 metros, encostas que variam entre 500 e 700 metros e regiões mais baixas, onde se encontram os melhores solos para a atividade agrícola e a grande concentração de parreirais e de vinícolas. A declividade dirige-se de sudeste em direção ao noroeste, onde se encontram as terras mais baixas. A região é cortada por diversos arroios e os usos do solo obedeciam à seguinte configuração, ao final dos anos 1990: (i) 10,1% de área urbana, uso urbano em área rural, solo exposto e solo viário; (ii) 43,03% de mata nativa, cultivada, secundária e galeria; (iii) 20,82% de área agricultada; e (iv) 26,14% de área agricultada com vinhedos (FALCADE e MANDELLI, 1999).

Figura 05: Foto da linha Zemith, apresentando um relevo com alta declividade e preservação da mata nativa.



O verão é quente e úmido e corresponde à época da vindima (colheita da uva), e o inverno apresenta temperaturas muito frias, chegando a permanecerem negativas nos momentos mais frios do dia. Esse clima ajuda a construir um ambiente diferenciado, associado à paisagem natural com presença de matas, aos parreirais, às tradições histórico-culturais e à atividade vinícola, dando-lhe características específicas. A especificidade desses recursos locais diferencia e consolida uma imagem da região, constituindo-se em elementos importantes para a sua definição como um território.

Grande parte das residências dos moradores (Figura 06) se situa próximo às rodovias, sendo que as áreas de produção agrícola normalmente se encontram ao fundo da moradia.

Figura 06: Foto de residência de produtor ao longo da estrada principal.



Algumas estradas não pavimentadas cortam também a região, permitindo a interligação entre algumas comunidades. Entre as diversas vinícolas, parreirais, pousadas, restaurantes e lojas de produtos artesanais que se espalham ao longo das principais vias que cortam a região, pode-se observar a presença das capelas (Figura 07) construídas nas sedes das comunidades dos imigrantes que, no passado, centralizavam as ações comunitárias.

Figura 07: Foto de Capela típica do Vale dos Vinhedos⁴⁸.



Na entrada de um acesso secundário ao Vale dos Vinhedos, e muito próximo ao centro da cidade de Bento Gonçalves, encontra-se um aglomerado de moradores de baixa renda, que migraram de outras partes dos estado e de outros estados, em busca de empregos no setor industrial e de serviços da cidade. No entanto, de modo geral, este aglomerado não mantém relações sociais ou econômicas com o Vale dos Vinhedos.

As opções de hospedagem no Vale dos Vinhedos incluem hotel ou pousada, e instalações existentes em algumas vinícolas. Mas uma modalidade dominante de visita diz respeito à participação em eventos de degustação e de gastronomia tipicamente italiana,

⁴⁸ Segundo consta em documentos e nas histórias contadas sobre a região, a Capela de Nossa Senhora das Neves (foto) foi construída num momento assolado por uma forte seca, que deixou a sua construção sem água para preparar a massa do reboco. Para suprir a falta da água, os agricultores cederam vinho que foi utilizado para preparar a massa para cimentar a capela (VALDUGA, 2005; CAPRARA e LUCHESE, 2001).

oferecidas em restaurantes ou nas próprias vinícolas. É possível ainda apreciar algumas manifestações culturais, que ocorrem em determinadas épocas do ano. Algumas vinícolas oferecem atividades que lembram a culinária tradicional italiana ou o processo de colheita da uva (vindima), como forma de incrementar o turismo rural.

É um espaço rural ainda fortemente impregnado de valores e identidades determinantes das comunidades locais, a partir de uma formação cultural induzida basicamente pela imigração italiana e fortemente relacionada à produção de vinho. Seus limites foram definidos numa combinação de sua identidade ecológica, econômica e étnica. Entre os habitantes locais, principalmente entre os mais idosos, não é incomum a utilização de dialetos originários da terra natal dos imigrantes, principalmente quando se comunicam entre si.

Há uma forte relação histórico-cultural com o cultivo da uva e com a produção do vinho. No entanto, os sistemas de produção vêm rapidamente incorporando processos de modernização tecnológica, em busca de competitividade nos mercados. Sua principal característica é a associação da paisagem rural, formada por matas, parreirais e moradias, com a produção de uva e de vinho.

Até a constituição do Vale dos Vinhedos como Distrito do Bento Gonçalves, o sentido de pertencimento dos habitantes da região estava mais ligado às comunidades estabelecidas desde o processo de organização da instalação dos imigrantes e, posteriormente, de seus descendentes. Com a criação do Distrito começa a surgir um sentido de pertencimento a esse novo território construído socialmente, com participação de alguns grupos de atores locais. Atualmente, as entrevistas realizadas com atores locais confirmaram que o reconhecimento do sentimento de pertencimento às comunidades tradicionais, formadas desde o início da colonização, vem sendo mesclado com o sentimento de pertencimento ao Vale dos Vinhedos. No entanto, a força econômica da produção do vinho em sua relação com a imagem do Vale está condicionando a formação dessa nova identidade territorial.

Em síntese, ao longo dos últimos anos, a partir de sua institucionalização como Distrito, pode-se observar a consolidação de sua imagem junto à população local, como um território com uma identidade coletiva. O crescimento das facilidades de comunicação e a

gestão das políticas públicas através de uma Sub-Prefeitura localizada dentro do Vale, também têm facilitado a seus habitantes a, gradativamente, passarem a ter um sentido de pertencimento ao Vale dos Vinhedos.

2. Caracterização atual da região.

A região vem apresentando mudanças bastante significativas em seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, nas últimas duas décadas uma importante re-estruturação na formação dos grupos sociais e na gestão do desenvolvimento fortaleceu as iniciativas de dinamização socioeconômicas no nível local, que podem ser constatadas por meio desses indicadores.

2.1 Alguns indicadores socioeconômicos.

No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano⁴⁹ divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, os três municípios que formam a região de Indicação de Procedência (que será visto à frente), e que estabelecem relações diretas de desenvolvimento com a região, se situam entre os mais elevados do País (ver Tabela 1).

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos, do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, nos anos de 1991 e 2000 (Fonte: PNUD – www.pnud.org.br).

| Município/Estado/País | 1991 | 2000 |
|-----------------------|-------|-------|
| Bento Gonçalves | 0,799 | 0,870 |
| Garibaldi | 0,773 | 0,843 |
| Monte Belo do Sul | 0,771 | 0,827 |
| Rio Grande do Sul | 0,753 | 0,814 |
| Brasil | 0,696 | 0,766 |

49 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países, Estados ou Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Esses municípios tiveram um rápido crescimento do índice no período que abrange a década de 1990, tendo superado a faixa correspondente à classificação de médio desenvolvimento para alcançar a de alto desenvolvimento humano.

Outro dado indicativo para ajudar a compreensão do processo de desenvolvimento da região relaciona-se ao seu dinamismo que, entre outras formas, pode ser analisado a partir de uma aproximação do grau de empreendedorismo local. Para VEIGA (2002), tanto o conceito de empreendedorismo como a sua medida não são questões de consenso entre os estudiosos do tema. Veiga afirma que “infelizmente, pouco se sabe sobre os determinantes do empreendedorismo, apesar de sua crucial influência sobre o crescimento econômico. Sequer existe acordo sobre os indicadores que melhor revelariam os graus relativos em que o fenômeno se manifesta” (VEIGA, *Id.*, p.3).

O autor tem como opção analisar o grau de empreendedorismo baseado na relação entre a população do município e o número de micro e pequenas empresas formais existentes na localidade (MPE), para ter uma indicação sobre o seu nível. Nesta análise, o autor afirma que é esperado, como hipótese muito provável, que nas aglomerações urbanas exista uma presença maior de MPE por habitantes. No entanto, ao analisar os dados para municípios em todo o País, destaca que é surpreendente que diversos municípios chamados rurais⁵⁰ (e que possuem baixa densidade demográfica) tenham maior concentração de MPE por habitante do que muitas cidades médias e grandes.

No caso dos três municípios que compõem a região que corresponde à Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, a Tabela 2 apresenta a situação do grau de empreendedorismo com base em dados do ano de 2000. O Estado do Rio Grande do Sul possui o menor número de habitantes por MPE (comparativo entre as medianas de cada Estado, onde o Rio Grande do Sul apresenta o índice de 29,5) entre todos os 26 Estados brasileiros. Um menor índice da relação entre população/MPE significa haver uma maior concentração de MPE por habitantes, o que daria uma indicação da presença de um maior grau de empreendedorismo na região ou município.

⁵⁰ Para VEIGA (2002), os municípios rurais seriam aqueles que, simultaneamente, têm menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km². Entre 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes, seriam municípios rurbanos ou ambivalentes. Esse conjunto, de municípios rurais e rurbanos, representaria 80% dos municípios brasileiros e 30% da população do País.

Tabela 2: População por MPE, por município que compõe o Vale dos Vinhedos (VEIGA, 2002).

| Município/ Estado | População 2000/MPE |
|--------------------------|---------------------------|
| Bento Gonçalves | 15,5 |
| Garibaldi | 19,0 |
| Monte Belo do Sul | 36,4 |
| Rio Grande do Sul | 29,5 |

Os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi possuem uma concentração maior que a mediana⁵¹ do Estado, enquanto o município de Monte Belo do Sul é o único com concentração menor. Ainda assim, este município só tem concentração menor que a mediana do próprio Estado do Rio Grande do Sul e que a mediana do Estado de Santa Catarina, que são os que têm os melhores índices no Brasil. De acordo com análise de Veiga, no Brasil se encontra, em média, uma MPE para cada 35 habitantes nas aglomerações urbanas, uma MPE para cada 42 habitantes nas chamadas cidades médias e uma MPE para cada 62 habitantes para o que chama de “Brasil rural” (composto pelos municípios rurais), o que fortalece ainda mais a qualificação dos municípios como possuindo um alto grau de empreendedorismo.

Uma análise da estrutura fundiária da região, segundo um trabalho de caracterização da agricultura brasileira elaborado pela FAO/INCRA (2000), utilizando dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 1995/96, indica uma ampla presença de agricultores familiares nos três municípios, sendo a sua base de organização socioeconômica. A Tabela 3, elaborada com base nos dados desse trabalho, apresenta o número e a área de estabelecimentos de agricultores familiares e patronais⁵², e o respectivo percentual de sua participação em relação ao total de estabelecimentos da região que abrange cada um dos três municípios.

⁵¹ A mediana é o valor que a divide uma amostra ao meio, o que significa que 50% dos elementos da amostra são menores ou iguais à mediana e os outros 50% são maiores ou iguais à mediana.

⁵² O trabalho parte de uma definição de agricultura familiar, caracterizada pelas seguintes condições: a gestão dos trabalhos no estabelecimento é do próprio trabalhador rural; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; e a área do estabelecimento não pode ser superior a um limite máximo regional. Por patronal, foram definidos como todos os estabelecimentos que não se enquadram como familiares, ou não pertençam a entidades públicas ou religiosas (FAO/INCRA, 2000).

Tabela 3: Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e patronal, e seu percentual em relação ao total de estabelecimentos rurais, por município que compõe o Vale dos Vinhedos (Fonte: FAO/INCRA, 2000).

| Municípios | Total de Estabelecimentos Patronais (n° – percentual) | Total da Área de Estabelecimentos Patronais (ha - percentual) | Total de Estabelecimentos Familiares (n° – percentual) | Total da Área de Estabelecimentos Familiares (ha - percentual) |
|-------------------|--|--|---|---|
| Bento Gonçalves | 135 – 8,4 | 2497 – 9,9 | 1465 – 91,4 | 21836 – 87,3 |
| Garibaldi | 57 – 4,5 | 1200 – 6,5 | 1209 – 94,4 | 17273 – 93,4 |
| Monte Belo do Sul | 6 – 1,1 | 116 – 1,8 | 508 – 98,8 | 6121 – 98,1 |

Pode ser observada a grande presença de agricultores familiares nos três municípios, e não se percebe, a partir dos dados apresentados, nenhum sinal de alta concentração de terras em favor dos poucos agricultores patronais existentes, comum na maior parte das regiões do País. A própria característica da concentração/especialização na produção de uva na região pode ser a característica principal que leva a ser mantida a estrutura fundiária rural baseada em pequenos estabelecimentos familiares, voltada à produção agrícola. Mas, principalmente, se manteve a estrutura fundiária originária do loteamento da região para o assentamento dos colonos imigrantes, ou seja, as pequenas unidades agrícolas familiares.

Outra análise pode ser obtida a partir dos dados apresentados na Tabela 4, que correspondem à posição dos estabelecimentos familiares em relação à renda⁵³. Por essa tabela pode ser observado que há uma grande presença de agricultores familiares com renda média e elevada nos três municípios, porém, não é inexistente a presença de agricultores com baixa ou quase nenhuma renda, apesar dos elevados níveis dos indicadores agregados, sociais e econômicos, dos municípios. Ou seja, a grande maioria dos agricultores situa-se

⁵³ A classificação quanto à renda corresponde ao seguinte critério: renda alta, quando a RT (renda total do estabelecimento) é maior que três vezes a VCO (valor do custo de oportunidade – valor da diária média estadual do trabalhador rural, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis do ano); renda média, quando a RT situa-se entre a VCO e três vezes a VCO; renda baixa, quando a RT situa-se entre a VCO e metade da VCO; e quase sem renda, quando a RT é menor que metade da VCO. Por RT, ou renda total, entende-se toda a renda das diferentes atividades do estabelecimento. O VCO, ou valor do custo de oportunidade, é dado pelo valor da diária média estadual, acrescida de 20%, e multiplicado pelo número de dias úteis do ano, calculado em 260 (FAO/INCRA, 2000).

entre as faixas de alta e média alta, mas existe a presença de agricultores familiares de renda baixa ou ainda quase sem renda.

No Vale dos Vinhedos, no entanto, e de acordo com informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Ação Social, não tem havido, nos últimos anos, necessidade de apoio de políticas assistenciais para moradores do local, que não integram nenhum tipo de programa assistencialista para baixa renda.

Tabela 4: Percentual dos estabelecimentos de agricultores familiares, segundo sua condição de renda, por município que compõe o Vale dos Vinhedos (Fonte: FAO/INCRA, 2000).

| Municípios | Renda alta | Renda média | Renda baixa | Quase sem renda |
|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|------------------------|
| Bento Gonçalves | 49,0 | 35,5 | 8,5 | 7,0 |
| Garibaldi | 45,6 | 39,2 | 9,2 | 6,0 |
| Monte Belo do Sul | 35,4 | 48,4 | 8,9 | 7,3 |

Apesar do Vale dos Vinhedos estar situado numa região mais ampla (a Serra Gaúcha), onde a produção de uvas e de vinhos assume grande importância, se trata de uma micro-região onde se percebe a identificação de diferenciação territorial a partir de elementos identitários das comunidades envolvidas, permitindo uma relação direta entre as características identitárias e a delimitação geográfica. Ou seja, uma das características principais de toda a micro-região é a sua especialização no cultivo da uva e na produção de vinho, com alta concentração de empreendimentos vitivinícolas, fazendo parte de uma identidade muito característica, que se apresenta tanto nos processos produtivos como nas manifestações sociais e culturais. A alta concentração de vinícolas é uma característica muito marcante da região, onde cerca de 30 vinícolas (fora as de caráter artesanal) se localizam num espaço de 82 Km², que representa o Vale dos Vinhedos. Isso significa que toda a sua paisagem rural está associada à presença de parreirais e vinícolas, em meio ao ambiente natural, também muito pontuado pela presença das residências da população local.

De acordo com levantamentos acompanhados pela Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE⁵⁴, a produção atual de uva no Vale dos Vinhedos é de cerca de 54 milhões de quilos (ano de 2006). Essa produção está cultivada em cerca de 2700 ha. Desse total, cerca de 12 milhões de quilos são de *vitis viníferas*, que resulta na produção de cerca de 12 milhões de garrafas de vinho fino. Do total da produção de vinho fino, atualmente cerca de 2 milhões de garrafas estão recebendo o selo de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (que será analisado mais adiante).

A assistência para a produção tem sido mobilizada em torno de técnicos das vinícolas, das cooperativas e da EMATER/RS. Além disso, deve ser mencionada a própria EMBRAPA (Embrapa Uva e Vinho), como geradora de novas tecnologias de produção (novas cultivares, sistemas de manejo, controle de pragas e doenças, etc.) e estimuladora da diferenciação do produto por qualidade e agregação de valor (Indicação de Procedência), bem como por organizações de ensino de âmbito regional, como é o caso da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Na formação de técnicos locais, o Centro Federal de Educação Tecnológica (centro de educação profissionalizante e tecnológico ligado ao Ministério da Educação) tem tido papel importante por ter especialização na formação para o setor vitivinícola.

A atividade turística, por sua vez, vem tendo um crescimento bastante acentuado desde que se iniciou o fortalecimento das vinícolas familiares na região e vem fazendo parte do roteiro da Serra Gaúcha. Envolve não só os empreendimentos de maior porte, por parte de hotéis e pousadas, mas abrange diversos produtores vitivinícolas de pequena e média escala, e outras atividades como o artesanato e produtos coloniais (queijo, mel, salame, geléia, etc.). Segundo dados da APROVALE, o número de turistas que frequenta atualmente o Vale dos Vinhedos se aproxima de 100 mil por ano.

A APROVALE tem sido a principal articuladora do esforço para o desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos, representando o setor vitivinícola nas negociações com o setor público e o setor privado para a promoção de investimentos (por exemplo, na

⁵⁴ A APROVALE é uma entidade de representação das organizações produtivas locais, que envolve associados produtores (vinícolas) e associados contribuintes (hotéis, restaurantes, e outras atividades comerciais e agroindustriais). Possui 24 vinícolas da região associadas e 19 associados não produtores de vinho, entre hotéis, pousadas, restaurantes, fabricantes de produtos artesanais, queijarias, entre outros, em 2006.

sinalização adequada, na divulgação junto a agências de viagens, na organização de degustação de vinhos nas vinícolas, etc.). Esses investimentos estão quase sempre ligados ao fortalecimento do enoturismo e à valorização da qualidade do vinho fino da região, como estratégias de fortalecimento das vinícolas locais.

As vinícolas também têm buscado sua própria capacitação e a realização de investimentos internos para melhorar o atendimento ao turista. Tanto pequenas como médias vinícolas têm, entre suas atividades de rotina, a prática do recebimento de turistas e visitantes em seus estabelecimentos. Em vários casos possuem também locais para hospedagem e, em todas elas, o turismo é utilizado como estratégia de promoção e vendas. Mas a atividade turística acabou por envolver também um componente gastronômico, ligado à culinária italiana, como de produtos coloniais, cujo consumo está muito associado ao vinho (queijos, embutidos).

Na representação dos agricultores, a principal organização é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR. Segundo os relatos em entrevistas, as diferentes comunidades também exercem algum tipo de debate em torno dos interesses locais, limitados, porém, a aspectos pontuais de caráter econômico, social, cultural ou ecológico. Esses debates, no entanto, ocorrem sem uma adequada articulação com projetos para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, representando aspectos pontuais de interesse das comunidades. O STR representa os agricultores nas discussões sobre um dos pontos econômicos principais, que é a definição do preço da uva para comercialização, feita através de negociações que envolvem os setores produtivos e o Governo Federal.

Todos os esforços de fortalecimento da imagem da região, bem como o aumento da renda dos municípios e a proximidade com os centros urbanos, têm provocado uma rápida e expressiva valorização do preço da terra. Segundo informações obtidas na APROVALE, áreas de menor porte chegaram a ter um crescimento de preço em torno de 500% no período dos últimos 8 anos. Essa valorização vem causando efeitos imediatos no custo de oportunidade dos agricultores, que ficam pressionados pela possibilidade de uma renda mais elevada pela venda da terra e o re-direcionamento de suas atividades profissionais nos centros urbanos.

2.2 Os diferentes grupos sociais presentes atualmente.

No Vale dos Vinhedos estão presentes diferentes grupos sociais, basicamente tendo como origem a agricultura familiar, formada desde o processo migratório italiano. Entre esses grupos podem se destacar: (a) as famílias donas de vinícolas de médio e pequeno porte, que em sua maioria são também produtores de uva; (b) as famílias de agricultores que assumem a produção de uvas varietais (para a produção dos vinhos finos) e também de uvas para vinhos comuns (ou de mesa) ou suco; (c) as famílias de agricultores que produzem apenas uvas americanas e híbridas, utilizadas para vinho comum (ou de mesa) e suco; (d) famílias de agricultores que não participam do processo de produção de uva, dedicando-se exclusivamente a outros produtos de muito pequena importância econômica local; (e) os donos de hotéis e pousadas; (f) os donos de restaurantes voltados para a gastronomia de origem italiana (muitos restaurantes também se localizam dentro as próprias vinícolas); e (g) os donos de estabelecimentos que ofertam produtos coloniais e artesanais.

Existem ainda, mas de forma pouco expressiva, famílias de agricultores que, além da produção de uva, mantêm outras atividades agrícolas voltadas para o mercado. Observa-se também que nem todos esses produtos coloniais vendidos dentro do território têm sua origem de produção na própria localidade, sendo trazidos de outras regiões. O potencial de mercado desses produtos ocorre pela presença dos turistas. Algumas famílias de agricultores também mantêm algumas atividades ligadas ao turismo dentro de seus próprios estabelecimentos.

Além desses grupos ligados a atividades econômicas características da região, em torno da produção vitivinícola, existe ainda a presença de algumas empresas do setor moveleiro e metalúrgico, mas que não mantêm relações importantes com os segmentos que vivem no local. Por fim, ainda há a presença de moradores que não exercem qualquer atividade econômica, instalando-se na região apenas com suas residências, trabalhando no setor urbano das cidades próximas.

A maioria das famílias que possuem vinícolas ainda tem parte de sua atividade dedicada à produção da uva. Entre as diversas famílias, tanto de agricultores como de

proprietários de vinícolas, se pode perceber a presença de pluriatividade⁵⁵, onde são exercidas diversas atividades dentro e fora do estabelecimento rural. Alguns membros de famílias exercem atividades em outros setores, dentro e fora do Vale dos Vinhedos, conforme relato nas entrevistas.

Também pode ser observada uma característica multifuncional dos setores agrícolas e agroindustriais, relacionados não só à produção vitivinícola ou outros produtos agrícolas. Com a evolução do processo de construção do território, a atividade vitivinícola passa a cumprir novos papéis na preservação de aspectos histórico-culturais e de preservação da paisagem rural, como poderá ser visto mais adiante.

Entre as famílias de maior renda, principalmente nas vinícolas, as novas gerações têm tido um nível elevado de escolaridade. Muitos se dedicaram a cursos de graduação e pós-graduação em assuntos ligados às principais atividades, seja na produção e comercialização da uva e do vinho, seja no turismo. A Sub-Prefeitura mantém uma escola para crianças e adolescentes, que está atendendo a maioria das famílias da região, que mantém filhos em escola pública.

2.3 Um novo projeto para a região – a Indicação de Procedência.

O avanço no sentido de se produzir uvas e vinhos de melhor qualidade foi novamente impulsionado ao longo da década de 1990 e entrou no século XXI com grande ênfase. Um grupo de vinícolas resolveu fazer uma reunião em 1994, onde a idéia inicial era de construir uma cooperativa de engarrafamento, para atendimento de todas as vinícolas cooperativadas (reduzindo custos e investimentos), e de fortalecer estratégias ligadas ao desenvolvimento do turismo (POLITA, 2002). Algumas divergências de interesses fizeram com que abandonassem esse projeto.

Mas a idéia de construção de uma ação conjunta entre as vinícolas se manteve. Surgiu, então, a proposta de criação de uma associação das vinícolas para construir novas estratégias de mercado. A APROVALE foi criada com o sentido de fortalecer estratégias de

⁵⁵ Para SILVA (1999), o espaço rural vem sendo, cada vez mais, um lugar de combinação de postos de trabalho em diferentes atividades, com pequenas e médias empresas, caracterizando parcela importante da população como pluriativos.

valorização da produção de vinhos finos na região. O foco da organização é estabelecido em torno de estratégias que venham a promover a aproximação das vinícolas com o consumidor, onde estão incluídos o enoturismo e a diferenciação dos produtos locais, a partir de suas especificidades e da associação da imagem do Vale dos Vinhedos a seus produtos. Entre esses mecanismos estavam a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem.

Rapidamente, esta organização passou a ocupar um importante espaço no processo de debate e proposição de iniciativas visando fortalecer o complexo vitivinícola, tentando estabelecer estratégias que aumentassem a competitividade das empresas da região. Este trabalho vem produzindo um novo arranjo institucional para o Vale dos Vinhedos, com influência sobre o conjunto dos atores locais. A APROVALE passou a se constituir na mais importante organização de atores locais, com forte inserção no poder público e nas diretrizes propostas para o Vale dos Vinhedos.

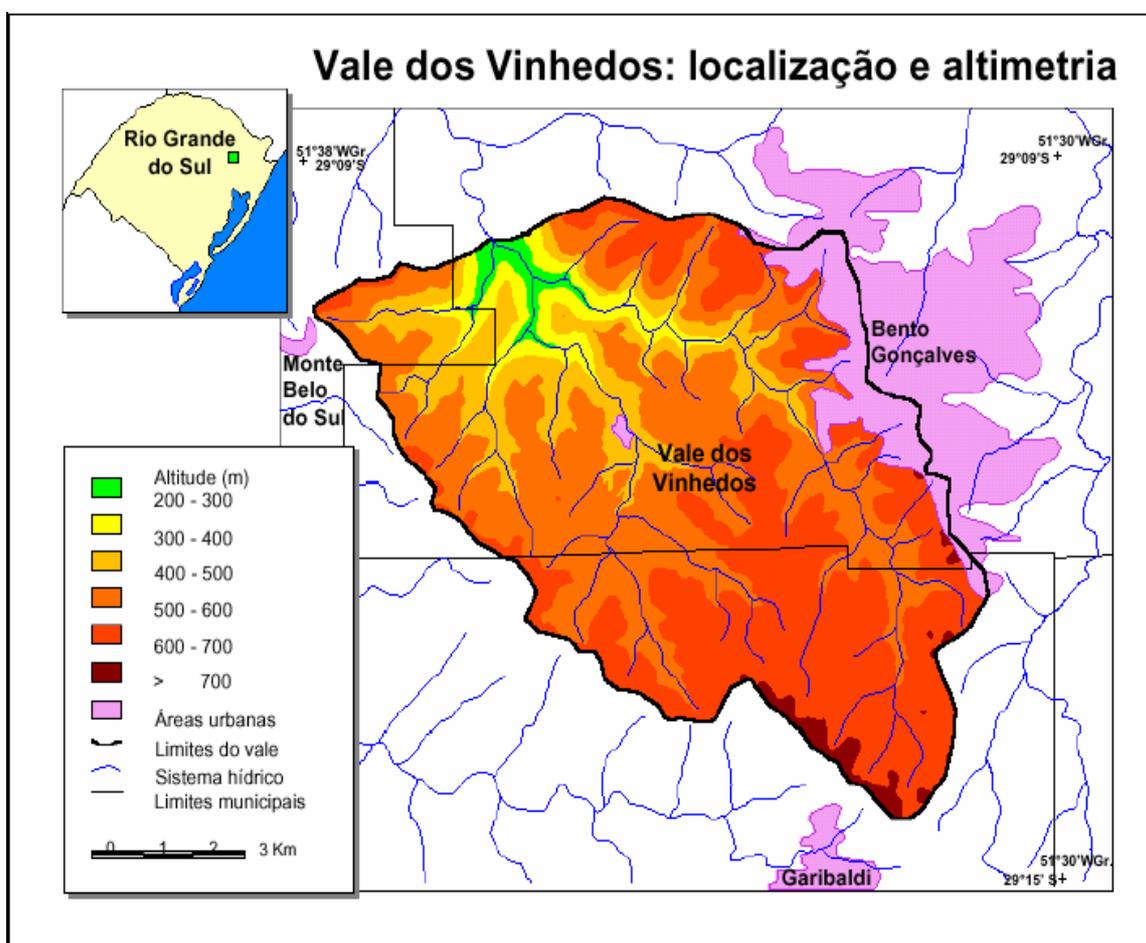
Apesar de que nem todas as vinícolas se associaram à APROVALE e de que o grau de cooperação entre as vinícolas é muito baixo, ainda assim a organização conseguiu estabelecer um espaço importante na rede de poder local, amparada, principalmente, na presença das principais vinícolas em termos econômicos como suas associadas. No entanto, os agricultores que não possuem vinícolas se encontram fora dos debates e proposições feitas no âmbito da APROVALE.

A partir da formalização da APROVALE, se apresentou a proposta de construção de uma Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, que viria fortalecer o novo processo de mudanças institucionais. A formalização da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV) se consolidou em 2001, após um trabalho iniciado em 1995, entre a APROVALE, a Universidade de Caxias do Sul, a Embrapa e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul. Esse novo marco institucional acelerou a pressão por mudanças significativas em todo o processo de organização produtiva, levando a região a enfrentar um novo período de qualificação de seus processos produtivos, tanto na atividade de produção de uva como na do vinho.

A região de abrangência da Indicação de Procedência supera os limites estabelecidos pelo Distrito Vale dos Vinhedos, dentro do município de Bento Gonçalves. Ela envolve,

além da área do Distrito, outras áreas nos municípios vizinhos de Garibaldi e Monte Belo do Sul (ambos também no Rio Grande do Sul), que se encontram dentro do vale e que possuem características semelhantes de produção vitivinícola, perfazendo um total de 81,23 Km² (Figura 08). Toda a região foi analisada para que fosse definida a sua caracterização geográfica, envolvendo topografia, uso e cobertura do solo, topoclima e levantamento dos tipos de solos (FALCADE e MANDELLI, 1999).

Figura 08: Área de produção vitivinícola delimitada do Vale dos Vinhedos, como Indicação de Procedência, envolvendo parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul (Fonte: adaptado por FALCADE et al e apresentado por TONIETTO, 2002).



O selo da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos pode ser utilizado apenas para os vinhos finos que se enquadrem em determinadas especificações de qualidade, e que

sejam produzidos na região e com uvas também originárias da própria região. Isso veio a pressionar ainda mais pela especialização dos produtores, com a continuidade da substituição de parreirais de uvas americanas por vitis viníferas européias, para atender as demandas das vinícolas.

O registro da denominação Vale dos Vinhedos como uma indicação de procedência para vinhos finos da região foi liderada por empresas vinícolas, instituições de ensino e cooperativas locais, apoiadas pelo poder público, principalmente através da Embrapa. No entanto, sua implementação atinge a todos os que vivem na região, e mesmo outras populações dos municípios envolvidos, cujas atividades também se relacionam com a produção de uva, de vinho, agro-industrial e turismo. Trata-se de um novo marco institucional que altera as relações entre os atores locais, tanto os vinicultores como os viticultores. A indicação de procedência surge associada a proposições que buscam fortalecer a identidade do Vale dos Vinhedos como uma área rural diferenciada de produção de vinho de boa qualidade.

A constituição da Indicação de Procedência acabou por produzir importantes transformações em relação aos limites do território. Do ponto de vista socioeconômico, incorporou diversos estabelecimentos, de agricultores e vinícolas, num mesmo território, além de outros estabelecimentos ligados a atividades turística (hotéis, pousadas, restaurantes e comércio de artesanato e produtos agroindustriais), envolvidos num novo projeto de valorização do produto local, associado à imagem do Vale. Além disso, estimulou um novo processo de melhoria na qualidade do vinho e de demanda sobre os agricultores para a produção de uvas voltadas para vinhos finos. Dessa forma, a identidade do território começa a ganhar os contornos que vão sendo estabelecidos pelo conjunto das vinícolas que participam desse projeto.

Durante a estruturação da indicação de procedência, as vinícolas interessadas em incrementar a produção de vinhos finos estimularam os agricultores a fazerem uma reconversão de muitos parreirais, passando de uvas americanas e híbridas para as vitiviníferas européias. O maior estímulo foi o preço pago pelo quilo da uva para vinho fino, que chegou, em média, a R\$ 2,50 (dependendo da qualidade da uva), contra R\$ 0,60 pagos pela uva Isabel, há três anos passados. No entanto, com o rápido crescimento da

oferta pelos agricultores, o preço atual da uva para vinho fino caiu para cerca de R\$ 0,85-0,90 por quilo, enquanto para a uva Izabel o preço é de cerca de R\$ 0,50 (preços referentes ao ano de 2006).

Essa instabilidade do preço e a incerteza sobre os cenários futuros têm colocado dúvidas sobre as estratégias que devem ter os produtores de uva. De acordo com diversos relatos, os agricultores sentem-se inseguros sobre suas vantagens em investir em uvas para vinhos finos. Muitos mantêm parte da produção com *vitis viníferas* e parte com uvas americanas e híbridas, tentando reduzir o risco de apostar num só mercado. O excesso de produção de *vitis viníferas* pressiona o preço desse tipo de uva baixo ou mesmo pode fazer com que seja destinado para a produção de suco, o que onera o produtor rural sem trazer-lhe vantagens.

Uma alternativa à substituição dos parreirais por *vitis viníferas* européias tem sido a oferta de uva para a produção de suco, com o retorno à produção de uvas americanas e híbridas. Existe uma importante empresa localizada na região, exclusivamente produtora de suco de uva – a Tecnovin – além da perspectiva de construção de outras duas empresas no município de Monte Belo do Sul. Muitos agricultores se dedicam parcialmente ou integralmente, em sua produção de uva, para esse mercado de suco ou ainda para vinhos comuns.

Por outro lado, muitas vinícolas, procurando garantir sua disponibilidade de uva, têm tentado expandir sua própria produção. Algumas têm expandido sua área de produção dentro e fora do Vale dos Vinhedos.

Ao mesmo tempo em que a imagem do Vale dos Vinhedos começou a ser estabelecida, seja como um Distrito ou pela construção da Indicação de Procedência, o turismo começou a ser incentivado com maior ênfase (Figura 09). As estruturas das vinícolas e de alguns agricultores vão dando, cada vez mais, espaço para essa atividade. Novos empreendimentos ligados ao turismo vem sendo implementados na região como hotéis, pousadas, restaurantes e comércio voltado para o artesanato e para produtos coloniais. Há um esforço de valorização do enoturismo, mas procuram-se também outras modalidades que envolvem o turismo cultural, o turismo ecológico e o turismo de aventura, de forma complementar, e ainda de forma incipiente.

“Traz satisfação ao produtor, que vê seus produtos comercializados com a indicação geográfica que corresponde ao seu local de trabalho, valorizando sua propriedade; estimula investimentos na própria zona de produção; aumenta a participação do produtor no ciclo de comercialização dos produtos e estimula a elevação do seu nível técnico; estimula a melhoria qualitativa dos produtos; contribui para a preservação das características e da tipicidade dos produtos, que se constituem num patrimônio de cada região/país; possibilita incrementar atividades de enoturismo; aumenta o valor agregado dos produtos e/ou gera maior facilidade de colocação no mercado; os produtos ficam menos sujeitos à concorrência com outros produtos de preço e qualidade inferiores; melhora e torna mais estável a demanda do produto, pois cria uma confiança do consumidor; permite ao consumidor identificar perfeitamente o produto dentre outros, inclusive de preços inferiores”.

No entanto, poderá ser observado no próximo Capítulo que há uma grande insegurança entre os diferentes atores sobre as possibilidades de que os impactos proporcionados pela nova configuração institucional possam representar o fortalecimento socioeconômico do conjunto dos atores locais. As mudanças indicadas por esses autores, como parte dos impactos promovidos pela implementação de uma indicação de procedência, não percebidas da mesma forma pelo conjunto dos atores locais. Principalmente, como se observou pelas entrevistas, grande parte dos agricultores não percebe vantagens econômicas para a sua atividade.

2.4 Os problemas de degradação socioambiental.

A região, por ser um vale, sofre os efeitos ambientais de ações naturais e antrópicas não só dentro da própria região, mas do entorno, principalmente dos aglomerados urbanos. Desse modo, águas contaminadas por dejetos domésticos e industriais se dirigem ao Vale, criando impactos importantes. Além disso, deve haver grande atenção para as próprias atividades domésticas, agrícolas e agroindustriais dentro do próprio Vale, no que se refere à contaminação de solo e água.

Para a atuação pública sobre questões ecológicas, o município de Bento Gonçalves conta com uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Também está presente e atuando o Ministério Público, além de uma organização não-governamental, a Associação Bentogonçalvense de Proteção ao Ambiente Natural (ABEPAN), que promove mutirões de limpeza do meio ambiente e campanhas de educação ambiental. A Associação Riograndense de Proteção dos Animais (ARCO) é outra ONG que tem centralizado sua atuação no combate à poluição das águas, no que se refere ao Vale dos Vinhedos, principalmente voltada para o embate com as vinícolas, fazendo denúncias junto ao Ministério Público a respeito de possíveis problemas com seus tratamentos de efluentes.

POLITA (2002) afirma que a APROVALE não considera a atividade vinícola poluidora, tanto por dispensar a lavagem de garrafas (não há retorno das garrafas), como os resíduos sólidos são utilizados como adubo para a produção de uva ou para subprodutos da atividade (ácido tartárico, óleo de semente de uva). Além disso, em entrevistas com as vinícolas, todas afirmam ter feito os investimentos necessários para o tratamento de seus dejetos.

É importante também verificar o papel poluidor das diferentes atividades agrícolas e agroindustriais na região, além dos problemas que possam estar sendo causados pelos dejetos domésticos dos moradores, principalmente dos agricultores, já que muitos ainda não utilizam fossas em seus estabelecimentos. A incidência do borrachudo (inseto do gênero *Simulium*) – considerado por todos os moradores como um grave problema – ocorre em grande parte do Brasil e está normalmente associado à falta da mata ciliar, ao despejo de dejetos químicos e orgânicos no solo e na água, e ao uso cada vez mais descontrolado de agrotóxicos, sendo um indicador desse tipo de problema ecológico.

Outro ponto importante na questão ambiental se refere aos processos de descaracterização da paisagem rural, que é estreitamente associada à cultura do vinho, representando papel importante no turismo da região. Há o surgimento de uma concentração de casas de população de baixa renda (caracterizado pelo município como favela) em uma parte do Vale dos Vinhedos (processo recente, que está marcando algumas das principais cidades da região), que além de um grave problema social, acaba por favorecer a descaracterização da paisagem. Outro aspecto importante é a criação de

condomínios para moradia permanente ou de lazer. Esse tipo de empreendimento já surge como grande ameaça para a paisagem rural, favorecido pela elevação do preço da terra, o que tem levado a agricultores a ter o interesse de vendê-las. O conjunto dos proprietários das vinícolas percebe esse processo como uma possibilidade de descaracterização da paisagem rural, com a redução das áreas de parreirais. Para as vinícolas, isso poderia ameaçar a oferta de uva e ter impacto negativo sobre o enoturismo.

Apesar dessa pressão imobiliária e da intensa atividade econômica na região, parece não haver pressão por novos desmatamentos, com a retirada da mata nativa. Essa se encontra predominantemente nas encostas íngremes, que são áreas inadequadas para qualquer tipo de utilização.

Desse modo, no que se refere à problemática ambiental, dois aspectos se destacam na região, com efeitos de largo alcance para o desenvolvimento local:

1. A contaminação das águas por dejetos domésticos, atividades agrícolas e industriais. Isto tem afetado a qualidade da água disponível na região e a redução da presença de peixes nos rios e riachos, o que produz, como consequência, um aumento expressivo e rápido da presença de “borrachudo” (com a redução de inimigos naturais e facilitação das condições de sua proliferação), que já está causando impactos sobre o próprio turismo na região. O problema envolve os diversos municípios localizados nas microbacias da região, e tanto áreas rurais como urbanas, localizadas dentro e no entorno do Vale dos Vinhedos;
2. Processos de descaracterização da paisagem do espaço rural, com a construção de condomínios residenciais para população urbana, num contexto de rápida valorização da terra, com riscos de redução da presença de agricultores no espaço rural e ameaças sobre a oferta de produtos e matéria-prima, bem como ao turismo vinculado à paisagem rural e à própria vitivinicultura⁵⁶. Também

⁵⁶ Desde o ano de 2002 existe uma lei no município de Bento Gonçalves determinando que todo o loteamento, condomínio e construção em zona rural deve passar por uma aprovação do poder público através de uma "Comissão Especial Temporária". O município vem ainda elaborando seu Plano Diretor que irá disciplinar esse tipo de empreendimento na área rural.

há uma preocupação sobre as edificações na área rural, feitas pelos próprios moradores locais e que não venham a descaracterizar a paisagem.

Esses aspectos da problemática ambiental refletem os conflitos existentes entre diferentes atividades sociais e econômicas na região. BUCKLES & RUSNAK (2000) indicaram as causas mais freqüentes de conflitos sobre uso e gestão do patrimônio comum. No Vale dos Vinhedos pode ser observada uma dessas causas, onde os recursos naturais estão integrados em uma área, de tal forma que as ações de um grupo social ou de um indivíduo produzem efeitos sobre outros grupos e indivíduos. Ou seja, uma ação implica em efeitos sobre outros grupos e indivíduos, considerando o compartilhamento de uma área comum. Além disso, esses recursos também são usados por diversos grupos e indivíduos em formas que se definem de modo simbólico. Isto significa que os recursos naturais não são apenas recursos materiais, mas são ainda partes de uma forma particular de vida, que identifica o território rural do Vale dos Vinhedos como um espaço da vitivinicultura.

No entanto, como será analisado posteriormente, a problemática ecológica, na raiz de seus problemas, ainda não atingiu um debate que possa promover, como resultado, iniciativas que modifiquem o cenário atual.

2.5 Novas mudanças institucionais – o Plano Diretor para a área rural.

Motivados pela preocupação com uma transformação da paisagem rural, no ano de 2005 começou a se elaborar um Plano Diretor para a área rural do município de Bento Gonçalves (Plano Diretor do Interior). Esse trabalho teve a APROVALE como um dos grandes incentivadores e foi coordenado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB)⁵⁷. Seu objetivo principal, no que se refere ao Vale dos Vinhedos, é o de controlar novos empreendimentos nas áreas rurais que possam vir a descaracterizá-la como um espaço de produção de uva, e ainda de espaços de preservação da mata. Destaca que a área rural tem seu uso predominantemente voltado para atividades agrícolas, agroindustriais e para o turismo. Abre a possibilidade de sediar outras atividades como

⁵⁷ O IPURB funciona na estrutura pública do município de Bento Gonçalves, com a responsabilidade pelo planejamento municipal.

residenciais, artesanais, comerciais e de serviços, desde que associadas às atividades prioritárias ou necessárias à população residente.

Algumas das ameaças percebidas pelas lideranças, ligadas tanto à APROVALE como ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estão relacionadas à possibilidade de descaracterização do espaço rural, através da formação de empreendimentos imobiliários, voltados para a construção de condomínios residenciais de elevado padrão, favorecidos pela rápida elevação do preço da terra na região. Por isso, a proposição do Plano Diretor tem um enfoque que busca impedir o que se poderia chamar de “urbanização da paisagem rural”, criando obstáculos para o parcelamento do solo. Quando autorizados, os loteamentos terão que destinar até 50% da área para o interesse público local.

Para fazer frente a essa decisão político-institucional, foram elaborados os seguintes projetos de lei municipal, em fase final de discussão: (i) a Lei do Plano Diretor Rural; (ii) a Lei do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão; e (iii) a Lei das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico.

A Lei do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão é apresentada como um instrumento para a articulação das políticas públicas da administração municipal com as demandas da sociedade, de forma a promover e aperfeiçoar instrumentos para o gerenciamento do desenvolvimento. Para isso, prevê estar apoiada num fórum (Fórum de Políticas Públicas), em conselhos (Conselho Municipal de Planejamento, Conselhos Distritais de Planejamento) e em comissões técnicas (voltadas a dar suporte técnico às deliberações do Fórum e dos Conselhos), com representações da sociedade civil e de organizações públicas e privadas.

Por sua vez, a Lei das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico estabelece áreas de proteção, entre elas a Área de Proteção Paisagística Vale dos Vinhedos – APP Vale dos Vinhedos, que representa a totalidade da área do Distrito do Vale dos Vinhedos, onde estão protegidos tanto os vinhedos⁵⁸ como a linha do horizonte⁵⁹. Essa mesma legislação também

⁵⁸ Áreas atualmente destinadas à viticultura somente podem ser substituídas por outras culturas, se substituídas por novas áreas na mesma propriedade ou subsídio para o desenvolvimento de novas áreas de cultivo fora dela.

⁵⁹ Nenhuma edificação pode seccionar a linha do horizonte, como observada de qualquer ponto da via pública da qual a propriedade tem acesso.

define outras formas de preservação para outras regiões rurais do município de Bento Gonçalves.

Todo o conjunto do Plano Diretor da área rural está fazendo parte do Plano Diretor Integrado, que abrange toda a área do município de Bento Gonçalves. Este assunto é definido pelo "Estatuto das Cidades", regido pela Lei Nº10257/01, de 10/07/2001. Sua aprovação na Câmara de Vereadores ocorreu no mês de outubro de 2006.

Além dessa nova legislação, foi elaborado um Decreto Municipal, que formaliza a metodologia de avaliação de impacto de inovações do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão de Bento Gonçalves. Esse Decreto busca analisar os impactos sobre a paisagem quanto: (i) à visibilidade, de forma a que as edificações e outras atividades evitem a obstrução de vistas da paisagem; (ii) à tipologia das edificações, para que contribuam para a manutenção da identidade que combine tradição e inovação, mantendo-se o padrão rural; e (iii) à composição, no que se refere à necessidade de evitar a concentração, descaracterizando a paisagem rural. Sobre o ambiente, o Decreto aborda os seguintes pontos: (i) produção de ruídos; (ii) produção de gases; (iii) produção de efluentes; e (iv) consumo de recursos naturais.

Sobre o sistema de atividades que ocorrem dentro das áreas rurais, o Decreto aborda os seguintes pontos: (i) polarização, que organiza a oferta de serviços sem o aumento e concentração de tráfego; e (ii) consumo de infra-estrutura, que se refere ao controle para que novas atividades não demandem mais investimentos em infra-estrutura. E, por fim, sobre a promoção econômica e o turismo, são destacados os seguintes aspectos: (i) valor agregado, que represente a capacidade de gerar emprego, renda e tributos; (ii) sinergia, contribuindo para consolidar o sistema de atividades existente; e (iii) valor de oportunidade, onde atividades propostas alheias a cadeias produtivas existentes deverão contribuir para criar novas.

Desde o início dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor, foi criada uma comissão⁶⁰, por legislação municipal, que ficou encarregada de analisar cada caso de

⁶⁰ A Comissão Especial Temporária foi criada pelo Decreto Nº 5.359, de 05/03/2002, com o objetivo de elaborar proposta de Plano Territorial de Tutela, Planejamento e Preservação de Roteiros Turísticos e Patrimônio Cultural em área rural do município. A Lei Municipal Nº 3.261, de 26/08/2002 estabelece normas para uso, ocupação e parcelamento do solo nas áreas urbana e rural dos distritos.

iniciativas que ameacem as características do espaço rural do município. Seu trabalho visava, além de coordenar o trabalho de elaboração dos projetos de lei municipal, controlar as mudanças na paisagem enquanto o Plano Diretor não se transformasse em lei municipal.

2.6 Síntese da trajetória do desenvolvimento.

Como vimos, a trajetória de desenvolvimento da região pode ser sintetizada em quatro fases. A primeira foi marcada pela presença dos imigrantes e dos negociantes e pelo início da formação de uma estrutura produtiva verticalizada. Começaram a se estruturar os grupos de produtores de uva e de vinho. Apesar disso, muitos agricultores não deixaram de produzir seu próprio vinho artesanal. Mas este padrão produtivo foi perdendo espaço para as novas cantinas construídas pelos negociantes. Desse modo, atores externos aos primeiros ocupantes da região, e de seus descendentes, começaram a influenciar a estruturação socioeconômica da região.

Pode-se perceber a dependência criada, desde o início da formação do sistema produtivo, em relação a atores externos – seja pelo conhecimento técnico, seja por recursos financeiros ou pelo acesso aos mercados. Faltou-lhes, desde o início, uma maior capacidade autônoma de negociação no mercado. Além disso, e apesar da forte relação social existente entre as famílias locais, não se consolidou uma estratégia de ação coletiva voltada o enfrentamento dos desafios de comercialização da produção local. O apoio mútuo entre famílias de agricultores, em casos de ausências de mão-de-obra (doença, morte), não alcançou o nível da organização coletiva do sistema produtivo, mantendo-se a solidariedade num nível de ajuda em casos de dificuldades conjunturais.

No segundo momento, o processo de construção de cantinas pelos negociantes se fortaleceu pela intervenção do Estado, que apoiou a formação do Sindicato do Vinho, congregando a maioria dos negociantes. Apenas alguns mantiveram suas cantinas independentes e que vieram a ter papel expressivo quando o Sindicato desapareceu, crescendo e ocupando espaços importantes de mercado. Amparadas pelo Sindicato do Vinho, começaram a surgir vinícolas de maior porte, pela associação de vários negociantes, que perderam suas identidades individuais. Por outro lado, os agricultores começaram a se

mobilizar para a formação de cooperativas, de forma a aumentar a sua capacidade de colocar produtos em maior escala e de melhor qualidade no mercado.

Com base nos depoimentos obtidos, pode-se perceber que a iniciativa de criar uma ação cooperativa de produção surge com pouca base em formação voltada para esse tipo de associação, e com certa reserva porque a tentativa já havia sido frustrada alguns anos antes. Desse modo, observa-se que não havia capacitação suficiente para essa ação cooperativada, o que deixa o movimento em constante desvantagem em relação à iniciativa de empresários.

Mas ainda assim a iniciativa proporcionou resultados positivos de cooperação socioeconômica entre os agricultores. Por esse motivo surgiram algumas cooperativas que atingiram grande porte em poucos anos (como a Aurora, em Bento Gonçalves, a mais importante para os produtores da região), e que envolveram grande parte dos produtores de uva do Vale dos Vinhedos. O esforço de melhoria de qualidade da oferta de vinho prosseguiu, superando-se aspectos ligados à produção artesanal, com as cooperativas também elaborando os vinhos. No entanto, o processo que se seguiu demonstrou a falta de sustentação da iniciativa de ação cooperativa voltada para o acesso ao mercado.

O terceiro momento caracterizou-se pela forte presença de empresas multinacionais do setor, que passaram a adquirir a uva dos produtores e produzir o vinho. Nessa etapa foi acelerado o processo de modernização da produção da uva e a introdução das vitiviníferas, refletindo o esforço de melhoria da qualidade do vinho. Nesse caso, a produção artesanal perdeu de modo significativo sua importância para as famílias, e a especialização do processo vitivinícola envolveu produtores agrícolas e vinícolas. Mas ainda havia importantes espaços para a produção e comercialização tanto de vinhos finos como de vinhos comuns, além de suco. Havia também uma intensa modificação socioeconômica influenciada pelo crescente processo de industrialização da Serra Gaúcha, que envolveu as áreas urbanas dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. Essas transformações ocorreram pelo crescimento da busca de oportunidades de emprego em atividades não agrícolas.

Esse terceiro momento foi marcado por uma forte interferência externa, através da introdução de novas tecnologias e a especialização na produção da uva voltada para vinhos

de melhor qualidade, com uma crescente verticalização da cadeia produtiva. Nessa etapa avança o sentido competitivo empresarial, ao mesmo tempo em que o sistema cooperativista começou novamente a entrar em crise. As oportunidades de expansão da venda de uva, pelos agricultores, e do vinho, pelo setor agro-industrial, cresceram de forma bastante significativa, mas as ações de ação cooperativa ou solidária perdem espaço para o esforço individual de acesso às novas possibilidades.

Desse modo, no quarto momento, surgiram as vinícolas familiares, pertencentes aos próprios descendentes dos imigrantes, que, rapidamente, investiram na qualificação do vinho. Essas vinícolas foram constituídas por membros de uma mesma família, fornecendo a maior parte da uva necessária para a produção do vinho. Também estimularam outros produtores agrícolas a aumentarem as suas ofertas de uva para vinhos finos, de forma a terem matéria-prima em quantidade para atender o mercado que se apresentava para eles, acelerando o processo de modernização produtiva.

O cooperativismo se recuperou gradativamente da profunda crise financeira (principalmente a Cooperativa Aurora), apesar de se estabelecer num patamar menos importante no cenário socioeconômico, e cresceram as oportunidades alternativas à produção de vinho, como as voltadas para a oferta de suco. Nesse momento, que coincidiu com a criação do Distrito do Vale dos Vinhedos, começou a haver a formação de uma nova identidade da população local, relacionada com essa nova denominação da região. Essa nova identidade começou a surgir em lugar das antigas comunidades estabelecidas a partir da estruturação dos lotes dos imigrantes, em torno das capelas (pequenas igrejas católicas construídas nas comunidades). A região passou a ter uma Sub-Prefeitura com o objetivo de aproximar a gestão pública da localidade, num processo de descentralização da gestão municipal.

Esse processo favoreceu consideravelmente a construção de estratégias para a formação da nova estrutura socioeconômica, com o fortalecimento das vinícolas familiares. Além disso, cabe destacar que a região se situa no meio do caminho entre a estrada principal que dá acesso a um grande número de municípios desde Porto Alegre (capital do Estado do Rio Grande do Sul), até Caxias do Sul (maior pólo econômico da região), e Monte Belo do Sul e Santa Teresa. Isso fez com que houvesse um importante movimento

nas rodovias locais, favorecendo, inclusive, a pavimentação ocorrida posteriormente. Isso facilitou fortemente a instalação das vinícolas familiares e o surgimento do movimento turístico, base da estratégia mercadológica dessas cantinas.

Pode-se perceber a dependência criada, desde o início da formação do sistema produtivo, em relação a atores externos, seja pelo conhecimento técnico, seja por recursos financeiros ou acesso a mercado. Apesar da forte relação social existente entre as famílias locais, não se consolidou uma estratégia de ação coletiva voltada para a questão econômica de mercado. O apoio mútuo existente na base da estruturação da sociedade local não se voltou para a organização produtiva coletiva moderna.

No contexto do crescimento das vinícolas familiares e nessa nova identidade surgiu a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, que buscou diferenciar o produto da região no mercado, aproveitando-se da imagem construída do território, que vem associada ao enoturismo. Esse tipo de estratégia procurou estabelecer novas relações, com interesses econômicos, entre a localidade e o produto territorial, e estimulou ainda mais a especialização do processo produtivo.

Observa-se que um ponto sempre caracterizou as transformações socioeconômicas: a busca da melhoria na qualidade do vinho de forma a conseguir uma ampliação de espaço de mercado para os produtos da região. Desse modo, os esforços realizados na região estiveram sempre concentrados na formação de uma viabilidade econômica da produção do vinho, sem que tivessem, necessariamente, relações com outras estratégias visando ao desenvolvimento sustentável da região. Esse processo de busca permanente de melhoria na qualidade da uva e do vinho envolveu não só produtores do atual Vale dos Vinhedos, mas da maior parte da Serra Gaúcha.

Vale a pena destacar outro ponto importante para a compreensão das transformações ocorridas: o processo de especialização que vai se consolidando, de diferentes formas, com o passar do tempo, formando-se uma cadeia verticalizada, envolvendo produtores de uva e produtores de vinho, quando a produção se volta para o mercado intensamente. Quando surgiram as vinícolas familiares, formadas pelas famílias dos próprios agricultores, esses passaram a transformar sua própria uva em vinho (e suco, com menor expressão econômica) de qualidade muito superior aquela que, no passado, produziam

artesanamente, além de serem compradores, em muitos casos, de uvas de outros agricultores.

Com a formação dessas novas empresas familiares, a cadeia produtiva se transformou e parte dela passou a estar estruturada dentro do próprio Vale dos Vinhedos, apesar de existirem vinícolas que compram uva de fora do Vale e de agricultores que vendem para fora do Vale. Nessa nova estruturação socioeconômica, dentro do próprio território passam a estar localizados os grupos de atores mais capitalizados e proprietários de vinícolas.

O novo arranjo institucional que vem sendo estabelecido nas duas últimas décadas passa a estar estreitamente relacionado com a imagem do território, seja pelos seus limites como Distrito de Bento Gonçalves, seja pelos limites formados pela Indicação de Procedência. As estratégias de mercado das novas vinícolas passam a estar associadas a essa imagem, que busca seu fortalecimento, seja através do selo de Indicação de Procedência, seja pelo incentivo ao enoturismo.

Desde o início do período de crescimento da importância das vinícolas familiares dentro da região, houve ações que significaram uma proposição de desenvolvimento territorial, mas ainda marcada pela orientação da viabilidade econômica dada por indicadores micro-sociais em detrimento de indicadores macro-sociais da região. Ou seja, a perspectiva de território estava ainda ligada à viabilidade econômica dessas empresas.

Com a criação da Indicação de Procedência que, dentre outras exigências para receber o selo, impõe a necessidade de que a uva e o vinho devam ser produzidos dentro da região, o foco das atenções cresce mais ainda para a organização da produção dentro do próprio Vale. Isso ocorre pelas próprias exigências da indicação de procedência, apesar de existirem estratégias de algumas vinícolas maiores, que buscam a expansão de sua produção de uva (e até de vinho) para outras regiões do próprio Estado do Rio Grande do Sul ou de outras partes do Brasil.

O fortalecimento da idéia da identidade da imagem do território como instrumento de valorização econômica do produto faz com que o território passe a ser visto como um espaço de articulação entre produção e mercado, onde o setor de turismo passa a ter um papel muito importante na conexão entre produtor e consumidor. Isso traz profundas modificações nas relações sociais e econômicas entre os atores locais, com a criação de

novas relações comerciais (entre agricultores e vinícolas locais), de novas estratégias de desenvolvimento (com o crescimento do turismo e a preocupação associada à preservação da paisagem) e de aumento do custo de oportunidade dos agricultores (considerando o alto preço das terras).

Desse modo, a imagem do Vale dos Vinhedos, como paisagem rural contendo mata e parreirais, vinícolas e estabelecimentos votados para o atendimento ao turista, passa a ser essencial dentro das estratégias apresentadas pela nova elite econômica da região. As novas estratégias de desenvolvimento passam a ser adotadas diante da re-estruturação das cadeias produtivas. Por outro lado, a preservação do patrimônio natural e cultural começa a ser aspecto de preocupação, como demonstrado na nova legislação municipal que envolve a organização do espaço rural.

Outro ponto importante das transformações institucionais ocorridas em sua trajetória é relativo ao crescente distanciamento entre os proprietários dos processos de vinificação e os produtores de uva. Com o enfraquecimento do cooperativismo e a ascensão tanto das multinacionais, como, posteriormente, das vinícolas familiares, os agricultores vão reduzindo sua capacidade de articulação e de representação. A exceção está por conta daqueles que possuem sua própria vinícola, mas que passam a se constituir em um novo grupo social. E que, por sua vez, não é homogêneo, já que existem vinícolas com diferentes estratégias produtivas e comerciais, com posturas distintas inclusive sobre a Indicação de Procedência.

A modernização do processo produtivo foi acompanhada de pouca representatividade dos agricultores, e a falta de formação de espaços de negociação dos interesses relativos ao desenvolvimento local. Desse modo, apesar da existência de uma descentralização administrativa do poder público municipal e do território passar a ser um dos principais elementos da própria estratégia econômica regional, os espaços de participação não foram criados de forma a envolver significativamente a população local. Isso significa que, o processo de descentralização não foi acompanhado da formação de espaços de participação dos diferentes segmentos sociais.

A legislação do Plano Diretor abre espaço para uma participação mais ampla. No entanto, considerando a trajetória do desenvolvimento e, particularmente, o período mais

recente de construção das estratégias novas de desenvolvimento baseadas no fortalecimento das vinícolas familiares, não se pode assegurar que, na sua implementação, a participação será efetivamente ampliada.

Apesar disso, todo o processo de desenvolvimento socioeconômico resultou em melhoria econômica para a grande maioria da população local, mas os benefícios desse processo não vêm sendo distribuídos de forma equitativa. Pelos dados econômicos encontrados na região, pode-se perceber que a sua trajetória econômica permitiu o atendimento das necessidades básicas da população, em seus aspectos tangíveis. Toda a preocupação do desenvolvimento econômico atual, no entanto, centraliza as ações nas estratégias das vinícolas que, por sua vez, têm tido dificuldades de compreender a importância de ações de cooperação entre elas e com os outros segmentos, principalmente os agricultores familiares, que é a base da população local.

Por outro lado, analisando-se informações documentais e relatos nas entrevistas com atores locais sobre o patrimônio natural e histórico-cultural, se pode observar que historicamente não houve estratégias para a sua preservação. Apenas a legislação relativa ao Plano Diretor do Interior passa a incorporar alguns componentes importantes, a partir da necessidade de preservação para valorizar o turismo como estratégia mercadológica para a vinicultura. Com a modernização produtiva, muito do patrimônio natural, em particular os córregos e a mata, não foi alvo de preocupação, não se aplicando princípios como o da precaução ecológica. Ainda assim, pelo relevo muito acidentado em várias partes do vale, a preservação da mata ainda pode ser vista em várias áreas.

Com o crescimento da renda, por sua vez, grande parte do patrimônio arquitetônico, originária do processo de ocupação da região, foi perdida, sendo substituído por construções modernas, de acordo com o relato de diversas entrevistas, inclusive com especialistas locais do setor. Algumas poucas edificações históricas ainda se mantêm como patrimônio cultural.

Essas transformações ocorridas nos arranjos institucionais, durante a trajetória de desenvolvimento da região, acompanharam as transformações socioeconômicas importantes na região, e que vão se consolidando atualmente, estabelecendo novas relações entre os diferentes grupos de atores locais. Entre essas transformações destacam-se:

1. A formação de uma elite socioeconômica constituída pelas famílias proprietárias das vinícolas e a consolidação da estruturação de cadeias produtivas formadas pelos agricultores e vinícolas locais;
2. A criação de uma organização, a APROVALE, que, além de cumprir seu papel relativo ao trabalho de valorização da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, vem elaborando estratégias e executando ações voltadas para o fortalecimento do conjunto das vinícolas, e já ocupa o papel de principal organização local. Sua atuação na construção do Plano Diretor é uma demonstração de sua influência e ação para defender os interesses que acabam beneficiando também outras vinícolas não associadas e segmentos dependentes do enoturismo;
3. Grande crescimento do preço da terra, o que tem colocado para as famílias de agricultores a alternativa de abandonar sua atividade, com a venda de sua propriedade, deslocando-se para centros urbanos;
4. Nova relação entre a viabilidade econômica da cadeia vitivinícola e a questão territorial, onde as estratégias de fortalecimento econômico das vinícolas passaram a estar associadas à imagem do território;
5. Novos arranjos institucionais que estão estabelecendo novas formas de relações econômicas e sociais, principalmente caracterizados pela criação da Indicação de Procedência e a legislação relativa ao Plano Diretor.

Por outro lado, esse arranjo institucional está mantendo a grande maioria da população local, formada pelos agricultores produtores de uva, como tomadores de preço e com pouca capacidade de influência nas decisões sobre o desenvolvimento do território. Apesar da elaboração do Plano Diretor, não houve a estruturação de mecanismos de planejamento e de gestão do território de formato participativo. A elaboração do conjunto de leis e decretos para o planejamento e gestão do espaço rural não estabeleceu novos mecanismos que facilitassem o crescimento da autonomia dos diferentes grupos de atores, nem sua mobilização para a gestão local, seja no âmbito econômico, social, ecológico ou cultural.

Sobre a questão participativa, se pode observar a ausência histórica de organizações que atuem efetivamente nas negociações dos interesses dos produtores agrícolas, voltadas para seus interesses sociais e econômicos, tanto em relação a sua participação nas cadeias produtivas, como nas proposições de políticas públicas de infra-estrutura e de desenvolvimento.

Três aspectos importantes estão presentes em toda a trajetória do Vale dos Vinhedos e representam, em grande parte, as bases que permitiram o seu destaque na construção de seus diferentes arranjos institucionais ao longo do tempo e a formação de cadeias competitivas de uva e vinho: (i) o empreendedorismo; (ii) a capacidade competitiva; e (iii) a determinação em busca de um melhor espaço no mercado. Nas entrevistas não estruturadas com lideranças locais e nas entrevistas semi-estruturadas com os diferentes grupos de atores, esses aspectos foram sistematicamente citados de diferentes formas.

Todos os interlocutores que mencionaram essa característica dos atores locais se referiam ao fato de que o fator de impulsionamento da economia local esteve sempre relacionado à vontade de uma família de demonstrar maior capacidade produtiva que os seus vizinhos da comunidade. Isso fez com que, historicamente, a questão econômica fosse a diretriz básica das ações voltadas para o desenvolvimento local.

Observa-se tanto através das entrevistas como dos relatos históricos escritos que essa motivação sempre esteve relacionada, por sua vez, a uma característica marcante desde a chegada dos imigrantes que foi a forte relação com o trabalho da família. As imensas dificuldades iniciais associadas à vontade de imigrar em busca de construir um novo caminho de prosperidade socioeconômica fizeram da relação com o trabalho uma marca permanente entre as famílias locais.

Essa força da individualidade das famílias, por outro lado, caracterizou a permanente dificuldade de serem estabelecidos mecanismos de cooperação entre os diferentes grupos, ou mesmo dentro deles. A própria motivação para o surgimento do movimento cooperativista no final dos anos 1920 é caracterizada por ser um ato de desespero diante das dificuldades econômicas momentâneas, sem vínculo com uma decisão embasada num espírito de cooperação com vistas à estruturação da sociedade, mesmo que especificamente sob o enfoque econômico. Essa dificuldade tem como resultado a ausência de mecanismos

de efetiva participação nas discussões sobre os problemas sociais, econômicos, ecológicos e culturais, enfraquecendo a ação política da maioria da população local.

Cabe ressaltar que, de acordo com POLITA (2002), a própria criação da APROVALE reflete as dificuldades de formação de iniciativas de cooperação. A proposta inicial, antes de se decidir pela formação da APROVALE, de acordo com a autora, era a de construir uma cooperativa de engarrafamento e de promover investimentos coletivos nas atividades turísticas, como principal elemento promotor do vinho da região. Nessa proposta haveria um investimento coletivo numa central de engarrafamento para atendimento a todas as vinícolas cooperativadas, com o objetivo de reduzir os custos de engarrafamento, que é muito significativo na composição do custo final do produto. Mas não houve acordo entre os cantineiros para se fazer investimento num bem comum.

Desse modo, a APROVALE surgiu com o propósito de atuar sobre dois temas necessariamente de ação conjunta, mas sem a necessidade de investimento num patrimônio físico comum: a construção da Indicação de Procedência (e mesmo a Denominação de Origem, que ainda é uma proposta) e o fortalecimento do turismo na região. De acordo com POLITA (*Id.*, p. 53), no que se refere à atuação dessa associação, ela se dedica principalmente à representação mercadológica, especialmente das pequenas empresas, “já que as grandes possuem seus próprios programas e uma maior independência de marketing e divulgação”.

No entanto, a própria APROVALE também carece de apoio para apresentar e implementar ações que signifiquem aumento de cooperação entre seus próprios associados. O processo de formação da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos ainda não se encontra consolidado e iniciativas para ações coletivas com o objetivo de aumentar a capacidade competitiva tem tido dificuldades de serem absorvidas pelos associados, o que coloca essa estratégia de agregação de valor ao produto local ainda sob importantes ameaças.

De modo geral, observa-se que mecanismos de planejamento e de gestão voltados para o desenvolvimento sustentável do Vale dos Vinhedos não têm estado presentes nas diferentes etapas de sua trajetória e é um dos grandes desafios do momento atual. Os conflitos existentes nos diferentes campos do desenvolvimento, ou seja, socioeconômico,

ecológico, cultural e político-institucional ainda não permitiram entendimentos que possam promover iniciativas que fortaleçam os elementos que favoreçam a sua sustentabilidade e que possam superar os obstáculos que se apresentam. A análise desses conflitos será apresentada no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 3. O JOGO DOS ATORES NO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

A análise feita no Capítulo anterior indicou as principais características da trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, permitindo, além disso, o desenho do cenário atual, resultante desse processo. Trata-se agora de focalizar o “*jogo de atores*” envolvidos na dinâmica atual de desenvolvimento da área. A seguir são abordados as diferentes perspectivas e os conflitos que permeiam as tomadas de decisão, com base no enfoque analítico apresentado no primeiro Capítulo.

Inicialmente serão analisados os aspectos político-institucionais, incluindo-se nisto as recentes mudanças que vêm sendo introduzidas na legislação incidente na área. Num segundo momento, a análise focaliza aspectos socioeconômicos e os impactos sobre os diferentes grupos sociais da nova organização produtiva. Na sequência, a intenção é mostrar como a problemática socioambiental é percebida pelos diferentes grupos de atores e como a dimensão cultural tem sido abordada no planejamento do desenvolvimento local. Ao final, a perspectiva de sustentabilidade ecológica e socioeconômica do desenvolvimento da região ocupa o primeiro plano da análise baseada no “*jogo dos atores*”.

1. Condicionantes político-institucionais do sistema de gestão.

A análise da trajetória de desenvolvimento da região indicou importantes transformações político-institucionais, algumas delas efetivadas nas últimas duas décadas. Essas últimas transformações institucionais, destacando-se a criação do Distrito do Vale

dos Vinhedos, a construção da Indicação de Procedência (IPVV) e a formalização do novo aparato legal que orienta o uso e a ocupação do solo (Plano Diretor), formaram novas bases para a governança local.

A seguir são analisados os principais aspectos desses condicionantes político-institucionais em relação à governança local e os fatores externos que têm influenciado de forma determinante sua funcionalidade.

1.1 O processo de governança “em parceria”.

A consolidação do território associado ao Vale dos Vinhedos efetivou-se durante a década de 1990, quando a área passou a ser considerada um Distrito de Bento Gonçalves. No decorrer da primeira década de 2000, a criação da Indicação de Procedência permitiu a expansão da área com essa identidade (já que a área do Distrito é menor que a da Indicação de Procedência), visando à certificação de vinhos finos. Essa última iniciativa reflete um esforço considerável de criação de uma identidade associada à oferta de vinhos de qualidade superior. No entanto, os efeitos socioeconômicos provocados a partir da implantação desse sistema acabaram modificando profundamente toda a região correspondente à área definida pela Indicação de Procedência, transcendendo os limites político-administrativos deste Distrito. Esses efeitos aprofundaram as modificações que já vinham ocorrendo com a modernização da vitivinicultura, a partir dos anos 1970.

A construção desse território, cuja base socioeconômica são as vinícolas e os agricultores, entra assim numa fase de re-organização dos grupos sociais ali residentes e de formação de um conjunto de regras e normas que formam a nova institucionalidade norteadora da organização social e econômica local. A identidade associada à vitivinicultura de vinhos finos de qualidade altera, portanto, a teia de relações socioeconômicas estabelecidas entre agricultores e vinícolas, fortalecendo o surgimento de outras atividades ligadas ao turismo – base da estratégia mercadológica das vinícolas.

O processo de reorganização do sistema de gestão que começa a ser estabelecido, a partir dos anos 1990, aproxima-se do que PECQUEUR (2000) denomina *governança em parceria*, com a presença dos setores público e privado. Cada um deles cumprindo papéis

institucionais definidos e participa da coordenação de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local.

Por parte do setor privado, a governança em parceria ocorre por meio da atuação da APROVALE, que passou a exercer um importante papel de representação do setor formado pelas empresas produtoras de vinhos finos, além de outros empreendimentos não produtores de vinho, mas interessados no fortalecimento progressivo. No setor público ganha ímpeto a descentralização do sistema de gestão, com a criação da Sub-Prefeitura.

Em todas as entrevistas realizadas foi apontada a ausência de representação de outros grupos sociais além dos proprietários de vinícolas. A única representação reconhecida pelos agricultores é a do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, citado como interveniente apenas nas negociações que envolvem os cantineiros e o governo na definição dos preços das uvas. Na realidade, a partir da formação da APROVALE e da eleição de sua primeira diretoria, no ano de 1996, esta passou a ser a única representação dos grupos sociais interessados na promoção do desenvolvimento da região.

No entanto, levando em conta seu processo de formação e os seus objetivos programáticos, a representação que esses grupos fazem do Vale dos Vinhedos está limitada às pretensões econômicas do segmento das vinícolas a ela associadas e à valorização de vinhos finos. A afirmação de um agricultor resume a percepção desse segmento sobre sua participação e sobre a atuação das vinícolas.

“As empresas participam das discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, mas os agricultores estão mal organizados. Não há a sua participação. Os empresários tomam conta. E o poder público é pouco atuante”. (AF 1).

A presença da APROVALE, como representante das vinícolas, tem fortalecido a imagem de um território formado por um conjunto significativo de vinícolas, estando associado a uma excepcional qualidade paisagística. A consolidação desse território com identidade vitivinícola encontra na APROVALE seu principal articulador. Essa construção busca valorizar alguns recursos específicos do território (PECQUEUR, 2000), na promoção do enoturismo – a principal estratégia de mercado para a maioria das vinícolas de pequeno porte.

A criação da *Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos* representa uma ação concreta nesse sentido, pois busca consolidar uma relação de qualidade do produto com o território de origem. Essas ações visam a expansão dos nichos de mercado, tanto no nível nacional como, para um futuro, no internacional.

O esforço investido na consolidação da identidade deste território tem gerado avanços não negligenciáveis. As entrevistas com proprietários de vinícolas e agricultores apontam o crescente sentido de “pertencimento” à área em questão. Dessa forma, as comunidades que estavam estruturadas nos núcleos formados desde o estabelecimento dos imigrantes na região, e que mantinham suas próprias identidades e sentidos de pertencimento, estão perdendo rapidamente espaço, na medida em que se consolida a nova identidade do território. Com isso, se por um lado o Vale dos Vinhedos vêm permitindo a valorização econômica dos empreendimentos rurais, inclusive com a elevação do preço da terra, por outro se enfraqueceram as ações coletivas realizadas no nível comunitário, principalmente no que se refere à participação dos agricultores.

Segundo uma liderança local, apenas uma comunidade formada por agricultores familiares (17 famílias), localizada na linha Zemith, e que se encontra bastante desfavorecida em termos econômicos e de infra-estrutura social em relação às demais em outras áreas, manteve-se distante em relação à hegemonia da nova identidade territorial. Na mesma entrevista foi apontado o interesse de verem implementadas em seu espaço geográfico as transformações ocorridas nas demais áreas do Vale dos Vinhedos, principalmente aquelas relacionadas com o turismo e com a melhoria dos meios de comunicação e transporte.

A nova identidade assim criada e os limites desse território vêm sendo delimitados pela nova elite econômica formada a partir do surgimento das vinícolas familiares, e que está representada pela APROVALE. As novas relações de poder estabelecidas a partir da ascensão desse novo grupo social local fortalecem a imagem de um território voltado para a competitividade e condicionaram um processo de estratificação social cada vez mais intensa, envolvendo vinícolas familiares, agricultores familiares e outros atores locais dedicados a atividades dependentes principalmente do enoturismo. Essa tendência tem sido apresentada por CAZELLA (2002), que analisa a reprodução da exclusão social na

construção coletiva de um determinado território, com a participação política efetiva de apenas uma parcela da sociedade local.

Dentre esses grupos, percebe-se a falta de entidades representativas dos agricultores, fator apontado em todas as entrevistas realizadas com todos os grupos. Nas reuniões comunitárias, promovidas ocasionalmente, são submetidos à discussão apenas aspectos pontuais dessa dinâmica complexa, sem gerar impactos significativos sobre a trajetória atual de desenvolvimento da região. Há muito pouca participação dos agricultores em relação a temas que afetam diretamente a área em termos sociais e econômicos, como é o caso da Indicação de Procedência.

As decisões são tomadas, sobretudo, em função das vantagens observadas em relação ao preço dos diferentes tipos de uva (basicamente no confronto entre a produção de *vitis viníferas* ou uvas americanas e híbridas). Numa entrevista, ao se referir tanto aos agricultores quanto aos cantineiros, um dono de uma vinícola resume o ponto de vista da maioria dos entrevistados:

“Sempre há decisões com base em reuniões, com líderes de comunidades e empresas. Porém, a participação tem sido pequena, principalmente de quem mais precisa. A falta de participação impede de se colocar os problemas. Há pouca participação em assuntos coletivos”. (VF 1).

No entanto, alguns agricultores que mantêm uma dinâmica regular de fornecimento de uvas para as vinícolas, segundo suas declarações, afirmam haver uma importante linha de cooperação entre agricultores e cantineiros, que têm esse tipo de relação comercial, voltada para a melhoria tecnológica dos processos produtivos. Algumas dessas vinícolas fornecem a assistência técnica necessária à produção de uvas de qualidade para a elaboração de vinhos finos. Contudo, ainda assim admitem que os benefícios gerados por esse esforço são concentrados nas vinícolas, estando a cooperação limitada ao campo da assistência técnica.

Esse aspecto econômico e tecnológico, no entanto, permanece restrito aos agricultores que mantêm uma relação duradoura com vinícolas, estando ausente da maioria dos casos onde emergem outros tipos de relações comerciais. Dessa forma, os entrevistados

apontaram a existência de cooperação entre as vinícolas e os agricultores apenas nesses casos, denunciando, além disso, a ausência de relações sinérgicas envolvendo os próprios agricultores.

A debilidade do sistema de representação local dos agricultores abre espaço para o controle hegemônico da economia do Vale dos Vinhedos pelo grupo dos proprietários de vinícolas. Desse modo, o espaço de sinergia criado entre o poder público e a APROVALE não contempla a participação dos agricultores ou de outros segmentos não empresariais. Permite, por enquanto, apenas uma interlocução com segmentos que fortalecem as estratégias dominantes de promoção do turismo, como hotéis, pousadas, restaurantes, que é um ponto estratégico para a ação mercadológica das vinícolas. Das entrevistas realizadas com representantes de várias empresas, depreende-se que não existem espaços de participação autêntica dos diferentes segmentos nos assuntos que afetam o desenvolvimento do território.

Por outro lado, mesmo a APROVALE tem tido dificuldade de se colocar como representante dos interesses do conjunto das empresas vinícolas ali instaladas. Dois pontos importantes devem ser levados em conta neste cenário: (i) a predominância da ótica individualista das empresas vinícolas em relação a uma visão territorial do desenvolvimento, o que significa, na prática, uma percepção pouco clara desta concepção; e (ii) a diferenciação de poder dentro dessa organização, na medida em que algumas poucas vinícolas passaram a dispor de maior capacidade de barganha do que a maioria das outras empresas de menor porte.

A predominância dos interesses particularistas entre as próprias cantinas, observada em todas as entrevistas com proprietários de vinícolas, dificulta a formação de uma perspectiva territorial, baseada na cooperação entre as empresas locais e no intercâmbio transparente de informações – o que é uma característica fundamental dos sistemas produtivos locais. A diferença de porte entre algumas poucas vinícolas e o conjunto delas e, em consequência, os desníveis em termos de estratégias de produção e abertura de mercados, tornou-se também um fator que vem dificultando as ações coletivas voltadas para o conjunto dos empresários. Ou seja, esta configuração dificulta a criação de um sistema capaz de representar o interesse comum dos empresários, num formato de

cooperação semelhante àquele que predomina nos sistemas produtivos locais, em várias partes do mundo.

Por outro lado, de acordo com a percepção de todos os grupos entrevistados, o poder público local tem atuado principalmente no atendimento parcial de demandas pontuais, relacionadas à prestação de serviços. As comunidades encaminham suas demandas, sobretudo junto à Sub-Prefeitura. Mas os segmentos economicamente mais fortes estabelecem relações diretas com as Secretarias Municipais e a Prefeitura, para grande parte de suas reivindicações, além de atuarem também junto à Sub-Prefeitura.

Apesar disso, a infra-estrutura de estradas, meios de comunicação, escolas, dentre outros é bastante desenvolvida em relação a outras áreas rurais. Porém, aspectos como a segurança pública, menos presentes nas demandas de moradores em áreas rurais, vem se tornando um fator preocupante. A proximidade de alguns centros urbanos importantes parece reforçar essas tendências.

Cabe ainda destacar que todos os grupos sociais entrevistados admitem que as ações dos diferentes partidos políticos locais não têm provocado nenhuma alteração relativamente às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região.

Por outro lado, na opinião dos representantes do poder público municipal, a participação dos atores locais sempre foi muito restrita. O processo de envolvimento popular remonta ao ano de 2002, com a formação de conselhos e o início da elaboração do Plano Diretor Rural, e permanece dependente de estimulação externa. Ao que tudo indica, a área não dispõe ainda de um espaço institucional para um planejamento de caráter estratégico, e os habitantes concentram-se em demandas esporádicas e setoriais desacopladas de uma perspectiva sistêmica e de longo prazo⁶¹.

No entanto, em relação à gestão pública, as relações político-institucionais são muito mais complexas quando a preocupação se volta para a consolidação da Indicação de Procedência. Isso envolve dois outros municípios (Garibaldi e Monte Belo do Sul), cujas estratégias políticas são distintas daquilo que vem sendo promovido em Bento Gonçalves. A APROVALE mantém uma estreita relação político-institucional com o poder público do

⁶¹ Já foi feito para a região um planejamento estratégico para as vinícolas, mas sua utilização não está na agenda das discussões e o pensamento estratégico e de longo prazo não é prática das gestões locais.

município de Bento Gonçalves, mas o mesmo não ocorre com os outros dois municípios. Desse modo, as discussões que são feitas com o poder público de Bento Gonçalves não são necessariamente discutidas e, como consequência, implementadas, pelo poder público nos outros municípios.

Dessa forma, no espaço geográfico definido como Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, a APROVALE não consegue obter resultados nos outros dois municípios (Garibaldi e Monte Belo do Sul), semelhantes àqueles já conquistados em Bento Gonçalves, afetando assim diretamente as ações voltadas para a perspectiva de construção identitária do território, para toda a sua extensão de área.

1.2 O Plano Diretor Rural na dinâmica da gestão territorial.

A implementação do Plano Diretor Rural, que veio sendo debatida junto à Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves e à Câmara de Vereadores, não atinge as áreas pertencentes ao Vale dos Vinhedos que estão localizadas nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Por ser o mais importante instrumento de regulação das ações de desenvolvimento na região, a nova legislação acaba por ter limitações importantes em sua implementação, já que ela incide apenas sobre uma parte do território.

Os entrevistados foram unânimes em admitir a fragilidade da atuação do Poder Público Municipal na promoção do desenvolvimento no Vale dos Vinhedos. Mas no caso do Plano Diretor e das leis complementares, ele tem exercido papel importante, tanto na coordenação política como na elaboração técnica, através do IPURB. O desconhecimento do mesmo por parte dos agricultores talvez possa ser explicado pelo nível ainda muito incipiente de participação desse segmento no debate sobre o tema.

Para aqueles que compõem o Vale dos Vinhedos definido pela Indicação de Procedência e que estão sediados fora da área do município de Bento Gonçalves, essa nova regra do jogo não se aplica. Por exemplo, um grande empreendimento imobiliário em construção no município de Garibaldi está alterando a paisagem vitivinícola com a eliminação de parreirais. Na área do município de Bento Gonçalves, esse tipo de empreendimento enfrentaria sérias restrições à sua implementação, em função do controle

exercido pela Comissão Especial Temporária, até outubro de 2006, e que passou a ser regulamentado pelo Plano Diretor Rural do município.

Apesar de abordar aspectos ligados a outros fatores que não os econômicos, as novas regulamentações estão fortemente amparadas na hegemonia dos interesses econômicos das vinícolas – seja para a produção vitivinícola ou para a gestão mercadológica do enoturismo. A preocupação em relação à questão ecológica, em particular, está diretamente ligada aos interesses econômicos dessas empresas, não representando necessariamente a incorporação paradigmática de um novo sistema de valores inspirado na ecologia política. Sua elaboração e implementação estão fortemente amparadas na grande preocupação das vinícolas quanto à possibilidade de descaracterização da área rural em relação à sua identidade vitivinícola. A possibilidade de descaracterização estaria associada à perda do patrimônio construído ao longo do tempo, com comprometimento da qualidade paisagística, o que afetaria diretamente as estratégias mercadológicas das vinícolas.

Esse novo conjunto de regras e normas (que mesmo antes de sua aprovação, na prática vinha sendo implementado pela Comissão Especial Temporária, criada pela Prefeitura) apresenta espaços significativos para a participação política dos atores locais em diferentes instâncias. No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas com os segmentos que não compõem o grupo das vinícolas, ainda não foi instituído um fórum de debates sobre esta temática, envolvendo os atores que vêm sendo sistematicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. Considerando-se que esses segmentos encontram-se desorganizados, são ainda bastante limitadas as perspectivas de avanços em termos de participação efetiva desses agricultores.

No bojo do processo de implementação do Plano Diretor Rural, todavia, as chances de maturação de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável permanecem reais. Isto na medida em que vem emergindo a preocupação com a proteção ambiental, com a formação de um novo conceito de ruralidade, e com a criação dos novos espaços de participação. Todas essas preocupações incorporadas ao conjunto do aparato legal surgiram pela necessidade do setor vinícola em preservar a paisagem rural, mantendo suas características vitivinícolas e de espaço não urbano, como forma de fortalecer o enoturismo.

Considerando-se as pressões imobiliárias pela grande proximidade de centros urbanos (há uma grande aglomeração de centros urbanos com elevada renda na região da Serra Gaúcha e próxima ao Vale dos Vinhedos, com cidades tais como Caxias do Sul, Farroupilha, Carlos Barbosa, Garibaldi, além de Bento Gonçalves), a sua descaracterização representa uma ameaça concreta que tem sido percebida por todos os grupos sociais entrevistados.

Esta preocupação está presente também entre os agricultores e no próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Bento Gonçalves. A preocupação com a redução do número de agricultores é constante na área. Eles admitem que o custo de oportunidade de muitos agricultores permanecerem ativos tem se mantido muito elevado, se comparado com a valorização do preço da terra e com a redução dos preços pagos pelas uvas utilizadas na produção de vinhos finos. A opção de venda das terras em busca dos ganhos econômicos de curto prazo tornou-se assim uma alternativa provável para muitos agricultores sediados no Vale dos Vinhedos.

Em síntese, o Plano Diretor Rural emerge atualmente como mecanismo de regulação da caracterização do espaço rural e agrícola, mediante a abertura de novas perspectivas de gestão da ocupação do solo. Ele se apresenta como um importante vetor de consolidação da imagem do Vale dos Vinhedos, com sua paisagem predominantemente rural e vitivinícola.

1.3 Fatores externos que afetam a governança local.

Considerando-se que o vinho, que constitui a base econômica dos segmentos mais fortes e organizados do Vale dos Vinhedos, é um produto que enfrenta atualmente uma forte concorrência com produtos oriundos de outras regiões do País e do exterior (Europa, Austrália, Argentina e Chile, principalmente), vem se intensificando o interesse do segmento vinícola em participar das discussões sobre políticas setoriais voltadas para esse segmento de mercado. Nesse sentido, vale a pena salientar que a visão setorial ainda é predominante no setor vitivinícola, em contraste com uma visão integrada, proposta por FONTE (2006) e a perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável.

Para dar suporte ao setor produtivo, foram criadas organizações que buscam colocar em discussão os interesses da viticultura junto ao poder público em âmbito estadual e

federal, procurando influenciar sobre decisões políticas. Dentre essas organizações, e com sede próxima ao território do Vale dos Vinhedos, destaca-se a atuação do Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN⁶² e da União Brasileira de Vitivinicultura – UVIBRA⁶³.

Nesses espaços de discussão, que são mais amplos que o Vale dos Vinhedos (englobando outras regiões produtoras de vinho), os debates vêm se concentrando na análise dos aspectos econômicos relativos ao fortalecimento da competitividade das cadeias vitivinícolas, cujos resultados exercem uma importante influência no desenvolvimento socioeconômico do território. Desse modo, aspectos importantes da política setorial para a vitivinicultura são definidos por políticas mais abrangentes para todo o setor no nível nacional, e acabam repercutindo na trajetória de desenvolvimento socioeconômico local.

Em conseqüência da hegemonia dessa visão setorial da vitivinicultura associada à falta de ações coletivas que permitam aumentar sua competitividade, o Vale dos Vinhedos vem se tornando muito vulnerável aos rumos trilhados pelo mercado de vinhos e pelos acordos internacionais que regulam o comércio internacional. No caso específico do Brasil, a elevada concorrência no âmbito do Mercosul faz com que o Vale dos Vinhedos esteja sendo influenciado pela competitividade dos produtos originários dos países que o compõem. O crescimento da importação de vinhos, principalmente da Argentina e Chile, com preços competitivos em relação aos nacionais, é um fator de permanente pressão sobre os processos produtivos, condicionando a redução dos custos de produção.

Segundo análises apresentadas em ESTUDO DE CENÁRIOS (2005), baseados em dados de 2004 do “Wine Institute”, há um forte crescimento na produção de vinho nos países do Hemisfério Sul (que vêm sendo denominados de “Novo Mundo Vinícola”). Tais

⁶² Criado no ano de 1997 e situado no município de Bento Gonçalves, o IBRAVIN tem como objetivo “promover e ordenar institucionalmente o setor produtor de uvas, de vinhos, de sucos de uva e qualquer outro produto derivado da uva e do vinho, em qualquer de suas áreas, produtiva, de elaboração, técnica, comercial, de consumo, organizativa, cultural, de meio ambiente, normativa, legal, etc., promovendo, conseqüentemente, toda a cadeia vitivinícola”. É uma instância representativa da cadeia produtiva da uva e do vinho nacional perante a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), organismo maior da vitivinicultura mundial em termos técnicos e científicos. (www.ibravin.com.br).

⁶³ Criada no ano de 1967 e localizada no município de Bento Gonçalves, a UVIBRA tem como objetivo central “o ordenamento e a harmonização institucionais da produção, comercialização e promoção da cadeia produtiva composta pelas empresas produtoras de vinhos e derivados da uva e do vinho, bem como sua representação e defesa no território nacional e fora dele, desenvolvendo para a consecução de seus objetivos, ações de educação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável” (www.uvibra.com.br). Sua criação foi uma evolução dos mecanismos anteriormente criados para regular a produção do vinho.

países têm no mercado internacional sua principal opção, destacando-se a Austrália e, no âmbito da América do Sul, a Argentina e o Chile. Esse estudo aponta também para uma estabilização da demanda no nível global, o que significa uma redução do preço médio do produto. Por outro lado, vem sendo destacada uma forte demanda por vinhos mais caros no mercado mundial, indicando a preocupação com a qualidade do produto e afetando o planejamento estratégico das vinícolas nacionais.

De acordo com dados da UVIBRA, apresentado em ESTUDO DE CENÁRIOS (*Id.*), a participação de vinhos finos importados cresceu de 46% do total de vinhos finos comercializados no Brasil em 2000 para 64% em 2004 (dentre os quais, 61% são provenientes do Chile e da Argentina), com um permanente crescimento a cada ano. Dessa forma, a redução da participação do vinho fino produzido no País vem ocorrendo de forma significativa, passando de 54% em 2000, para 36% em 2004. Vale a pena ressaltar que não houve uma queda somente de participação relativa na presença dos vinhos nacionais no mercado. Em números absolutos também houve uma redução no volume da participação dos vinhos finos nacionais, passando de trinta e quatro milhões e cem mil litros em 2000, para dezenove milhões e setecentos mil litros em 2004.

Diante desse quadro, as vinícolas do Vale dos Vinhedos procuram estabelecer suas estratégias individuais com base na alta competitividade em preço e qualidade, o que as pressiona pela especialização no fornecimento de uva e na redução dos custos de produção.

1.4 Fatores adicionais que afetam a gestão do desenvolvimento da região.

Apesar dos esforços que vêm sendo realizados para a elaboração de um conjunto de novas regras e normas legais que disciplinem e orientem o planejamento e a gestão do espaço rural, não foram constatados na sociedade local elementos que indiquem a construção de um processo participativo e flexível de co-gestão das dinâmicas de apropriação e uso dos recursos naturais de uso comum (BERKES, 2004). As entrevistas permitiram identificar uma perspectiva fortemente marcada pela dinâmica de interesses particularistas, apesar das iniciativas voltadas para a construção coletiva de um território com identidade vitivinícola e de instrumentos como a Indicação de Procedência.

O acirrado individualismo das empresas vinícolas e a ausência de representatividade dos agricultores apontam no sentido de um modelo de governança concentrador e manipulado pelos segmentos economicamente mais fortes. Este cenário limita fortemente as chances de estruturação de um sistema de gestão integrada e participativa do território, baseado na negociação patrimonial de interesses diferenciados.

Por enquanto não emergiram movimentos sociais ou organizações não-governamentais capazes de diversificar o leque de interesses, que compõem a rede de poder local. A ação de organizações ambientalistas não está sendo percebida pela quase totalidade dos atores locais entrevistados. Todavia, como afirma CAZELLA (2005), a presença de movimentos sociais ativos tem se constituído num pressuposto inalienável para o êxito de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

Outra lacuna importante, pelo fato de subsidiar também a construção de um projeto duradouro de desenvolvimento territorial sustentável diz respeito ao estatuto de autonomia dos grupos de atores sociais envolvidos (GALTUNG, 1998). A pesquisa de campo revelou que segmentos de agricultores encontram-se em situação vulnerável pelo fato de não conseguirem estabelecer negociações de forma autodeterminada, ou seja, possuem pouca capacidade de imposição de seus interesses. As vinícolas, apesar de sofrerem forte influência e impactos decorrentes de decisões externas ao Vale dos Vinhedos, estão em situação mais próxima a promover negociações onde não tenham que ser submetidas a situações para as quais não tenham nenhuma capacidade de enfrentamento sem subordinação. A construção do modelo de governança e da identidade do Vale dos Vinhedos fortaleceu essa capacidade de articulação das empresas vinícolas familiares.

A descentralização política induzida pela criação do Distrito do Vale dos Vinhedos favoreceu a construção de um novo padrão de governança, mas acabou não garantindo a participação efetiva dos diferentes grupos sociais envolvidos. A nova governança reproduziu a estratificação socioeconômica consolidada no território nas últimas duas décadas e a falta de representatividade dos agricultores vem fragilizando ainda mais os seus posicionamentos nas negociações coletivas

Alguns aspectos importantes podem ser destacados do conjunto das entrevistas com os diferentes grupos de atores locais a respeito dos aspectos político-institucionais e sua relação com o desenvolvimento em curso na região:

- a) Por um lado, ocorreram avanços importantes na construção da governança em parceria (público-privada), onde alguns grupos de atores locais participam e influenciam as tomadas de decisões sobre os destinos da área, envolvendo-se diretamente com a gestão pública municipal.
- b) O padrão de governança estabelecido mais recentemente, no entanto, não está alicerçado na participação ampla do conjunto dos atores locais, persistindo a forte exclusão do segmento dos agricultores. Estes últimos constituem a base social do território, que leva em conta a participação menos expressiva de atores locais ligados a outras atividades econômicas.
- c) Por outro lado, entre as vinícolas familiares constituídas na região já se formou uma diferenciação pelo nível de desenvolvimento econômico empresarial de cada uma delas. Esta tendência vem dificultando a formação, entre os empresários, de uma perspectiva de ação compartilhada, fundada na cooperação coletiva e no fluxo transparente de informações – elementos considerados importantes para a formação de sistemas produtivos locais – apesar dos esforços empreendidos na construção da identidade territorial e da Indicação de Procedência.
- d) A racionalidade econômica empresarial, numa perspectiva baseada em elementos micro-econômicos, coloca todas as outras perspectivas (social, ecológica, cultural e política) a seu serviço, tornando mais difícil o surgimento de novos compromissos éticos com o desenvolvimento territorial sustentável (GLAESER & VYASULU, 1984). Bloqueia também a criação de mecanismos que permitam uma gestão integrada e participativa das estratégias de desenvolvimento (VIEIRA e WEBER, 2000).
- e) Inicialmente, as novas regras e normas que regulamentam as ações dos atores locais (Lei do Plano Diretor Rural, Lei do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, Lei das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico, e Decreto

Municipal sobre a Metodologia de Avaliação de Impacto de inovações) deverão gerar impactos significativos sobre a trajetória de desenvolvimento da região.

Diante das características do processo de governança que está sendo formatado, os instrumentos político-institucionais correspondentes não se mostram capazes, por si só, de contemplar aspectos fundamentais como a autonomia e a participação dos diferentes grupos sociais. Além disso, não foram registradas até agora iniciativas que favoreçam a efetiva participação desses grupos na gestão territorial, na dentro da perspectiva teórica apresentada no Capítulo introdutório. Os mecanismos de planejamento e de gestão territorial, contemplados no conjunto de normas e regulamentos em torno do Plano Diretor Rural, e que vêm sendo aplicados de forma antecipada pela Comissão Especial Temporária, não garantem que esses aspectos serão efetivamente incentivados, considerando-se os conflitos de perspectivas econômicas existentes entre as vinícolas e os agricultores.

As relações de poder que condicionaram a nova identidade do Vale dos Vinhedos não estão favorecendo a abertura de espaços para novas negociações capazes de promover a participação desses segmentos. Desse modo, torna-se pouco provável que os novos instrumentos possam nortear o desenvolvimento numa perspectiva de gestão integrada, equitativa e ecologicamente. A presença de todos os segmentos sociais no processo de negociação não é suficiente para o alcance dessa perspectiva sustentável do desenvolvimento, mas deveria ser vista como uma condição absolutamente necessária (VIEIRA, 2002).

O sentido de cooperação comunitária, como indicam os dados coletados mediante entrevistas, foi sendo desgastado com a nova estratificação socioeconômica formada na região, com a construção da sua identidade sob controle das vinícolas familiares, e com o avanço da formação de um forte sentido competitivo voltado para o mercado. Esse fator, ou seja, o sentido de cooperação, no entanto, é fundamental para a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. Os valores existentes de solidariedade comunitária poderiam servir de base para a construção de um novo tipo de cooperação voltada para a competitividade econômica. Apesar de serem tipos diferentes de cooperação,

a existência de uma intensa inter-relação social, presente ao longo da história, poderia conduzir a um novo tipo de cooperação voltada para o fortalecimento coletivo em busca da consolidação da imagem do produto oriundo do Vale dos Vinhedos. Ao mesmo tempo em que poderiam ser ampliados os atuais espaços de participação política no sistema de gestão local.

Por outro lado, alguns elementos que estavam presentes em toda a trajetória de desenvolvimento da região, desde a chegada dos imigrantes, foram aprofundados quando se iniciou o processo de ascensão das vinícolas familiares e de modernização tecnológica dos agricultores (anos 1990 e 2000) que se voltaram em boa parte para a produção de vitis viníferas. Dentre esses elementos, destacam-se: (i) o alto nível de determinação dos atores locais, canalizando todo seu esforço para o trabalho e sua viabilização econômica; (ii) o alto grau de empreendedorismo, responsável por uma dinâmica bastante peculiar na área; e (iii) o alto sentido de competitividade, onde se buscam resultados capazes de promover uma inserção cada vez mais efetiva nos mercados.

No entanto, nesse momento, esses valores determinantes para o crescimento econômico de muitos grupos do Vale dos Vinhedos (ou do próprio território como um todo) passam a se constituir numa grande ameaça à sustentabilidade do desenvolvimento. Eles constituem os principais fatores de bloqueio para a construção de estratégias capazes de fortalecer o sentido de cooperação que caracteriza a dinâmica dos sistemas produtivos locais. A necessidade de aumento da capacidade de competitividade coletiva, do conjunto das vinícolas e dos agricultores, frente ao mercado nacional e internacional de vinhos é fundamental, como será apresentado mais à frente. Isso é percebido nas entrevistas com todos os grupos sociais, porém elas confirmam as dificuldades para a superação dos obstáculos ao entendimento.

Alguns aspectos que reforçam a importância do papel representado pela abordagem político-institucional na construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável são apresentados nas entrevistas como pouco expressivos na área. Como por exemplo, a participação dos diferentes segmentos em espaços formais de decisão, a influência de espaços de decisão participativa na orientação do desenvolvimento, o grau de atendimento de interesses e aspirações dos diferentes grupos sociais, a capacidade

propositiva dos diferentes grupos, e os níveis de mobilização sobre interesses. Esta impressão fundamenta-se, sobretudo, nos depoimentos daqueles que estão excluídos da nova elite econômica que se instalou no Vale.

Antecipando aquilo que será tematizado no Capítulo final, para a construção de um processo sustentável de desenvolvimento, com base na perspectiva teórica apresentada neste trabalho, é necessário que algumas novas percepções possam ser compartilhadas entre os diferentes grupos sociais. Destacam-se, nesse sentido: (i) a compreensão de que o enfrentamento econômico mais importante se dará com segmentos produtivos de outras regiões ou países, abrindo espaço para a promoção de laços de cooperação coletiva no nível local; (ii) o entendimento do Vale dos Vinhedos como um território cuja identidade deveria ser construída coletivamente por todos que nele habitam ou trabalham, devendo-se ampliar a participação dos segmentos que têm sido colocados à margem de sua formulação e gestão; e, enfim, (iii) a canalização da cultura individual do local, que tem sido fortalecida nas últimas décadas, para um projeto coletivo e de pouco fôlego.

2. Avaliação socioeconômica.

A avaliação socioeconômica da situação de cada grupo de atores sediados na região foi realizada a partir do levantamento de informações que permitiram compreender suas relações com o processo de geração de renda, tendo como referencial as principais atividades como a vitivinicultura e o turismo, e suas estratégias de valorização de produtos e serviços. Buscou-se ainda compreender as alternativas que pudessem estar sendo consideradas pelos grupos não pertencentes à elite socioeconômica local e sobre ações cooperativas ou de solidariedade entre atores dos grupos sociais que tivessem a finalidade de reduzir processos de exclusão.

2.1 Condições de viabilidade econômica.

A acelerada transformação no sistema de produção vitivinícola, com o objetivo de aumentar a capacidade competitiva no mercado nacional e internacional, influenciada por ações nacionais e estrangeiras, provocam uma pressão permanente por mudanças. Tais

transformações vêm conferindo um alto grau de instabilidade e incerteza econômica, principalmente entre os produtores de uva.

Nas entrevistas realizadas com os agricultores, pode-se perceber esse elevado grau de incerteza sobre as melhores opções de plantio, que variam entre as *viti viníferas* e as uvas americanas e híbridas. Segundo seus relatos, os agricultores assumem o papel de meros tomadores de preço da uva e não intervêm em sua própria formação. Um depoimento de um agricultor demonstra a insegurança resultante da falta de informação e de orientação:

“Falta a chegada de informação. O Sindicato não atua sobre esclarecimentos de mercado, de gestão, sobre a Indicação de Procedência. O assunto Indicação de Procedência não é debatido nos grupos de agricultores. As vinícolas não pensam na orientação e apoio aos agricultores”. (AF 1).

Para eles, as negociações relacionadas à definição de preços ocorrem por meio do sistema sindical dos trabalhadores rurais. Porém, consideram que as decisões são tomadas a partir de negociações onde o posicionamento das cantinas e do governo é decisivo. Deve-se considerar também que a uva é avaliada pela sua qualidade quando entregue aos produtores de vinho, com altas exigências quando destinadas à produção de vinhos finos, exigindo padrões tecnológicos mais rigorosos no processo produtivo.

De acordo com os entrevistados, por outro lado, os agricultores não vêem alternativas à produção da uva na região. Isso significa que sempre tomam suas decisões considerando as possibilidades de mercado da uva, cujas opções são a destinação para a produção de vinhos finos, vinhos comuns ou suco. Todavia, alguns acreditam ser possível pensar em outros produtos como os coolers, as grapas e os licorosos, produzidos principalmente fora do Vale dos Vinhedos, a exemplo do que faz a Cooperativa Aurora, a quem muitos agricultores da região são associados.

Quando se tenta compreender os fatores que afetam as tomadas de decisão dos agricultores, a análise da situação encontrada no ano de 2006 é bastante reveladora. Segundo entrevistas com técnicos do setor, há, no momento, um excesso de estoque de vinhos finos, ao lado da escassez de vinho comum no mercado nacional. Além disso, a APROVALE admite que há uma forte procura por uva para a produção de suco, inclusive

com a perspectiva de instalação de duas novas empresas na região. Considerando a queda de preço pago às uvas destinadas à fabricação de vinhos finos, os agricultores reconhecem a possibilidade sua maximização de lucros no próprio mercado de uva, voltando-se, porém, para a produção de vinhos comuns e de suco. Mas, ao mesmo tempo, eles manifestam sua insatisfação com essa inconstância nas relações de preço e se ressentem da ausência de mecanismos norteadores da organização da produção voltada para o abastecimento do mercado.

A situação das relações comerciais entre os produtores de uva e de vinho foi se transformando ao longo do tempo. Com o surgimento das vinícolas familiares, que foram se consolidando nos anos 1990 e 2000, e a criação da Indicação de Procedência, essas vinícolas locais, novas no mercado, estimularam os produtores de uva a aumentar a oferta de vitis viníferas, pagando preços mais elevados. Sua opção de mercado era a de ocupar o espaço de consumo dos vinhos finos – em fase de crescimento no Brasil⁶⁴. Com a escassez da oferta de uvas para a produção de vinhos finos, o preço se elevou e os agricultores fizeram a reconversão de parreirais. Isto, na medida em que os preços que estavam sendo pagos pelas vinícolas cobriam os custos adicionais de produção e permitiam novas e importantes margens de lucro.

Nos últimos três a quatro anos, no entanto, os preços pagos pelas vinícolas aos agricultores caíram para cerca de 1/3 do valor usual, aproximando-se muito dos preços das uvas americanas ou híbridas. Essa queda nos preços levou muitos agricultores a pensar novamente na reconversão de seus parreirais para o cultivo de uvas americanas e híbridas.

De acordo com ESTUDO DE CENÁRIOS (2005), a produção brasileira de uva vem apresentando exatamente essa característica em sua trajetória de evolução, com períodos cíclicos de aumento e de queda na oferta. Segundo esse estudo, esses ciclos duram cerca de dez anos e estão ligados às oscilações de preços. Quando os preços se elevam, expandem-se os parreirais, o que provoca um excesso de oferta e a queda dos preços, o que acaba provocando novamente a redução da produção. Dessa forma, o ciclo vai se repetindo ao

⁶⁴ O município de Bento Gonçalves/RS, com grande participação do Vale dos Vinhedos, é o principal produtor de vinhos finos do Estado do Rio Grande do Sul (principal produtor de vinhos do Brasil), com cerca de 50% da produção (dados de 2002). Na produção de suco, responde por cerca de 70%, enquanto o município de Flores da Cunha/RS é o principal produtor de vinhos comuns (Estudo de Cenários, 2005).

longo do tempo, criando, cada vez mais, um sentimento de insegurança e incerteza sobre a manutenção da estabilidade da renda dos produtores.

Diante disso, muitos produtores de uva admitem que a produção das uvas americanas e híbridas pode ser um caminho menos arriscado. Para eles, isso permite a produção de vinho comum e de suco, exigindo, além disso, menor investimento de capital humano e tecnológico. Muito dos entrevistados acreditam na perspectiva de maior demanda de uvas para a fabricação de suco nos mercados nacional e internacional, o que estimula ainda os produtores nesse sentido⁶⁵. Por outro lado, outros agricultores acabam por perceber que a iniciativa de muitos produtores no sentido da conversão para uvas americanas e híbridas pode dar melhores condições para quem continuar na produção das *vitis viníferas*, com uma possível elevação dos preços pagos pelas vinícolas.

Mas a maioria dos produtores entrevistados argumenta que a opção principal tem sido a de manter a estratégia de produzir parte da uva a partir de *vitis vinífera* e parte a partir de americanas e híbridas, de forma a minimizar os efeitos das variações do mercado. Desse modo, podem reduzir os possíveis impactos sobre sua renda.

Do ponto de vista dos investimentos necessários por parte do produtor, cabe destacar a maior longevidade dos parreirais formados pelas uvas americanas e híbridas, que permanecem produtivos por diversas gerações das famílias que vivem de sua exploração, em contraposição as *viti viníferas* que permanecem produtivas apenas por períodos que vão de dez a vinte anos. No entanto, os posicionamentos dos agricultores sobre as alternativas não estão baseados em estudos ou análises de mercado para o futuro, mas na percepção que têm diante da situação que vêm vivenciando nos últimos anos, com as oscilações de preço em consequência da alteração da oferta. Essas oscilações de preços é que vêm determinando as melhores alternativas ao produtor. Como não se trata de cultura anual, mas de cultura permanente, com alto custo de implantação, torna-se difícil a cada ano haver mudanças de prioridades. Dessa forma, tem predominado a precaução entre os produtores no sentido de não investir todo seu esforço e capital na produção de *viti viníferas*.

⁶⁵ A exportação de vinho brasileiro ainda é pequena (cerca de 2% do volume comercializado), apesar de ser um objetivo entre as vinícolas, mas a exportação de suco de uva já possui mercados significativos, principalmente para os mercados do Japão e dos Estados Unidos (Estudo de Cenários, 2005).

A pesquisa de campo revelou a grande insatisfação que sentem pela ausência de mecanismos capazes de estabilizar o mercado dos diferentes tipos de uva e, por implicação, os preços. Hoje em dia, muitos deles se sentem mais vulneráveis como produtores e mais abertos às possibilidades na busca de alternativas fora da produção agrícola, considerando o mercado imobiliário no interior do Vale dos Vinhedos. Não existem ainda dados confiáveis sobre o êxodo rural, mas todas as entrevistas revelam uma atitude preponderante de abandono das atividades produtivas na área – sobretudo por parte dos jovens.

Esse posicionamento dos agricultores em relação às diferentes oportunidades para a produção de uva colide com a expectativa de muitos empresários vinicultores que defendem um Vale dos Vinhedos voltado exclusivamente à produção de vinhos finos, admitindo ao mesmo tempo a viabilidade da produção de suco. No entanto, a maioria desses cantineiros considera inadequada a produção de vinho comum, pois comprometeria a imagem do território que eles vêm construindo e que está ligada aos vinhos de maior qualidade.

Os vinicultores consideram que a estratégia de valorização da imagem do território do Vale dos Vinhedos, tal como vem sendo feita, deveria prosseguir. Para eles, a identidade regional forjada em torno da produção de vinhos de alta qualidade coage os agricultores a se especializarem cada vez mais, gerando assim um processo de exclusão daqueles que não conseguem desenvolver a tecnologia necessária.

De acordo com algumas entrevistas com alguns vinicultores e com os seus posicionamentos em reuniões realizadas no âmbito da APROVALE, os agricultores que não produzirem uvas de *vitis viníferas* com qualidade devem ser substituídos por outros produtores “mais eficientes”. Dentre os cantineiros afinados com essa perspectiva, percebe-se uma tendência à marginalização de parcela significativa dos agricultores em relação à produção de vinhos finos.

Para todos os entrevistados, entre as vinícolas, os maiores benefícios para os agricultores gerados pelo avanço na qualidade do vinho correspondem à forte valorização de seu patrimônio, com aumento de renda e redução do trabalho pela introdução de tecnologias modernas. Nessa perspectiva, predomina uma diretriz claramente produtivista, em contraste com uma visão sistêmica interessada em compatibilizar os aspectos

econômicos, sociais, culturais, ecológicos e políticos do processo de desenvolvimento (DUPUY, 1994; DANSEREAU, 1999; WEBER, 2000; SACHS, 2000).

Os agricultores que produzem *viti viníferas* reconhecem também os benefícios gerados com as transformações lideradas pelas vinícolas familiares – como é o caso da ação que vem sendo desenvolvida em prol da expansão do turismo na região. Porém, em sua maioria, os agricultores não acreditam na possibilidade de manterem uma renda estável e compatível com suas expectativas no curto e no longo prazo, e que os benefícios mais significativos de todo o processo de evolução da qualidade da uva e do vinho permanece com as vinícolas.

Apesar disso, entre aqueles que mantêm vínculos permanentes com as vinícolas, existem iniciativas que apontam no sentido do aumento da oferta de uvas para vinhos finos. Existem, portanto, aqueles agricultores que acreditam que sua situação tende a melhorar, considerando que muitos estão abandonando a produção de *vitis viníferas*. Desse modo, como exprime um dos entrevistados, a competição interna tende a bloquear a criação de mecanismos de cooperação, configurando um jogo de interesses e expectativas que inibe o exercício da solidariedade coletiva. O seguinte depoimento demonstra essa perspectiva de perceber suas oportunidades de mercado:

“A maioria dos produtores está deixando as *viníferas*. Nesse caso, fica melhor para quem ficar na produção da *vinífera*. Talvez a EMATER pudesse coordenar um planejamento” (AF 7).

Dentre as vinícolas que estão procurando investir na agregação de valor (pela ênfase nos vinhos finos e na certificação de Indicação de Procedência), constata-se a possibilidade dos agricultores estarem reduzindo suas margens de lucro, com os preços pagos pela uva atualmente. Mas seria importante levar em conta, segundo os próprios entrevistados, que eles já estariam fora do mercado se esse esforço das vinícolas, e dos próprios agricultores visando oferecer um produto de boa qualidade, não tivesse acontecido simultaneamente. Os donos dessas vinícolas consideram que a pequena escala de produção dos agricultores torna-se compatível apenas com uma produção de alto valor agregado. Esse tipo de posicionamento torna mais claras as controvérsias em torno da maior participação dos

agricultores na busca de compatibilização da viabilidade econômica dos empreendimentos e de mais equidade social. Para esses vinicultores, o mercado impõe regras que têm que ser cumpridas por todos os participantes da cadeia produtiva, cabendo aos agricultores apenas a opção de se adaptarem a essas condições.

A percepção de que faltam elos de ligação das ações das vinícolas com a satisfação dos interesses de melhoria da qualidade de vida da coletividade em seu conjunto, está sempre presente nas entrevistas entre aqueles que não são vinicultores. O questionamento mais incisivo, no entanto, recai sobre a ação das vinícolas em particular. As entrevistas sugerem que os agricultores reconhecem a importância das ações da APROVALE, que produzem benefícios difusos, desvinculando-a, todavia, das questões ligadas à formação de preços para a uva. Ou seja, os agricultores entrevistados valorizam o esforço de melhorar a qualidade da uva e do vinho, mas criticam as formas de apropriação dos benefícios gerados, e apontam os preços pagos pela uva como o fator decisivo a ser levado em conta.

Nas entrevistas com os vinicultores, evidenciou-se um volume muito restrito de iniciativas voltadas para a geração de alternativas aos agricultores que não estão se especializando em uvas para vinhos finos. Essa discussão não vem sendo priorizada na região, apesar das críticas formuladas por parte de algumas vinícolas sobre a presença de outras variedades de uvas, o que afetaria a consolidação da identidade territorial. Na realidade, existem ainda fortes divergências sobre opções alternativas em termos da produção de uva para suco, vinhos comuns (além de grapa, collier e licorosos) ou produtos complementares ao enoturismo.

Como o posicionamento de parte das lideranças das cantinas é contrário à produção de uvas para vinhos comuns, segundo as entrevistas, permanecem restritos os espaços de negociações, principalmente em função da ausência de instrumentos de planejamento e gestão territorial baseados na lógica da cooperação. Nas entrevistas, no entanto, os donos das cantinas de menor porte enfatizam a importância do crescimento do mercado de vinhos comuns, que dispõem de perspectivas promissoras de mercado. Desse modo, o tema gera divergências até mesmo entre as próprias vinícolas.

2.2 Espaços de manobra para o planejamento regional integrado.

No espectro de opções que se estendem da busca de garantia de uma oferta de uva de melhor qualidade às incertezas sobre as decisões dos agricultores, algumas vinícolas têm investido no aumento do volume de produção, para o abastecimento de suas próprias cantinas. Outros proprietários têm optado pela concentração dos negócios com alguns produtores que vêm conseguindo se especializar na oferta de uvas de *viti viníferas* de alta qualidade, contando inclusive com o apoio tecnológico das próprias vinícolas. Para esses cantineiros, esta assessoria visa garantir a estabilidade de um padrão adequado de qualidade, dos preços correspondentes.

Assim como os agricultores, os vinicultores também se ressentem da instabilidade do setor, mas apostam na possibilidade de melhores resultados com base na produção de vinhos finos e diferenciados por sistemas de certificação. No entanto, aqueles que possuem menor porte e menor espaço de mercado de vinhos finos ressaltam a importância do mercado de vinhos comuns. O depoimento de um cantineiro exprime esse sentimento:

“É promissor o setor, apesar das instabilidades. Mas ainda há um grande desafio na comercialização. Os vinhos comuns estão com boa perspectiva. Há uma incógnita sobre estratégias como a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, mas há também muita expectativa. Esse é o caminho” (VF 2).

O esforço de construção da Indicação de Procedência, por sua vez, ainda não se consolidou nem mesmo entre as vinícolas. A denominação tem sido usada de forma indevida por parte de empresas não autorizadas, colocando em risco a sustentabilidade desse processo de valorização. Por outro lado, muitas vinícolas ainda questionam o uso da certificação, porque suas estratégias individuais de comercialização têm dispensado o uso da certificação de Indicação de Procedência, o que significa não ter havido ainda a afirmação definitiva dessa estratégia.

Os avanços no sentido da construção de uma Denominação de Origem estão na pauta atual de discussões, mas enfrenta bloqueios em função das dificuldades de organização de ações cooperativas. Alguns entrevistados, inclusive atores que não estão no grupo dos proprietários de vinícolas, consideram que a construção da Denominação de Origem

poderia se constituir num marco importante de formação de um projeto coletivo. No entanto, diversas entrevistas com as vinícolas indicaram que as empresas precursoras das discussões sobre Indicação de Procedência e de Denominação de Origem obtiveram um crescimento significativo nos últimos anos, voltando-se predominantemente para as suas próprias estratégias comerciais. Além disso, os limites geográficos que a certificação impõe, colocam dificuldades adicionais à implementação dessas estratégias, pela necessidade de algumas vinícolas de expandir a produção para outras regiões, o que já está ocorrendo. Esta ampliação ocorre para áreas próximas ao Vale ou mesmo para regiões mais distantes, como a parte sul do Estado do Rio Grande do Sul (região de campanha).

Alguns proprietários de vinícolas apontam o risco do consumidor perder a referência sobre o vinho do Vale dos Vinhedos se houver a continuidade, como vem acontecendo em alguns casos, de compra de uvas de fora da região para a produção de vinho local. Para esses entrevistados, esse tipo de atitude se contrapõe aos esforços de valorização do produto através da Indicação de Procedência e de Denominação de Origem. Isso poderia se constituir num fator limitante para o alcance de mercados mais distantes (ou não locais), principalmente no caso das vinícolas de menor porte, incluindo-se nisso o mercado internacional. Sem esse tipo de certificação, estaria bloqueado o acesso aos mercados mais dinâmicos, tanto nacional como internacional.

Por outro lado, a APROVALE e a maioria das vinícolas a ela associadas têm percebido que todo esse esforço de agregação de valor, mediante a Indicação de Procedência, pode ser inócuo se o consumidor não perceber o que indica o sistema de certificação. Por esse motivo, a APROVALE firmou um acordo de cooperação com o SEBRAE para a elaboração e a implementação de um conjunto de ações voltado para o *marketing* do Vale dos Vinhedos. Alguns passos iniciais foram definidos em torno de espaços específicos impulsionadores da imagem associada à certificação, principalmente com a capacitação de pessoal de atendimento de clientes de restaurantes e lojas especializadas. A intenção é solidificar, junto aos consumidores, a imagem do Vale dos Vinhedos associada à qualidade de vinhos finos e do sistema de certificação utilizado.

A pesquisa revela que essa preocupação é embrionária entre os consumidores, mas constitui um pré-requisito para a criação de mercados de forte relação entre a imagem

construída por produtores e decodificada por consumidores, e a consolidação desse tipo de sistema produtivo local (MOITY-MAIZI et al, 2001).

Outro ponto importante que vem sendo discutido no âmbito das vinícolas diz respeito à necessidade de redução dos custos de produção, face à competitividade exigida pelo mercado. Essa iniciativa é vista pelas lideranças do setor como uma forma de “garantir a existência das empresas dentro de um ambiente cada vez mais competitivo” (ESTUDOS DE CENÁRIOS, 2005, p. 16). Nesse sentido, as embalagens utilizadas são o principal componente de encarecimento do produto final, ao lado da elevada carga tributária. O custo deste componente embalagem corresponde, hoje em dia, três vezes mais do que o custo da uva na formação do preço básico do vinho fino, no nível do atacado.

Dentre os componentes das embalagens, o engarrafamento é visto como a parte mais onerosa. O volume de embalagens exigido pelas empresas do setor vitivinícola da região é relativamente pequeno, considerando a escala de produção ser também relativamente pequena. Dessa forma, essas empresas não possuem um bom poder de barganha na negociação de preços e prazos de pagamento junto às empresas de produção de embalagens, quando demandam individualmente. Isso vale também para outros componentes do processo de produção e comercialização.

Diante desse tipo de problema, a direção da APROVALE busca trazer para o debate, entre as vinícolas filiadas, temas que poderiam reduzir os custos de produção e comercialização do vinho, a exemplo da compra coletiva de embalagens, rótulos e rolhas, da distribuição coletiva dos produtos para revendedores e restaurantes, da elaboração de embalagens contendo garrafas de diversas vinícolas para demandas de menor porte (restaurantes, por exemplo), etc. Isso significaria estimular a cooperação entre as vinícolas, na linha do que foi discutido na reunião das vinícolas familiares, efetivada no início dos anos 1990, quando estavam começando a surgir no mercado, e que culminou na criação da APROVALE. No entanto, a exemplo das objeções à promoção do patrimônio comum naquela época, as ações cooperativas não usufruem de consenso mesmo que os possíveis benefícios possam impulsionar todos os produtores.

Numa busca de novas perspectiva de atração da população externa (consumidores) ao território, na Diretoria da APROVALE emerge uma discussão sobre as opções de

valorização de produtos vinculados à identidade territorial do Vale dos Vinhedos. A idéia seria a de atrair diferentes tipos de rendas e facilitar a entrada de recursos adicionais no território, de forma mais diversificada em termos de fontes e de destinatários. Essa iniciativa pode ser entendida à luz da noção de cesta de bens proposta por PECQUEUR (2000), mas ainda não é assumida pelo conjunto das vinícolas.

A iniciativa de composição dessa cesta de bens ainda é exploratória e desorganizada, mas que começa a ser discutida como uma possibilidade de viabilização econômica de um conjunto mais amplo de empreendedores. Dessa forma, ao estender o benefício da captação de renda externa ao Vale dos Vinhedos para um número maior produtores, a APROVALE buscaria ampliar o apoio à consolidação desse território. O debate pouco evolui em torno da compreensão do papel de uma cesta de bens para a formação de uma renda territorial que poderia fortalecer o vinho como produto-chave. O entendimento da importância dessa cesta de bens, em substituição à visão exclusiva da indicação de procedência ou denominação de origem, poderia se constituir na melhor estratégia, o que seria coerente com o papel do turismo como elemento propulsor do acesso a mercados.

Nesse caso, a indicação de procedência ou denominação de origem poderiam ser instrumentos de fortalecimento de uma imagem que se expandiria para a cesta de bens. Dessa forma poderia ser superada a possibilidade de benefícios apenas para o “clube dos atores” ligados diretamente aos benefícios da indicação de procedência, fortalecendo a formação de uma renda territorial compartilhada por um número mais expressivo de atores.

Algumas iniciativas apontando nessa direção têm obtido resultados positivos, como a oferta de produtos artesanais ou de derivados de leite e de suínos (embutidos). No entanto, essa produção não resulta de um trabalho realizado junto às comunidades locais. A maioria desses produtos, ou das matérias-primas correspondentes, origina-se de regiões externas ao Vale dos Vinhedos.

No nível do discurso das vinícolas pode ser observado também um conflito de percepções dos cantineiros em relação à perspectiva e ao papel dos agricultores. Enquanto alguns compreendem a necessidade de negociação das estratégias de desenvolvimento envolvendo os agricultores, pelo menos no que se refere à viabilidade econômica, outros insistem na necessidade de se estimular a adaptação às novas condições de mercado, cada

vez mais impostas de forma exógena. No entanto, as entrevistas e as iniciativas em torno da elaboração do Plano Diretor Rural indicam que as vinícolas precisam da presença dos agricultores não só para a oferta de matéria-prima, mas para manter a qualidade da paisagem da área – um elemento essencial à formação do turismo associado ao processo de comercialização do vinho.

Por outro lado, é ainda marginal a percepção dos riscos socioeconômicos junto aos atores sociais locais, no cenário de uma crise grave do setor vitivinícola nacional. Apesar da complexidade do momento atual, diante dos menores preços e da elevada capacidade competitiva de muitos produtos importados, e do alto estoque brasileiro de vinhos finos, os depoimentos obtidos em campo não revelam a necessidade de uma diversificação de atividades produtivas. Resgatam apenas a discussão sobre produtos e serviços complementares à vitivinicultura, capazes de favorecer o crescimento do enoturismo. As entrevistas dão indicativos da necessidade de se ampliar a atual cesta de bens, com base no fortalecimento da identidade cultural (relação entre produto e cultura local), entendendo-se como forma de favorecer a disseminação, na massa dos agricultores, dos benefícios gerados pela renda proveniente do turismo.

No entanto, tanto as organizações de apoio ao desenvolvimento do turismo como as associações locais apontam para a ausência de um trabalho conjunto de valorização de elementos importantes voltados ao turismo no nível local. Por enquanto, os benefícios vêm sendo concentrados nas vinícolas da região.

2.3 Conflitos de interesses relacionados à questão socioeconômica.

A formação da nova elite econômica oriunda da agricultura familiar, constituída pelos imigrantes italianos que começaram a chegar à região ao final do século XIX, e a busca da construção do território do Vale dos Vinhedos com uma identidade ligada à vitivinicultura, têm ocorrido com características que criam efeitos diferenciados entre os diferentes grupos sociais presentes na região. Diversos conflitos existentes atualmente foram observados nas entrevistas e colocam desafios (ou mesmo obstáculos) para a construção de um processo que viabilize economicamente todos os setores do território, na busca da construção do desenvolvimento sustentável.

Entre os principais aspectos que caracterizam a nova organização socioeconômica, podem ser destacados:

- a) Uma grande oscilação no mercado, no que se refere à oferta e demanda e aos preços pagos pelas uvas, especialmente as *viti viníferas*, que afetam a todos os agricultores, mas deixam os que não possuem relações comerciais permanentes com alguma vinícola com um sentimento de muita insegurança devido a essa instabilidade;
- b) Perda de elementos importantes de sentido de coletividade que afetam a capacidade de promover ações de cooperação, tanto em sentido horizontal, ou seja, dentro dos próprios grupos socioeconômicos, como no sentido vertical, entre os diferentes grupos;
- c) A busca da construção da identidade associada à produção de vinhos finos, defendida por muitas vinícolas, se contrapõe com a falta de motivação econômica para a maioria dos agricultores em participar desse processo, já que seus benefícios diretos são reduzidos;
- d) Deficiência nos mecanismos de planejamento e gestão econômica cooperativa para a redução dos efeitos negativos das oscilações da oferta e demanda e dos preços das uvas, que afetassem de forma positiva a todos os grupos participantes da cadeia de produção do vinho.

Esses aspectos apontam para o fato de que a nova estrutura socioeconômica que se formou com o surgimento das vinícolas familiares e o forte investimento na qualificação do vinho fino produzido na região não têm tido apoio em alguns importantes elementos que compõe a base teórica apresentada no Capítulo 1, que discute as condições de sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

No que se refere ao desenvolvimento territorial, a identidade do território vem sendo construída no âmbito das relações de dominação controladas pela nova elite econômica formada pelas vinícolas familiares. Essa identidade vem sendo imposta a todos os segmentos. Analisando-se o processo de construção do território Vale dos Vinhedos,

observa-se que ele responde às definições dadas quanto a sua construção institucional e ao sentido de pertencimento apresentado por SABOURIN (2002). No entanto, a definição de um problema comum, como propõe PECQUEUR (2000), tem ocorrido com a imposição pela elite econômica da agenda de discussão em torno da produção vitivinícola, colocando a ação dos agricultores como uma consequência da definição de suas estratégias. Por outro lado, há muita dificuldade em se tratar o que se constituiria numa problemática comum, de forma coletiva.

Do ponto de vista econômico, essa problemática diz respeito ao aumento da competitividade dos vinhos da região face ao crescimento da competição de mercado com vinhos importados. Nesse contexto, os frágeis laços de intercâmbio solidário entre os atores locais, definidos por BRUNET (1990), contrastam com a existência do sentido de pertencimento ao Vale dos Vinhedos.

Tanto o pensamento de BRUSCO (1999) relacionado à importância do equilíbrio entre conflito e participação, como o de BENKO (1966), centrado na relevância dos sistemas de concorrência e cooperação típicos dos distritos industriais italianos, são aspectos que não foram desenvolvidos no Vale dos Vinhedos, limitando o alcance dos esforços em construir uma identidade territorial. Apesar da construção coletiva da Indicação de Procedência, no limite das vinícolas familiares com apoio da academia e da pesquisa pública, a percepção de concorrência interna é muito maior do que a visualização do potencial de cooperação.

Apesar disso, há um esforço para a valorização do produto-chave, o vinho, com base no diferencial ou especificidade territorial (SABOURIN, 2002; MOITY-MAIZY et al, 2001; e PECQUEUR, 2000). Mas essa é uma perspectiva que se encontra na agenda das vinícolas, enquanto os agricultores se consideram à margem dessas discussões. Apenas os agricultores que vêm mantendo uma relação comercial constante com alguma vinícola, inclusive com recebimento de assistência técnica, assumiram claramente nas entrevistas uma posição de compromisso com a oferta sustentada e de qualidade de variedades européias para a produção de vinho fino.

Para aqueles que dependem do turismo de forma direta, a exemplo dos donos de restaurantes, comerciantes de artesanato, donos de pousadas e hotéis, a associação com a

nova elite econômica tem sido uma estratégia adequada. Mas para a grande maioria dos agricultores, os conflitos dos interesses econômicos minam qualquer iniciativa de construção da autodeterminação local nas negociações. Isso enfraquece um dos elementos essenciais, na perspectiva teórica deste trabalho, que é a capacidade de negociação das comunidades sem uma subordinação às exigências de outro segmento, ou seja, sua autonomia (GALTUNG, 1998). Considerando-se que os próprios agricultores percebem apenas a existência de espaços para a produção de uva na região, suas iniciativas acabam por se restringir à oferta de *viti viníferas* ou de uvas americanas e híbridas.

Por outro lado, apesar do nível de renda ter se elevado para todos os atores sociais, há um outro tipo de exclusão em andamento. Trata-se do êxodo daqueles agricultores que não conseguiram avançar na especialização da produção de uva com elevado nível de competitividade. Diante da elevação dos preços das terras na região, eles tendem a vender suas propriedades. Muitos jovens dessas famílias já deixaram a região em busca de trabalho não-agrícola, fora do Vale dos Vinhedos. Nesse caso, porém, não se tratam de famílias pluriativas. Os jovens vêm deixando suas famílias e rompendo sua vinculação com a socioeconomia local. Mas a pluriatividade pode ser vista em muitas famílias de agricultores, facilitado pelo alto nível de escolaridade ali existente.

A perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento regional, considerando-se o aspecto da viabilidade econômica dos atores sociais, não é percebida pelos atores sociais como um trabalho inserido numa estratégia local. Um conjunto de elementos que fazem parte da definição de um sistema produtivo local, apresentado por VEIGA (2002), tal como a concentração geográfica de empresas de uma mesma área de ação e economicamente organizadas se faz presente. No entanto, o sentido de unidades tecnicamente interdependentes ou de cooperação coletiva não alcançou ainda a dimensão que se observa nas experiências de países europeus. A própria iniciativa coletiva de construção da *Indicação de Procedência* não conseguiu gerar uma nova dinâmica centrada na cooperação.

Em outras palavras, os conflitos existentes entre agricultores familiares e vinícolas e a falta de uma articulação entre as próprias vinícolas criam importantes obstáculos para a construção de um processo cooperativo entre os atores locais, não tendo ainda surgido lideranças ou estratégias capazes de promover a superação dessas dificuldades. Assim, os

atuais bloqueios socioeconômicos geram instabilidade na busca da construção do desenvolvimento territorial sustentável da região. No entanto, embora não haja um projeto concertado, existe um leque de possibilidades oferecidas pelo esforço empreendedor, que construiu um importante setor vitivinícola, configurando um cenário que se destaca no mundo rural brasileiro.

No entanto, torna-se difícil pressupor a existência de uma dinâmica de desenvolvimento baseada em projetos integrados e abertos à formação de uma economia solidária e cooperativa na área entre os atores locais. A integração de diferentes atividades econômicas (como a vitivinicultura, o turismo e a gastronomia) e a execução de ações de apoio a interesses coletivos não conseguem produzir efeitos de inclusão de todos os segmentos numa mesma proposta de desenvolvimento territorial sustentável.

3. As relações com a problemática ecológica.

A questão ecológica ainda é um tema marginal nas representações da população local. Ela surge, inicialmente, na forma de uma preocupação com o crescimento explosivo do inseto borrachudo, e sua associação com a poluição dos córregos de água. Com o avanço das estratégias de mercado da viticultura, sempre tendo o turismo como elemento fundamental, a preocupação com a paisagem vem se tornando mais nítida, o que passou a orientar a formulação do novo aparato institucional para a regulação das ações de desenvolvimento local.

3.1 Os principais problemas percebidos pelos atores locais e pelo poder público.

A problemática socioecológica é percebida de forma diferenciada pelos diferentes grupos de atores locais. Um dos pontos mais discutidos e apontados, durante as entrevistas, pelos que estão envolvidos no trabalho de construção da identidade vitivinícola da região (principalmente as vinícolas), refere-se aos riscos de destruição da paisagem rural, com a possibilidade de crescimento de espaços com características urbanas dentro do território, de redução de áreas cobertas por parreirais e de perda de novas áreas de vegetação nativa. Para enfrentar essa problemática foi elaborado todo o aparato institucional que está contido

dentro das regulamentações que envolvem a Lei do Plano Diretor, a Lei do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão e a Lei das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico.

Pode-se observar pelas entrevistas que sua motivação é basicamente econômica, na medida que a descaracterização da paisagem afetaria toda a estratégia de marketing comercial das vinícolas. A nova base legal que regulamenta as atividades produtivas dispõe de rígidos mecanismos de controle, tendo como referencial a necessidade de manutenção da qualidade da paisagem vitivinícola. Sua implementação tem contado com o apoio da coletividade das vinícolas e da APROVALE.

Outro ponto relevante refere-se à destruição da floresta nativa. Os relatos a respeito, tanto de agricultores como de vinícolas, apontam principalmente no sentido de que, nos últimos anos, tem havido uma maior preservação das matas pela redução da expansão de parreirais e, inclusive, com a saída de agricultores da atividade econômica. Apenas duas entrevistas, uma feita com um agricultor e outra com representante do poder público municipal, indicaram risco de crescimento do desmatamento para a implementação de novos parreirais por ação das vinícolas. De qualquer forma, o índice de preservação das matas pode ser considerado elevado (cerca de 43%, incluindo uma pequena parte de mata plantada), favorecido pela alta declividade de certas partes do território. Isso torna sua utilização pouco viável, tanto em termos agrícolas quanto de ocupação residencial ou de outras atividades econômicas.

Apesar de ser essa a percepção predominante entre todos os grupos de atores, a organização não-governamental ARCO acredita na intensificação do processo de desmatamento na região. Mas esse risco não é sentido como prioritário pela grande maioria dos atores sociais entrevistados.

No entanto, os depoimentos confirmam a gravidade do processo histórico de desmatamento das margens de riachos e córregos (matas ciliares), favorecendo a contaminação das águas. O principal problema socioambiental na área é, no entanto, associado à presença do borrachudo e não propriamente à contaminação das águas. O borrachudo, por sua vez, segundo os especialistas consultados e a literatura disponível a respeito, é o efeito resultante da redução da fauna aquática que se alimenta das larvas dos

insetos, permitindo um crescimento exponencial dessas larvas, que se desenvolvem nas águas. A redução da fauna aquática ocorre pela contaminação das águas.

Para os agricultores, o questionamento sobre a problemática ambiental teve sempre uma resposta simples e direta, sem referência a suas causas: o borrachudo. As causas de sua presença em grandes proporções somente eram apontadas quando estimulados a responder, não havendo entre os agricultores afirmações contundentes sobre a responsabilidade.

Para o setor turístico e para as vinícolas, a proliferação desse inseto representa um risco adicional, por criar um ambiente desagradável ao turista. Entre as vinícolas o problema do borrachudo também apareceu com destaque, mas as respostas carregam posicionamentos mais claros a respeito, buscando identificar suas causas. Duas declarações, uma de um cantineiro e a outra de um empresário do setor turístico exemplificam o posicionamento.

“O principal problema é o borrachudo. A limpeza dos arroios reduz a sua presença. Já tivemos experiência. Os problemas que causam a contaminação são a criação de animais e o esgoto doméstico. Existe discussão com a Prefeitura, mas com pouca participação. A Sub-Prefeitura apóia o trabalho e o custo é baixo. Há um processo de convencimento da importância desse trabalho pela experiência ocorrida” (VF 1).

“O agricultor é o principal poluidor, com suas pocilgas e o esgoto doméstico. As vinícolas tratam seus efluentes”. (OAS 1).

Um único depoimento apontou a questão de forma diferenciada em relação à responsabilização, e foi feito por um cantineiro, indicando o problema do uso intensivo de agrotóxicos na produção de uva, ao lado do problema dos dejetos domésticos dos agricultores, e a necessidade de se coibir a ação destrutiva.

“O maior problema ambiental é a contaminação das águas. Suas causas são os agrotóxicos e os dejetos domésticos dos agricultores. Há necessidade de penalização” (VF 3).

Existem diferentes versões para a causa da contaminação dos recursos hídricos. Para as vinícolas, a contaminação é originária das criações de animais (principalmente de suínos) nas margens dos córregos e pelos dejetos domésticos, ambos produzidos pelos agricultores. Entendem que os sistemas de tratamento de efluentes utilizados pelas vinícolas estão de acordo com as necessidades para evitar a poluição e atendem a legislação ambiental. O uso de agrotóxicos, como foi visto acima, também é reconhecido como um dos fatores importantes para a contaminação das águas, já que o padrão tecnológico da atividade vitícola compreende o uso dessa tecnologia. Por fim, algumas entrevistas também apontaram a possibilidade de haver contaminação oriunda de áreas urbanas de fora do Vale dos Vinhedos, já que sua característica topográfica, por ser um vale, favoreceria o direcionamento de águas contaminadas para essa região, vindas de áreas no entorno.

No entanto, levantamentos realizados por órgãos ambientais, de acordo com informação fornecida numa entrevista, indicam que foram verificadas contaminações mesmo em áreas que não sofrem influência de espaço urbano. Segundo a entrevista, isso não exclui esse fator como um possível contaminante das águas do Vale dos Vinhedos, mas excluiria a possibilidade de ser creditado totalmente a ele.

A principal iniciativa em relação ao problema da presença do borrachudo tem sido a mobilização para a aplicação de um produto biológico, o *Bacillus thuringiensis israelensis* – BTI, nas regiões de proliferação do mosquito, além da limpeza das margens de diversos riachos e córregos. Esse tipo de iniciativa envolve, na maioria das vezes, as comunidades próximas a esses riachos e córregos, o poder público, estudantes e, em muitos casos, a ABEPAN.

Foi citada, em algumas entrevistas, a existência de algumas iniciativas para o reflorestamento das margens dos cursos d'água, com trabalho apoiado pelas próprias comunidades locais e mudas cedidas pelo poder público. No entanto, de acordo com o relato tanto de agricultores como de proprietários de vinícolas, somente algumas poucas iniciativas têm sido realizadas para a redução drástica da contaminação das águas pelos moradores, evitando que dejetos domésticos e de criação de animais sejam lançados nos riachos. Apenas em uma entrevista se afirmou que em sua comunidade todos os moradores possuíam fossas domésticas.

Algumas vezes, nas ações das comunidades, de acordo com alguns entrevistados, com a coordenação e apoio da ABEPAN e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, são lançados alevinos para aumentar a presença de peixes nos riachos e córregos e, dessa forma, combater o borrachudo. Há ainda um grande embate entre a organização não-governamental ARCO, e as vinícolas a respeito da contaminação das águas. A primeira alega que há uma forte responsabilidade das cantinas pela poluição dos riachos (que seria causado por vinhoto e produtos originados da lavagem das pipas), utilizando dados obtidos de análises de água dos riachos e córregos para embasar suas denúncias, que têm sido apresentadas ao Ministério Público. Por outro lado, as vinícolas informam que já tomaram todas as medidas necessárias para o tratamento adequado de seus efluentes e que, por isso, não seriam causadoras de poluição das águas.

Apesar desse enfrentamento existir, ele tem pouco alcance no que se refere ao seu conhecimento pela população local, mais dedicada a pressionar o poder público sobre ações emergenciais para controle do borrachudo. Em todas as entrevistas com os atores locais que não fossem as vinícolas, houve um total desconhecimento de mobilização da ONG, ou mesmo de sua existência, com ações contra as vinícolas. Mais que isso, havia um total desconhecimento da atuação de uma organização não-governamental em defesa da preservação do meio ambiente natural da região.

As entrevistas não-estruturadas realizadas na primeira etapa do trabalho de campo indicaram o posicionamento e as ações do poder público a respeito do conjunto da problemática ambiental do Vale dos Vinhedos. De acordo com a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, existem diversas atividades em andamento para enfrentar os problemas ambientais que são percebidos pela população, e que resultam em demandas junto ao poder público, ressaltando que o crescimento do turismo foi um importante fator de percepção desses problemas, anteriormente não tão visíveis.

Na entrevista, aponta trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo poder público municipal, tendo como destaque para o caso do Vale dos Vinhedos os seguintes: (i) trabalho de educação ambiental, em parceria com a ABEPAN, com apoio do que foi chamado de “agentes ecológicos”, dirigidos a estudantes e jovens; (ii) limpeza das margens dos riachos e córregos, retirando o lixo acumulado; (iii) repovoamento dos riachos e

córregos com alevinos, para acelerar o seu repovoamento; (iv) aplicação do BTI para redução direta do borrachudo (executado pela Secretaria Municipal de Agricultura); (v) recolhimento do lixo doméstico na Sede do Distrito, através da Sub-Prefeitura; e (vi) encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM, do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério Público).

Como enfoque principal do setor público, apresenta o trabalho de estruturação do Plano Diretor, que é coordenado pelo IPURB e, segundo esse órgão, tem como finalidade preservar as características da área rural conforme se encontra atualmente, sem que se “engesse” as iniciativas locais. No entanto, essa nova legislação não trata da questão da gestão dos cursos d’água.

Muitos dos serviços de infra-estrutura para apoio à redução de problemas ambientais são feitos através da Sub-Prefeitura, que faz uso de máquinas para a construção de fossas domésticas para a redução do despejo do esgoto nos riachos e córregos, e o recolhimento do lixo. Algumas vezes se realizam reuniões comunitárias para a discussão das ações de combate ao borrachudo, tanto sobre aplicação de BTI como de limpeza de riachos e córregos. Essas reuniões buscam dar esclarecimentos sobre procedimentos para a redução do problema e de iniciativas de limpezas dos riachos e córregos e aplicação do inseticida biológico.

O Ministério Público informou em entrevista que tem atuado através de denúncias originadas principalmente a partir de uma organização não-governamental (ARCO), tendo sido aberto alguns inquéritos para apuração de responsabilidade de vinícolas na contaminação das águas de riachos. Confirma também que se faz presente na região o grave problema do crescimento acentuado do borrachudo, mas não dispõe de informações documentais sobre os principais problemas que podem estar causando seu crescimento, entre dejetos industriais, resíduos domésticos e desmatamento. Por fim, reconhece a possibilidade de haver a ampliação de parreirais com cortes indevidos de mata, mas não dispõe de dados concretos a respeito.

3.2 Considerações adicionais sobre a problemática socioecológica.

A percepção local sobre a problemática socioecológica do Vale dos Vinhedos pode ser resumida sobre dois pontos, basicamente: (i) o intenso trabalho em torno do problema do borrachudo, que se constitui numa consequência de ações poluentes dos mananciais de água da região; e (ii) a criação de mecanismos rigorosos para a manutenção da paisagem (e da imagem) vitivinícola.

A identificação do borrachudo como o principal problema ecológico por parte dos agricultores que, em realidade é um efeito da ação antrópica sobre a natureza e não a causa do problema, dá uma indicação de que a problemática ecológica ainda não é parte da agenda de discussões com mais profundidade entre os atores. O principal conflito que surge, como decorrência, aparece entre as comunidades e o poder público, onde os atores locais exigem mais ação para o combate do inseto, com medidas paliativas, mas que representam a solução para a forma com que vêem o problema. Pelo lado das vinícolas e do setor de turismo, a tendência é responsabilizar os agricultores pelos danos causados à fauna aquática, mesmo que o tema seja conflituoso, com o surgimento de denúncias junto ao Ministério Público resultante das atividades de uma ONG que se baseia em laudos técnicos de análise da água.

A preocupação que surge para alguns setores, sobre esse problema, está ligada à ameaça que se constitui para o crescimento do turismo, enquanto que para os agricultores, principalmente, afetam a qualidade de sua vida diária, o seu bem-estar, não representando nenhum interesse de natureza econômica.

Em relação ao segundo ponto, as vinícolas familiares, mantendo-se fiel à sua perspectiva exclusivamente econômica em relação ao desenvolvimento, consideram a problemática ligada à descaracterização do espaço rural como o principal aspecto importante no que se refere à questão ecológica. Como resultado dessa percepção, apóiam e se articulam em torno da construção de toda a nova institucionalidade que irá regular as ações de desenvolvimento no Vale dos Vinhedos, a partir da legislação que envolve o Plano Diretor, o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, e as Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico.

Essa nova institucionalidade poderá produzir efeitos significativos na preservação do patrimônio histórico-cultural e natural, principalmente quanto à paisagem, e deverá introduzir novos espaços de participação social bem como mecanismos de avaliação de impactos de ações.

Algumas noções importantes de patrimônio e resiliência, como base para a construção da melhor gestão viável do território apoiada em eficientes mecanismos de feedback, com o sentido de manter para o futuro as mesmas potencialidades de uso desse patrimônio disponível atualmente (WEBER, 2000), não foram introduzidas ou não serviram de referencial. Apesar disso, desde o ponto de vista ecológico, o conjunto de regulamentações do Plano Diretor introduz um sentido de precaução, mesmo que sua motivação não seja estabelecida com o objetivo de preservação do patrimônio para o futuro, mas o de impedir a destruição da imagem e da identidade do Vale dos Vinhedos para efeito de sua ação mercadológica para o comércio de vinhos.

Não há, no entanto, nenhuma ação concreta relativa à problemática da contaminação das águas no conjunto da nova legislação, mesmo que seu efeito (o borrachudo) seja apontado como o maior problema ambiental pelas comunidades locais. Não há, no espaço de governança criada (governança em parceria), o estabelecimento de estratégias para a redução de todo tipo possível de contaminação das águas, com um adequado trabalho de fiscalização e instalação de fossas domésticas, melhoramento dos sistemas de tratamento de efluentes das vinícolas, adequação do sistema de manejo de atividades agropecuárias nas proximidades dos riachos e córregos (principalmente da suinocultura) e de recuperação das matas ciliares.

Não há também um questionamento sobre o padrão tecnológico utilizado na produção agrícola, com alto nível de aplicação de produtos químicos, com a conseqüente contaminação ambiental. Um padrão tecnológico para agricultura, com menor nível de utilização dos insumos químicos não é tema de discussão. Nas entrevistas, os agricultores indicaram um elevado nível de satisfação com o uso das tecnologias disponíveis na região, relacionando sua utilização com aspectos de custo-benefício de caráter exclusivamente econômico. Não foi apontada nenhuma iniciativa de caráter agroecológico ou de produção orgânica, por exemplo.

Há, portanto, um conjunto de problemas ecológicos na região que ainda não conseguiu ser definido pela população local de forma coletiva e dentro de perspectivas de sua colocação como variável importante para uma gestão voltada para o desenvolvimento sustentável do território. Os conflitos entre as diferentes perspectivas sobre os principais problemas só são superados pela posição coletiva de não assumir a problemática como um elemento fundamental para uma abordagem de longo prazo e de percepção da complexidade do sistema socioambiental. A problemática de contaminação das águas, em realidade, não se constitui num conflito, até o momento, entre os diferentes grupos sociais, na medida que a questão não é tratada explicitamente e a discussão ocorre em torno de seu principal efeito.

O sentido de patrimônio natural não é percebido nas diferentes posições dos atores sociais diante da problemática ecológica. Isso dificulta a superação da dicotomia entre sujeito e objeto, que implica no sentido de domínio da sociedade sobre a natureza, conforme apresenta OST (1995). Nenhuma dos entrevistados apresentou um posicionamento coerente com o reconhecimento de uma relação entre sociedade e natureza como parte de um mesmo ecossistema ou do sócio-ambiente. A natureza é vista como um recurso disponível para ser utilizado como forma de aumento dos benefícios econômicos de curto prazo, seja pelo seu uso, seja pela sua proteção.

Alguns aspectos que poderiam indicar o envolvimento dos atores com a problemática ambiental, como a consciência social sobre a existência de problemas ambientais, a manifestação de interesse na solução desses problemas ou pela responsabilização pelos danos causados, a participação ou o reconhecimento da ação de movimentos em defesa do patrimônio natural, não estão presentes nas entrevistas com os diferentes grupos sociais. A ausência desses indicadores nas respostas durante as entrevistas dá pistas importantes para a compreensão da forma com que os atores locais percebem a relação da sociedade com a natureza e de como compreendem o problema ambiental.

A motivação do novo modelo de gestão que está sendo implantado na região está fincada no interesse competitivo de curto prazo e, por isso, não contempla uma gestão que incorpore transformações nos processos produtivos que reduzam os impactos que vêm causando à natureza.

4. As transformações ocorridas na região e o patrimônio cultural.

A preservação do patrimônio cultural do Vale dos Vinhedos é um tema que começa a tomar uma dimensão mais expressiva nas discussões entre algumas lideranças do setor vinícola. Seu interesse está associado à estratégia de fortalecer o turismo como forma de estabelecer pontes com mercados mais distantes, com uma formatação que combina a estratégia setorial e a integrada (FONTE, 2006).

Pelo acelerado processo de modernização ocorrido tanto no processo produtivo como nas construções, parte significativa do patrimônio arquitetônico foi amplamente modificada. Por outro lado, o enfraquecimento das relações dentro das comunidades iniciou um processo de redução de atividades sociais que mantinham vivas muitas tradições. A identidade que passou a ser construída acabou deixando para trás muitos aspectos significativos do patrimônio cultural que tinham origem nas famílias dos imigrantes e de seus primeiros descendentes.

4.1 A questão cultural e a formação da nova identidade territorial.

Alguns atores do setor vinícola que foram entrevistados percebem que há muita fragilidade no modelo de turismo implantado, baseado quase que exclusivamente na visitação às vinícolas, com degustação de vinhos. Para os que assim compreendem o problema, surge a idéia de que a valorização de uma identidade cultural associada à vitivinicultura poderia fortalecer o turismo em busca da valorização de novos recursos específicos que podem ser encontrados na região. Essa identidade cultural poderia ser expressa em diversas atividades ligadas a tradições italianas e na preservação de elementos materiais e imateriais ligados a essas próprias tradições.

Através de visitas ao Vale dos Vinhedos e de entrevistas com atores locais, se pode perceber que o processo de modernização das últimas décadas, no entanto, associado ao crescimento da renda de todos os segmentos sociais locais, fez com que grande parte do patrimônio arquitetônico tradicional fosse substituída por construções que não tem nenhum diferencial em relação a outras regiões. Esse processo ocorreu de forma rápida e sem nenhum tipo de intervenção ou planejamento. Além disso, muitas vinícolas não fizeram nenhum investimento em suas construções que mantivessem um padrão de qualidade

arquitetônico coerente com a imagem de um território que, além de ser vitivinícola, preservasse tradições mantidas por muito tempo pelos imigrantes e seus descendentes. Esse é um tema polêmico entre essas lideranças do setor vinícola, na medida em que entendem que há resistência de muitas vinícolas em ampliar a discussão sobre seus investimentos em projetos de construção e ampliação.

Muito próximo à região do Vale dos Vinhedos e dentro do município de Bento Gonçalves, uma área ocupada pelo mesmo processo de imigração italiana foi alvo de um projeto de desenvolvimento baseado no resgate da cultura, estabelecida desde o início da colonização, chamado de “Caminhos de Pedra”. Esse projeto teve como objetivo principal a educação de moradores do Distrito de São Pedro para o resgate e a valorização do seu patrimônio histórico-cultural, inicialmente o arquitetônico. POSENATO (1994), conforme apresentado por FÁVERO (2000, p. 47), afirma que esse Distrito “possui um acervo de alta qualidade, numeroso, variado e íntegro, de prédios representativos das diversas funções da imigração italiana (residencial, religiosa, industrial, comercial) materiais (pedra, tijolos, madeira) e períodos (primitivo, apogeu, tardio, influência do chalé), concentrado em pequena área; acesso fácil e próximo à cidade; abundância de água, propiciando numerosos estabelecimentos com força motriz através de rodas hidráulicas; paisagem rica em araucárias e beleza natural”.

Esse projeto, que teve seu foco na questão cultural e tem como objetivo econômico criar um movimento turístico capaz de dar um novo dinamismo local, conseguiu formar uma identidade local associada exclusivamente à questão cultural. Diferentemente do Vale dos Vinhedos, não havia um processo de crescimento rápido de renda e o patrimônio histórico, inclusive o material, estava bastante disponível. No Vale dos Vinhedos, a tentativa tardia de se discutir a valorização da identidade cultural, considerando-se o processo de modernização arquitetônica das últimas décadas, esbarrou numa grande perda do patrimônio anteriormente existente.

Desse modo, grande parte do patrimônio arquitetônico que poderia ser um recurso específico local, o que favoreceria a valorização do patrimônio histórico-cultural, não existe mais como um elemento de identidade (Figura 10).

Essa percepção foi apresentada pelos entrevistados que estão se preocupando com a necessidade de acrescentar novos valores à identidade construída. De modo geral, esse problema é bastante presente, de acordo com entrevistas tanto com as comunidades como com especialistas do poder público.

Figura 10: Fotos de construções típicas da colonização italiana, do patrimônio arquitetônico que ainda se mantém no Vale dos Vinhedos.



Os agricultores entrevistados, por seu lado, informaram sobre a existência de festas onde muitas tradições ligadas à culinária, jogos e outras atividades estão presentes. Ressaltaram o papel das festas religiosas, que envolvem as igrejas e as comunidades e a realização dos filós, uma tradição dos imigrantes, e que atualmente as comunidades procuram manter, à semelhança das que ocorriam no passado. Para os entrevistados, esses momentos reforçam o sentido comunitário e de pertencimento ao território, preservando alguns laços de ligação que mantiveram os membros das comunidades unidos, fortalecendo as relações sociais locais. Para esses entrevistados, esses eventos são dos poucos momentos que ainda existem de relacionamento social local, que não estão relacionados exclusivamente a atividades econômicas.

Mas há, segundo os entrevistados, alguma diferenciação em relação à existência de mobilização para a realização desse tipo de eventos, a depender de onde se localiza a comunidade. Para os entrevistados, as comunidades que estão em áreas dos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, possuem mais apoio do poder público e há mais iniciativas

dos grupos sociais do que as que se encontram no município de Bento Gonçalves, que abrange a maior área do Vale dos Vinhedos. Outra iniciativa que foi mencionada por alguns entrevistados, e que consideram importante, foi a existência de um coral, mantendo-se a tradição de cantos italianos.

Entre vinicultores há o reconhecimento das atividades que também foram citadas pelos outros segmentos. Existe também o trabalho, de uma própria vinícola, de realizar eventos com objetivo de transformá-los em valorização do turismo, mesmo que a atividade em si não proporcione lucros econômicos diretos. Essa é a preocupação básica das vinícolas, expressa em suas entrevistas, em relação ao patrimônio cultural do Vale dos Vinhedos, ou seja, sua utilização para o fortalecimento do turismo, fundamental em suas estratégias mercadológicas. No entanto, de acordo com entrevistas junto aos atores ligados diretamente a atividades turísticas, não há mobilização suficiente, nem apoio público, para fortalecer essas atividades de forma organizada e planejada.

Pelos relatos realizados nas entrevistas, pode ser percebida uma forma muito diferenciada de compreensão do papel do patrimônio cultural entre os diferentes grupos de atores. Os grupos das vinícolas compreendem a importância da cultura local para a valorização do território como elemento de diferenciação do vinho no mercado. Ou seja, o estímulo à preservação do patrimônio local está ligado à estratégia de utilização do turismo como uma das mais importantes formas de divulgação do produto local. A necessidade de fortalecimento do diferencial da cultura local é um suporte para a valorização de uma identidade cultural, não só ligada à vitivinicultura, mas a tradições originárias do processo de imigração italiana. Com isso, percebem a necessidade de ampliar os elementos que podem se constituir em importantes referenciais para a visitação da região. Nesse sentido, se associam aos interesses manifestados, em suas entrevistas, pelos segmentos ligados diretamente ao turismo.

Por outro lado, os agricultores buscam na manutenção de tradições culturais a valorização das relações sociais nas comunidades, de acordo com seus depoimentos. Atualmente, ainda de acordo com essas entrevistas, os eventos que ocorrem dentro das tradições culturais são os momentos em que ainda se mantém de relacionamento social,

quando os elos comunitários são fortalecidos. Mas esse sentido comunitário vem perdendo força na medida com os rumos tomados no desenvolvimento da região.

Os entrevistados do setor público, por sua vez, argumentaram que há um bom estímulo para a organização de festas populares. Afirmaram que buscam a realização de parcerias com órgãos públicos e privados para dar apoio a iniciativas que valorizem a cultura local, principalmente procurando fazer de sua valorização, um incentivo ao turismo. Também ressaltaram a importância de iniciativas como a manutenção de coral de cantos italianos com membros das comunidades locais (que possuem apoio de cantinas e empresas), como elemento de preservação cultural. Algumas dessas iniciativas são citadas como tendo o objetivo de unir as comunidades para preservar as tradições. Afirmam ainda que há iniciativas individuais de preservação do patrimônio material, realizadas pelos próprios moradores.

Apesar do estudo não ter entrevistado turistas para verificar os elementos com os quais efetivamente diferenciam o Vale dos Vinhedos, nas entrevistas com os diferentes grupos sociais locais, a percepção é de que o turismo está associado, por enquanto, à visita das vinícolas, sem relação com outros componentes da cultura local. Outras atividades que são muito estimuladas e que estão relacionadas com a tradição local, como a gastronomia (com uma cozinha com fortes tradições nos pratos italianos), são vistas como complementares ao trabalho das vinícolas.

Segundo entrevista com especialista do setor cultural da região, analisando a situação da região, não existe no Vale dos Vinhedos nenhum programa que estimule iniciativas junto aos moradores. A descaracterização cultural que pode ser percebida na região, ainda segundo o especialista, está ligada diretamente com o estilo de vida que foi implementado, onde a modernização com base no crescimento da renda está determinando todo o novo comportamento local. Com isso, há somente poucas iniciativas de preservação do patrimônio material e algumas quanto ao patrimônio imaterial, no entanto, estariam ocorrendo sem orientação técnica adequada.

Reconhece que esse processo de preservação do patrimônio começa a ter algum interesse com o crescimento do turismo e a orientação de organizações como a APROVALE e o SEBRAE. No entanto, afirma que não há nem uma estratégia nem

conhecimento sobre a questão da preservação do patrimônio histórico-cultural, considerando estes fatos como uma ameaça no sentido de toda a descaracterização da região.

Alguns aspectos que poderiam indicar o papel da cultura na construção de um processo sustentável de desenvolvimento do território como a mobilização em torno dos valores culturais comunitários, a relação desses valores com a economia local, o interesse ou aspiração quanto à preservação de valores culturais, e os valores culturais relacionados a uma sociedade solidária, se encontram muito enfraquecidos, sobrepujados pelo sentido exclusivamente econômico, a serviço da consolidação das estratégias mercadológicas do vinho.

4.2 A valorização da identidade cultural e o interesse mercantil.

De acordo com MOLANO (2006) sobre a definição da noção sobre atividades, bens e serviços culturais, apresentada pela UNESCO, estes podem ser um fim em si mesmos ou contribuir para a produção de bens e serviços de valor associado à própria identidade do território, promovendo sua especificidade no mercado. Dessa forma, a motivação para a valorização do patrimônio cultural de um território pode ter diferentes objetivos, o que dependerá dos interesses dos grupos sociais envolvidos e de seus costumes, valores e crenças, ou seja, de sua própria identidade cultural.

Analisando-se as entrevistas junto aos diferentes grupos sociais do Vale dos Vinhedos, ao poder público e a especialistas em questões de preservação de patrimônio cultural que atuam na região, verifica-se que há, basicamente, duas motivações distintas no sentido de buscar a preservação do patrimônio cultural territorial dentro desse território, e que seguem a caracterização apresentada por MOLANO (*Id.*). A primeira delas, ligada aos que integram o setor das vinícolas, está buscando instrumentalizar o patrimônio cultural com um objetivo mercantil, com o interesse de valorizar a oferta do vinho, através do incremento do turismo. O patrimônio cultural se apresenta como um novo elemento para aumentar a disponibilidade e uso de recursos específicos do território, voltados para o fortalecimento das estratégias mercadológicas.

ALBAGLI (2004) alerta para esse tipo de exploração da territorialidade, com interesses exclusivamente mercantis, afirmando que ocorre de forma predatória e insustentável no longo prazo, com tendência à destruição do capital social local e do meio ambiente. Mas associa esse tipo de situação à utilização da territorialidade a partir de interesses externos, quando grupos de fora do território buscam se apropriar do diferencial existente, como estratégia de mercado. Como contraponto a essa situação, destaca que a valorização de produtos com base no capital social, utilizando as especificidades territoriais (como seus aspectos culturais) permite o surgimento de solidariedade, parceria e cooperação. Esses elementos seriam necessários para a construção de um processo sustentável de desenvolvimento territorial.

O caso do Vale dos Vinhedos, de acordo com as entrevistas com todos os grupos sociais, aponta para uma situação em que o setor mais capitalizado da sociedade local está buscando construir uma territorialidade e a valorização do produto vinho a partir de suas especificidades, dentro dessa perspectiva que a autora chama de mercantilização da territorialidade. No entanto, o grupo das vinícolas familiares é parte da estrutura socioeconômica local, não podendo ser considerados como interesses externos ao território. Nesse caso, até que ponto a territorialidade que está sendo construída, a partir dos interesses desse grupo, promove a destruição do capital social e torna o processo insustentável no longo prazo?

Ao que indicam as entrevistas com todos os grupos de atores, o trabalho de valorização dos produtos territoriais do Vale dos Vinhedos não criou espaço para o surgimento de algum tipo de solidariedade, parceria e cooperação, importantes para sua estratégia de inserção competitiva no mercado vinícola. Ao contrário, de acordo com as entrevistas houve uma perda desses elementos nos últimos anos, com a redução da ação comunitária, enfraquecendo o capital social. Apesar do nível de renda alcançado por grande parte dos agricultores, mais acentuado entre os que construíram suas vinícolas em formato empresarial, a capacidade de cooperação se reduziu entre os diferentes atores, incluindo o grupo das próprias vinícolas familiares.

Há uma grande desagregação das forças locais, representada por uma pequena participação dos diferentes grupos sociais nas discussões sobre desenvolvimento territorial,

com reduzidos espaços institucionais para estabelecimento de diálogos. A predominância da perspectiva mercantil no tratamento do patrimônio local parece indicar, pela análise das entrevistas dos diferentes grupos de atores, que o capital social local se enfraquece como consequência desse fato.

Nesse caso particular, o que se pode depreender dessa situação é que, quando o processo de construção da territorialidade ocorre com a exclusão de um grupo social, mais visível quando esses grupos têm grande importância histórico-cultural, a elitização do desenvolvimento comentada por CAZELLA (2005) produz efeitos semelhantes a territorialização com interesses externos, com grandes possibilidades de destruição do capital social presente entre os atores que não participam da iniciativa. No caso do Vale dos Vinhedos, como o vinho é o produto relacionado à identidade territorial, a perspectiva dos atores que controlam o debate sobre esse tema acaba sendo imposta para a totalidade dos grupos sociais. Dessa forma, a busca da valorização do patrimônio cultural como um fim em si mesmo, como forma de fortalecer as relações sociais, se enfraquece no Vale dos Vinhedos e dá lugar ao domínio da perspectiva mercantil.

A rede de poder formada no local faz com que a construção social da identidade territorial seja conduzida por um grupo pequeno de empresas mais estruturadas economicamente. E acaba por permitir o domínio da visão mercantilista na formação da territorialidade apresentada por ALBAGLI (2004), o que também aumenta o risco de degradação do patrimônio natural, porque este fica subordinado a seu acesso e uso pelos interesses predominantemente mercantis. Com isso, o território tende a perder parte de sua capacidade de mobilização pelo enfraquecimento das relações sociais locais.

A segunda motivação é a que está presente entre os outros grupos de atores sociais que não conformam a nova elite econômica do Vale dos Vinhedos. Para esse caso, a preservação do patrimônio cultural, principalmente o imaterial, está ligada à satisfação dos atores e de seu convívio comunitário, fortalecendo as redes sociais. Historicamente, no Vale dos Vinhedos, os momentos de comemorações festivas e religiosas foram muito importantes para fortalecer essas redes sociais locais, bem como favoreceram a preservação das tradições, hábitos e costumes (como pode ser visto na análise da trajetória do

desenvolvimento), mesmo que em contínuas transformações pelas relações com a modernização trazida pelo ambiente externo.

Como afirma FONTE (2006), há uma permanente re-elaboração desse patrimônio, numa construção social que ocorre pela sinergia entre continuidade e mudança, antigo e novo, tradição e modernidade. CARNEIRO (1997), BILLAUD (1996), JOLLIVET (1984) e JEAN (1997) também argumentam que as relações entre o interno e o externo ao território não promovem a aculturação e sugerem que as novas construções identitárias têm ocorrido com um reencontro com tradições culturais. Essas não são estanques no tempo, estando permanentemente em transformação (KUPER, 1999).

No entanto, a ausência de participação desses grupos sociais na construção da territorialidade, de forma a serem consideradas as suas perspectivas, faz com que pouco se estimule quanto ao potencial de uso do capital social existente junto às comunidades de agricultores. Esse capital social vem sendo desprezado e seu enfraquecimento pode ser percebido pelas entrevistas. As estratégias de desenvolvimento socioeconômico local estão promovendo seu enfraquecimento de forma muito acentuada.

É relevante destacar, porém, que a importância das redes das relações sociais dos outros segmentos não é percebida pelos atores do grupo das vinícolas familiares no sentido de apoiar a construção de uma territorialidade com identidade cultural que ajudaria a formar bases mais sólidas para o desenvolvimento sustentável da região.

5. Síntese dos resultados obtidos mediante a análise do “jogo dos atores”.

Um dos elementos principais na formação de um processo local de desenvolvimento, característico dos distritos industriais italianos, é o da proximidade geográfica de representantes do mesmo setor produtivo. Essa é uma característica presente no Vale dos Vinhedos, onde as vinícolas familiares se concentram numa área próxima, e onde a dinâmica de surgimento de novas vinícolas ainda está presente. Além disso, no Vale dos Vinhedos predomina a atividade de produção de uva, com base na produção familiar.

Surgiu, no caso dos distritos industriais italianos, um ambiente que relaciona espaço geográfico, comunidades locais e empresas, cujo resultado é a formação de um processo específico e diferenciado de desenvolvimento. Para RAUD (1999), os distritos industriais

italianos representam uma construção social de mercado, fortalecendo-se dentro de regras tácitas, mas respeitadas por todos, formadas pelas relações comunitárias. Seu sucesso está diretamente ligado às redes sociais formadas pela agricultura familiar local, que deram a base do capital social e das relações de cooperação para a sua formação (SARACENO, 2006).

No caso do Vale dos Vinhedos, as redes sociais foram também constituídas pela agricultura familiar, que formaram a base do seu capital social. O dinamismo dessas relações cresceu com o fortalecimento da economia das cidades próximas ao Vale dos Vinhedos e a oportunidade do crescimento do mercado do vinho. E é a partir da própria agricultura familiar que surge a nova elite econômica desse território, com a viabilização das vinícolas familiares no mercado nacional de vinhos. Pode-se atribuir também à formação desse território, como ele se apresenta atualmente, as características de uma construção social das relações mercantis. A identidade construída está diretamente associada ao interesse das vinícolas familiares na expansão do mercado comprador do vinho da região, para mercados mais distantes, tanto nacionais como internacionais, e se está buscando fazer a sua vinculação com a oferta de vinhos finos de qualidade, num local de paisagem vitivinícola.

Nesse novo território, a forma de ação dos atores dentro dessa nova estrutura socioeconômica, no entanto, tem sido um fator importante de enfraquecimento do capital social local, apesar da grande maioria da população local continuar formada por agricultores familiares. A ausência de elementos importantes de cooperação e solidariedade no campo econômico, tanto dentro do grupo das vinícolas como deste grupo com os agricultores, desfavorece o fortalecimento de processos como o dos distritos industriais italianos ou os sistemas produtivos locais. Nesses casos, os conflitos existem de forma concomitante com uma cooperação mútua para o fortalecimento coletivo, voltado para a luta por espaço em mercados mais complexos, que envolvem muitos outros atores de outras regiões, no país ou no exterior.

Ainda que se possa afirmar que se trata de uma mistura de estratégia setorial com integrada (perspectiva territorial), na noção apresentada por FONTE (2006), há um predomínio da primeira em detrimento da segunda. Isso tem se traduzido num

enfraquecimento do sentido de comunidade, sem que se explore o aumento da confiança dos atores econômicos no valor de sua cultura e sem que se anime o desenvolvimento endógeno, com base no capital social local, como propõe a autora sobre o processo de desenvolvimento territorial proporcionado pela estratégia integrada. De qualquer modo, a resistência à cooperação econômica voltada à competitividade tem sido uma tônica nos posicionamentos dos diferentes atores, ainda que essa não exigisse laços de solidariedade comunitária.

O novo conjunto de leis municipais (Plano Diretor), que surge com um formato que resulta da pressão dos interesses das vinícolas e dos empreendimentos turísticos, e que pretende promover uma nova gestão socioambiental da região, traz uma série de novos elementos que poderiam contribuir para a criação de processos que estimulassem a sustentabilidade do desenvolvimento, tais como: (i) novos mecanismos de articulação entre ações públicas e privadas; (ii) gestão sobre o ordenamento territorial apoiada em planos reguladores; (iii) exigências para o cumprimento de funções sociais das propriedades urbanas e rurais; (iv) valorização da paisagem rural como patrimônio cultural; (v) criação de espaços de participação social nas decisões de planejamento e gestão territorial; e (vi) utilização de metodologias de avaliação de impacto de inovações no espaço rural.

Esse novo arranjo institucional, no entanto, apresenta limitações relativas a importantes problemas do desenvolvimento socioeconômico, ecológico, cultural e político-institucional. Dentre esses, alguns pontos podem ser destacados: (i) a ausência de mecanismos que introduzam a discussão sobre a formação de processos de negociação de conflitos de perspectivas entre os diferentes grupos sociais, de forma a serem produzidos resultados que signifiquem cooperação e solidariedade no campo socioeconômico, de forma a não se produzir um processo de exclusão social; (ii) a ausência de preocupação com aspectos centrais da questão ecológica, onde se destaca a contaminação das águas, resultante de atividades agrícolas, industriais e de dejetos domésticos; e (iii) ausência de articulação do resgate e da valorização cultural com mecanismos que possibilitem o fortalecimento do capital social, re-estabelecendo redes sociais que vêm sendo desestruturadas com o processo de modernização da produção e do acesso ao mercado.

Essa análise sobre a documentação relativa à nova legislação é compatível com a análise dos relatos apresentados nas entrevistas, pelos diversos segmentos, conforme já apresentado. A grande ênfase dada pelos agricultores sobre a ausência de mecanismos e de iniciativas de participação nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos também aponta para a dúvida sobre a forma com que os novos espaços institucionais de participação serão ocupados. A falta de representação desse segmento, que é mais numeroso, e de movimentos sociais ativos dificultam a negociação dos interesses dos atores que não se encontram na liderança do desenvolvimento econômico.

Outro aspecto importante é a fragilidade das articulações com políticas públicas de desenvolvimento. A pouca participação do poder público municipal junto à população local, apontada constantemente nas entrevistas, enfraquece as possibilidades de intervenção para um maior equilíbrio nas redes de poder local. Por outro lado, a afirmação de todos os entrevistados de que não há alteração na relação do poder público com os atores do território qualquer que seja o Partido Político, indica que não se espera qualquer mudança de comportamento diante de alteração no cenário político. No entanto, a ação do poder público na construção da nova legislação para a área rural, que introduz importantes mudanças em sua gestão, foi importante e esteve sempre associada aos interesses do conjunto das vinícolas na busca da preservação da paisagem vitivinícola, pouco discutida com o conjunto dos agricultores.

O predomínio de uma perspectiva exclusivamente econômica, controlada pelas vinícolas familiares e apoiada pelos segmentos mais organizados do turismo, tem colocado as outras questões relativas ao desenvolvimento num plano de subordinação ou mesmo de ausência dos debates. Diversos dos conflitos de posições entre os grupos sociais presentes no Vale dos Vinhedos não têm sido alvo de negociações que permitissem a obtenção, como resultado, de processos negociados de cooperação. Um novo modo de exclusão social⁶⁶ foi estabelecido, onde os agricultores reduziram a capacidade de buscar uma maior autonomia, ao mesmo tempo em que seu custo de oportunidade de se manter na terra tem se elevado rapidamente. Todos esses fatores indicam a redução do capital social existente, que poderia

⁶⁶ No caso do Vale dos Vinhedos está exclusão não está necessariamente ligada à miséria ou pobreza, mas a ausência nas definições das estratégias, podendo resultar na dissociação de interesses entre a elite que controla o processo e o conjunto da população local.

dar mais sustentação a iniciativas de construção do desenvolvimento territorial sustentável. Um grande indicador disto está nas iniciativas individuais dos agricultores ao tratar suas alternativas em face às estratégias impostas pelas vinícolas.

A análise do conjunto dos relatos feitos nas entrevistas aponta para uma perda de oportunidade para a população local, num momento em que a identidade do Vale dos Vinhedos começa a ser reconhecida por segmentos mais amplos da sociedade brasileira. Nesse sentido, três pontos parecem ser básicos para viabilizar a construção de um processo sustentável de desenvolvimento: (i) o resgate e fortalecimento do capital social existente nas comunidades, através da valorização de sua identidade cultural com a finalidade de fortalecer os laços das relações sociais; (ii) a superação do sentido predominante de competição entre os atores econômicos, caminhando para a formação de uma nova relação competição-cooperação, envolvendo o conjunto dos atores locais; e (iii) o avanço na definição dos instrumentos de planejamento e gestão, incorporando às novas medidas, instrumentos que ajudem a reduzir os impactos da grande oscilação de renda verificados pela instabilidade nas relações entre oferta e demanda dos diferentes tipos de uva.

Mas a questão da perda dos laços de solidariedade no seio dos diferentes grupos sociais que se formaram é um ponto fundamental para a compreensão das dificuldades na construção do desenvolvimento sustentável, principalmente no campo socioeconômico.

Sobre esse aspecto, o Professor José Clemente Pozenato⁶⁷, em entrevista a Carlos Raimundo Paviani, afirma que os imigrantes italianos, no Brasil, desenvolveram laços familiares muito fortes, já que passaram a viver mais distante uns dos outros, cada um possuindo sua casa própria, ao contrário dos cortiços onde moravam na Itália. Para ele, essas relações familiares fortalecidas é que sustentaram a sociedade local na sua luta pelo desenvolvimento, mesmo produzindo um enfraquecimento institucional.

Para o Professor Pozenato, a fragilidade institucional e as relações familiares fortes deram espaço para que o empreendedorismo se tornasse uma característica muito marcante, a exemplo do modelo americano do “*self made man*”. No entanto, isso também serviu para o enfraquecimento do sentido coletivo. Para ele, superada a necessidade básica, a

⁶⁷ O Professor José Clemente Pozenato é Doutor em letras pela PUC-RS e exerce a função de Pró-Reitor de Pós –Graduação da Universidade de Caxias do Sul. É o autor do romance “*O Quatrilho*”, transformado em filme sob a direção de Fábio Barreto.

solidariedade desaparece, passando a uma luta individualizada. Compara a característica individualista das colônias de origem italiana com o comunitarismo e associativismo existente nas colônias de origem alemã.

Buscando explicar esse fato, ele ressalta diferença de papéis cumpridos pela Igreja Católica na Itália e no Brasil, particularmente nessa região. Considera que naquele País, a sua ação sempre foi muito intensa, enquanto que na região onde se insere o Vale dos Vinhedos, a força da Igreja não é a mesma, entre outros fatores pela própria organização espacial da sociedade dos imigrantes na nova terra (muito longe dos cortiços italianos daquela época, onde as famílias viviam amontoadas). Isso reforçaria a sua idéia de que, entre os descendentes dos imigrantes, a ação individual ou familiar ganhou força. E o enfraquecimento institucional também estaria marcado pela fragilidade do poder público verificado desde a imigração e ao longo do século XX. Cabe ressaltar o papel histórico do poder público na região, conforme apresentado no Capítulo 2, que tradicionalmente interferiu em favor do setor industrial da vitivinicultura, em detrimento dos agricultores e de suas iniciativas como o cooperativismo.

A análise apresentada aproxima-se das indicações obtidas nesse estudo, que analisa a perda da solidariedade entre os atores locais na medida dos alcances de padrão socioeconômicos mais elevados.

Por outro lado, a fragilidade institucional do Vale dos Vinhedos pode ser percebida atualmente na pouca presença do setor público como um agente de intervenção nas negociações sociais em torno de projetos de desenvolvimento. A ausência do poder público pode ter duas explicações. Uma primeira, de natureza histórico-cultural, na medida em que os imigrantes e seus primeiros descendentes foram mantidos distanciados do foco do poder político local. Por outro lado, as intervenções do poder estadual foram, durante parte considerável do século XX, a favor do setor da indústria de, em prejuízo dos agricultores.

Um segundo aspecto pode estar relacionado ao crescimento relativo de outro setor da economia local (o setor moveleiro), que passou a representar a maior parcela da economia do município de Bento Gonçalves. Isso acabou também por deslocar grande parte dos problemas socioeconômicos para a área urbana, onde se localizaram essas indústrias e grande parte da mão-de-obra que passou a viver dessa atividade. O crescimento da

industrialização acabou por atrair imigrantes de outras regiões do Estado e também de outros Estados, formando inclusive áreas de moradia de baixa renda no perímetro urbano, canalizando as maiores preocupações quanto ao desenvolvimento municipal.

No que se refere aos aspectos culturais, a rápida evolução da renda dos moradores do Vale dos Vinhedos levou a substituição de hábitos e do patrimônio material, que consideravam como “símbolos do atraso”. Em estudo realizado por CERDAN et al (2007), sobre o projeto denominado de “Caminho de Pedra”, citado anteriormente, foi constatado que os moradores dessa região procuraram eliminar os vestígios dos tempos em que o nível de renda era baixo.

Para isso, uma das principais iniciativas na região do “Caminho de Pedra”, foi a de destruir ou cobrir com reboco as casas de pedra que constituíam um importante patrimônio histórico-cultural. Iniciativas como essa, percebidas também no Vale dos Vinhedos, ajudaram a reduzir os vínculos da população atual com a base cultural que ajudou a estruturar a sociedade local, o que dificulta atualmente a associação de uma imagem de território com identidade cultural à região.

A busca individual de realização socioeconômica pode ser também a mais importante explicação para a ausência de movimentos sociais que liderassem ações em torno de temáticas como a preservação do patrimônio cultural e natural. Esse pode ser considerado outro fator de fragilização institucional. A formação da nova elite econômica, composta pelas famílias proprietárias das vinícolas, acabou ocupando todo o espaço de participação social. O crescimento da renda da grande maioria dos agricultores pode ter levado a aceitação da imposição das perspectivas dessa nova elite, por parte dos agricultores, o que acabou subordinando-os aos projetos das vinícolas.

A partir da compreensão dos componentes mais significativos da trajetória da região e que foram essenciais para a formação do Vale dos Vinhedos tal como ele se constitui hoje, e do “*jogo dos atores*” que se verifica atualmente, é possível se elaborar um conjunto de cenários capazes de indicar as alternativas possíveis de serem encontradas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. Esses cenários dependerão de fatores externos e internos, e de suas relações, o que será apresentado no próximo Capítulo.

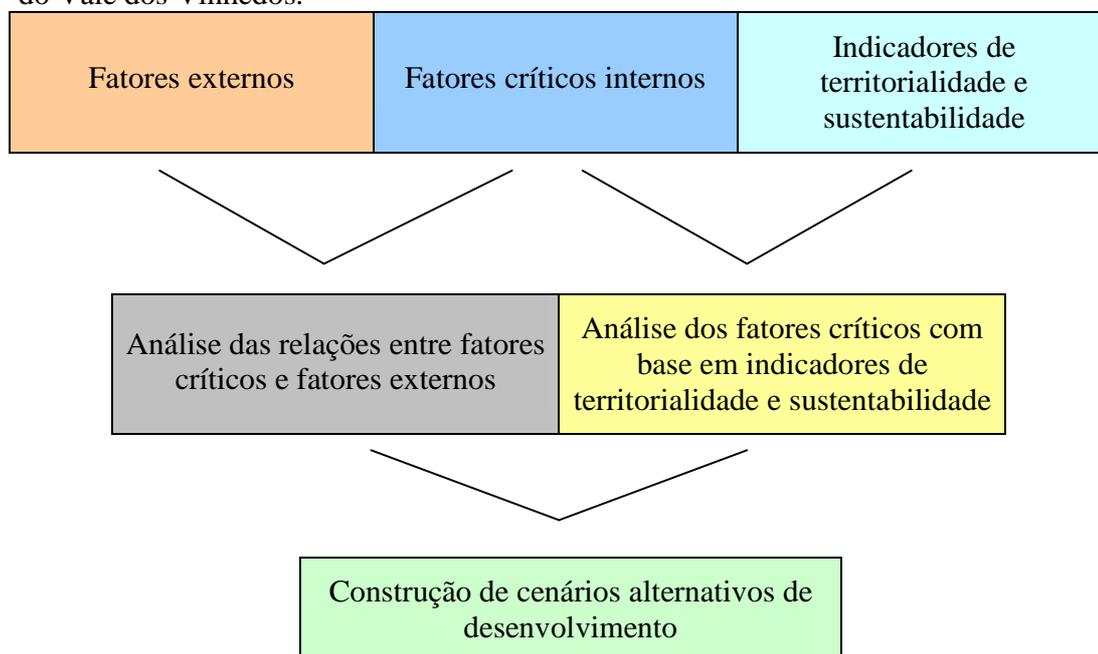
CAPÍTULO 4. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O VALE DOS VINHEDOS.

Nos dois capítulos anteriores foram delineados o perfil da trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, desde a chegada dos primeiros imigrantes, e o “*jogo dos atores*”, envolvendo os conflitos atuais, incluindo-se nisto o registro dos resultados alcançados com entrevistas realizadas junto aos atores sociais envolvidos nas dinâmicas territoriais.

No estudo de cenários para o Vale dos Vinhedos, apresentado neste Capítulo, são analisados inicialmente os fatores externos (de caráter setorial) ao território que afetam diretamente as estratégias de dinamização socioeconômica da região, orientando-se a metodologia da lógica intuitiva para a construção de cenários, apresentada por HUSS e HONTON (1987).

Na seqüência, são apresentados os fatores críticos encontrados no território e sua relação com os fatores externos, bem como são discutidos os indicadores de territorialidade e de sustentabilidade importantes para uma análise sobre as alternativas de desenvolvimento. Finalmente, são contrastados os cenários de desenvolvimento compatíveis com as análises efetuadas. As várias etapas desse procedimento estão sintetizadas na Figura 11.

Figura 11: Esquema de construção dos cenários alternativos para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos.



1. Análise do ambiente externo.

A avaliação das perspectivas de evolução do setor vitivinícola constitui-se num pré-requisito indispensável para a elaboração de cenários prospectivos para a região em estudo. Neste sentido, podemos identificar quatro tendências à luz da pesquisa apresentada em ESTUDOS DE CENÁRIOS (2005), que são apresentadas a seguir.

Por um lado, uma *tendência de manutenção* – marcada pela instabilidade político-institucional e por um perfil de gestão setorializada, desarticulada e descontínua. Em outras palavras, as inovações são introduzidas em resposta a demandas pontuais, e a produção de uva e vinho é concentrada em áreas esparsas. Suas características determinam a natureza e o volume da oferta, sem o predomínio de marcas ou atributos, ou seja, a demanda ocorre de acordo com a combinação de qualidade e preço.

Por outro lado, uma *tendência de afirmação da qualidade e da identidade*, caracterizada pela busca de integração interinstitucional e por um perfil de uso mais bem coordenado do capital social e das tecnologias disponíveis. Aqui, as iniciativas de inovação e de adoção de novas práticas de gestão tornam-se mais frequentes, mas a produção de uva e vinho concentra-se também em poucos locais, onde suas características determinam a

natureza e o volume da oferta. Quanto ao mercado consumidor, ele é estimulado pelos atributos específicos dos produtos, relacionados ao local de produção.

A essas duas tendências possíveis agrega-se uma terceira, baseada num esforço de *re-alocação e rearranjo*. Além da busca de integração interinstitucional e de um melhor uso do capital social e das tecnologias disponíveis, as iniciativas de inovação e de adoção de práticas de gestão são abrangentes, favorecendo uma disseminação mais ampla por todo o território, contribuindo assim para a diversificação da oferta. Além disso, os mercados se identificam cultural e geopoliticamente com as regiões produtoras, reconhecendo seus atributos específicos (condições de solo, clima e modo de produção).

Finalmente, vale a pena considerar uma tendência *de exaustão*, marcada pela desarticulação institucional e perda de sintonia com as normas e regulamentos oficiais. A instabilidade econômica decorrente estimula a busca de resultados de curto prazo nos negócios e a produção de uva e vinho se concentra em poucos locais, onde suas características determinam a natureza e o volume da oferta. Nesse caso, o mercado permanece indiferente aos atributos específicos dos produtos, sendo orientado pelas oscilações da conjuntura.

Os cenários de manutenção e de exaustão dizem respeito ao comportamento do mercado vinícola que fortalece aquelas iniciativas econômicas desestabilizadoras dos processos de valorização dos produtos com identidade territorial. Ambas as tendências impactam decisivamente as dinâmicas de desenvolvimento que se baseiam na diferenciação dos produtos locais por seus atributos específicos, como é o caso do Vale dos Vinhedos.

Desse modo, para um território que se organiza em torno de um produto-chave, como o caso do vinho, sua vulnerabilidade econômica aumenta com a hegemonia das lógicas de manutenção e de exaustão. Nesses dois cenários, a competitividade no mercado se pauta pela capacidade competitiva determinada pela relação preço/qualidade, em detrimento da agregação de valor induzida por outros atributos específicos. Isso significa uma tendência de valorização da marca individual mediante a relação preço/qualidade, favorecendo assim as estratégias de crescimento de escala.

Por outro lado, como já foi argumentado no Capítulo 3, o crescimento da oferta mundial e da importação de vinhos no Brasil, provenientes de países do denominado “Novo

Mundo Vinícola”, em particular da Argentina e do Chile, que alcançam os consumidores brasileiros com preços e qualidade muito competitivos devido à escala de produção, entre outros fatores, torna esses dois cenários mais perversos ainda para a estratégia de desenvolvimento econômico do Vale dos Vinhedos, baseada em vinícolas familiares, na maioria de pequeno porte.

Dessa forma, nesses cenários a pressão pelo estabelecimento de estratégias de aumento de produtividade e redução de custos cresce e favorece a tendência existente de ação das vinícolas de forma individualizada em relação ao mercado, e de especialização dos produtores de uva, concentrando essa produção. A busca da consolidação das marcas individuais, carregando consigo os atores envolvidos, afirma-se como o modelo predominante da organização produtiva.

Nas outras alternativas, ou seja, no cenário de afirmação de qualidade e identidade e de re-alocação e rearranjo, ao contrário, há um fortalecimento de iniciativas de valorização do produto em sua dimensão territorial. Nesses casos, o capital social local desempenha um papel cada vez mais importante, e os modelos de gestão implantados tendem a ser mais abrangentes. Nesse sentido, esforços de desenvolvimento territorial que estimulem a valorização de seus produtos com base nos seus atributos específicos podem abrir espaços mais amplos de viabilização econômica dos empreendimentos. O papel da mobilização do capital social visto como elemento impulsionador desse processo pode também permitir a abertura de outras perspectivas (não econômicas) no desenho de novas estratégias de desenvolvimento.

No caso específico do Vale dos Vinhedos, como área de produção vitivinícola, há outro fator externo de pressão que não tem a ver com esse mercado. Refere-se ao crescente interesse pela implementação de projetos imobiliários para a construção de condomínios residenciais de luxo. A implementação desse tipo de empreendimento tem gerado o êxodo de agricultores e a descaracterização da paisagem rural vitivinícola, afetando também as vinícolas em sua estratégia mercadológica ligada ao enoturismo. A iniciativa de criação do Plano Diretor das áreas rurais do município de Bento Gonçalves e a introdução de legislação complementar, visa controlar esse processo, que não envolvem outras as áreas do Vale dos Vinhedos localizadas nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul.

O crescimento dos centros urbanos próximos, tanto em renda quanto em população, com forte processo de industrialização e de crescimento do turismo, assim como diversos serviços, e a elevação do preço da terra representam uma ameaça à persistência do padrão atual de ocupação e uso da terra. De fato, algumas áreas do Vale dos Vinhedos já se transformaram em locais de residência com fortes características urbanas.

Para dar continuidade ao processo de preparação das informações para a construção de cenários, é importante identificar e analisar os fatores críticos que podem ser observados na região, e estabelecer a relação desses fatores com os efeitos que podem proporcionar os fatores contidos no cenário externo (setorial).

2. Identificação e análise de fatores críticos encontrados no território e sua relação com a elaboração de cenários setoriais.

O conjunto das entrevistas realizadas, seja com atores dos grupos sociais locais ou com os diferentes setores do poder público, com atores-chave da região ou organizações privadas e não-governamentais, proporcionou a identificação de uma série de fatores críticos relacionados ao desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. Esses fatores são aqueles que estão diretamente relacionados com as características que marcam a trajetória de desenvolvimento e, principalmente, o “*jogo dos atores*” em torno das questões político-institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais. Podem ser considerados os que definem as características básicas do desenvolvimento local.

Fazendo-se uma análise das informações disponíveis, sob a perspectiva teórica apresentada no Capítulo 1 e de acordo com os objetivos desse trabalho, foi possível selecionar um conjunto de fatores críticos considerados importantes para a construção de cenários alternativos de desenvolvimento territorial sustentável.

Um primeiro aspecto a se considerar refere-se ao tipo de perspectiva predominante, individualizada ou grupal, entre os atores locais a respeito das variáveis socioeconômicas, culturais e ecológicas. Outro ponto importante refere-se ao modelo de gestão implantado, e que está intimamente relacionado ao aspecto anterior. Esse modelo pode ser participativo ou centralizado, além de abrangente ou restrito, no que se refere ao conjunto dos atores. Ainda a respeito do modelo de gestão, outro aspecto tem a ver com o processo de

descentralização do poder público, que pode conter um equilíbrio ou desequilíbrio na relação público-privado para a gestão territorial. Outra característica relevante para a identificação dos fatores críticos refere-se à presença ou ausência de movimentos sociais e de organizações não-governamentais.

Vários outros fatores têm a ver com questões de natureza socioeconômica. Um deles está relacionado com o comportamento do setor produtivo, em termos do nível de empreendedorismo e de competitividade. O nível de autonomia econômica dos diferentes grupos de atores nas relações internas e externas à região também é um fator significativo, como foi visto no Capítulo 1. Da mesma forma, a existência de mecanismos de planejamento para a gestão econômica cooperativa constitui-se num indicador importante do padrão de desenvolvimento da região, assim como as possibilidades de negociação de conflitos em busca da cooperação. Outro fator refere-se ao nível de exclusão socioeconômica dentre esses grupos de atores.

Diversos fatores relacionam as atividades socioeconômicas e a questão ecológica. Entre eles pode-se destacar a presença ou ausência das perspectivas de curto ou longo prazo nas expectativas e compromissos dos atores em relação a suas atividades, assim como o grau de compreensão da problemática ecológica. Na mesma direção, torna-se significativa a relação dos problemas ecológicos com interesses econômicos quanto à subordinação ou presença de perspectiva socioambiental de desenvolvimento.

Por fim, a forma de compreensão do papel da cultura no desenvolvimento, como fator econômico ou elemento de fortalecimento da rede social e do capital social, também se configura num elemento fundamental para a análise dos fatores que podem colocar em risco a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento.

Esse conjunto de fatores presentes de diferentes formas no Vale dos Vinhedos desempenha um papel de destaque na configuração do processo de desenvolvimento do território, determinando os rumos da continuidade de sua trajetória. Por outro lado, essa trajetória futura deverá ser influenciada por fatores econômicos externos, determinados pela perspectiva setorial do mercado de produção e consumo de vinhos, nas escalas nacional e internacional.

A tendência de consolidação de um mercado predominantemente marcado pela competitividade via qualidade e preço, sem identificação de especificidades territoriais como agregação de valor (conforme colocado nos cenários de manutenção e de exaustão), desfavorece aquelas iniciativas que levam em conta a mobilização do capital social. Também desfavorecem a valorização identitária e a cultura local, a preocupação com a cooperação e a solidariedade, ou ainda a percepção da problemática ecológica como componente vital das estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Favorece, por sua vez, os elementos ligados à busca da capacidade competitiva individual, à redução de custos e aumento de produtividade, com predomínio da perspectiva de rentabilidade econômica de curto prazo. Isso significaria dizer que, na consolidação de um desses cenários, a perspectiva de construção de um processo de desenvolvimento territorial no Vale dos Vinhedos, com base numa estrutura socioeconômica vitivinícola, torna-se improvável.

Por outro lado, a tendência de formação de um mercado caracterizado pela valorização de atributos específicos locais tende a fortalecer as estratégias de desenvolvimento que buscam estabelecer uma relação palpável entre os produtos locais e esses atributos, como é o caso dos cenários de afirmação da qualidade e identidade e de realocação e rearranjo. No entanto, não favorece necessariamente fatores relacionados a questões de ampliação da participação na gestão, a autonomia de todos os grupos sociais, a adoção de perspectivas de longo prazo, a inclusão socioeconômica, a valorização cultural como elemento de fortalecimento das relações sociais, e a construção de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Esses fatores podem ou não compor o processo de desenvolvimento onde há a valorização de atributos específicos locais. Eles dependem de fatores internos ao desenvolvimento do próprio Vale dos Vinhedos, e que estão presentes entre seus fatores críticos.

As alternativas de composição desses fatores permitem, no entanto, a formação de possibilidades diferenciadas para o desenho de cenários alternativos para o desenvolvimento da região. Isso significa dizer que, se predominar uma tendência de valorização de atributos locais no mercado de consumo de vinhos nacional e internacional, algumas alternativas de desenvolvimento poderão emergir, dependendo do manejo local

das seguintes variáveis, a saber: (i) o desenvolvimento econômico do produto local, com importante agregação de valor por atributos específicos, fortalecendo um conjunto de empresas localizadas na região; (ii) o desenvolvimento territorial, apoiado na valorização do conjunto do território e de sua identidade, permitindo a interface entre várias oportunidades de empreendimentos socioeconômicos, e criando assim uma significativa dinâmica territorial; e (iii) o desenvolvimento territorial sustentável, onde a territorialidade construída se associa a uma perspectiva de uso ecológica e socialmente sustentável dos recursos ambientais, com a incorporação do longo prazo no sistema de gestão.

Os diferentes cenários alternativos devem ser construídos, portanto, considerando-se a confrontação dos fatores críticos do desenvolvimento com os elementos que podem ser utilizados como indicadores da sustentabilidade do desenvolvimento e que caracterizem a construção de um território com identidade definida.

3. Os indicadores de territorialidade e de sustentabilidade no cenário de desenvolvimento da região.

Para avançar no processo de construção de cenários torna-se importante caracterizar os indicadores de territorialidade e de sustentabilidade das diferentes perspectivas possíveis de promoção do desenvolvimento na região. A análise dos fatores críticos em face de tais indicadores pode contribuir com informações básicas para a gestão do desenvolvimento do Vale.

3.1 Elenco de indicadores.

No que se segue são apresentados alguns indicadores político-institucionais, socioeconômicos, ecológicos e culturais, considerados indispensáveis para a construção de estratégias territorializadas de desenvolvimento sustentável. Mantendo-se a linha de argumentação desenvolvida nos Capítulos anteriores e, principalmente, considerando os aspectos teóricos apresentados no Capítulo 1, foram levadas em conta algumas características importantes, dentro dos diferentes campos de análise do desenvolvimento deste trabalho.

No campo político-institucional, destaca-se o indicador o nível de participação social, através do estágio de presença dos diferentes grupos de atores nos espaços institucionais de discussão, planejamento e de gestão do desenvolvimento local. Os mecanismos de planejamento e gestão são outro aspecto relevante, considerando a existência de mecanismos institucionais, flexíveis e com formas de retroalimentação, que orientem e regulem as ações locais. Também a descentralização, considerando a forma de planejamento e gestão em relação ao processo de definição e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, apresenta-se como um indicador relevante.

Além disso, a mobilização social, caracterizada pela existência de movimentos sociais e organizações não-governamentais com atuação independente e que representem interesses das sociedades locais, constitui-se igualmente como um significativo indicador. E, por fim, a existência de autonomia, representada pelo nível de capacidade de negociação dos diferentes grupos de atores, em defesa de seus interesses, em relação à existência de submissão a grupos dominantes internos ou externos ao local.

Em relação aos indicadores socioeconômicos, destaca-se a importância do nível de cooperação/competição, verificando-se presença (ou não) de ações de cooperação entre os diferentes empreendimentos locais, que estejam criando (ou não) uma maior capacidade competitiva junto a outros segmentos externos à localidade. Também a existência de mecanismos de disseminação de informação e de cooperação técnica entre os diferentes empreendimentos, e o processo de desenvolvimento econômico que proporciona a viabilidade econômica do conjunto dos empreendimentos locais, são elementos a serem destacados para indicar o nível de solidariedade econômica. Por fim, o nível de exclusão social deve ser considerado, a partir de existência de grupos sociais ou atores que têm ficado à margem do desenvolvimento econômico ou não conseguem estabelecer formas de se manter em suas atividades econômicas.

No campo ecológico, um importante indicador está relacionado à implementação (ou não) do princípio da precaução ecológica nos mecanismos institucionais locais. Além disso, outros indicadores relevantes são a existência de ações independentes de organizações não-governamentais em defesa de questões ecológicas, e o nível de consciência sobre a problemática ecológica local.

No campo cultural, a definição de identidade relacionada a limites geográficos apresenta-se como um indicador a ser destacado, bem como o nível de valorização de produtos associados à identidade local. Outros aspectos podem ser considerados como a existência (ou não) de ações de preservação do patrimônio material e imaterial, e de ações de valorização das relações sociais com base no fortalecimento da cultura comunitária.

Esses indicadores de sustentabilidade e de territorialidade devem ser confrontados com os fatores críticos encontrados na análise do desenvolvimento do Vale dos Vinhedos para permitir a visualização das diferentes situações que poderiam ser encontradas diante das alternativas colocadas aos atores locais em suas tomadas de decisão.

3.2 Análise dos fatores críticos à luz dos indicadores de territorialidade e sustentabilidade.

A análise dos fatores críticos do desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, em sua relação com os indicadores de territorialidade e sustentabilidade apresentados anteriormente, permite a formação de uma síntese do quadro atual em relação aos pontos que mais se destacam na problemática do desenvolvimento local.

No que diz respeito à dimensão político-institucional, os atores locais caracterizaram o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos como pouco participativo no que se refere à maneira pela qual ele tem sido planejado e gerido, com predomínio de interesses individualizados (em contraposição a coletivos) e ausência de espaços institucionais de participação e gestão compartilhada. Os novos mecanismos institucionais são ainda muito incipientes, não mantendo conexão com os agricultores. Não existem movimentos sociais e a legitimidade das organizações não-governamentais que atuam na região não é reconhecida pelos atores.

Existe uma dinâmica de descentralização da gestão pública, com base numa parceria entre o setor público e o privado. Mas esta busca de governança ainda não envolve o conjunto dos atores. Por sua vez, as intervenções públicas não se orientam pela busca de um equilíbrio de forças na atual configuração do poder local. Elas visam apenas a atender a demandas específicas das comunidades, caracterizando-se pelo seu aspecto fragmentado e de curto prazo.

Do ponto de vista socioeconômico, é alta a capacidade empreendedora dos atores locais. Porém, a maioria dos agricultores dispõe de autonomia muito restrita nas negociações com outros grupos internos à região, além dos grupos externos. Possuem, porém, um razoável nível econômico e educacional, em sua maioria, o que lhes proporciona possibilidades fora do processo vitivinícola, associado ao elevado preço da terra. O poder de negociação e o preço pago à uva é muito baixo, os investimentos necessários à produção são elevados e a maioria não possui capital para construir suas próprias vinícolas. Além disso, muitas vinícolas familiares produzem grande parte (quando não a totalidade) da uva que necessita para a produção de vinho. Por outro lado, as cooperativas são uma opção, porém com elevado grau de incerteza sobre sua real consolidação no mercado e viabilidade de gestão.

Não há mecanismos institucionais que facilitem e estimulem a disseminação da informação como elemento de cooperação entre os atores locais, apesar de alguns esforços mantidos pela APROVALE em relação às vinícolas, e de algumas poucas vinícolas em relação aos agricultores. Existem poucas evidências de interação cooperativa entre os atores sociais investigados, reduzindo a viabilidade de conformação de sistemas produtivos locais (SPL).

Os conflitos existentes ainda não são tratados de forma a produzirem resultados positivos para os atores ali sediados. Apesar da elevação da renda para a grande maioria dos agricultores, a exclusão manifesta-se na falta de participação dos segmentos de menor renda nas definições das estratégias de desenvolvimento e na sua gestão, e o abandono da atividade agrícola por parte de muitos jovens e de muitas famílias. O processo de desenvolvimento econômico da região tem deixado grande parte desse grupo com alto nível de insegurança, tornando-os mais vulneráveis às oscilações do mercado, principalmente quanto ao preço pago pela uva.

Em termos ecológicos, apenas os sintomas de degradação dos recursos de uso comum são percebidos. As principais iniciativas da coletividade em torno da questão ecológica orientam-se no sentido de redução desses sintomas. O problema central (contaminação das águas) permanece agudo e sem perspectivas de enfrentamento consequente. Os problemas de preservação da paisagem, contemplados na nova legislação que regulamenta a ocupação

e uso da terra, estão sendo atacados sobre o prisma dos interesses econômicos das vinícolas familiares, não pressupondo uma compreensão adequada da dinâmica socioambiental. Porém, deverão ter efeitos importantes para preservação da paisagem.

As ações de uma organização não-governamental voltadas para a natureza, como o caso da ABEPAN, permanecem atreladas ao poder público municipal, atuando como um braço da ação da Prefeitura. Quando independentes, como o caso da ARCO, não são reconhecidas pela população local. O princípio da precaução, por sua vez, foi levado em conta na nova legislação, mas permanece direcionado à preservação da paisagem para a manutenção das atividades econômicas que dependem do turismo, incluindo-se nisso as próprias vinícolas.

Finalmente, em termos culturais, observa-se a formação de uma identidade relacionando a vitivinicultura (com limites geográficos bem definidos) e a trajetória de constituição do Vale dos Vinhedos – como Distrito de Bento Gonçalves ou área de Indicação de Procedência. Há também o reconhecimento do sentido de pertencimento a essa região pelos atores sociais entrevistados. O foco dessa construção de uma identidade é o fortalecimento da vinicultura local, buscando a diferenciação do produto no mercado e a agregação de valor. Todavia, existem poucas ações de preservação do patrimônio sociocultural (material e imaterial).

Essa nova identidade em construção enfraqueceu os laços comunitários – as redes sociais – e, conseqüentemente o capital social. As ações existentes de preservação do patrimônio cultural de forma mais sistemática estão ligadas aos interesses econômicos e não no fortalecimento das próprias redes sociais.

Este conjunto de informações oferece uma imagem da situação atual, que favorece a elaboração de cenários para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos.

4. Cenários de desenvolvimento.

Diante do que foi discutido em relação ao ambiente interno e ao ambiente externo e dos indicadores de territorialidade e sustentabilidade, apresenta-se a seguir as descrições

sintéticas dos cenários alternativos para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos (conforme Figura 12).

Figura 12: Cenários alternativos para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos.

| | |
|---|---|
| <p style="text-align: center;"><u>Cenário economicista</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução da governança local. • Crescimento da escala de produção. • Desinteresse pelo patrimônio paisagístico. • Perda da identidade e do patrimônio cultural. • Ação pública sobre demandas pontuais. | <p style="text-align: center;"><u>Cenário de continuidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Governança mantida, com pouca participação. • Crescimento da escala de produção. • Preservação da paisagem. • Manutenção da identidade e perda do patrimônio cultural. • Ação pública sobre demandas pontuais |
| <p style="text-align: center;"><u>Cenário de desenvolvimento territorial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Governança autêntica mantida, com crescimento na participação de alguns segmentos. • Fortalecimento do conjunto das vinícolas e especialização de produtores. • Preservação da paisagem. • Valorização da identidade e do patrimônio cultural voltada para o fortalecimento mercadológico da viticultura. • Ação pública sobre demandas dos novos espaços institucionais participativos. | <p style="text-align: center;"><u>Cenário de desenvolvimento territorial sustentável</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Governança autêntica mantida, com crescimento acentuado da participação. • Fortalecimento do conjunto das vinícolas e viabilidade econômica da agricultura. • Preservação da paisagem e do patrimônio natural. • Valorização da identidade e do patrimônio cultural e fortalecimento do capital social. • Ação pública articulada com as comunidades e com os novos espaços institucionais participativos. |

Cenário economicista

Caracterizado pela influência de um mercado cuja demanda pelo vinho é predominantemente voltada para a relação qualidade/preço, com ausência de identificação de especificidades do produto. Essa característica do mercado passa a ser um importante

fator que age de forma a produzir um conjunto de conseqüências negativas no espaço regional.

No campo político-institucional produziria a desestruturação da governança atual (parceria público/privada), a redução do interesse das próprias vinícolas na gestão coletiva, o enfraquecimento das iniciativas de planejamento e gestão conjunta, e promoção de ações de políticas públicas restritas ao atendimento de demandas pontuais.

No campo socioeconômico, significaria o predomínio das empresas que conseguirem aumentar a escala e ter uma boa relação entre qualidade e preço, a redução do número de agricultores como fornecedores de uva para vinho fino, com crescimento da escala e da produção própria das vinícolas, a manutenção da oferta de uvas para vinhos comuns e suco, a redução do número de agricultores, e o enfraquecimento do turismo.

No aspecto ecológico, implicaria no desinteresse pela preservação da paisagem vitivinícola e rural; ênfase ao combate dos efeitos da poluição das águas, basicamente do borrachudo.

Por fim, no aspecto cultural significaria a desarticulação das iniciativas de valorização do patrimônio cultural material e imaterial, e o enfraquecimento das relações sociais e do capital social local.

Cenário de continuidade

Caracterizado por um mercado de vinhos que valoriza as especificidades do produto, a interação do ambiente externo com um ambiente interno, onde predomina a ação individual, pode ser caracterizado pelos elementos apresentados a seguir.

Em relação aos aspectos político-institucionais, indicaria uma governança público/privada presente, com a implementação da nova institucionalidade que regulamenta a ocupação e uso do solo, porém enfraquecida pelo predomínio do interesse individual e pela pouca participação de diversos segmentos, e por ação de políticas públicas restritas ao atendimento de demandas pontuais.

Nos aspectos socioeconômicos, implicaria no fortalecimento da produção em maior escala, com predomínio de empresas e agricultores que conseguem se beneficiar das ações

de fortalecimento da imagem do Vale dos Vinhedos, na exclusão de agricultores que não conseguem fazer maior investimento de capital, e na pouca interação com outras atividades econômicas.

No campo ecológico, significaria a manutenção das ações de preservação paisagística vitivinícola e rural, e a ênfase ao combate dos efeitos da poluição das águas, basicamente do borrachudo.

E, por fim, no que se refere aos aspectos culturais, resultaria na continuidade da valorização da identidade do Vale dos Vinhedos, focalizada em seu patrimônio paisagístico, por interesse mercadológico, e pouco investimento no patrimônio cultural material e imaterial, com perda de parte do capital social.

Cenário de desenvolvimento territorial

Caracterizado por um mercado de vinhos que valoriza as especificidades do produto, a interação do ambiente externo com um ambiente interno onde a ação coletiva entre os diferentes grupos de atores ganha espaço para o fortalecimento da territorialidade, produz alguns resultados expostos a seguir.

No caráter político-institucional, implicaria no fortalecimento da governança público/privada presente, com a implementação da nova institucionalidade que regulamenta a ocupação e uso do solo, contemplando o crescimento da participação de alguns segmentos sociais mais organizados nos novos espaços institucionais. Também o fortalecimento da parceria público/privada para o planejamento e gestão do desenvolvimento territorial poderia ser observado, além de uma ação do poder público coerente com o processo de desenvolvimento construído a partir da nova institucionalidade e nos mecanismos de governança criados.

No campo socioeconômico, predominaria o fortalecimento da capacidade competitiva do conjunto das vinícolas através da ampliação dos benefícios gerados pela agregação de valor proporcionada pela valorização da identidade local associada aos produtos. Também seria observado o crescimento da interface da vitivinicultura com outras atividades econômicas, particularmente com o turismo, o fortalecimento de agricultores que se

especializam na produção de uva para vinhos finos, e a exclusão dos agricultores que fazem pouco investimento de capital.

No que se refere aos aspectos ecológicos, significaria a manutenção das ações de preservação paisagística vitivinícola e rural, e a ênfase ao combate dos efeitos da poluição das águas, basicamente do borrachudo.

Finalmente, quanto aos aspectos culturais, implicaria na continuidade da valorização da identidade do Vale dos Vinhedos, focalizada em seu patrimônio paisagístico, por interesse mercadológico, no investimento na valorização do patrimônio cultural material e imaterial com o objetivo de fortalecimento da vinicultura através do turismo, e na perda de parte do capital social.

Cenário de desenvolvimento territorial sustentável

Caracterizado por um mercado de vinhos que valoriza as especificidades locais, a interação do ambiente externo com um ambiente interno – onde a ação coletiva entre os diferentes grupos de atores ganha espaço para o fortalecimento da territorialidade e são introduzidos elementos que favorecem a construção de processos sustentáveis de desenvolvimento, a serem descritos abaixo – produz alguns resultados que podem ser sintetizados sob diversos aspectos.

No aspecto político-institucional, poderia ser percebida uma governança público/privada, com a implementação da nova institucionalidade que regulamenta a ocupação e uso do solo, envolvendo o crescimento da participação de alguns segmentos sociais mais organizados nos novos espaços institucionais. Também estariam contemplados o fortalecimento da parceria público/privada para o planejamento e gestão do desenvolvimento, a extensão da nova institucionalidade para o planejamento e a gestão econômica, com o objetivo de regularizar a relação entre oferta e demanda, e gestão do patrimônio natural, além de ação do poder público coerente com o processo de desenvolvimento construído a partir da nova institucionalidade e nos mecanismos de governança criados, articulados com as demandas comunitárias.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, destacar-se-ia o fortalecimento da capacidade competitiva do conjunto das vinícolas através da ampliação dos benefícios gerados pela agregação de valor proporcionada pela valorização da identidade local associada aos produtos. Estariam presentes também o crescimento da interface com outras atividades econômicas, particularmente com o turismo, o fortalecimento econômico dos agricultores beneficiados pelo planejamento coletivo da oferta e demanda de uva, e a ampliação de oportunidades de mercados alternativos à produção de uva para vinhos finos. Desse modo, a oferta e demanda poderiam estar mais equilibradas, e conseqüentemente os preços, permitindo decisões mais seguras sobre investimentos.

No campo ecológico, implicaria na manutenção das ações de preservação paisagística vitivinícola e rural, na forte ação pública, em parceria com as comunidades para a erradicação dos focos de poluição das águas, seja por dejetos domésticos ou por agrotóxicos, e no alto controle de poluentes das vinícolas.

Por fim, quanto ao caráter cultural, observar-se-ia a continuidade da valorização da identidade do Vale dos Vinhedos, focalizada em seu patrimônio paisagístico, o investimento na valorização do patrimônio cultural material e imaterial com o objetivo de fortalecimento da viticultura através do turismo e das relações comunitárias, e o fortalecimento do capital social.

5. Reflexões sobre os cenários alternativos e o “jogo dos atores”.

A partir dos pontos sistematizados que caracterizam cada um dos cenários, pode-se fazer uma análise das condições de viabilidade dos mesmos e das alternativas que se colocam diante dos atores locais nos espaços de planejamento e gestão de novas estratégias de desenvolvimento para o Vale dos Vinhedos.

Esse tipo de análise pode ser muito importante para a compreensão das possíveis alternativas em termos de estratégias e ações, e do grau de possibilidade da implementação de mudanças no rumo do desenvolvimento que vem sendo implementado, caso haja mobilização de atores em torno do seu questionamento.

5.1 A influência dos fatores externos de competitividade setorial.

A proposta de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, que vem sendo construída nas últimas duas décadas, relaciona-se de maneira significativa com o ambiente externo. Seu caráter endógeno pode ser fortemente afetado pelo posicionamento do mercado consumidor de vinhos, considerando-se que a sua estrutura socioeconômica está basicamente associada a esse mercado (além do mercado de suco de uva). Na alternativa de um mercado caracterizado pela ausência do interesse das especificidades dos produtos, a territorialidade que vem sendo implementada tende a se enfraquecer rapidamente, por estar alicerçada na perspectiva oposta, ou seja, da busca da diferenciação dos produtos por suas especificidades locais.

Dessa forma, um mercado desinteressado das especificidades locais e centrado exclusivamente na busca de melhores relações de qualidade e preço confronta-se com uma estratégia local baseada na busca da diferenciação pelas especificidades e na pequena escala de produção da maioria das vinícolas. Em consequência, a estratégia de desenvolvimento local que vem sendo implementada mostra uma acentuada fragilidade, pelo fato de basear-se no pressuposto de que o mercado efetuará a diferenciação dos produtos pelas especificidades. Isto pode não ocorrer, ou ocorrer de forma muito limitada, onde a relação entre qualidade e preço assume um papel preponderante, podendo não ser exclusiva.

O setor público e o setor privado sediados no Vale dos Vinhedos não têm capacidade de influenciar os consumidores no sentido da manutenção de um comportamento coerente com os esforços de valorização do produto com atributos específicos, para o risco que existe atrelado ao comportamento do mercado, caracterizado no “Cenário economicista”. Ou seja, sua capacidade de intervir no mercado consumidor é pequena, dificultando a colocação dos seus produtos nesse mercado.

A ação do poder público local tem pouca, ou nenhuma, capacidade de influenciar na configuração do ambiente externo, mas sua ação pode ser muito importante na diferenciação dos cenários possíveis. Pode desempenhar também um papel significativo no estímulo à ampliação da participação social e na definição de estratégias de políticas públicas locais articuladas com as comunidades. Tudo isso de forma a fortalecer o capital social, como destaca ABRAMOVAY (2002), quando salienta as possibilidades do poder

público de ajudar na sua formação. O tipo de intervenção praticada pode fortalecer cada um dos cenários alternativos.

Por outro lado, no bojo de estratégias bem estruturadas, é possível desenvolver ações que incentivem os consumidores a conhecer melhor o diferencial de seus produtos, buscando construir espaços de mercado segmentados, interessados nessa especificidade, ainda que diante de um cenário adverso. Nessa linha, a APROVALE já vem fazendo esforços e buscando a formação de parcerias para criar laços com mercados consumidores.

Um exemplo pode ser encontrado nas alianças com segmentos do setor de turismo (empresas e organizações de orientação e apoio), para fortalecer a divulgação dos produtos. Também é o caso da capacitação de pessoas que atendem diretamente o público em restaurantes e casas especializadas de cidades consideradas estratégicas (trabalho em construção com o SEBRAE), com a finalidade de levar aos consumidores a informação sobre o diferencial dos produtos.

Esses tipos de estratégias que vêm sendo elaboradas e implementadas, se não têm a capacidade definir o formato do mercado consumidor, pode pelo menos ajudar a consolidar espaços que se dirijam a produtos com especificidades locais, criando ligações diretas entre os consumidores e os produtores. Isso significaria um esforço duplo do setor vinícola: reduzir custos para ter preços competitivos e buscar a construção de nichos de mercado, criando uma relação diferenciada com os consumidores.

No entanto, a estratégia de desenvolvimento territorial fica comprometida, apesar de uma aparente construção territorial por meio de mecanismos como a *Indicação de Procedência*. Esse enfraquecimento da perspectiva territorial fragilizaria parte das vinícolas que não consigam estabelecer boas relações entre qualidade e preço e os agricultores que passariam a estar mais vulneráveis às oscilações de mercado, sempre pressionado pelos fatores tradicionais de competitividade setorial. Seria observado um crescimento econômico de segmentos do Vale dos Vinhedos, mas a sua desagregação enquanto um território em construção seria previsível.

5.2 A importância dos atores locais na construção do desenvolvimento.

A concretização dos cenários “de continuidade”, “de desenvolvimento territorial” e “de desenvolvimento sustentável”, por outro lado, tem no comportamento dos atores do próprio Vale dos Vinhedos as suas próprias perspectivas positivas para a construção de um desenvolvimento territorial sustentável e os obstáculos que ameaçam a possibilidade de seu alcance. É a ação desses atores que pode definir qual desses cenários pode prevalecer para as próximas décadas, diante de um mercado consumidor que tenha, pelo menos parcialmente, uma demanda por produtos com especificidades locais. Isso significa o reconhecimento de características associadas ao território de produção. Da mesma forma, o tipo de relações criadas entre os atores locais com o poder público pode favorecer cada uma das alternativas de cenários.

Desse modo, seria importante a compreensão, com base no enfoque teórico apresentado neste trabalho, dos aspectos relevantes que podem influir favorável ou desfavoravelmente (obstáculos) para a implementação de um desenvolvimento territorial, e que contenha elementos importantes para dar um sentido de sustentabilidade político-institucional, socioeconômico, ecológico e cultural. Para isso, passa-se a apresentar um conjunto de análises sobre esses aspectos do comportamento dos atores, com base na análise do “*jogo dos atores*” feita anteriormente, para o caso de cada um dos cenários que prevêem a presença de um mercado consumidor que reconhece a especificidade dos produtos locais, particularmente no caso do vinho.

Cenário de continuidade

Este Cenário leva em conta a manutenção da trajetória de desenvolvimento que vem sendo implementada atualmente pelo “*jogo dos atores*”. Observa-se que a territorialidade que se busca consolidar acabará beneficiando apenas um grupo de vinícolas que consiga utilizar a identidade territorial para a valorização de seus produtos e fazer um rápido crescimento de sua escala de produção, fortalecendo a sua própria marca. Essa identidade, no entanto, está mais associada ao que PECQUEUR (2002) denominou de “clube de atores”, onde os participantes desse grupo conferem resultados pela diferenciação territorial do produto. Desse modo, a identidade associada à questão econômica é apropriada apenas

por um grupo de atores. A fragilidade das bases com que se constrói a proposta territorial, pela crescente redução do interesse na ação negociada e cooperada, coloca limites muito pequenos na perspectiva de consolidação do território.

A capacidade de pressão sobre o setor público local ficaria centralizada nos grupos de vinícolas mais fortes, reduzindo as possibilidades de ação do poder público local de estimular o fortalecimento do conjunto dos atores.

Para agravar esse quadro, apenas alguns agricultores deverão conseguir acompanhar essas vinícolas em seus modelos de produção e nas suas estratégias mercadológicas. Muitos produtores seguirão com a produção de uvas para vinho comum ou suco, atendendo um grande potencial de mercado, mas parte deles, devido ao elevado custo de oportunidade provocado pelo crescimento do preço da terra, tenderá a deixar seus estabelecimentos. O setor de turismo, fora das vinícolas, terá que fazer um esforço maior para atrair turistas com outros interesses além da vitivinicultura.

Nesse cenário, a preservação do patrimônio natural e cultural torna-se pouco relevante. As pressões para a inviabilização das restrições de ocupação e uso do solo da nova legislação municipal deverão ganhar força e nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul a restrição não deverá ser instituída. A preservação da paisagem deverá se tornar um tema de permanente conflito de interesse entre as vinícolas e os outros atores, particularmente segmentos de agricultores e grupos empresariais interessados em realizar empreendimentos imobiliários.

Pressupõe-se, neste sentido, a persistência da hegemonia da perspectiva individual sobre a coletiva (cooperação), apesar do esforço investido pelas vinícolas na construção da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, que é resultante de um esforço conjunto. Esse pressuposto considera que o processo de cooperação/competição, típico dos sistemas produtivos locais e que poderia se constituir na base da formação territorial, não consegue ser implementado pela resistência dos atores em promover uma estratégia cooperativa.

Como se argumentou no Capítulo 1, SCHEREN-WARREN (1998) destaca a importância da busca de cooperação entre os atores locais e da complementaridade na ação coletiva, formando um processo de parceria para o desenvolvimento com preservação de identidade cultural, o que seria importante para a própria estratégia econômica de

valorização de especificidades locais. Nesse contexto, SANTOS (2002) e BRUNET (1990) destacam o papel da descoberta do sentido de pertencimento e da comunidade para o desenvolvimento local.

Nesse cenário, apesar de se prosseguir com o sentido de pertencimento ao Vale dos Vinhedos, que foi percebido nas entrevistas, consolida-se a redução da ação comunitária e de suas redes de relações sociais. Isso conduz na direção oposta ao definido por SARACENO (2006) como o caminho traçado pelos distritos industriais italianos, baseado nas redes sociais formadas pela agricultura familiar, de onde surge o capital social e as relações de cooperação para a sua formação. No “Cenário de continuidade”, essas relações são enfraquecidas pela governança local.

Na mesma linha de competição individualista, não ocorre nenhuma ação que vise estabelecer mecanismos que permitam aos agricultores serem menos vulneráveis às oscilações de mercado. Ao contrário, os agricultores têm permanecido à margem de qualquer processo de planejamento e de gestão voltado para a promoção do desenvolvimento do Vale. Da mesma forma, as relações sociais comunitárias, citadas por RAUD (1999) como a formadora das regras informais que são seguidas por todos os atores locais e a base da construção social de mercado, deixam de ser os fatores que sustentam o desenvolvimento da região.

A formação da identidade territorial, nesse caso, segue o sentido dado pelas novas relações de poder consolidadas com o surgimento das vinícolas familiares como elite econômica local, reforçando a idéia apresentada tanto por SABOURIN (2002) como por PAULILLO (2000), de que a formação territorial está ligada à rede de poder local. Seus interesses no desenvolvimento econômico definem a estratégia territorial, sem envolvimento maior dos outros segmentos sociais. Apesar da maioria da população local ter superado o nível de pobreza, essa construção do desenvolvimento termina por gerar uma exclusão social, quando somente uma fração da sociedade local participa do processo, criando o que se denominou de *elitização do desenvolvimento* (CAZELLA, 2002).

Nesse cenário, a autonomia dos grupos sociais na proposição do desenvolvimento local e a autoconfiança em relação às negociações externas se reduzem para o conjunto dos atores, de forma mais acentuada para os agricultores, distanciando-se de um princípio

importante para a construção de processos de desenvolvimento territorial sustentável (SACHS, 2000).

Por implicação, no Vale dos Vinhedos haveria uma forte perda de capital social, que é considerado como um fator essencial nas estratégias de desenvolvimento territorial. Isto enfraqueceria as iniciativas de consolidação de um processo de desenvolvimento territorial, que se relaciona com um mercado prioritariamente externo, como é a característica dos territórios ligados à vitivinicultura na maioria dos casos, em todo o mundo (FONTE, 2006). Apesar da criação de espaços participativos na esfera da nova legislação municipal, o enfraquecimento do capital social local desfavoreceria a presença efetiva das comunidades, mantendo-se o controle da gestão por parte do setor privado, concentrada no setor vinícola.

Cenário de desenvolvimento territorial

Este cenário está baseado em um pressuposto que modificaria estruturalmente a trajetória atual do desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. O pressuposto refere-se ao adensamento dos laços de cooperação entre as vinícolas, permitindo-lhes valorizar seus produtos por meio da especificidade territorial e da possibilidade de construção de uma cesta de bens envolvendo um expressivo número de atores, bem como reduzir custos pela associação em diferentes ações do processo produtivo e mercadológico. Essa cooperação ocorreria no sentido dado por MARSHALL (1982), BENKO (1996), SFORZI (1999), BRUSCO (1999), RAUD (1999) e SARACENO (2006), em suas análises sobre os distritos industriais italianos e sua forma de cooperação/competição, principalmente em relação ao fluxo de informação e à formação de pessoal.

Sem exigir um crescimento substancial da produção individual, o ganho em escala necessário para ampliar sua capacidade competitiva no mercado seria promovido por ações conjuntas (conforme vem propondo a APROVALE, sem sucesso), facilitando o enfrentamento das condições de mercado impostas pelos baixos preços de produtos importados.

Isso significa avançar na construção de um sistema produtivo local, caracterizado pela proximidade de um conjunto de empresas familiares vinícolas, que cooperam entre si, formando uma imagem de um território vitivinícola. Os fatores de identidade, a que se

referem MOITY-MAIZI et al (2001), passariam a ter maior força na diferenciação do produto, associada a suas especificidades locais, para alguns espaços importantes de mercado. Nesse cenário, a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos que está em funcionamento, porém, sem o apoio necessário do conjunto das vinícolas, passaria a ser um elemento central das articulações das vinícolas, com o fortalecimento da organização que a administra (APROVALE).

No entanto, esse pressuposto não significaria, por si mesmo, a ampliação dos benefícios econômicos para o conjunto dos outros segmentos sediados no Vale dos Vinhedos. Os agricultores se beneficiariam apenas em parte, já que muitos não teriam condições de especialização exigidas pelas vinícolas para a produção de vinhos finos, o que seria o foco de suas atividades para o qual estabelecem suas ações de cooperação. Da mesma forma que no “Cenário de continuidade”, parte dos agricultores poderia se dedicar à produção de uva para vinho comum e suco e parte deixaria seus estabelecimentos, aproveitando a valorização do preço da terra. Esse movimento de saída de agricultores, por sua vez, aumentaria os conflitos em torno da preservação das características da paisagem vitivinícola e rural do Vale dos Vinhedos.

Neste cenário, cresceria a autonomia dos grupos sociais que se fortalecem economicamente, aumentando sua capacidade de negociar com o mundo externo ao território de forma mais independente. No entanto, essa mesma autonomia não se faz presente entre os grupos sociais que continuariam à margem da dinâmica de fortalecimento econômico. Desse modo, um significativo grupo de atores seria marginalizado do processo de desenvolvimento territorial, mantendo-o ainda distante do sentido de equidade social (SACHS, 2000).

Os esforços de valorização da identidade, a viabilização econômica do conjunto das vinícolas e a preservação da paisagem, ainda que com o crescimento dos conflitos, manteriam o setor de turismo ativo, porém com alcance limitado, já que estaria baseado somente nas visitas às vinícolas e na gastronomia italiana como seus pontos de atração, na medida em que não se conseguiria formar uma identidade cultural associada à produção e à oferta vitivinícola. A perda de capital social está associada à própria perda do patrimônio cultural material e imaterial.

A manutenção do processo de governança, favorecido pelo crescimento da participação de grupos de agricultores mais organizados e que, ao se especializarem, criam laços mais fortes com as vinícolas, beneficiaria a construção da identidade territorial do Vale dos Vinhedos associada à estratégia das vinícolas. Portanto, esse território ficaria baseado numa ação de construção coletiva entre as vinícolas, empresas de turismo e agricultores organizados em torno das vinícolas. Esses grupos sociais, em conjunto com o setor público local, seriam os atores que formariam a parceria público/privada para a governança do território.

Nesse cenário, ganharia força a delimitação institucional apresentada por CIRAD-SAR (*apud* SABOURIN, 2002), com o fortalecimento da própria governança, com a ampliação da base social que constrói o território, e da sua própria definição cultural. A nova institucionalidade formal transformar-se-ia num elemento de apoio mais efetivo ao desenvolvimento do Vale dos Vinhedos.

Isso significa dizer que a nova legislação municipal sobre ocupação e uso do solo sairia fortalecida (Plano Diretor e legislação complementar), e seus espaços de participação social, da mesma forma, são ocupados pelas vinícolas, empresas de turismo e agricultores organizados em torno das vinícolas. Dessa forma, a questão ecológica ficaria focalizada na preservação da paisagem vitivinícola e rural, sem produzir uma perspectiva de gestão da problemática socioambiental presente no território, o que não permite a sua caracterização por esforços em busca da sustentabilidade ecológica.

O poder público local passaria a atuar em sintonia com a governança estabelecida, tendo como base a nova institucionalidade. Tenderia a fortalecer suas intervenções de forma organizada sobre as ações elaboradas no âmbito da nova governança, atendendo apenas pontualmente às demandas específicas de comunidades. Dessa forma, sua atuação não conduziria à implementação efetiva do princípio da precaução ecológica, importante para a definição de parâmetros sustentáveis de desenvolvimento territorial (WEBER, 2000). Com isso, se acentuaria a predominância de uma perspectiva economicista na gestão territorial.

O pressuposto de aumento da cooperação entre vinícolas, e de alguns segmentos de agricultores, na construção de um sistema produtivo local faz com que o poder público

passa a atuar de forma mais consistente sobre o novo modelo de desenvolvimento socioeconômico.

Cenário de desenvolvimento territorial sustentável

Este cenário, além de compartilhar o pressuposto do cenário anterior, com aumento da cooperação entre as vinícolas, leva em conta ainda outros pressupostos importantes. O primeiro deles refere-se à extensão dessa cooperação aos agricultores, ou seja, há uma ampliação da base de cooperação de forma mais ampliada. Ela é concretizada no campo econômico pela criação de mecanismos de planejamento e gestão que controlem a demanda e a oferta dos diferentes tipos de uva, com a conseqüente estabilização dos preços em patamares que viabilizem o conjunto dos grupos socioeconômicos. Para isso, seria necessário um maior envolvimento das vinícolas com os agricultores, num processo de cooperação, onde os agricultores qualificam seus produtos e as vinícolas organizam e planejam suas demandas, com uma necessária intervenção do poder público.

Além disso, a interação com o setor do turismo envolveria também os agricultores, permitindo o surgimento de novas opções de renda para essas famílias. Essa renda seria proveniente tanto do mercado agrícola como de outras alternativas de oferta de produtos e serviços. Haveria uma ampliação da pluriatividade entre as famílias de agricultores, com o conseqüente crescimento da renda territorial, por meio da captação de rendas advindas de diversos interesses de consumidores (PECQUEUR, 2000), com a consolidação de uma cesta de bens e serviços territoriais.

Outro pressuposto importante, e que seria decorrente do primeiro, é de que a extensão do processo de cooperação para o conjunto dos atores levaria a algumas mudanças significativas em alguns aspectos que restringem o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos atualmente.

O primeiro aspecto, nesse sentido seria o de crescimento da participação, de todos os segmentos, no planejamento e gestão do território, favorecendo e ampliando a parceria para a governança local, incluindo segmentos ausentes nos cenários “de continuidade” e “de desenvolvimento territorial”.

Como segundo ponto, há a valorização da identidade vitivinícola e do patrimônio cultural, que se expande de interesses exclusivamente mercadológico das vinícolas para ações que valorizem as relações sociais das comunidades, fortalecendo a preservação do patrimônio cultural imaterial, proporcionando, como consequência, um crescimento acentuado do capital social. Esse processo se daria pela modernização produtiva associada com a valorização dos hábitos e da cultura local que estaria expressa na cesta de bens e serviços, mas com significativo interesse pelo patrimônio imaterial existente. Como resultado desse processo haveria a própria valorização da identidade e dos produtos associados a ela, bem como das atividades turísticas, que ampliam suas possibilidades de alcance de público, calcadas num fortalecimento efetivo da cultura local.

Um terceiro aspecto seria a redução do risco da destruição da paisagem vitivinícola e rural, e do patrimônio natural, através de alianças entre os diferentes segmentos socioeconômicos que favorecem a implementação da nova legislação sobre uso e ocupação do solo e a estende para outras ações de preservação, como a dos riachos e córregos. A pressão, formada pela valorização do capital social, conseguiria inibir iniciativas nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, com a maior participação de agricultores e vinícolas localizadas nessas regiões, nas decisões sobre o Vale dos Vinhedos enquanto Indicação de Procedência.

Por fim, fortalece-se a ampliação da ação do poder público de forma a atuar no apoio às demandas territoriais, envolvendo um grupo mais expressivo de atores e estimulando o fortalecimento do capital social. Com isso se fortalece a formação de *espaços de desenvolvimento local*, capazes de articular negociações voltadas à promoção da cooperação entre todos os grupos de atores.

Nesse cenário, a construção da *Denominação de Origem* ganha mais força, pelo fato de envolver o conjunto de atores sociais no planejamento e gestão do Vale dos Vinhedos, consolidando ainda mais a perspectiva de territorialização do desenvolvimento.

A construção de um processo sustentável de desenvolvimento territorial torna-se mais visível, mediante a internalização do nexos sociedade-natureza (DAVIDSON e BERKES, 2003). Este processo pressupõe a preservação do patrimônio (OST, 1995), oportunizando uma perspectiva de co-gestão adaptativa (HOLLING, et al, 1998). O patrimônio a ser

preservado passa a ser visto pelo conjunto formado patrimônio natural (fundamentalmente a mata e os riachos e córregos) e o patrimônio histórico-cultural (ligados ao processo de colonização), reunindo-se a preocupação com a paisagem vitivinícola, à preservação de riachos e córregos e do patrimônio cultural material e imaterial, numa integração entre elementos físicos e bens intangíveis do território (VEIGA, 2002).

O patrimônio natural passa a se integrar ao patrimônio sociocultural e os problemas passam a ser enfrentados de forma a preservá-los. Com isso, estabelece-se uma ação coletiva para a preservação das matas e córregos, assim como o fortalecimento das relações comunitárias com base no patrimônio imaterial, onde se destaca a valorização das tradições festivas e gastronômicas. Essas passam a se integrar às atividades turísticas, ampliando-se os benefícios econômicos para um conjunto maior da população.

A perspectiva de preservação do patrimônio socioambiental, a viabilização econômica do conjunto dos atores, o crescimento da autonomia das comunidades e de sua participação na gestão, são elementos que passariam a compor o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, daqui a diante. O processo estaria embasado na gestão de sistemas complexos, integrando-se variáveis socioeconômicas, ecológicas e culturais, onde a institucionalidade construída permitem efetivamente a participação ampla da sociedade.

6. Síntese: cooperação, solidariedade e participação como alvos estratégicos.

O “Cenário economicista” significaria a completa desestruturação de uma dinâmica de construção de um território com identidade vitivinícola que vem sendo desenvolvido nas últimas décadas sob a liderança das vinícolas familiares.

Nos demais cenários, a territorialidade assume contornos cujos limites estão relacionados ao tamanho do crescimento da cooperação entre os atores sociais e ao nível de sua participação no planejamento e na gestão territorial. Esses fatores poderiam conduzir a trajetórias distintas como as que foram apresentadas nos Cenários “de continuidade”, “de desenvolvimento territorial” e de “desenvolvimento territorial sustentável”. Os outros fatores podem ser considerados como decorrentes dos laços de cooperação e participação.

Enquanto o “Cenário de continuidade” mantém uma perspectiva economicista de curto prazo, onde a nova elite econômica assume apenas o sentido competitivo de mercado em sua racionalidade, para os outros cenários, “de desenvolvimento territorial” e “de desenvolvimento territorial sustentável”, há a incorporação, em níveis diferenciados, de novos valores e comportamentos éticos em relação ao conjunto da sociedade local e ao patrimônio socioambiental. Mas somente nesse último cenário é que há um fortalecimento de uma solidariedade voltada para a cooperação em busca do sucesso. Ainda que nessa busca exista a preocupação individual, porém os atores percebem a necessidade da cooperação para que seus resultados possam ser alcançados. A compreensão da necessidade de se construir o processo de desenvolvimento de forma coletiva, existente entre as famílias de imigrantes e de seus descendentes (COSTA *apud* CAPRARA e LUCHESE, 2005), permitiria a introdução de elementos importantes para a busca da sustentabilidade do desenvolvimento.

Nesse caso, há o fortalecimento do capital social através da valorização do patrimônio cultural, com o objetivo de fortalecer os laços das redes de relações sociais. Sem que se perca o sentido de pertencimento ao território, há um resgate das relações comunitárias. A utilização do patrimônio cultural como elemento de valorização econômica local surge como consequência do fortalecimento desses laços e do próprio capital social.

Desse modo, a trajetória futura do Vale dos Vinhedos tem no comportamento interno de seus grupos sociais um fator decisivo, que diz respeito à possibilidade desses grupos de tratar adequadamente os desafios ligados à busca da cooperação, da solidariedade e da participação social. Esses valores não são desconhecidos para a população local, mas têm sido enfraquecidos pela nova ordem socioeconômica construída e que vem solidificando a imagem do Vale dos Vinhedos.

CONCLUSÃO

O estudo de caso desenvolvido neste trabalho oferece uma série de elementos importantes para uma reflexão teórica e para a formatação de políticas de intervenção públicas ou em parceria (público-privada).

Na Introdução foram apresentadas algumas questões norteadoras relativas à trajetória do desenvolvimento da região, aos fatores existentes e que se colocam como obstáculos ou potencialidades para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, e à valorização de bens e serviços como base para o fortalecimento do sentido de territorialidade.

Por outro lado, com base no diagnóstico exploratório, a hipótese central assevera que os atuais conflitos envolvendo os diferentes grupos sociais e as estratégias que vêm sendo adotadas oferecem poucos espaços de manobra para se avançar nessa direção, apesar dos esforços de alguns grupos para a construção de uma estratégia de desenvolvimento baseada na noção de território, ainda que distante da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, as estratégias que vêm sendo adotadas não exploram com clareza os potenciais que a proposta de cesta de bens e serviços oferece para a região, reduzindo os alcances que seriam proporcionados por uma renda territorial de maior alcance entre os atores.

Nesse sentido, deve continuar prevalecendo a noção dada pelo “efeito clube de atores”, restringindo as possibilidades futuras para um grupo minoritário, detentor do maior

poder político-institucional e socioeconômico. Os participantes deste “clube” constituem o principal fórum de articulação para o desenvolvimento.

Os Capítulos 2, 3 e 4 contêm dados que confirmam essa hipótese, e na seqüência podem ser encontrados os comentários finais sobre os desafios propostos no projeto de pesquisa e sobre o conjunto das análises apresentadas.

Para facilitar a compreensão, as conclusões foram estruturadas em quatro grupos, levando-se em conta: (i) o território e sua construção; (ii) a identidade vitivinícola e a identidade cultural; (iii) a governança instituída; e (iv) a perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável para o Vale dos Vinhedos.

O território e sua construção

A construção social do Vale dos Vinhedos, visto como distrito do município de Bento Gonçalves, resultou da existência de um tecido social local marcado por fortes laços de coesão comunitária, bem como de um sentimento compartilhado de exclusão dos processos de tomada de decisão política sobre os rumos do desenvolvimento da região. Esses elementos contribuíram para o fortalecimento do *sensu do lugar* – ou da *topofilia* –, amparado nos benefícios proporcionados pelo aumento da renda familiar, permitindo o atendimento às necessidades sociais básicas de educação, saúde e comunicação. Um forte dinamismo econômico e um alto grau de empreendedorismo marcaram também esse processo que, do ponto de vista sociocultural, está alicerçado nas bases da colonização italiana. Esta foi formada por uma agricultura familiar, com importantes elementos de pluriatividade (originada das próprias capacidades profissionais trazidas por muitos imigrantes), e com um forte componente de “self made man” presente entre os grupos familiares.

Dessa forma, a região conseguiu se integrar à dinâmica de desenvolvimento socioeconômica que tem marcado a fisionomia da meso-região denominada de Serra Gaúcha, onde a agricultura – base da economia nas primeiras décadas de ocupação dos imigrantes que colonizaram a região – passou a dividir o impulso modernizador com os setores industrial e de serviços.

A construção do território do Vale dos Vinhedos como uma Indicação de Procedência de vinhos finos, por sua vez, parece ter obedecido a um leque de interesses exclusivamente econômicos das vinícolas locais, voltados para a obtenção de ganhos de competitividade no concorrido mercado de vinhos. Este mecanismo de certificação é, de fato, um instrumento de valorização territorial, mas dependendo do contexto em que é construído pode cumprir um importante papel no sentido da busca de um desenvolvimento sustentável. No caso do Vale dos Vinhedos, participam do processo basicamente as vinícolas, com apoio de alguns empresários interessados no desenvolvimento do setor turístico articulado à vitivinicultura. Isto acabou por ampliar os limites do território conhecido com esta denominação e focalizou a discussão sobre a produção de uvas *viti viníferas* e de vinhos finos, sem associá-lo ao desenvolvimento do conjunto dos atores envolvidos com a vitivinicultura.

Emergem daí conflitos de interesses entre as principais cantinas que produzem vinhos finos e grande parte dos agricultores que destinam parte de sua área agrícola para a produção de uvas americanas e híbridas, que resultam em suco ou em vinhos artesanais de menor qualidade. Para muitas cantinas, a presença desse padrão menos sofisticado de produção ameaçaria decisivamente a imagem do Vale dos Vinhedos.

Portanto, a construção de uma dinâmica territorial no Vale dos Vinhedos acaba por ser definida por meio de duas estratégias distintas, produzindo resultados divergentes. Se confrontadas com os pressupostos teóricos do enfoque territorial de desenvolvimento, algumas dessas características oferecem pistas de reflexão convergentes com as análises que têm sido efetuadas por diversos autores de peso, e que nos permitem extrapolar considerações sobre os instrumentos passíveis de utilização na busca de valorização dessa perspectiva.

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se às relações entre território, sentido de *pertencimento ao lugar* e solidariedade (BRUNET, 1990; SABORIN, 2002; SANTOS, 2002; ALBAGLI, 2004). Atualmente, a hegemonia da perspectiva da identidade ligada aos vinhos finos com base nas vinícolas familiares vem fortalecendo a presença desse segmento econômico no mercado. Mas ao mesmo tempo tem enfraquecido os laços de solidariedade característicos da formação histórica das comunidades de imigrantes e de seus descendentes. A indicação feita pelo Professor Pozenato sobre o forte sentido de

empreendedorismo, ao estilo do “*self made man*” dos Estados Unidos da América, resultante da fragilidade institucional local e dos fortes laços familiares, parece ser um elo importante de um argumento explicativo para esse tipo de comportamento.

A racionalidade econômica da nova elite formada pelas vinícolas impõe a subordinação de outras perspectivas ao imperativo do crescimento econômico a qualquer custo, ou seja, o interesse pela competitividade das vinícolas se sobrepõe a todas as outras dimensões que constituiriam o interesse coletivo pela qualidade de vida do conjunto dos atores locais. Mas a linha de interpretação defendida pelo Professor Pozenato poderia ser ampliada para elucidar, em princípio, o fenômeno do enfraquecimento progressivo dos laços tradicionais de cooperação entre os próprios agricultores.

De qualquer forma, a passagem de um nível de cooperação de interconhecimento para a cooperação no campo empresarial ou econômico voltado à competitividade de mercado não é um *continuum*, podendo uma existir sem a outra. O desafio existente seria o de aproveitar os laços de solidariedade histórica para a cooperação voltada para o mercado. Este elemento poderia ser um facilitador nas negociações, porém, tem predominado a “disputa” por melhores conquistas familiares, em detrimento à competição com outras regiões produtoras.

Contudo, como ressalta VEIGA (2003), a utilização coerente do enfoque de desenvolvimento territorial requer a superação da abordagem exclusivamente econômica ou da subordinação exclusiva dos processos produtivos à lógica implacável do mercado competitivo. Isso significa, em outras palavras, que o processo de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, apesar dos esforços investidos na construção de uma identidade associada a um espaço geográfico delimitado, passou a ser definido basicamente pela hegemonia dos interesses mercadológicos, acabando assim por abrir mão dos traços essenciais que poderiam defini-lo como expressão de uma dinâmica *territorializada*.

Como foi apresentado na análise da trajetória do desenvolvimento da área de estudo, o enfraquecimento do sistema cooperativista pela crise que emergiu no último quarto do século XX, ao mesmo tempo em que se modernizava a agricultura e a agroindústria (não só no setor, mas a nível nacional e global), conduz ao sentimento progressivo de desgaste dos laços originários de cooperação interfamiliar. Dessa forma, o sentido de competitividade

individual se consolida, ao mesmo tempo em que se enfraquece os laços de solidariedade que estavam fortemente enraizados nas fases iniciais da trajetória de desenvolvimento da região. Isso passou a se constituir num elemento básico da formação do conjunto das vinícolas familiares e da definição de suas estratégias de desenvolvimento.

Desse modo, a construção da identidade do Vale dos Vinhedos, sintonizada com uma estratégia segundo a qual a Indicação de Procedência é assumida como sua nova definição geográfica, caracteriza-se pela exclusão da participação de importantes segmentos sociais. Além disso, passa a ser controlada pelos interesses das vinícolas, principalmente por algumas poucas que conseguiram alcançar níveis expressivos de competitividade no mercado, com um certo grau de autonomia. Estas são seguidas por grupos empresariais ligados ao turismo, e que dependem da articulação mercadológica das cantinas visando à promoção do *enoturismo*.

O contexto social das relações econômicas que se consolidaram entre os atores do Vale dos Vinhedos permitiu, inicialmente, a difusão de inovações tecnológicas centradas na busca da valorização coletiva de produtos com identidade territorial (SABOURIN, 2002). Os próprios conflitos entre os diferentes grupos de atores envolvidos, ou mesmo dentro destes, se constituíram em mecanismos impulsionadores da dinâmica socioeconômica que caracteriza atualmente a região.

No entanto, com o distanciamento relativamente aos agricultores familiares que não construíram suas cantinas (mantendo-se como fornecedores de matéria-prima) e também às próprias vinícolas, enfraqueceram-se gradualmente os padrões de cooperação/competição característicos de processos de desenvolvimento territorial. Não existem, por enquanto, evidências que comprovem a existência de processos de consolidação de sistemas produtivos ou de redes sociotécnicas, na medida em que as ações individuais têm se sobressaído em relação às ações coletivas.

A exemplo dos *distritos industriais* italianos, que se basearam na agricultura familiar e na formação de redes sociais locais direcionadas para o fortalecimento do capital social e das relações de cooperação (SARACENO, 2006), o Vale dos Vinhedos organizou-se também com base na agricultura familiar. Todavia, isso não está sendo suficiente para assegurar a solidariedade entre os atores, a partir do momento em que se supera a busca das

necessidades materiais básicas e se forma uma elite econômica constituída pelas vinícolas familiares.

Como salienta ALBAGLI (2004), a valorização da territorialidade como mero objeto de interesse mercantil, que pode ser percebido na região, enfraquece o capital social local e torna a estratégia insustentável ao longo do tempo. Esse processo tem sido a principal característica da construção territorial atual e da identidade vitivinícola, prevalecendo uma perspectiva econômica e setorial em relação ao processo de desenvolvimento territorial e seus diversos componentes.

Em consequência, um segundo aspecto importante a ser destacado refere-se aos fatores que condicionam a formação de um sistema produtivo localizado e às perspectivas de sua evolução no sentido de formação de um *cluster* ou distrito industrial (SABOURIN, 2002). Apesar de avanços na infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da região (transporte, comunicação, educação, particularmente), da atração de serviços especializados e outros negócios afins, e da existência de embriões de industrialização difusa, a fragilidade dos laços de cooperação e dos espaços de intercâmbio de inovações técnicas levantam uma série de questionamentos sobre a formação no Vale de sistemas produtivos dotados desse perfil.

Em síntese, os interesses das próprias vinícolas são conflitantes, dificultando a construção de alianças que favoreçam o surgimento e a consolidação de um sólido Sistema Produtivo Local. Isto se traduz na ausência de cooperação técnica e mercadológica (esta se resume à oficialização da Indicação de Procedência), apesar das evidências constatadas que indicam uma aglomeração de empresas num espaço geográfico delimitado – um elemento considerado necessário, mas não suficiente para a formação de um SPL.

A situação torna-se mais grave quando se considera a ausência da participação dos agricultores na definição dos rumos estratégicos do processo de desenvolvimento em curso no Vale dos Vinhedos. Desse modo, a competitividade do conjunto do território fica enfraquecida. O caminho para a formação de um *cluster* acaba sendo interrompido pela ausência do elemento-chave – a cooperação entre os diversos grupos de produtores.

A *elitização* do processo de desenvolvimento territorial parece estar se tornando uma característica distintiva da região. Apesar dos inegáveis avanços em termos de

desenvolvimento socioeconômico, vem se produzindo um outro tipo de exclusão social, levando uma parcela dos agricultores a se aproveitarem das vantagens de curto prazo oferecidas pela especulação imobiliária para desistirem da atividade agrícola. Contribui para tanto a facilidade do acesso a outros setores produtivos atualmente, como resultado do expressivo nível de crescimento socioeconômico verificado na Serra Gaúcha como um todo. Como tem sido apontada por CAZELLA (2005) em estudos de caso realizados em diferentes regiões, a participação direta de apenas uma fração da população nas tomadas de decisão política acaba gerando o fenômeno da exclusão social, com reflexos negativos sobre as institucionalidades construídas ao longo das trajetórias de desenvolvimento.

Por outro lado, o processo de desenvolvimento dessa região, particularmente aquele observado nas últimas três décadas, aponta para características que definem uma nova *ruralidade*, onde a questão agrícola passa a ser vista como apenas um elemento de um sistema mais complexo de relações socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas e socioambientais. Diversos autores vêm destacando essas características sistêmicas do desenvolvimento rural, onde se destaca o Projeto Rurbano coordenado pelo Professor José Graziano da Silva (SILVA, 1999).

Da mesma forma, VEIGA (2002) destaca a necessidade de uma nova conceituação de espaço rural, cujo resultado é uma dimensão muito maior em termos de população envolvida. Este novo conceito leva a uma grande ampliação da população que efetivamente está envolvida com o espaço rural e seu desenvolvimento.

Como afirma ABRAMOVAY (2007), “os processos migratórios e a extraordinária mobilidade da população impedem que a ruralidade seja definida a partir de atributos culturais próprios e estranhos ao mundo urbano”. Essa situação leva o mundo rural a “enfrentar novos desafios de natureza universal, como a criação de oportunidades de geração de renda, a preservação do meio ambiente e a transformação de seus espaços, não em fortalezas protegidas do progresso, mas em localidades capazes de atrair investimentos em função de seus ativos mais nobres, como os ambientais, os culturais e os que derivam de seu próprio tecido social”.

O Vale dos Vinhedos é um exemplo concreto desse processo, onde o rural se transformou num espaço de complexas relações econômicas, sociais e ecológicas, que têm

exigido vultosos investimentos em termos administrativos, técnicos e institucionais. As ameaças existentes, a partir dos conflitos apresentados anteriormente, não invalidam, no entanto, a importância de sua contribuição para a compreensão dos processos que giram em torno da formação de uma nova ruralidade e das oportunidades existentes para a construção de *territórios sustentáveis*.

Um intenso e criativo processo de internalização de valores tradicionalmente associados ao mundo urbano estão moldando, de forma surpreendente, uma nova forma de articulação rural-urbana, ou uma *cultura rurbana* – aproveitando a expressão utilizada por José Graziano da Silva e sua equipe de pesquisa. Trata-se de uma tendência que pode ser constatada hoje em dia em inúmeros territórios rurais situados nas mais diversas regiões do nosso País, resultado de significativas trocas entre esses dois espaços.

A identidade vitivinícola e a identidade cultural

Apesar do processo de desenvolvimento mais recente do Vale dos Vinhedos se aproximar bastante das características apontadas por SARACENO (2006)⁶⁸ em relação ao programa LEADER, a análise dos dados coletados aponta suas limitações no que diz respeito à necessidade de diversificar o patrimônio artístico e cultural ali existente, incluindo-se nisto a busca de valorização de “lugarejos”. Este tipo de valorização significa, para a autora, um trabalho com territórios pequenos com identidade muito definida, que permita a maior participação dos atores locais, a articulação de ações multisetoriais e integradas, a inovação, a cooperação de grupos de trabalho em rede, e o financiamento global dos processos territoriais.

Alguns desses aspectos, como foi apresentado, não têm sido consolidados no Vale dos Vinhedos. Trata-se de uma constatação preocupante, na medida em que esses aspectos são considerados essenciais à definição de um *território com identidade cultural* – um ponto de referência que não corresponde aos rumos que vêm tomando a dinâmica desenvolvimentista na região estudada. Apesar das tentativas nesse sentido de diversas

⁶⁸ Esses aspectos referem-se às políticas que valorizam o produto territorial (a criação da Indicação de Procedência seria um caminho nesse sentido), proteção da paisagem (fortemente presente na nova legislação em torno do Plano Diretor da área rural do município de Bento Gonçalves) e da natureza, numa interação com a atividade turística, e da busca da valorização da imagem do território.

vinícolas e de sua compreensão da limitação do turismo baseado exclusivamente na visitação a cantinas.

As iniciativas de valorização do patrimônio cultural que vem sendo articuladas, de forma ainda desorganizada, enquadram-se, antes, num padrão *economicista* de organização do sistema de *governança em parceria* estabelecido no Vale dos Vinhedos. Se, por um lado, isso pode acrescentar novos elementos ao esforço de gestão das atividades turísticas que favorecem a estratégia mercadológica das vinícolas, seria importante ressaltar que esse processo vem ocorrendo sem a participação efetiva dos demais atores locais. Num certo sentido, essa estratégia assemelha-se antes à formação de “parques temáticos”⁶⁹, voltados para a difusão em larga escala de uma *imagem artificial de território construído*.

Em outras palavras, a área investigada carece ainda hoje de um padrão de ação coletiva de largo alcance, voltado para a preservação do seu rico patrimônio natural e cultural, na medida em que as principais iniciativas que dão maior visibilidade ao Vale dos Vinhedos têm sido monopolizadas pelas vinícolas e, de forma muito marginal, pelo Poder Público. Seria importante ressaltar que a mobilização efetiva do potencial existente para a valorização do patrimônio cultural poderia vir a estimular um aproveitamento muito mais efetivo do capital social existente na área, para a criação de uma nova identidade territorial capaz de oferecer um suporte cada vez mais sólido a uma diretriz de desenvolvimento territorial sustentável.

Além disso, há que se reconhecer que existem outras ações econômicas importantes, com menor visibilidade, como a produção de uva para suco ou mesmo para vinho artesanal, além do fornecimento para as cooperativas. Seus papéis na construção do desenvolvimento da região são evidentes, porém com alto grau de conflito com os interesses das vinícolas familiares quanto à formação da identidade territorial e as principais estratégias de desenvolvimento coordenadas pela governança em parceria formada pelas vinícolas e poder público.

Dentre os elementos que FONTE (2006) considera importantes para uma governança voltada para a preservação e valorização da cultura, conforme apresentado no Capítulo 1,

⁶⁹ O recurso dos parques temáticos vem sendo utilizado em várias partes do mundo para reproduzir realidades ou ficções que estão no imaginário das pessoas, a fim de colocá-las no ambiente que ele procura representar. Tem sido um importante instrumento para o desenvolvimento do turismo em muitas regiões do mundo.

no caso do Vale dos Vinhedos constata-se uma fraca mobilização dos atores locais e a inexistência de movimentos sociais capazes de apresentar pautas de reivindicações compartilhadas pelos diversos segmentos envolvidos. Além disso, o enfraquecimento das redes de relações sociais faz com que se reduza a capacidade de resgate das tradições e, por consequência, a comunicação com outros territórios e regiões.

Isso tem dificultado a implementação de uma identidade baseada nas características histórico-culturais da região. Do ponto de vista econômico, lhe daria mais conteúdo para explorar a atividade turística e, do ponto de vista sociocultural, fortaleceria o capital social.

Desse modo, a restrição da motivação de preservação do patrimônio cultural à valorização das especificidades do vinho, que é uma das formas motivacionais para a preservação do patrimônio, segundo a UNESCO (*apud* MOLANO, 2006), limita os efeitos possíveis que essa ação pode ter sobre o desenvolvimento territorial. Mais uma vez, a imposição da elite econômica ao conjunto dos atores sociais em relação às suas estratégias econômicas promove, por um lado, a valorização do produto, mas não auxilia no estabelecimento de um desenvolvimento como proposto na perspectiva da *sustentabilidade territorial*.

A forma de implementação da estratégia territorial, mediante a consolidação da governança público-privada no Vale dos Vinhedos, acaba por reproduzir um perfil de gestão onde a exploração da territorialidade, com base em interesses exclusivamente mercantis, pode se tornar insustentável no longo prazo, ameaçando assim a resiliência ecossistêmica e a própria qualidade de vida da população residente na área (ALBAGLI, 2004).

Em síntese, as novas relações de governança que estão sendo construídas neste cenário refletem a predominância da identidade vitivinícola associada à produção e comercialização de vinhos finos. Sua consolidação nos próximos anos deverá determinar os rumos do modelo de desenvolvimento assumido no longo prazo.

A governança instituída

A análise dos dados coletados permitiu-nos confirmar a hipótese segundo a qual a gestão do desenvolvimento da região aproxima-se do modelo de *governança em parceria* (PECQUEUR, 2000). Este arranjo institucional vem se consolidando por meio da Indicação de Procedência, que estabelece novas regras de acesso aos mercados, e do Plano Diretor, que regulamenta a ocupação e uso do solo.

Como afirma PUTNAM (1993), a elaboração de novas regras é considerada de importância fundamental para a promoção de transformações estruturais na sociedade. Além disso, deve-se levar em conta a existência de relações de confiança mútua entre os diferentes atores sociais envolvidos nos espaços de planejamento e gestão – consideradas ainda hoje pouco significativas nas relações que têm sido mantidas na trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. Diante disso, essas instituições tendem a se enfraquecer, como já está ocorrendo com a *Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos*.

Informações mais recentes indicam uma crise na gestão dessa certificação construída pelas vinícolas. Até o momento, não se formou uma imagem consensual sobre os seus objetivos estratégicos e sobre suas modalidades de implementação, havendo interesses divergentes entre as principais vinícolas. Apesar disso, várias delas continuam a pleitear a construção da *Denominação de Origem*. Trata-se, no caso do Vale dos Vinhedos, de um dos principais pilares do sentido territorial construído pela liderança das vinícolas, e que está, todavia, fortemente baseado na perspectiva setorial de mercado.

Em outras palavras, a base da condição de governança a partir da ascensão das vinícolas familiares à coordenação do processo de desenvolvimento tem enfraquecido o capital social local nas comunidades tradicionais, com baixa participação dos atores sociais e pouca cooperação voluntária e reciprocidade (PAULILLO, 2000). Desse modo, vem ganhando força a hegemonia do padrão *top-down* de governança (principalmente entre os próprios grupos de atores locais), apesar do esforço governamental investido na descentralização, mediante a criação do Distrito do Vale dos Vinhedos.

Como afirma CAZELLA (2002), quando apenas uma parcela da sociedade participa efetivamente da construção social do território, aumentam as chances de reprodução do fenômeno da exclusão social dos grupos menos dinâmicos. Isto acaba se refletindo nas

novas institucionalidades que passam vigorar e, por implicação, no modelo de governança adotado. Isso significa, para este autor, que um marco institucional dotado desse perfil nem sempre conduz à formação de um cenário favorável à promoção do bem-estar coletivo e à *conservação* do patrimônio histórico-cultural e natural no longo prazo. Tais riscos foram ressaltados no “Cenário de manutenção”, cujas premissas apontam no sentido da tendência de reprodução do “*jogo de atores*” envolvidos.

Apesar dos benefícios socioeconômicos observados pelo processo de desenvolvimento implementado nas últimas décadas, desde o início da modernização produtiva nos anos 1960 e 1970, parte da população local se sente à margem da gestão desse processo e se desarticulam as relações sociais que permitiram, durante muitas décadas, uma ação mais solidária e coletiva. A nova dinâmica de desenvolvimento baseada na formação das vinícolas familiares, que vem se consolidando desde os anos 1990, por sua vez, não tem permitido uma reversão dessa tendência de exclusão de sua gestão.

Em síntese, até o momento a parceria público-privada para a governança da região leva em conta apenas o setor público, uma parcela da elite econômica formada pelas vinícolas familiares e alguns segmentos do setor turístico sensíveis aos interesses das vinícolas. A grande maioria da população local, concentrada no grupo de agricultores, dispõe apenas da prerrogativa de atendimento parcial às suas demandas pontuais e de curto prazo.

O estudo do caso do Vale dos Vinhedos parece confirmar, portanto, a hipótese segundo a qual um marco institucional pode surgir associado a um modelo de *governança em parceria*, onde a gestão das dimensões da territorialidade, da preservação de patrimônio e da viabilidade econômica permanece controlada por um grupo dominante.

O desafio que se coloca à eleição de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável na área estudada diz respeito a uma abertura efetiva dessa modalidade restritiva de governança a um novo padrão de participação autêntica do conjunto dos segmentos sociais na gestão democrática do potencial ali existente, em termos de recursos materiais e imateriais. Todavia, a ausência de movimentos sociais e de organizações representativas de interesses da diversidade dos atores locais parece dificultar um avanço conseqüente nessa direção.

A perspectiva de desenvolvimento territorial no Vale dos Vinhedos

A análise da trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, até o presente, permitiu destacar alguns elementos considerados essenciais para o estabelecimento de uma base ecológica e socialmente mais sustentável, a saber:

- a) Um nível razoável de satisfação das necessidades básicas materiais da população, não havendo níveis de pobreza que demandem atendimento por políticas sociais assistencialistas;
- b) Um elevado número de indicadores sociais que confirmam uma trajetória ascendente de satisfação das necessidades básicas nos setores de educação, saúde, moradia, transporte e comunicação;
- c) Amplo acesso a tecnologias modernas e à informação;
- d) Um nível razoável de integração das atividades econômicas;
- e) A preocupação com a conservação da qualidade da paisagem e iniciativas, ainda que pontuais, de preservação ambiental.

Esses fatores, no entanto, não foram suficientes para caracterizar as dinâmicas em curso como sintonizadas com o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável. Entre os principais aspectos que foram submetidos a uma análise crítica destacam-se os seguintes.

- a) Por um lado, a ausência de elementos que fortaleçam a autonomia dos atores locais. Pois grande parte dos agricultores familiares, que representam a maioria da população do Vale, não possui capacidade de negociação de seus interesses econômicos e sociais sem subordinação aos outros grupos sociais internos e externos. Uma alternativa que vem sendo considerada por muitos agricultores é a de aproveitar as contingências do mercado imobiliário - cada vez mais favorável à comercialização das terras - e abandonar a região. Mas mesmo essa alternativa passa a ser controlada pela legislação de uso e ocupação do solo (Plano Diretor), que busca limitar as possibilidades de negócios que impliquem a formação de empreendimentos não voltados à vitivinicultura. Outra alternativa ainda presente, e conflituosa também com interesses das vinícolas familiares, é a produção de

suco e vinhos comuns, cujos retornos econômicos podem ser mais estáveis e com exigência de menores investimentos;

- b) Por outro lado, foi identificado também o enfraquecimento dos laços de solidariedade e de cooperação comunitária, resultando no desgaste das iniciativas voltadas à satisfação das necessidades básicas imateriais da maioria da população. A redução dos espaços de interação social vem acentuando a erosão do capital social ali existente;
- c) Além disso, o enfraquecimento das redes sociais está conduzindo ao absenteísmo dos seguimentos mais numerosos nas ações de planejamento e gestão de estratégias de desenvolvimento para a região;
- d) A preocupação com o patrimônio natural permanece subordinada aos interesses dos grupos econômicos mais consolidados, inexistindo ações concretas capazes de reduzir ou eliminar os danos ecológicos que não estão gerando impactos econômicos imediatos, e que representem um compromisso ético com a transmissão intergeracional desse patrimônio. Não vem sendo constatado nenhum movimento no sentido da implementação do chamado *princípio de precaução* nas ações de desenvolvimento. Tampouco existem evidências de iniciativas voltadas para a *co-gestão dos recursos de uso comum*, visando reduzir ao máximo possível os riscos de utilização predatória desse patrimônio. As iniciativas com o Plano Diretor atendem apenas parcialmente, com seu enfoque paisagístico;
- e) Finalmente, o patrimônio histórico-cultural só tem sido integrado nas agendas das ações coletivas quando favorece a ampliação das vantagens mercadológicas da vinicultura, mesmo às custas do fortalecimento das redes sociais.

Além desse conjunto de aspectos, a ausência de movimentos sociais na região vem prejudicando a articulação das noções de desenvolvimento e localidade, enfraquecendo as lógicas voltadas para a interação dos sub-sistemas social, econômico, cultural e ambiental (CAZELLA, 2002). A pouca influência de atores externos capazes de agregar novas perspectivas, tanto empresariais como em relação a diversos aspectos socioculturais e

ecológicos, contribuiu para a hegemonia da lógica estritamente econômica em detrimento da preocupação com a sustentabilidade ecológica e social do desenvolvimento.

O crescimento econômico acelerado, atingindo a maior parte da população local, somado à modernização tecnológica dos processos produtivos, acabou por hipertrofiar a expectativa de aumento rápido da renda familiar. Esta hipótese foi, de certa forma, confirmada por meio da análise das entrevistas realizadas, onde os entrevistados atribuíam o alto grau de empreendedorismo ali existente à *inveja* (termo utilizado pelos entrevistados)⁷⁰ cultivada entre vizinhos seduzidos pelo êxito econômico alcançado pelos “self-made men”. Dessa forma, não houve espaço para a formação de movimentos sociais dedicados ao enfrentamento de uma série de desafios relacionados à resiliência ecológica, à dinamização cultural ou à criação de espaços de participação política autêntica.

A capacidade empreendedora presente nas famílias dos imigrantes e de seus descendentes se sobressaiu quando o desenvolvimento local assumiu características endógenas, como ocorreu com o surgimento das vinícolas familiares. A pouca interação com outras abordagens relativas ao desenvolvimento, e a ausência de movimentos sociais que penetrassem no Vale dos Vinhedos, fortaleceu a consolidação da busca permanente da capacidade competitiva da viticultura, com o enfraquecimento gradativo dos valores relacionados a um enfoque sistêmico do desenvolvimento local.

Em outras palavras, a consolidação da nova elite econômica da região, formada pelos empresários das vinícolas, acelerou a desconstrução da base social que poderia ter gerado um leque mais amplo de possibilidades para o planejamento do desenvolvimento. Esta constatação pode ser vista como um sinal de alerta para tomadas de decisão sobre opções estratégicas de desenvolvimento em outras localidades. Apesar da base socioeconômica do desenvolvimento do Vale dos Vinhedos ter sido sempre a agricultura familiar, de onde emergiu a nova elite hegemônica, esta condição não foi suficiente para induzir um envolvimento efetivo com a criação de uma estratégia de desenvolvimento baseada na consideração simultânea da equidade social, da autonomia local e da prudência ecológica.

⁷⁰ A adequação do termo não é motivo de discussão desse trabalho, mas é possível que não seja o que mais represente o estado de espírito dos atores locais porque, aparentemente, não há um mal-querer sobre o bem-estar de outrem.

A combinação desses dois fatores – a formação de uma nova elite econômica e a ausência de movimentos sociais num cenário de pouca ação do poder público nas negociações entre os segmentos sociais – acabou gerando uma situação que favoreceu o predomínio do crescimento econômico em detrimento de outros fatores que dariam suporte à construção de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

A reduzida participação do poder público na construção da proposta de desenvolvimento territorial da região deixou em aberto a possibilidade de terem ocorrido intervenções para re-ajustes nas estratégias assumidas, de tal forma que pudesse ter havido mais espaços nas negociações envolvendo o conjunto dos atores locais. Por outro lado, as últimas intervenções do Poder Local, no que se refere à legislação que embasa o Plano Diretor, indicam uma atuação direcionada fundamentalmente no sentido das estratégias das próprias vinícolas, sem a ampliação do debate e a inclusão de outros grupos sociais relevantes. No Plano está prevista a participação social que, se ocorrer efetivamente, poderá se constituir num novo espaço de negociação que poderia incorporar novos elementos para negociação em torno do desenvolvimento.

Por fim, pode-se afirmar que a região poderia encontrar novos caminhos para uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, como foi apresentado no “Cenário de sustentabilidade”, a partir de um resgate, em sua própria história, de elementos considerados significativos para a re-configuração de sua trajetória. A questão ecológica, no entanto, é algo ainda muito tênue entre as preocupações dos atores locais, tendo dessa forma percorrido toda a trajetória de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos. Desse modo, uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável ainda é um projeto muito ambicioso para a região, que precisa superar uma visão exclusivamente centrada na competitividade setorial da vinicultura e passar a integrá-la com uma perspectiva territorial, contemplando os diversos interesses dos diferentes grupos sociais.

Parece também possível que as pressões exercidas atualmente em nome da *responsabilidade socioambiental das empresas*, um fato recorrente nas relações mantidas entre empresas e consumidores, possa vir a colocar o tema na agenda de prioridades da sociedade local. Esta é uma possibilidade que pode surgir no bojo das pressões sociais sobre as empresas.

A recuperação das bases de solidariedade existentes durante a luta de afirmação da sociedade local poderia ser considerada como um bom ponto de partida para a efetivação de cenários mais condizentes com a busca de sustentabilidade ecológica e social das dinâmicas de desenvolvimento ali constatadas. Para tanto, seria desejável aprofundar a compreensão não só dos fatores que compõem o *Cenário de desenvolvimento territorial sustentável*, mas também das relações mantidas pelos atores sociais do Vale dos Vinhedos com a mesoregião na qual ele se insere, explorando-se com mais acuidade de que forma a dinâmica regional poderá afetar as possibilidades de seu desenvolvimento a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura e desenvolvimento rural. *Jornal Valor Econômico*. 14 de março de 2007.

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003.

ABRAMOVAY, R. Bases para a formulação da política de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 25p. 1998. *Apud* SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O.A.(eds). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controversas e experiências*. Brasília: Embrapa, p. 113-128. 2002.

ABDELMALKI, L. *et al.* Technologie et territoires: Le territoire comme création collective et ressource institutionnelle. In: PECQUEUR, B. (éd.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris, L'Harmattan, pp. 177-194, 246 p. 1996.

ALLAIS, M. Fondements d'une théorie des choix comportant un risque. *Annales des mines*, num. special. 1959. *Apud* WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: Vieira, P.F. e Weber, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.

ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

ARANTES, A.A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

BARTHE, L. Processus de différenciation des espaces ruraux et politiques de développement local. Toulouse: Université de Toulouse le Mirail, Thèse de doctorat, 432 p. *Apud*. CAZELLA, A. Développement local et agriculture familiale: Les enjeux territoriaux

dans le département de l'Aude. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 2002, 395 p. 1998.

BECK, U. Liberdade ou capitalismo: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: Editora UNESP. 2003.

BENKO, G. *et al.*. Les districts industriels revisités. In: PECQUEUR, B. (éd.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, pp. 119-134. 1996.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P.F. & SEIXAS, C. *Gestão integrada de recursos naturais; conceitos, métodos e experiências*. São Paulo: Cortez. 2004.

BERKES, F. Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. In: Ostro, E. Et al (eds). *The drama of the commons*. 2002.

BERKES, F. Sacred ecology – traditional ecological knowledge and resources management. Ann Arbor: Taylor & Francis. 1999.

BILLAUD, J.P. Des dimensions nouvelles pour une identité sociale en question. In: JOLLIVET, M. e EINZER, N. (orgs) *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Press de Sciences Politiques, p. 109-132. 1996.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J.S.B.(org). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. Recife: UFPE.1999.

BRUNET, R.. Le territoire dans les turbulences. Paris: Reclus, 224 p. 1990.

BRUSCO, S. Confiance, capital social et développement local: le modèle italien. In: OCDE. *Réseaux d'entreprises et développement local*. Paris: OCDE, pp. 127-131. 1999.

BRANDENBURG, A. Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento. In: BRANDENBURG, A. *Agricultura Familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba-PR: UFPR. Cap. I, p. 54/89. 1999.

BUARQUE, S.C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília-DF: IICA. 1998.

BUCKLES, D. & RUSNAK, G. Conflictos y colaboración en el manejo de los recursos naturales. In: BUCKLES, D. (ed.) *Cultivar la paz*. IDRC. 2000.

BUNGE, M. Seudociencia e ideologia. Madrid: Alianza, 1985.

CALLON, M. Réseaux technico-économiques et irréversibilités. In: BOYER, R (org). Les figures de l'irréversibilité en economic. Paris: EHESS, p. 195-232. 1991. *Apud*. SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

CAPRARA, B.S. & LUCHESE, T.A. Bento Gonçalves: história e memória – Distrito do Vale dos Vinhedos. Fundação Casa das Artes, 2005.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade – novas identidades em construção. In: SOBER. Anais do congresso brasileiro de economia e sociologia rural. Natal: SOBER, p.147-185. 1997.

CAZELLA, A. Especificação territorial e mediação de conflitos: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Anais do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília. 2005.

CAZELLA, A. Développement local et agriculture familiale: Les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 395 p. 2002.

CERDAN, C ; SOUZA, M.C.M. ; FLORES, M.X. El patrimonio cultura como elemento estratégico para el desarrollo territorial – dos casos de la inmigración italiana en Brasil. www.rimisp.org. Maio, 2007.

CESARINO, L.M.C.N. A gestão estatal da pesquisa biotecnológica : uma questão de risco? Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 25 a 29 de outubro de 2005. *Apud* DUPAS, G. O mito do progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CIRAD-SAR. Systèmes agro-alimentaires localisés: organisations, innovations et développement local. Montpellier, França, 1996. *APUD* SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

CHADDAD, F.R. Denominações de origem controlada: uma alternativa de adição de valor no agribusiness. Dissertação de Mestrado FEA/USP. 1996.

CORDELL, J; McKEAN, M. A. Sea tenure in Bahia, Brazil. In: BROMLEY, D.W. (ed). Making the commons work. – Theory, practice and policy. San Francisco: ICS Press, p. 183 – 206. 1992.

COSTA, R. Imigração italiana: vida, costumes e tradição. Porto Alegre:Est, 1974, 1986. p.32 e 33. *Apud* CAPRARA, B.S. & LUCHESE, T.A. Bento Gonçalves: história e memória – Distrito do Vale dos Vinhedos. Fundação Casa das Artes, p. 84. 2001.

COTORRUELO, R. M. Aspectos estratégicos del desarrollo local. In: MADOERY, O; VÁSQUEZ, A.B.(eds). Transformaciones globales, institucionales y políticas de desarrollo local. Rosario: Ed. Homo Sapiens. 2001.

CUCHE, D. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Cap VI: Cultura e identidade, pp.123-139. Fim de Século. Lisboa. 2001.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – II. In: Revista do vinho, 1 (5), março/abril. 1988.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – III. In: Revista do vinho, 1 (6), maio/junho. 1988.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – VIII. In: Revista do vinho, 2 (11), março/abril. 1989.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XI. In: Revista do vinho 3 (14), setembro/outubro. 1989.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XII. In: Revista do vinho 3 (15), novembro/dezembro. 1989.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XIII. In: Revista do vinho 3 (16), janeiro/fevereiro. 1990.

Dal PIZZOL, R. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XIV. In: Revista do vinho 3 (17), março/abril. 1990.

DANSEREAU, P. Impacto ecológico e ecologia humana. In: VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M.A (orgs) *Ecologia humana, ética e educação – a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti, Florianópolis, 1999.

DARRE, J.P. L'étude □ês réseaux de dialogue. Angers: ESA, 1986. *Apud*. SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

DAVIDSON-HUNT, I.J. & BERKES, F. Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective. In: BERKES, F, COLDING, J. & FOLKE, C. (Eds) *Navigating social-ecological systems. Building resilience for complexity and change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 53-82. 2003.

De BONI, L.A & COSTA, R. Os itálicos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST/EDUCS, p. 168. 1984. *Apud* CAPRARA, B.S. & LUCHESE, T.A. Bento Gonçalves: história e memória – Distrito do Vale dos Vinhedos. Fundação Casa das Artes. 2001.

De MONTGOLFIER, J. & NATALI, J-M. Instrumentos para uma gestão patrimonial. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 361-368. 2000.

De SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp. 20-45. 1995.

DIEGUES, A.C.S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.C.S; MOREIRA, A. C. (orgs.). Espaço e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB – USP, p. 97-124. 2001.

DUPAS, G. O mito do progresso. São Paulo: Editora UNESP. 2006.

DUPUY, J.P. Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1994.

DURKHEIM, E. As formas da vida religiosa. In: GIANNOTTI, J.A (orgs). *Durkheim. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

DURSTON, J. Building social capital in rural communities (where it doesn't exist): theoretical and policy implications of peasant empowerment in Chiquimula, Guatemala. Chicago, IL: The Palmer House Hilton/Latin American Studies Association. 1998. *Apud* ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O.A. (eds). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controversas e experiências*. Brasília: Embrapa, p. 113-128. 2002.

ESTUDOS DE CENÁRIOS: a viticultura de olho no futuro. Bento Gonçalves: Sebrae. 2005.

EVANS, P. Re-envisioning the reform process: a state-society synergy perspective. Rio de Janeiro. 1998.

FALCADE, I. A questão regional. In: FALCADE, I. & MANDELLI, F. (orgs) Vale dos Vinhedos – caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS. 1999.

FAO/INCRA. O Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Ministério do Desenvolvimento Agrário, www.incra.gov.br. 2000.

FAVERO, I.M.R. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo rural: análise do caso “caminhos de pedra”. Monografia de conclusão do curso de especialização em gerenciamento do desenvolvimento turístico. Universidade de Caxias do Sul. 2000.

FEATHERSTONE, M. Global and local cultures. In: BIRD, J. et al. *Mapping the futures: local cultures, global change*. London: Routledge.1993.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C. & Moreira, A. C. (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 17-42. 2001.

FONTE, M. Desarrollo rural e identidad cultural – reflexiones teóricas y casos empíricos. Apresentado no Taller internacional sobre territórios com identidade cultural. Cuzco: Rimisp (CD-ROM) 2006.

FRARE, Eliane Marta. A Transformação de Clientes em Parceiros de Trabalho: Uma Possibilidade que Surge através do Marketing de Relacionamento, Trabalho apresentado para conclusão de Curso, FACEBG. 2004.

- FURTADO, C. Não à recessão e ao desemprego. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- GALTUNG, J. O caminho é a meta – Gandhi hoje. São Paulo: Palas Athena. 2003.
- GARCÍA, R. Interdisciplinaridad y sistemas complejos. In: LEFF, E. (org) *Ciencias sociales y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, p. 85-125. 1994.
- GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1984.
- GIDDENS, A. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- GLAESER, B. & VYASULU, V. The obsolescence of ecocodevelopment? In: GLAESER, B. (ed) *Ecodevelopment*. Concepts, projects, strategies. Oxford: Pergamon Press, p. 23-36. 1984.
- GODARD, O. A relação interdisciplinar: problemas e estratégias. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento - Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
- GODARD, O. & LEGAY, J-M. Modelização e simulação: um enfoque da preditividade. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
- GODET, M. From forecasting to la prospective: a new way of looking at futures. *Journal of Forecasting*, 1,3, 293-301. 1982.
- HABERMAS, J. La technique et la science comme idéologie. Paris: Gallimard, 2002. *Apud* DUPAS, G. O mito do progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, 162: 1243-1248. 1968.
- HOLLING, C.S; BERKES, F; FOLKE, C. Science, sustainability and resource management. In: BERKES, F; FOLKE, C. (eds). *Linking social and ecological systems*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 342-3561. 1998.

- HUBERT, B. Appui à l'agriculture familiale – appuis institutionnels et initiatives locales. Montpellier: INRA-SAD e CIRAD-SAR. Rapport de mission au Brésil. 1997. *Apud* SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37. 2002.
- HUSS, N; HONTON, E.J. Alternative methods for developing business scenarios. In: *Technological forecasting and social change*, v.31, p. 219-238. 1987.
- ILLICH, I. A expropriação da saúde – nêmesis da medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.
- JEAN, B. La question rurale: comprende le rural et construire la ruralité. In: JEAN, B. *Territoires dávenir – pour une sociologie de la ruralité*. Québec: PUQ, p. 7-35. 1997.
- JOLLIVET, M. Le developpement local, mode ou movement social? Paris: Societé Française d'Economie Rurale. 1984.
- JOLLIVET, M. & PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
- JOHANNING, L.S.R. Guía para la planificación estratégica sostenible local (Agenda 21 local): eslabón básico para solventar la pobreza. San José: Universidad para la Cooperación Internacional. 2003.
- JOHSON, B.; MARCOVITCH, J. Uses and applications of technology futures in national development: the Brazilian experience. *Technological forecasting and social change*. 45, pp 1-30. 1994.
- JOUEN, M. – La Europa rural al principio del tercer milenio: la palabra clave, “diversidad” – Atlas LEADER del; desarrollo rural, Observatorio Europeo LEADER 2000. LEADER Magazine n. 25. 2000.
- KALIKOSKI, D. C ; VASCONCELLOS, M ; LAVKULICH, L. Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon. *Marine Policy* (26), p. 179-196. 2002.

- KAPP, K.W. The implementation of environmental policies. In: Development and Environment. Mouton, Paris: Ecole Pratique des Hautes Etudes, pp.67-94. 1972.
- KUPER, A. Culture: the anthropologist's account. Cambridge: Harvard University Press. 1999.
- LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. Revue d'Economie Régionale et Urbaine. Bordeaux, ASRDLF, n° 5, pp. 837-847, 1031 p. 1985.
- LEME, M.A.V.S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp. 46-57. 1995.
- LIMA, S.M.V. et al. Projeto Quo Vadis: o futuro da pesquisa agropecuária brasileira. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.
- MANDER, J. Facing the rising tide. In: MANDER, J E GOLDSMITH, E. (orgs) *The case against the global economy*. San Francisco: Sierra Club Books, pp 3-19. 1996.
- MAKRIDAKIS, S.; WHEELWRIGHT, S.C. *Forecasting methods for management*. New York: John Wiley & Sons. 1989.
- MARSDEN, T.K. Globalização e sustentabilidade: criando espaço para alimentos e natureza. In: CAVALCANTI, J.S. (org.) *Globalização, trabalho e meio ambiente*. Recife: UFPE, p. 341/366. 1999.
- MARSHALL, A. Princípios de economia política. São Paulo: Abril Cultural. 1982.
- MATTIA, M. & GEHLEN, E. Hierarquia socioeconômica de Bento Gonçalves. Centro da Indústria, Comércio e Serviço de Bento Gonçalves, 31ª Edição. 2003.
- MEADOWS, D.L. et al. *The limits to growth*. New York: Universe Books. 1972.
- MOITY-MAISI, P; de Sainte Marie, C; Geslin, P; Muchnik, J; Sautier, D. Systèmes agroalimentaires localizes. Terroir, savoir-faire, innovation. Collection Etudes et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n 32. Paris: INRA. 2001.

MOLANO, O.L. La identidad cultural, uno de los detonantes del desarrollo territorial. Apresentado no Taller internacional sobre territórios com identidade cultural. Cuzco: Rimisp (CD-ROM) 2006.

MONTGOLFIER, J. de. O caso do lençol freático de Vallogne. In: VIEIRA, P.F. e WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 17-49. 2000.

MONTGOLFIER, J. de; NATALI, J.M. Instrumentos para uma gestão patrimonial. In: VIEIRA, P.F; WEBER, J. (orgs). *Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 361-368. 2000.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget. 1990.

MOULAERT et al.. Rapports sociaux dans le développement local: le rôle des mouvements sociaux. Lille, Université de Lille, 28 p. 1996. *Apud* CAZELLA, A. Développement local et agriculture familiale: Les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 395 p. 2002.

NASCIMENTO, D.E.; SOUZA, M. Valorização do terroir – uma estratégia de desenvolvimento local. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae. 2004.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M. e MOSCOVICI, S. (eds). *Social representations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. *Apud* De SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp. 20-45. 1995.

MOSCOVICI, S. On social cognition. In: FORGAS, J. (ed). *Social cognition perspectives on everyday understanding*. London, Academic Press, 1981. *Apud* LEME, M.A.V.S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp. 46-57. 1995.

- NORTH, D. *Institutions, Institutional change and economic performance*. Cambridge University Press: Cambridge. 1990.
- OST, F. *A natureza à margem da lei. A ecologia à prova do direito*. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.
- OSTROM, E. *Constituting social capital and collective action*. In: KEOHANE, R.O. e OSTROM, E (eds). *Local commons and global interdependence*. London: Sage Publications, p.125-160. 1995.
- PAULILLO, L.F. *Redes de poder & territórios produtivos*. São Carlos: Rima Editora da UFSCar. 2000.
- PECQUEUR, B. *Qualite et développement – L’hypothese du panier de biens*. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier. 2000.
- PECQUEUR, B. *Introduction*. In: PECQUEUR, B. (éd.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L’Harmattan, 246 p. 1996.
- POLITA, F.S. *Diagnóstico territorial do vale dos Vinhedos – um estudo de caso. Relatório de conclusão de curso*. Florianópolis: UFSC/CCA. 2002.
- POSENATO, J. *Projeto de turismo cultural Colônia de São Pedro, Bento Gonçalves, 1994, p.7*. *Apud* FAVERO, I.M.R. *Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo rural*. Monografia de conclusão de curso. Bento Gonçalves: UCS. 2000.
- PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano*. www.pnud.org.br. 2006.
- PUTNAM, R. *Making democracy work*. New Jersey: Princeton University Press. 1993.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.
- RAUD, C. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis: Ed. UFSC; Blumenau: Ed. da FURB. 1999.
- RITZER, G. *The MacDonalidization of society*. Thousand Oaks: Pine Forge Press. 1996.
- SABOURIN, E. *Desenvolvimento rural e abordagem territorial*. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37. 2002.

- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 96p. 2000.
- SACHS, I. Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice. 1986.
- SALETTE, J. Le concept de terroir: une logique pour l'étude du lien du terroir au produit. In: *Compte rendu de l'Académie d'agriculture Française*. v.84, nº2, pp 3-17. 1998. *Apud* NASCIMENTO, D.E.; SOUZA, M. Valorização do terroir – uma estratégia de desenvolvimento local. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
- SANTOS, B. (org). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, pp 25-102. 2002.
- SARACENO, E. La evolución de las políticas rurales de la Unión Europea – el rol de la identidad cultural del territorio. Apresentado no Taller internacional sobre territórios com identidade cultural. Cuzco: Rimisp (CD-ROM) 2006.
- SCHEREN-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: *Sociedade e Estado*. Volume XIII, número I: EDUNB, pp. 55-70. 1998.
- SEIXAS, C.S. Mudanças sócio-ecológicas na gestão dos recursos pesqueiros na Lagoa de Ibiraquera, Brasil. In: In: VIEIRA, P.F; BERKES, F; SEIXAS, C.S. *Gestão integrada e participative de recursos naturais – conceitos, métodos e experiências*. São Paulo: Cortez. 2003.
- SFORZI, F. Systèmes locaux de petites et moyennes entreprises et mutation industrielle en Italie. In: OCDE. *Réseaux d'entreprises et développement local*. Paris: OCDE, pp. 109-125. 1999.
- SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP. IE. 1999.
- SOTO, D.U. La identidad cultural y el desarrollo territorial rural – una aproximación desde Colombia. Apresentado no Taller internacional sobre territórios com identidade cultural. Cuzco: Rimisp (CD-ROM) 2006.

TERUCHKIN, S.R.U. As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e Uruguai: uma análise comparada. Porto Alegre: FEE, 272p. (Teses FEE nº7). www.fee.rs.gov.br. 2001.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: *Les territoires du quotidien*. Paris, França. L'Harmattan, p. 17-34. 1995. *Apud* SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37. 2002.

THOMPSON, J. A mídia e a modernidade. Petrópolis: Vozes. 1998.

TONIETTO, J. Indicação geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: V Simpósio latino-americano sobre investigação e extensão em pesquisa agropecuária/ V encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção. Florianópolis, Anais. Florianópolis: IESA/SBSP, 2002. p.1-16. (CD-ROM). 2002.

TONNEAU, J.P. Articulação entre as escolas territoriais e conseqüências sobre o planejamento rural. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 219/232. 2002.

UNESCO. Informe mundial sobre la cultura. Cultura, creatividad y mercados. 1998. *Apud* MOLANO, O.L. La identidad cultural, uno de los detonantes del desarrollo territorial. Apresentado no Taller internacional sobre territórios com identidade cultural. Cuzco: Rimisp (CD-ROM) 2006.

VALDUGA, R. Sonho de um imigrante. Bento Gonçalves: Grafite. 2005.

VEIGA, J.E. Meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Editora Senac. 2006.

VEIGA, J.E. Variações espaciais de empreendedorismo no Brasil rural. www.econ.fea.usp.br/zeeli. 2002.

VERHELST, T. Las funciones sociales de la cultura. [Http://europe.ei.int](http://europe.ei.int). 1994. *Apud*. MOLANO, O.L. La identidad cultural, uno de los detonantes del desarrollo territorial. Apresentado no Taller internacional sobre territórios com identidade cultural. Cuzco: Rimisp (CD-ROM) 2006.

VIEIRA, P.F. Repensando A educação para o ecodesenvolvimento. In: 8^o *Encontro Nacional de Ensino Agrícola*. Camboriú-SC. 2002.

VIEIRA, P. F. Social sciences and environment in Brazil : A state-of-the-art report. Paris : UNESCO. 1998.

VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M.A. Apresentação. In: VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M.A (orgs) *Ecologia humana, ética e educação – a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti, Florianópolis. 1999.

VIEIRA, P.F. e WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P.F. e WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 17-49. 2000.

WEBER, M. Ciência e política – duas vocações. São Paulo: Cultrix. 1993.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: Vieira, P.F. e Weber, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.

WILSON, P. Le développement économique communautaire aux Etats-Unis et en Amérique Latine. In: DEMAZIERE, C. (éd.) *Du local au global: les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique*. Paris, L’Harmattan, pp. 259-271. 1996.

YRAVEDRA LLOPIS, M.G. Les notion de garantie d’origine des vin en relation avec les appellations d’origine. Bull OIV, v. 52, n. 580, p.482-494. 1979. *Apud* TONIETTO, J. O conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Bento Gonçalves: EMBRAPA, 20p. 1993.

ANEXO 1

MODELO DE ANÁLISE ADAPTADO

Modelo de análise adaptado do projeto de pesquisa “Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina” – Projeto CAPES/COFECUB n° 449/04 – Coordenação: Prof. Paulo Freire Vieira (PPSP/UFSC) e Ademir Antonio Cazella (PPAGR/UFSC).

1. Conjuntos de informações relevantes para a análise sobre o desenvolvimento territorial.

Neste modelo de análise, dois componentes são importantes para a análise do processo de desenvolvimento da região em estudo. O primeiro seria a descrição e compreensão da trajetória desse desenvolvimento, incluindo-se o cenário atual. O segundo componente seria a análise do que se poderia chamar de “jogo dos atores”, buscando entender seus posicionamentos diante desse cenário atual e das perspectivas futuras, procurando analisar os conflitos e os processos de definição de estratégias de desenvolvimento.

2. A trajetória do desenvolvimento.

Um primeiro passo para a análise dos fatores favoráveis e os obstáculos para a construção de um processo sustentável de desenvolvimento territorial é o levantamento de informações que permita a elaboração de um diagnóstico, e de sua compreensão, sobre a trajetória do desenvolvimento. Isso estaria representado por informações que permitam o resgate de quais foram, e como foram, elaboradas as estratégias e as políticas de desenvolvimento, até chegar a possibilidade de elaboração de um cenário que represente o momento atual do desenvolvimento. Nesse diagnóstico deve-se buscar identificar os momentos importantes de transformações institucionais, socioeconômicas, ecológicas e culturais pelos quais passou o território em estudo. Desse modo, é importante a elaboração de conjuntos de variáveis que possam orientar a busca das lógicas de intervenção do setor

governamental, do setor privado e do terceiro setor. Para facilitar a formatação dos conjuntos de variáveis que afetam o desenvolvimento, apresentam-se os seguintes conjuntos de aspectos:

a) Político-institucionais:

- formas de planejamento e gestão do território, relações institucionais trans-escalares (diferentes níveis – local, estadual, nacional);
- existência de programas de fomento de ação coletiva para a implementação de estratégias de desenvolvimento local integrado e sustentável;
- nível de descentralização política;
- formas de participação dos diferentes grupos sociais;
- formas de elaboração e implementação de políticas públicas;
- normas formais e informais sobre manejo do patrimônio sociocultural/natural e das ações de agente e instituições econômicas;
- formas de intervenção de diferentes organizações estatais e para-estatais;
- modalidades de ação do Estado Nacional no contexto territorial (tipos de estimulação/restrrição econômica pela via da regulamentação jurídica, meios de financiamento, sistemas de controle do funcionamento das coletividades territoriais, modalidades de prestação de assessoria técnica);
- domínios de intervenção das coletividades territoriais⁷¹: infra-estrutura, atividades produtivas, organização de serviços sociais, gestão socioambiental;
- grau de autonomia das coletividades territoriais em relação a instituições situadas em outros níveis territoriais e suas modalidades de atuação (regras jurídicas, fontes de financiamento, natureza das intervenções).

⁷¹ Instituições políticas que representam uma parte do território e exercem um conjunto de atribuições políticas, administrativas, financeiras e econômicas na região. Por exemplo, a gestão de serviços públicos, o fomento do desenvolvimento de pequenas e médias empresas, a representação política, etc.

b) Sociais:

- informações sobre educação (acesso à escola, analfabetismo), saúde, saneamento e comunicações;
- níveis de pobreza existentes e estratégias implementadas para seu combate;
- nível de dinamismo de diferentes grupos sociais;
- força política de associações, sindicatos, instituições religiosas e movimentos sociais;
- forma que os trabalhadores costumam se organizar para fazer valer os seus interesses e direitos, nível de participação nos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, e grau e modo de internalização nas organizações sindicais da questão socioambiental;
- nível de participação de organizações não-governamentais.

c) Econômicos:

- informações sobre os sistemas ou arranjos produtivos locais, sua forma de relação com a população e papel das empresas na geração de inovações tecnológicas e na formação/capacitação profissional;
- formas de organização das atividades econômicas existentes;
- comportamento das grandes empresas em relação ao fomento do espaço local de desenvolvimento, à difusão de inovações tecnológicas e à prestação de serviços à população;
- circuitos econômicos locais;
- nível de informalidade das atividades econômicas;
- tipos de mercado alcançados pela atividade econômica e o grau de dependência de mercados externos;

- modalidades de economia solidária, associativismo e cooperativismo;
- nível de organização da poupança local para financiamento de ações de desenvolvimento;
- nível de emprego e desemprego;
- utilização de tecnologias apropriadas (social, econômica e ecologicamente);

d) Ecológicos:

- existência de movimentos ou organizações não-governamentais e de partidos políticos envolvidos com a temática ecológica;
- principais recursos naturais e mecanismos de gestão;
- níveis de degradação ambiental;
- diagnósticos sobre a situação ambiental e de ações para a superação dos problemas;
- principais fontes poluidoras e principais danos causados;
- grau de coerção da legislação em termos ambientais e normas técnicas.

e) Culturais:

- mecanismos de integração cultural (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais);
- formas de valorização do saber e da cultura local;
- existência de articulações culturais trans-escalares;
- existência de patrimônio cultural e arquitetônico.

3. O jogo dos atores.

Algumas informações muito importantes para a análise dos fatores favoráveis e os obstáculos à construção da sustentabilidade do desenvolvimento são relativas ao

posicionamento dos diferentes grupos de atores locais, suas relações com agentes de intervenção externa, os conflitos existentes e suas formas de negociação, a formulação de processos de cooperação, o funcionamento dos sistemas institucionais locais e suas inter-relações externas, dentre outros. Dessa forma, diversas informações são importantes de serem obtidas a partir de como se colocam os diferentes grupos de atores.

Do mesmo modo, tais informações podem ser organizadas dentro dos cinco aspectos citados anteriormente, agrupando um conjunto de variáveis que podem ser utilizadas para a compreensão de como funciona o “jogo dos atores” em relação ao desenvolvimento do território. A seguir, são apresentados os conjuntos de variáveis a serem buscadas, cujas especificidades locais devem ser consideradas:

a) Político-institucionais.

- Os mecanismos de planejamento de gestão do patrimônio natural, socioeconômico e cultural existentes no território e sua efetividade;
- A atuação dos Governos Municipal, Estadual ou Nacional em relação ao desenvolvimento e à promoção das comunidades na elaboração e execução das de estratégias e ações. Identificação do tipo de política local quanto a atuação autoritária ou clientelista;
- Existência e efetiva participação de Conselhos (ou outras formas de participação social) na elaboração e execução de políticas públicas. Sua efetiva influência nas decisões sobre políticas de desenvolvimento;
- Nível em que os interesses das comunidades locais contemplados nas políticas de Governo;
- Existência de espaço de negociação entre empresas e agentes de desenvolvimento (setor público e ONG's), sobre estratégias de desenvolvimento sustentável da localidade;

- Existência de formas de valorização coletiva do conjunto de produtos e serviços oferecidos e de que forma se relacionam com outros aspectos do desenvolvimento sustentável (ecologia, cultura, equidade);
- Existência de formas de cooperação entre os diferentes grupos de atores;
- Existência de formas de administração dos recursos naturais e dos valores culturais e históricos;
- Existência de diferenciação dos partidos políticos locais em relação às propostas para o desenvolvimento;
- Identificação dos grupos da sociedade civil mais dinâmicos;
- Identificação dos tipos de ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, ou com potencial de se tornarem mais abrangentes que têm sido executadas por organizações de ação mais abrangente que o território. Existência de conexões com os setores governamental e econômico em torno dessas ações. Identificação das missões dessas organizações (prospectiva, elaboração de propostas, animação, programação de ações, responsabilidade em projetos de desenvolvimento, etc.). Repercussão das ações em outros níveis territoriais. Disponibilidades e fonte de recursos materiais e financeiros, de meios de comunicação próprios e possibilidades de acesso à informação que possuem essas organizações;
- Força real das associações, sindicatos, instituições religiosas e dos movimentos sociais;
- Identificação da relação da atuação de ONG's com os efetivos interesses da maioria da população;
- Grau de autonomia das ONG's em suas ações em favor do desenvolvimento sustentável ou grau de sua cooptação por segmentos políticos ou produtivos.

b) Sociais.

- Importância do combate à pobreza na região. Grau de efetivação das ações de combate à pobreza na sua aplicação. Tipo de caráter dessas políticas quanto ao assistencialismo ou a promoção social das famílias;
- Atuação das empresas quanto à forma de sua relação com o fomento do desenvolvimento. Tipos de serviços que prestam à população;
- Participação dos trabalhadores no debate sobre desenvolvimento. Papéis desempenhados pelas organizações sindicais de trabalhadores no debate sobre desenvolvimento sustentável;
- Atendimento das necessidades específicas da região pelas políticas de educação e saúde;
- Existência de uma formação técnica com princípios que orientem para um desenvolvimento baseado na precaução ecológica e na qualidade de vida da população.

c) Econômicos.

- Nível de ajustamento dos sistemas produtivos locais quanto à satisfação das necessidades básicas da população local;
- Nível de valorização dos recursos locais pelas ações produtivas;
- Identificação dos recursos naturais mais importantes para serem utilizados economicamente, sua adequação na forma de utilização e preocupação com preservação para o futuro;
- Existência de mecanismos que possam se caracterizar como componentes de uma economia solidária;
- Identificação das estratégias dos segmentos produtivos para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados;

- Identificação das estratégias dos segmentos produtivos para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades;
- Nível de atendimento às expectativas dos participantes de sistemas associativistas e cooperativistas existentes;
- Mecanismos locais que fortalecem a qualidade e competitividade dos produtos locais. Tipos de sistemas de gestão existentes;
- Grau de adequação das tecnologias empregadas quanto às condições socioeconômicas e ecológicas locais.

d) Ecológicos.

- Importância do nível de degradação ambiental na localidade;
- Os recursos mais ameaçados;
- Identificação dos principais sinais de danificação do meio ambiente;
- Principais poluidores ou que mais degradam os recursos naturais. Existência de iniciativas quanto a uma redução desses efeitos;
- Atividades que mais criam problemas para o meio ambiente;
- Grupos sociais que mais sofrem com a degradação ambiental;
- Recursos naturais mais ameaçados e os tipos de danos que vêm sendo causados;
- Tipos de problemas que a poluição e a destruição do meio ambiente criam para a economia e para a vida das comunidades;
- O nível de debate existente sobre a questão ecológica nos espaços político-institucionais de discussão sobre desenvolvimento;
- Existência de diagnósticos e ações para a superação dos principais problemas;

- Importância dada à questão ecológica por ONG's, partidos políticos, empresas e trabalhadores;
- Existência de algum tipo de gestão ambiental e de iniciativas para a sua melhora;
- Existência de discussões dos diferentes atores locais com o Governo Municipal ou Estadual sobre os problemas causados ao meio ambiente e seus resultados;
- Existência de iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente e seus resultados.

e) Culturais.

- Existência de processos de valorização do saber e da cultura local e a forma com que ocorrem (através dos sistemas produtivos, de atividades culturais) e suas inter-relações;
- Existência de mecanismos de integração dos indivíduos e comunidades;
- Impactos causados por políticas elaboradas externamente à região em relação à valorização do saber e da cultura local;
- Mecanismos de articulação das atividades culturais locais com outras externas ao território;
- Existência de mecanismos de gestão do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico e o tipo de envolvimento dos diferentes grupos de atores;
- Existência de políticas de Governo ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura, da paisagem rural, da história das comunidades, da arquitetura. Importância dada a esse tipo de ação;

- Mecanismos utilizados para a valorização dos conhecimentos e da cultura das comunidades e de como são utilizados nas atividades produtivas;
- Existência de atividades culturais nas comunidades e de relações entre produção e atividades culturais;
- Existência de formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades e como elas funcionam.

4. Formas de obtenção das informações.

O processo de busca de informações pode conter duas etapas, que são complementares, e que ajudarão no aprofundamento da análise sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial, a saber:

4.1 Dados secundários e entrevistas não-estruturadas.

Essas informações deverão ser buscadas tanto em documentos oficiais (políticas de governo, dados estatísticos, documentos históricos), como em organizações privadas e não-governamentais, associações, sindicatos, dentre outras. Devem ser obtidas de tal forma que permitam a compreensão da trajetória do desenvolvimento da localidade, buscando-se perceber as especificidades da região dentro dos cinco aspectos citados acima: político-institucional, social, econômico, ecológico e cultural.

Alguns indicadores podem ser úteis para ajudar na construção do processo de desenvolvimento que vem ocorrendo na região, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e suas variações como o IDH-M, o Índice de Exclusão, o Grau de Empreendedorismo, o Índice de Renda per capita, podem ajudar a compreensão da trajetória de desenvolvimento. Apesar da limitação do alcance de todos esses índices, eles podem dar indicações importantes para a análise.

Outro importante método para a obtenção de informações relevantes para a estruturação da trajetória de desenvolvimento, e que também pode proporcionar indicações importantes para o avanço sobre o conhecimento dos fatores que possam ser favoráveis ou

obstáculos para a sustentabilidade do desenvolvimento, é o de realizar entrevistas não estruturadas com atores locais com presença significativa como agente ou observador do desenvolvimento da região. Essas informações podem também ser relevantes para a definição de outros fatores mais específicos para a localidade, dentro dos cinco aspectos apresentados acima.

4.2 Entrevistas semi-estruturadas.

O aprofundamento do levantamento de informações relevantes sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis para a sustentabilidade do desenvolvimento pode ter uma segunda etapa importante, através de entrevistas com atores-chave, correspondendo a uma análise do “jogo dos atores”. Essas entrevistas devem permitir a obtenção de informações complementares às obtidas pelo processo apresentado como primeira etapa, e que revelam como os diferentes atores compreendem e atuam diante do processo de desenvolvimento. Também devem ser elaboradas buscando compreender os conflitos, as negociações e as cooperações criadas no âmbito do território, e entre esse e outras instâncias relevantes, abordando as diferentes perspectivas dos atores, que podem ser determinantes para a análise da perspectiva de sucesso ou insucesso na busca de um desenvolvimento sustentável. Da mesma forma que na etapa anterior, é conveniente a manutenção da estrutura dos cinco aspectos do desenvolvimento.

Outro mecanismo importante que pode contribuir para a compreensão do “jogo dos atores”, e de como isso se traduz em aspectos favoráveis e obstáculos para a sustentabilidade do desenvolvimento, é o de promover entrevistas em grupo, buscando a presença de uma diversidade de atores que permita analisar os diferentes comportamentos diante do confronto direto proporcionado pelas diferentes posições quanto às questões apresentadas. E ainda, a participação como observador de reuniões locais, sejam de organizações do setor privado, de Conselhos ou outras instâncias de participação da sociedade junto ao poder público, de associações comunitárias ou sindicatos, e de instâncias de gestão territorial, onde possam ser percebidos os conflitos e a forma das proposições resultantes.

Para a definição dos atores-chave é importante, primeiramente, a identificação dos grupos de atores, que se diferenciam em sua perspectiva e em sua ação sobre o desenvolvimento territorial. Essa diferenciação dos grupos deve levar em consideração a diversidade de perspectivas mesmo em grupos aparentemente homogêneos. A sua melhor identificação proporcionará uma melhor possibilidade de obtenção de um conjunto diverso de informações junto aos atores-chave. E é a partir desses grupos que devem ser encontrados os atores-chave que serão entrevistados nessa etapa da pesquisa.

Uma sugestão básica, sujeita a adequações para a diversidade de situações que podem ser encontradas, indica alguns importantes atores que podem ter a mesma condição de relevância em grande parte dos casos em estudo, a saber: (i) o prefeito municipal ou político local com liderança; (ii) responsável pelo serviço público de saúde, educação e cultura, serviço social e agricultura (onde esta é a principal atividade econômica); (iii) representante do empresariado local; (iv) sindicato de trabalhadores; (v) organização não-governamental com atuação na região; (vi) igrejas e movimentos sociais; (vii) setor cultural (comitês de festas, feiras e exposições); (viii) associações de moradores; (ix) associações de produtores (agricultores familiares, artesãos, pescadores, etc).

5. Delimitação do território.

A delimitação do território onde se aplica este modelo de análise parte do pressuposto de que um território de desenvolvimento é um projeto coletivo construído a partir das diferentes iniciativas dos atores locais (comuns e conflitantes). Dessa forma, a delimitação de um território não deixa de ser um tema a ser analisado pela pesquisa.

A ênfase da pesquisa deve ser dada nas inter-relações dos principais atores sociais desse “território pré-definido”, buscando perceber sua intensidade de abrangência, fragilidades e pontos fortes. Essas opções mais claras para a realidade brasileira, no entanto, não elimina a possibilidade de trabalho com alguns territórios com características distintas na sua construção. Podem ser encontrados territórios, cuja construção social de uma identidade coletiva, já definiu claramente contornos geográficos (como exemplo, regiões típicas de determinado tipo de produto com característica local, delimitações relacionadas a iniciativas turísticas, áreas de quilombos, etc.).

ANEXO 2

ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS

I. Viticultores

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?
11. Quando há a comercialização da uva com as vinícolas, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade vitivinícola? Entre investir na produção vitícola e aproveitar o crescimento do preço da terra, qual a sua opção?
15. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?
18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?
21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?
23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?
24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?
26. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação?
27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?
28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

II. Agricultores não viticultores

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço das vinícolas em melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica? Qual a viabilidade econômica dos agricultores fora da atividade vitivinícola? Entre investir na produção agrícola e aproveitar o crescimento do preço da terra, qual a sua opção?
15. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
16. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? E para as vinícolas? Quais são os benefícios?
17. Que tipo de apoio ou serviços as empresas prestam para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

18. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
19. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?
20. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

21. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

22. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

23. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

24. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?

25. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação?

26. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

27. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?

28. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

III. Agricultores com atividades turísticas

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização da uva com as vinícolas, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
15. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade vitivinícola? Entre investir na produção vitícola e aproveitar o crescimento do preço da terra, qual a sua opção?
16. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?
18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?
23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?
24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?
26. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação?
27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?
28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?
29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

IV. Vinicultores

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam da definição das políticas públicas para o desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação das empresas na formulação das políticas de desenvolvimento e na administração do Vale dos Vinhedos?
3. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
4. Os interesses das comunidades locais são atendidos nas políticas da Prefeitura?
5. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
6. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
7. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
8. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

9. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica? Quais seus maiores desafios? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade vitivinícola?
10. As empresas deverão concentrar suas estratégias na valorização da imagem do Vale dos Vinhedos agora e no futuro?

11. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
12. Quando há a comercialização da uva com as vinícolas, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores (apoio a outras explorações econômicas)? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
15. As tecnologias utilizadas pelas vinícolas e pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
16. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

17. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
18. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?
19. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
20. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

21. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

22. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

23. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?

24. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação? As empresas colaboram? De que modo?

25. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

26. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?

27. Os agricultores e empresários compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

V. Residentes sem atividades econômicas locais

Caráter político-institucional

1. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
2. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
3. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
4. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
5. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
6. Existem formas de cooperação entre os moradores do Vale dos Vinhedos?
7. A Igreja e organizações das comunidades têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

8. Os moradores são beneficiados pelo esforço das vinícolas em melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
9. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro das atividades econômicas estabelecidas no Vale dos Vinhedos?
10. O turismo tem tido alguma importância econômica para os moradores? Quais são os benefícios ou problemas causados?
11. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades e ao meio ambiente?

12. Existe preocupação das empresas com a qualidade de vida dos moradores? Isso promove algum tipo de cooperação?

Caráter ecológico

13. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

14. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

15. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

16. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

17. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

18. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

19. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?

20. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação? Quais suas relações com as questões ambientais?

21. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?
22. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?
23. As comunidades compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

VI. Agroindústrias não vinícolas

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam da definição das políticas públicas para o desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação das empresas na formulação das políticas de desenvolvimento e na administração do Vale dos Vinhedos?
3. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
4. Os interesses das comunidades locais são atendidos nas políticas da Prefeitura?
5. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
6. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
7. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
8. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

9. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica? Quais seus maiores desafios? Existe preocupação das agroindústrias com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
10. As agroindústrias são beneficiadas pelo esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?

11. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
12. Existiria vantagem econômica na utilização de matéria-prima originária do Vale dos Vinhedos? Entre investir na produção vitícola e aproveitar o crescimento do preço da terra, qual a sua opção?
13. As tecnologias utilizadas pelos agricultores e pelas agroindústrias são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
14. O turismo tem tido alguma importância às agroindústrias? Quais são os benefícios ou problemas causados?
15. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

16. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
17. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?
18. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
19. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?
20. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

21. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

22. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?

23. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação? As empresas colaboram? De que modo?

24. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

25. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?

26. Os agricultores e empresários compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

VII. Empresas do setor turístico

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação das empresas na formulação das políticas de desenvolvimento e na administração do Vale dos Vinhedos?
3. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações desses governos promovem a participação das comunidades na sua elaboração?
4. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
5. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
6. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
7. Existem espaços de discussão dos problemas de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Quais suas iniciativas ou de sua comunidade para participar? Existe o interesse? Porque isso acontece?
9. Existem formas de cooperação entre as comunidades e o setor de turismo? Entre as vinícolas e o setor? Entre os viticultores e o setor? Que tipo de cooperação?

Caráter socioeconômico

10. Quais os recursos naturais mais importantes para serem utilizados economicamente? Eles são utilizados de forma adequada? Eles serão preservados para o futuro?
11. O setor turístico se beneficia do esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?

12. O turismo tem tido alguma importância econômica para as vinícolas? E para as comunidades locais? Quais são os benefícios ou problemas causados?
13. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica?
14. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?
15. Existe preocupação das empresas do setor turístico com a renda dos agricultores e das vinícolas? Isso promove algum tipo de cooperação?
16. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Elas se relacionam com a atividade turística? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

Caráter ecológico

17. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados?
18. Quais são os principais sinais de que há danificação do meio ambiente no Vale dos Vinhedos? Quais são as atividades que mais criam problemas para o meio ambiente?
19. Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente? Quem paga pela poluição ou destruição causada?
20. Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental?
21. A poluição e a destruição do meio ambiente criam problemas para a economia do Vale dos Vinhedos? E para a vida das comunidades?
22. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
23. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? E a Prefeitura? Elas prejudicam o desenvolvimento?

24. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

25. Qual o seu interesse em participar de atividades que preservem o meio ambiente? Isso é importante para a sua vida?

Caráter cultural

26. Existem políticas de Governo ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?

27. Existem atividades culturais nas comunidades? Existem relações entre a produção de uva e vinho e as atividades culturais?

28. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

29. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?

30. Os agricultores e empresários compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

VIII. Organizações não-governamentais

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Quais os recursos naturais mais importantes para serem utilizados economicamente? Eles são utilizados de forma adequada? Eles serão preservados para o futuro?
11. As tecnologias utilizadas pelos agricultores e vinícolas são adequadas à forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

12. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro das atividades econômicas estabelecidas no Vale dos Vinhedos?
13. O turismo tem tido alguma importância econômica e social para as comunidades? Quais são os benefícios ou problemas causados?
14. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades e ao meio ambiente?

Caráter ecológico

15. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
16. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?
17. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
18. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?
19. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?
20. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida das comunidades locais?

Caráter cultural

21. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?
22. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação? Quais suas relações com as questões ambientais?
23. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?
24. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?
25. As comunidades compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

IX. Sindicato dos trabalhadores rurais

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização da uva com as vinícolas, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da sua atividade econômica? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade vitivinícola? Entre investir na produção vitícola e aproveitar o crescimento do preço da terra, qual a opção dos agricultores?
15. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?
18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?
23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?
24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?
26. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação?
27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?
28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?
29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

X. Poder público

Caráter político-institucional

1. As empresas localizadas no Vale dos Vinhedos participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse das comunidades em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização da uva com as vinícolas, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade do vinho, incluindo as estratégias de formação da Indicação de Procedência ou Denominação de Origem? E pelas formas de valorizar a imagem do Vale dos Vinhedos?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro das atividades econômicas? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade vitivinícola? Entre investir na produção vitícola e aproveitar o crescimento do preço da terra, qual a opção dos agricultores?
15. Existem alternativas para os agricultores além da uva para a produção de vinho? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?
16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?
17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?
18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades no Vale dos Vinhedos? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?
20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?
22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?
23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?
24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar sua vida?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história das comunidades? E de sua arquitetura?
26. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação?
27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades? Quais são essas formas? Como elas funcionam?
28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar Vale dos Vinhedos? Ela fortalece as relações comunitárias?
29. Os agricultores e empresários compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Vale dos Vinhedos como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

ANEXO 3

ATORES ENTREVISTADOS POR GRUPO

1. Agricultores Familiares

| Identificação | Produtos e serviços | Localização |
|---------------|---------------------|-----------------|
| AF 1 | Uva; pluriatividade | Bento Gonçalves |
| AF 2 | Uva | Bento Gonçalves |
| AF 3 | Uva | Garibaldi |
| AF 4 | Vinho; turismo | Bento Gonçalves |
| AF 5 | Uva | Bento Gonçalves |
| AF 6 | Uva | Bento Gonçalves |
| AF 7 | Uva | Bento Gonçalves |
| AF 8 | Uva | Bento Gonçalves |

2. Organizações públicas, privadas e não-governamentais (terceiro setor)

| Identificação | Tipo de organização | Área de atuação | Localização/atuação |
|---------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| OPP 1 | Pública | Meio ambiente | Bento Gonçalves |
| OPP 2 | Pública | Turismo | Bento Gonçalves |
| OPP 3 | Pública | Social | Bento Gonçalves |
| OPP 4 | Privada | Econômica | Regional |
| OPP 5 | Pública | Cultural | Bento Gonçalves |
| OPP 6 | Pública | Desenvolvimento | Bento Gonçalves |
| OPP 7 | Privada | Turismo | Regional |
| OPP 8 | Pública | Institucional | Estadual |
| OPP 9 | Não governamental | Meio ambiente | Regional |
| OPP 10 | Pública | Planejamento | Bento Gonçalves |
| OPP 11 | Privada | Vinicultura | Bento Gonçalves |

3. Vinicultores

| Identificação | Produto e serviço | Localização |
|---------------|----------------------|-------------------|
| VF 1 | Vinho; suco | Bento Gonçalves |
| VF 2 | Vinho; suco | Monte Belo do Sul |
| VF 3 | Vinho | Garibaldi |
| VF 4 | Vinho; suco; turismo | Bento Gonçalves |
| VF 5 | Suco | Bento Gonçalves |
| VF 6 | Vinho | Bento Gonçalves |

4. Outros atores sociais

| Identificação | Área de atuação | Localização |
|---------------|-----------------|-----------------|
| OAS 1 | Turismo | Bento Gonçalves |
| OAS 2 | Desenvolvimento | Bento Gonçalves |
| OAS 3 | Economia | Bento Gonçalves |
| OAS 4 | Metalurgia | Garibaldi |